

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL

**PROGRAMA ESTRATÉGICO
DE DESENVOLVIMENTO
1968-1970**

ÁREAS ESTRATÉGICAS I E II

AGRICULTURA E ABASTECIMENTO

Setembro, 1969

PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Arthur da Costa e Silva

GABINETE CIVIL

Rondon Pacheco

GABINETE MILITAR

Jaime Portella de Mello

MINISTROS DE ESTADO:

- AERONÁUTICA: Márcio de Souza e Mello
- AGRICULTURA: Ivo Arzua Pereira
- COMUNICAÇÕES: Carlos Furtado de Simas
- EDUCAÇÃO E CULTURA: Tarso de Moraes Dutra
- EXÉRCITO: Aurélio de Lyra Tavares
- FAZENDA: Antônio Delfim Netto
- INDÚSTRIA E COMÉRCIO: Edmundo de Macedo Soares e Silva
- INTERIOR: José Costa Cavalcanti
- JUSTIÇA: Luís Antônio da Gama e Silva
- MARINHA: Augusto Hamann Rademaker Grunewald
- MINAS E ENERGIA: Antônio Dias Leite Júnior
- PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL: Helio Marcos Penna Beltrão
- RELAÇÕES EXTERIORES: José de Magalhães Pinto
- SAÚDE: Leonel Tavares Miranda de Albuquerque
- TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL: Jarbas Gonçalves Passarinho
- TRANSPORTES: Mário David Andreazza

Os programas das "Áreas Estratégicas" foram preparados com base em estudos realizados pelos Grupos de Trabalho criados pelo Decreto n.º 61.590/67.

A partir da conclusão dos trabalhos do "Programa Estratégico", os grupos ficaram incumbidos da formulação dos instrumentos necessários à sua implementação.

ÍNDICE

Parte I

SÍNTESE DO PROGRAMA ESTRATÉGICO DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO

Cap.	I — SÍNTESE DO PROGRAMA DE AUMENTO DA PRODUTIVIDADE AGRÍCOLA E MODERNIZA- ÇÃO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO	9
	I.1 — Objetivos e Estratégia de Desenvolvimento Agrícola	9
	I.2 — Metas Estratégicas e Programa de Inves- timentos	23
	I.3 — Crédito Oficial ao Setor	26
	I.4 — Política de Produtos Básicos	30
	I.4.1 — Política do Café	30
	I.4.2 — Política do Trigo	34
	I.4.3 — Política do Cacau	36
	I.4.4 — Política do Açúcar	38
Cap.	II — DESEMPENHO DO SETOR AGRÍCOLA: DIAG- NÓSTICO	41
	II.1 — As Funções do Setor Agrícola — Desem- penho Global e por Componente	41
	II.1.1 — Evolução da Renda Agrícola ..	41
	II.1.2 — A Oferta de Alimentos e de Ma- térias-Primas	43
	II.1.3 — Análise dos Preços	46
	II.1.4 — A Exportação de Produtos Agri- colas	53
	II.1.5 — Expansão do Mercado Interno	54
	II.1.6 — A Oferta da Mão-de-Obra	55
	II.2 — Evolução da Produtividade e da Área Cul- tivada	56
	II.2.1 — Evolução da Produtividade ..	57
	II.2.2 — Expansão da Área Cultivada ..	65
	II.3 — Estrutura Agrária	66
Cap.	III — OBJETIVOS E ESTRATÉGIA DE DESENVOLVI- MENTO AGRÍCOLA	71
	III.1 — Objetivos Básicos	71
	III.2 — Estratégia de Desenvolvimento Agrícola	73
	III.3 — Racionalização e Coordenação da Ação Governamental	75
	III.4 — Metas Estratégicas	78
	III.5 — Projeções da Oferta e Demanda	84
	APÊNDICE: Resumo da Metodologia das Projeções de Oferta e Demanda da Fun- dação Getúlio Vargas	99
	III.6 — Necessidades dos Principais Insumos ..	101

Parte II

PROGRAMAS E PROJETOS DESTINADOS AO AUMENTO DA PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE AGRÍCOLAS

Cap. IV	PROGRAMAS E PROJETOS PRIORITÁRIOS DESTINADOS A ELEVAÇÃO DA PRODUTIVIDADE AGRÍCOLA	107
	IV.1 — Introdução	107
	IV.2 — Política de Desenvolvimento da Pesquisa Agrícola	110
	IV.3 — Programa Nacional de Sementes	132
	IV.4 — Política de Fertilizantes e Corretivos ...	146
	IV.4.1 — Diretrizes Gerais	146
	IV.4.2 — Corretivos	156
	IV.5 — Programa de Desenvolvimento da Produção Animal	158
	IV.5.1 — Bovinocultura	158
	IV.5.2 — Desenvolvimento de Outras Espécies no Programa de Produção Animal	172
	IV.5.3 — Nova Política da Pesca	178
	IV.6 — Programa de Mecanização Agrícola	222
	IV.7 — Política Nacional de Irrigação	235
	IV.8 — Programa de Eletrificação Rural	266
	IV.9 — Desenvolvimento da Extensão Rural ...	271
	IV.10 — Política Florestal	283
Cap. V	PROGRAMAS E PROJETOS PRIORITÁRIOS DE REFORMA AGRÁRIA E COLONIZAÇÃO. EXPANSÃO DA ÁREA AGRÍCOLA	291
	V.1 — A Reforma Agrária	291
	V.2 — Os Novos Instrumentos de Aceleração da Reforma Agrária	316
	V.3 — Colonização	335
	V.4 — Incorporação dos "Cerrados" ao Processo Produtivo	342

Parte III

SISTEMA DE APOIO ECONÔMICO-FINANCEIRO AO SETOR AGRÍCOLA

Cap. VI	SISTEMA DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA: INCENTIVOS CREDITÍCIOS E INFRA-ESTRUTURA DE ABASTECIMENTO	357
	VI.1 — Política de Crédito Rural	358
	VI.2 — Política de Mercados Agrícolas	370
	VI.3 — Política de Comercialização e Distribuição	395
	VI.3.1 — Modernização da Estrutura de Comercialização	399
	VI.3.2 — Política de Modernização e Produtividade da Distribuição	418
	VI.3.3 — Política de Serviços Auxiliares da Comercialização	428
	VI.4 — Nova Política de Seguro Agrícola	454

PARTE I

**Síntese do Programa Estratégico
de Agricultura e Abastecimento**

METAS ESTRATÉGICAS

ÁREAS ESTRATÉGICAS I E II — AGRICULTURA E ABASTECIMENTO

META ESTRA- TÉGICA (ME) N.º	ESPECIFICAÇÃO	1966	SITUAÇÃO ATUAL (1967)	PREVISÃO 1970	AUMENTO (%)		OBSERVAÇÕES
					1970/1966	1970/1967	
METAS GERAIS							
I.1	Taxa anual de crescimento do produto agrícola global.....	—	4,8%(1)	5 a 6%			
I.2	Taxa anual de crescimento da produção de lavouras.....	—	4,8%(1)	5 a 5,5%			Taxa média prevista para o período 1968/1972.
I.3	Taxa anual de crescimento da produção animal.....	—	4,5%(1)	6%			
I.4	Área de pastagens artificiais (1 000 ha).....	24 000(2)	25 000(2)	30 000	25	20	
AUMENTO DE PRODUTIVIDADE DA PECUÁRIA							
I.5	Aumento anual do rebanho bovino.....	—	2,5%(3)	4%	—	—	Metas referentes às principais áreas de criação do País, e a serem atingidas em 5 anos. Os dados referentes a 1967 representam estimativas para as principais regiões produtoras, sendo semelhantes à situação em 1966.
I.6	Taxa de mortalidade de bovinos adultos.....	—	5%	3%	—	—	
I.7	Idade média do abate de bovinos (meses).....	—	36	24 a 30	—	—	
I.8	Participação de suínos tipo carne no total de abate de suínos..	—	1%	8%	—	—	
MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA							
I.9	Consumo de fertilizantes (1 000 t por ano)						
	a) Nitrogenados.....	68	80	125	84	56	
	b) Fosfatados.....	110	115	200	82	74	
	c) Potássicos.....	91	93	150	65	61	
I.10	Mecanização — Tratores em operação (unidades).....	70 000	78 000	100 000	43	28	
I.11	Irrigação — Área Irrigada (ha)	—	400 000(4)	500 000	—	25	
ABASTECIMENTO (5)							
II.12	Centrais de Abastecimento (6)	—	—	8	—	—	Projeto, conclusão de construção ou início de operação. O programa deve ser realizado em prazo superior a três anos. No triênio 1968/1970, serão implementados os projetos existentes e os que vierem a ser elaborados.
II.13	Mercados Terminais.....	—	—	5	—	—	
II.14	Mercados Regionais.....	—	—	45	—	—	
II.15	Supermercados.....	—	—	600	—	—	

(1) Média no período 1961/1966.

(2) Estimativa preliminar, com base no Censo Agrícola de 1960 e nas taxas anuais de crescimento.

(3) Média no período 1955/1965.

(4) Estimativa preliminar, a partir dos dados do Censo Agrícola de 1960.

(5) Não há dados disponíveis referentes a 1966 e 1967.

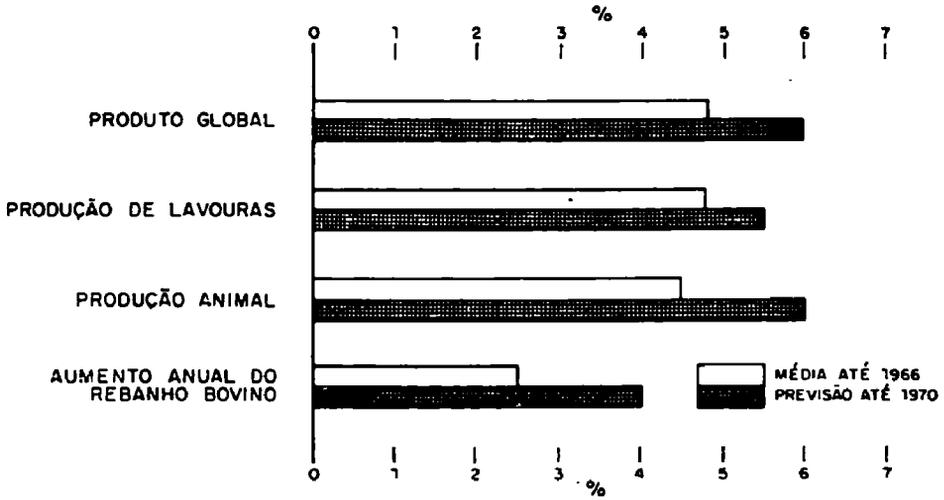
(6) Grande São Paulo, Grande Rio de Janeiro, Recife, Belo Horizonte, Salvador, Porto Alegre, Fortaleza e Bahia.

MEDIDAS IMPORTANTES

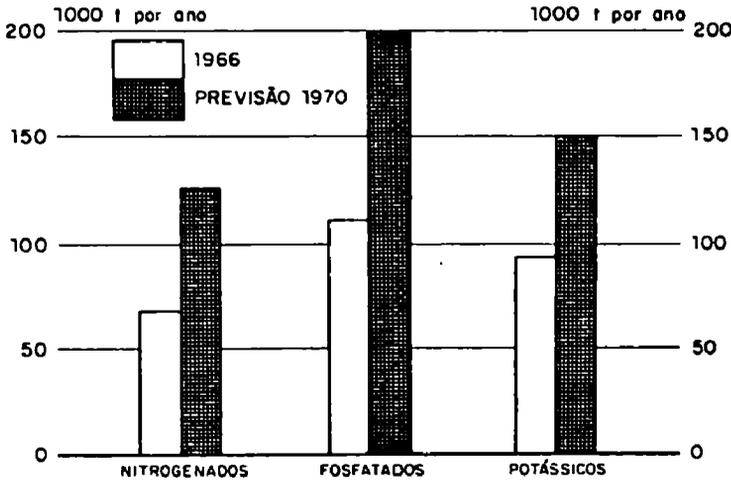
1. EXECUÇÃO DE PROGRAMA INTENSIVO DE PESQUISA TECNOLÓGICA QUANTO AOS MAIS IMPORTANTES PRODUTOS AGRÍCOLAS.
2. EXECUÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE SEMENTES MELHORADAS.
3. EXPANSÃO DA INDÚSTRIA NACIONAL DE FERTILIZANTES.
4. INTENSIFICAÇÃO DA ATUAÇÃO DO FUNDO NACIONAL DE PECUÁRIA (FUNDEPE).
5. EXECUÇÃO DO PROJETO DE EXPANSÃO DE BACIAS LEITEIRAS.
6. DESENVOLVIMENTO DE PROGRAMA DE EXPANSÃO DA INDÚSTRIA DA PESCA.
7. EXECUÇÃO ACELERADA DE PROJETOS PRIORITÁRIOS DE IRRIGAÇÃO, PRINCIPALMENTE NO NORDESTE.
8. IMPLANTAÇÃO DE UM PROGRAMA NACIONAL DE ELETRIFICAÇÃO RURAL, COM CRIAÇÃO DE MECANISMO ESPECIALIZADO.
9. IMPLEMENTAÇÃO DE PROGRAMA DE INDUSTRIALIZAÇÃO DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS, ESPECIALMENTE ATRAVÉS DO PROJETO DESENVOLVIDO PELO BANCO DO BRASIL.
10. EXECUÇÃO DE NOVA POLÍTICA DE CRÉDITO AGRÍCOLA.
11. CRIAÇÃO DO FUNDO DE FINANCIAMENTO DA MODERNIZAÇÃO DO ABASTECIMENTO DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS.
12. EXECUÇÃO DOS PROJETOS PRIORITÁRIOS DE REFORMA AGRÁRIA, NOTADAMENTE QUANTO A CADASTRAMENTO E TRIBUTAÇÃO DE INÓVEIS RURAIS, PROMOÇÃO AGRÁRIA NAS ÁREAS PRIORITÁRIAS DE REFORMA AGRÁRIA E DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA DE CRIAÇÃO E REORGANIZAÇÃO DE NÚCLEOS DE COLONIZAÇÃO NAS ÁREAS PRIORITÁRIAS E FAIXAS DE FRONTEIRA.

AGRICULTURA

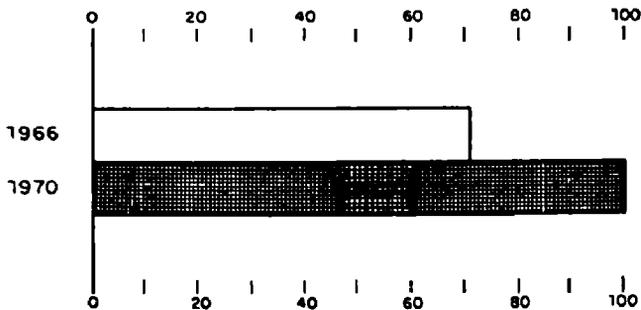
1 - TAXAS ANUAIS DE CRESCIMENTO



2 - CONSUMO DE FERTILIZANTES



3 - MECANIZAÇÃO - Tratores em operação (unidades)



Capítulo I

SÍNTESE DO PROGRAMA DE AUMENTO DA PRODUTIVIDADE AGRÍCOLA E MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO

I.1 — Objetivos e Estratégia de Desenvolvimento Agrícola

Objetivos Básicos

Ao apresentar as bases do “Programa Estratégico de Desenvolvimento” foram definidas as duas áreas fundamentais, no tocante ao Setor Agrícola, nas quais se concentrará a ação do Governo:

I — *Elevação da produção e da produtividade agrícola pela transformação da agricultura tradicional*, mediante mudança de métodos de produção e utilização mais intensa de insumos modernos;

II — *Ruptura das barreiras de abastecimento* pela solução dos principais problemas ligados à estrutura e ao funcionamento da comercialização de alimentos.

A Agricultura deverá, segundo a nova Estratégia de Desenvolvimento, apresentar um desempenho substancialmente mais dinâmico do que o verificado até agora. Os estímulos financeiros e creditícios ao setor agropecuário e as ações diretas que couberem ao poder público deverão conduzir à obtenção de uma taxa média de incremento do produto agrícola de

5 a 6% (*) ao ano. Não apenas se deseja uma taxa de crescimento mais elevada, como a sua maior estabilidade, tendo em vista seja a contribuição direta do setor ao PIB, seja a sua maior importância quanto à demanda por produtos industriais.

Em particular, medidas especiais serão adotadas para que a expansão da produção animal possa vir a satisfazer, a médio prazo, a demanda interna, corrigindo o desequilíbrio atualmente existente.

Especial ênfase se concede à modernização do sistema de comercialização. A solução dos problemas de abastecimento envolve tanto a redução da flutuação dos preços agropecuários e a ampliação dos mercados, que darão amplas condições de incentivos aos investimentos para o aumento da produtividade agrícola, quanto a adoção de medidas que permitirão a modernização do abastecimento dos grandes centros consumidores e sensíveis reduções nos custos de comercialização e distribuição de gêneros alimentícios, pelos aumentos de eficiência que serão obtidos.

Do lado da demanda, para examinar a viabilidade da taxa de crescimento anual de 5 a 6% ao ano, cumpre levar em conta que a demanda resultante do crescimento demográfico é da ordem de 3% ao ano, e que a renda *per capita* deverá apresentar uma expansão de, pelo menos, 3% ao ano. Daí resulta uma procura global da ordem de 4,8%, considerando um coeficiente de elasticidade-renda médio de 0,55 para produtos agrícolas. Como é pouco provável que a demanda interna cresça a taxas muito superiores a 4,8%, será necessário ampliar as exportações de produtos agropecuários, o que favorecerá o aumento da renda agrícola.

A expansão esperada do produto agrícola deve implicar em aumento da produção de origem vegetal a uma taxa mé-

(*) Nas condições atuais da agricultura brasileira, o produto agrícola ainda apresenta estreita dependência em relação às condições climáticas. A superveniência de fatores incontroláveis é, portanto, maior nesse setor.

dia anual de 5 a 5,5% (no período 1968/1972) e da produção de origem animal de cêrca de 6%.

Para atender aos objetivos definidos, prevê-se substancial modificação na forma de ação do Govêrno, transferindo para o setor privado tarefas delegáveis, estimulando os investimentos privados na produção de bens e serviços intermediários da agricultura. Passará o Govêrno a concentrar-se na função básica e precípua de orientação geral, na fixação de políticas e na concessão de incentivos aos produtores.

A quantificação, em caráter indicativo, de metas e objetivos regionais e setoriais, com base em projeções de demanda e oferta, permitirá a identificação das áreas que merecerão maior concentração de recursos técnicos e financeiros. A definição de projetos facultará melhores condições de avaliação e contrôle dos programas pelo Govêrno e pelo setor privado.

Estratégia de Desenvolvimento Agrícola

O diagnóstico da evolução recente da Agricultura e a definição de objetivos já apresentada permitem desenvolver uma estratégia de desenvolvimento. Em particular, será necessário definir como será possível alcançar aquêlê crescimento mais intenso, na ênfase relativa entre aumento da produtividade (da terra, e do conjunto dos insumos) e expansão da área cultivada. Em síntese, na fase anterior, a agricultura do Centro-Sul apresentou certo equilíbrio entre o crescimento da produtividade e o crescimento da área, embora com predominância dêste último; já no Nordeste o crescimento se fêz básicamente pela incorporação de novas áreas de lavoura. Se as condições de preço e disponibilidade de fatôres explicavam, em geral, aquela orientação, é de esperar que na próxima etapa — tanto pela modificação daquelas condições, como tendo em vista o papel que se espera da agricultura como fonte de expansão de mercado para o setor industrial — a ênfase se modifique consideravelmente em favor do aumento de produtividade. Importante qualificação a fazer é que a po-

lítica de aumento de produtividade da Agricultura e modernização do Abastecimento evite a introdução maciça de inovações poupadoras do trabalho, reduzindo a absorção de mão-de-obra, como seria um programa intensivo e indiscriminado de mecanização.

Dentro da orientação estabelecida, a Estratégia de Desenvolvimento agrícola compreenderá três linhas de ação principais:

a) conjunto de programas e projetos governamentais destinados a intensificar o aumento da produtividade;

b) programas e projetos relativos à expansão da área agrícola, reforma agrária e colonização;

c) sistema de apoio ao desenvolvimento agrícola, compreendendo: sistema de incentivos gerais, notadamente créditos (crédito agrícola; preços mínimos; seguro agrícola); infra-estrutura de comercialização (estoques de segurança, armazenagem, mecanismo de comercialização e mecanismo de distribuição).

No tocante à primeira linha de ação, os programas específicos de *aumento da produtividade* procuram concentrar-se nos produtos que apresentam maiores *deficits* potenciais, como a pecuária de corte e leiteira (inclusive a industrialização do leite), o trigo, e nas políticas de incentivo à utilização de insumos modernos, tais como sementes, fertilizantes, corretivos e defensivos.

Antes de apresentar os principais programas e projetos nessas linhas de ação, cumpre definir a orientação geral da ação governamental.

Apesar da característica nitidamente privada da produção agrícola e do sistema de comercialização, competem ao Governo funções definidas com vistas ao desenvolvimento do

setor. De um lado, há tarefas básicas que lhe cabe executar diretamente, embora se deva evitar a ação do Estado em áreas de atuação da iniciativa privada. De outro, compete-lhe planejar, coordenar e pôr em prática um conjunto integrado de medidas de estímulos, organizando um sistema de apoio à transformação tecnológica da Agricultura e à melhoria dos sistemas de comercialização, conforme foi definido.

O planejamento agrícola compreende, assim, a programação de ações diretas e executivas do Governo, a definição dos projetos prioritários que serão executados pelos próprios órgãos governamentais, por delegação de competência ou mediante contratos, e a programação das medidas que compõem o sistema de apoio econômico-financeiro ao setor agrícola, através de incentivos diretos aos produtores ou de aperfeiçoamento dos mecanismos de comercialização.

No tocante à ação do Governo, a orientação que será firmemente posta em prática é de eximir-se o poder público de tarefas executivas, sempre que estas possam ser atribuídas ao setor privado.

O fortalecimento do Ministério da Agricultura, atribuindo-se-lhe o comando central de atuação na área, inclusive participando da programação econômico-financeira para o setor agropecuário, constitui fator fundamental no aperfeiçoamento das ações do Governo. Ao mesmo tempo, segundo já mencionado, dentro dos princípios básicos da Reforma Administrativa, deve o Ministério da Agricultura evoluir para uma atuação mais indireta, de coordenador de estímulos financeiros, restringindo as ações executivas aos setores de estrita competência do poder público. É essa a orientação geral que preside a recente reforma administrativa do Ministério da Agricultura, com o objetivo de dinamizar-lhe substancialmente a ação e elevar-lhe a produtividade.

Cabe destacar alguns dos programas e projetos governamentais de maior alcance, com referência às três linhas de ação da Estratégia de Desenvolvimento agrícola.

1) *Projetos de Aumento da Produtividade Agrícola*

No tocante à primeira linha de ação, ou seja, dos projetos que visam à elevação dos níveis de produtividade agrícola, o Ministério da Agricultura deverá desenvolver de maneira ampla a *Pesquisa Agrícola*, mobilizando os Institutos oficiais e organismos estaduais e privados em um grande esforço de melhoramento tecnológico, voltado para as culturas e criações prioritárias indicadas no "Programa Estratégico". Serão aplicados NCr\$ 10,4, NCr\$ 12,6 e NCr\$ 14,5 milhões em projetos de pesquisa agrícola, respectivamente, em 1968, 1969 e 1970, compreendendo pesquisas fitotécnicas, isto é, sobre as espécies vegetais de maior significação econômica; zootécnicas, abrangendo pesquisas sobre as mais importantes espécies animais; pedológicas, visando, inclusive, à determinação das áreas do território nacional mais adequadas para projetos de colonização; tecnológicas; e sobre oleaginosas.

Será desenvolvido um *Programa Nacional de Sementes Melhoradas*, através da expansão das empresas privadas e da ampliação dos trabalhos de obtenção das sementes básicas pelos institutos oficiais. As metas estabelecidas até 1970 significam acentuado aumento na produção de sementes melhoradas das principais espécies, fator essencial à elevação dos níveis de produtividade. O "Programa Estratégico" prevê a aplicação de NCr\$ 12,0 milhões no triênio 1968/1970 em projetos de sementes melhoradas, através do Ministério da Agricultura, e de NCr\$ 5,0 milhões provenientes do Acôrdo do Trigo, assinado em setembro de 1967, para expansão das empresas privadas. Ultima-se o preparo de um projeto, em larga escala, com a participação das principais empresas de produção de sementes do País, que poderá receber financiamento do BID e do BNDE.

A expansão da indústria nacional de *fertilizantes* deverá permitir a elevação dos níveis de consumo de fosfatados, nitrogenados e potássicos, a preços mais acessíveis aos produtores. A produção nacional de fosfatados e nitrogenados deverá atender, nos próximos três anos, a parcela ponderável da de-

manda interna. Será acelerado o preparo do projeto que prevê o aproveitamento das jazidas potássicas do Nordeste. As metas estabelecidas para 1970 prevêem uma aplicação, naquele ano, de 482 mil toneladas de fertilizantes NPK assim distribuídos: Nitrogenados (N): 127 mil toneladas; Fosfatados (P_2O_5): 203 mil toneladas; Potássicos (K_2O): 152 mil toneladas.

Prevê-se, ainda, uma reformulação do esquema financeiro do FUNFERTIL visando a dinamizar-lhe substancialmente a ação junto aos agricultores.

Grande esforço será desenvolvido para elevar as taxas de *expansão da pecuária de corte e leiteira*, eliminando o *deficit* da oferta de produtos de origem animal. O programa de elevação da produção e produtividade do setor animal compreenderá projetos de modernização de fazendas, com recursos internos e externos, maiores facilidades de crédito, amplo controle profilático, melhoramento das pastagens, aperfeiçoamento da comercialização, expansão da suinocultura e avicultura, e desenvolvimento da pesca.

O desenvolvimento da produção animal prevê a execução dinâmica do projeto de desenvolvimento do gado de corte, com recursos internos e do Banco Mundial, para aplicação, no período 1968/1970, de NCr\$ 84 milhões. E abrange, ainda, o projeto de expansão das bacias leiteiras, com aplicação de NCr\$ 30 milhões no período 1968/1970, exclusivo recursos creditícios; de inseminação artificial, com aplicação de cerca de NCr\$ 5,4 milhões; acentuada expansão do projeto de controle de febre aftosa, com aplicações crescentes de NCr\$ 3,0, NCr\$ 6,0 e NCr\$ 8,0 milhões; outros projetos de controle profilático como os do combate à brucelose e à raiva.

No que se refere ao *desenvolvimento pesqueiro* dar-se-á seguimento, em ritmo intenso, com a colaboração do Fundo Especial das Nações Unidas, ao projeto que visa a uma profunda reformulação do setor da pesca, inclusive com a aquisição de barcos de pesquisa que permitirão adequada localização das principais zonas pesqueiras do litoral brasileiro. Ao mesmo tempo, as aplicações no setor da pesca, resultantes dos estí-

mulos financeiros que foram concedidos pelo Decreto-lei 221/67, apresentam ritmo crescente, que tende a prosseguir, conforme se indica no programa de aplicações.

A *mecanização agrícola* será estimulada nas áreas apropriadas, através de incentivos de ordem financeira que facultarão a aquisição, pelos agricultores, de tratores e implementos agrícolas. Constitui motivo de preocupação do Govêrno o alto índice de capacidade ociosa da indústria de tratores, aspecto que está sendo objeto de medidas específicas. Por outro lado, a política de mecanização levará em conta a existência de numerosa mão-de-obra rural, em determinadas áreas, cuja substituição por meios mecânicos de produção deverá fazer-se dentro de uma política global de emprêgo.

Pretende-se alcançar, em 1970, a meta de cêrca de 100 mil tratores agrícolas, atingindo 322 hectares a área cultivada por trator. Em 1967, registravam-se 78 mil tratores e 368 hectares por trator. Serão mobilizados pelo Banco do Brasil, recursos para financiamento de tratores agrícolas e implementos, no montante de NCr\$ 330, NCr\$ 400 e NCr\$ 470 milhões no período 1968/1970 (saldo em fim de ano).

Um dos programas que deverão concentrar maior atenção e maior volume de recursos será o de *Irrigação*. Durante longos anos acumulou-se água sem utilizá-la, devidamente, para fins agrícolas. Os 234 açudes públicos e 591 açudes particulares registrados em 1966, acumulavam 12,4 bilhões de m³ de água enquanto que a área irrigada no Nordeste não ultrapassa a 30 mil hectares. Em todo o País, a área irrigada, assinalada pelo Censo Agrícola de 1960, atingia a 462 mil hectares, dos quais 266 mil se encontravam nas lavouras irrigadas de arroz do Rio Grande do Sul.

Através principalmente do Ministério do Interior e da atuação dos órgãos que lhe estão subordinados (DNOCS, SUDENE, SUVALE e DNOS), serão executados projetos de irrigação de grande alcance, sempre acompanhados de uma ação integrada que visa ao aproveitamento das terras. Os projetos mais importantes de irrigação mobilizarão NCr\$ 150

milhões no período 1968/1970. Entre êsses projetos cabe especial destaque aos do Submédio São Francisco e Vale do Jaguaribe, que deverão contribuir para adequado aproveitamento do vasto potencial da região.

Ao lado de outras obras de infra-estrutura no meio rural, será expandida a *Eletrificação Rural* com a criação de mecanismo especial para coordenação dêsse programa prioritário. Ao mesmo tempo, dar-se-á curso ao preparo de um projeto específico para ampliação do Programa de Eletrificação Rural no valor de NCr\$ 142 milhões, a ser apresentado ao Banco Interamericano de Desenvolvimento, no qual se prevê a eletrificação de 27 mil propriedades no triênio 1968/1970, abrangendo 19 Unidades da Federação.

Em todos os programas de transformação tecnológica do setor agrícola, desde os projetos de pesquisa aos de irrigação e eletrificação rural, deverá atuar a *Extensão Rural*, mobilizando numerosos técnicos junto aos produtores, levando-lhes a técnica moderna, orientando-os nas práticas agrícolas e identificando os maiores entraves à adequada comercialização. Será função precípua da Extensão Rural assegurar que os trabalhos de pesquisa e experimentação, nas diversas regiões do País, sejam efetivamente transmitidos aos agricultores.

Em dezembro de 1967, o Sistema de Extensão Rural cobria 20 Unidades da Federação, com 139 Escritórios Regionais e 951 Escritórios Locais, abrangendo 1 281 municípios e mobilizando 2 180 técnicos no campo. As metas estabelecidas para 1970 prevêem 230 Escritórios Regionais, 1 410 Escritórios Locais, 1 903 municípios abrangidos com a mobilização de 3 280 técnicos no campo. Prevê-se, ainda, a participação do Sistema de Extensão Rural nos programas de crédito agrícola associados à assistência técnica.

Na expansão dos projetos e programas acima descritos, destinados ao aumento da produtividade agrícola, o "Programa Estratégico" prevê um total de aplicações de NCr\$ 565 milhões, no período 1968/1970.

2) *Programas e Projetos de Expansão da Área Agrícola, Reforma Agrária e Colonização*

O "Programa Estratégico" dará prosseguimento aos trabalhos de *Reforma Agrária*, que visam a corrigir defeitos da estrutura fundiária. Cabe salientar, ainda uma vez, que o objetivo básico da Reforma não é o da simples distribuição territorial. Embora se pretenda facilitar a posse da terra pelos agricultores, a Reforma apresenta objetivos mais amplos, buscando o mais adequado aproveitamento das terras, o fortalecimento do meio rural e a transformação tecnológica. As grandes propriedades serão preservadas e estimuladas quando apresentarem condições de bom rendimento do trabalho, e serão assistidas para elevar o seu nível de produtividade. O reagrupamento de minifúndios será feito para evitar a extrema pulverização das terras que gera a insuficiência de renda. O estatuto da desapropriação será usado em condições de imperiosa necessidade, para resguardar o interesse coletivo. O IBRA desenvolverá programa para um trabalho conjunto com os proprietários de grandes imóveis sem adequado aproveitamento, próximos aos maiores mercados, procurando-se, inicialmente, interessá-los no desenvolvimento das propriedades antes de qualquer ação coercitiva.

A nova política de *Colonização* terá como um dos principais objetivos a emancipação de antigos núcleos de colonização, titulando-se os seus ocupantes como legítimos proprietários, ao mesmo tempo em que providências serão adotadas para assegurar assistência técnica e financeira aos ocupantes dos núcleos e àqueles que forem legitimados como proprietários. Serão construídos novos núcleos apenas em casos especiais, aconselhados pela necessidade de ocupação territorial e resguardo de fronteiras.

Nos programas de Reforma Agrária e Colonização o "Programa Estratégico" prevê a aplicação, no período 1968/1970, do montante de NCr\$ 213,8 milhões, incluindo recursos orça-

mentários e recursos próprios do IBRA, além da previsão de recursos externos da ordem de NCr\$ 90 milhões.

3) *Montagem da Infra-Estrutura de Apoio Econômico-Financeiro*

A montagem de uma infra-estrutura econômica e financeira de apoio ao setor agrícola, no período 1968/1970, compreenderá a expansão do crédito agrícola, a política de mercados e a política de modernização do sistema de abastecimento.

O crédito agrícola vincular-se-á às prioridades estabelecidas no "Programa Estratégico", ampliando-se as linhas de investimento, intensificando-se a atuação da rede bancária privada no financiamento à Agricultura, facilitando-se o mecanismo de crédito e irradiando-o às zonas produtoras.

Especial ênfase será concedida ao crédito vinculado à assistência técnica, com a mobilização de maiores recursos para essa modalidade de financiamento e articulação dos órgãos técnicos para assegurar a assistência especializada.

O crédito agrícola mobilizará recursos de agências oficiais de financiamento e dos bancos privados, em decorrência das aplicações a que estão obrigados no setor agrícola por dispositivo legal (Lei 4 829/65, regulamentada pelo Decreto 58 380/66), Resolução n.º 69 do Conselho Monetário Nacional e Circular n.º 100 do Banco Central, que disciplinaram as aplicações de recursos dos Bancos privados na agricultura.

Os financiamentos oficiais, através da CREAM, deverão alcançar, no período 1968/1970, respectivamente, NCr\$ 1,6, NCr\$ 1,7 e NCr\$ 1,8 bilhões (saldos em fins de exercício, em NCr\$ de 1968). Previu-se uma expansão anual dos financiamentos destinados a investimentos de cerca de 8%, taxa acima do crescimento previsto do produto agrícola total, a fim de estimular os investimentos na agricultura.

Recursos específicos de diversos fundos, operados através do Banco Central, ampliarão as linhas de aplicação em investimentos no setor agrícola.

As políticas de *preços mínimos* e de *estoques de segurança* deverão, ao mesmo tempo, evitar as bruscas flutuações de preços, que têm sido constante desestímulo aos investimentos no setor agrícola, e assegurar estoques de reserva para garantir o normal abastecimento do mercado. As normas para a execução da política de preços mínimos podem ser assim sintetizadas: a) fixação de preços, de preferência, por períodos de 3 anos, próximos aos níveis de preços de equilíbrio; b) fixação dos preços, calculados líquidos, por zonas homogêneas de produção; c) correção dos preços anualmente em função das variações dos preços; d) delegação a todo o sistema bancário, privado e oficial, para execução das operações financeiras da política através de convênio com o Banco Central.

Na política de modernização do sistema de abastecimento, considera o Governo essencial criar condições favoráveis para a construção de Centrais de Abastecimento e Mercados Terminais nos maiores centros de consumo. Tais ações, esquematizadas em capítulo próprio do "Programa Estratégico", deverão proporcionar grandes benefícios aos produtores agrícolas e consumidores dos maiores mercados, reduzindo o ônus que representa a baixa produtividade da estrutura de comercialização em todo o sistema. Recursos específicos serão mobilizados para esse programa, já estando consignados NCr\$ 10 milhões provenientes do último Acôrdo do Trigo, além de recursos de bancos de desenvolvimento e dos Estados, devendo-se solicitar recursos externos para desenvolver o programa. Já se encontram em fase adiantada os projetos referentes às Centrais de Abastecimento de Recife e de Belo Horizonte; em início de preparação os projetos de Niterói, Fortaleza, Pôrto Alegre e Salvador.

O *Programa de Armazenagem* deverá ativar a iniciativa privada e prever três ações distintas: a melhoria da armaze-

nagem ao nível dos produtores, a armazenagem intermediária e os silos portuários.

Programas especiais foram, também, concebidos para aperfeiçoar a *distribuição de alimentos* nas grandes cidades, incentivando-se a evolução do sistema de varejo, disseminado em pequenas unidades de distribuição, para cadeias de supermercados.

Foi previsto mecanismo especial para ampliar o volume de *exportação de produtos agrícolas*, fator especial à elevação da taxa de crescimento do Produto Agrícola e à política de promoção de exportações.

Estratégia de Dinamização da Agricultura: Aspectos a Destacar

Ante a importância conferida à agricultura e abastecimento, pela estratégia, três aspectos principais da política de dinamização e modernização do setor agrícola devem ser destacados:

- a relação entre aumento da produtividade e emprego;
- a relação entre aumento de produtividade e mercado;
- a destinação de recursos substanciais para o setor.

Quanto ao primeiro aspecto, ficou esclarecido que, no Programa, a aceleração do crescimento agrícola decorrerá em parte da expansão de área e em parte do aumento de produtividade. Dada a ênfase que, em várias regiões, terá esta última, a política definida estabelece a necessidade de adotar-se tecnologia diferente e dar-se prioridade a produtos diversos, para aproveitamento mais racional da dotação de fatores de cada região. Assim, Nordeste, Centro-Leste, Centro-Oeste e Sul darão ênfase bem diversa ao programa de mecanização. Em muitas áreas, principalmente quando houver abundância de

mão-de-obra, a elevação de produtividade será alcançada mais pela utilização de fertilizantes e defensivos, e pela melhoria geral de métodos de produção, do que pela mecanização. Com o mesmo objetivo, de compatibilizar o aumento de produtividade com a maior absorção de mão-de-obra, a dimensão da propriedade variará em função da disponibilidade regional de mão-de-obra, entre outros fatores.

Quanto ao problema de mercado, a fim de evitar que a elevação de produtividade signifique acumulação de excedentes, será necessário orientar a expansão maior de produção no sentido dos bens com maior *deficit*, ou dotados de mais alta elasticidade-renda (exemplo: produtos de origem animal, em geral). As projeções de demanda, interna e externa, levando em conta uma política de exportações agressiva e bem definida, devem estabelecer as prioridades, de modo a tornar-se viável a expansão do produto agrícola, anualmente, entre 5 e 6%.

No tocante aos recursos para a Agricultura salientou-se o fato de que o montante de NCr\$ 1 355 milhões (a preços de 1968) incluído no Programa de Investimentos constitui, tão-só, pequena parcela do total a ser destinado ao setor. Sobre apenas programas governamentais, e ainda assim aquela importância exclui, no próprio orçamento federal, boa parte dos gastos correntes.

Tratando-se de setor entregue fundamentalmente à iniciativa privada, os financiamentos é que devem ter maior destaque. Seria preciso incluir todo o crédito oficial destinado ao setor. Só as aplicações do CREA (Banco do Brasil) devem elevar-se de NCr\$ 1 602 milhões em 1968 para NCr\$ 1 822 milhões em 1970 (preços de 1968). As aplicações do Fundo Nacional de Refinanciamento Rural devem aumentar, no período, de NCr\$ 439 milhões para NCr\$ 656 milhões. Os recursos do Fundo de Desenvolvimento da Pecuária (FUNDEPE) devem montar a cerca de NCr\$ 256 milhões.

Cabe acrescentar, ainda:

— as aplicações dos Bancos Comerciais, para atender à exigência de aplicação de 10% dos seus depósitos em crédito agrícola;

— os recursos do programa de preços mínimos, substancialmente aumentados;

— os recursos do Fundo de Defesa de Produtos Agropecuários (café, cacau, açúcar, etc.);

— os recursos de incentivos fiscais para projetos agrícolas na área da SUDENE e SUDAM;

— os recursos dos incentivos fiscais para reflorestamento e pesca;

— os recursos do Fundo de Modernização de Abastecimento (para centrais de abastecimento, mercados regionais, etc.), em fase de criação.

I.2 — Metas Estratégicas e Programa de Investimentos

Metas Estratégicas

O conjunto de ações programadas para o desenvolvimento do setor agropecuário pode ser sintetizado através da apresentação de metas indicativas que se procurarão alcançar, no tocante ao aumento da produção e da produtividade agrícola, e ao aperfeiçoamento do sistema de comercialização.

Os programas e projetos prioritários, consubstanciados no “Programa Estratégico”, deverão constituir o principal instrumento de ação governamental para alcançar as metas indicativas adiante apresentadas.

**PROGRAMA ESTRATÉGICO DE DESENVOLVIMENTO
METAS ESTRATÉGICAS PARA A AGROPECUÁRIA**

ESPECIFICAÇÃO	Situação em 1967	Situação prevista em 1970	Observações	
I — Metas Gerais na Agricultura				
1 — Taxa anual de aumento do produto agrícola global.....	4,8%(*)	5 a 6%	} Taxa média prevista para o período 1968/1972	
2 — Taxa anual de aumento da produção de lavouras.....	4,8%(*)	5 a 5,5%		
3 — Taxa anual de aumento da produção animal.....	4,5%(*)	6,0%		
4 — Áreas de pastagens artificiais (ha) 20 milhões		30 milhões		
II — Metas Estratégicas para a Pecuária				
5 — Aumento anual do rebanho bovino	2,5%(**)	4%	} As metas específicas no setor da Pecuária referem-se às principais áreas de criação do País e deverão ser atingidas em 5 anos.	
6 — Taxa de mortalidade de bovinos adultos.....	5%	3%		
7 — Idade média do abate de bovinos (meses).....	36	24 a 30		
8 — Participação de suínos tipo carne no total do abate de suínos.....	1%	8%		
III — Modernização agrícola				
9 — Consumo de Fertilizantes (1 000 t, por ano)			} Taxas anuais de crescimento esperado	
— Nitrogenados.....	70	125		21%
— Fosfatados.....	115	200		20%
— Potássicos.....	90	150	18%	
10 — Mecanização				
— Tratores em operação (unidades).....	78 mil	100 mil		
11 — Irrigação				
— Área Irrigada (ha).....	400 mil	500 mil		

(*) Média no período 1961/66.

(**) Média no período 1955/1965.

**PROGRAMA ESTRATÉGICO DE DESENVOLVIMENTO
METAS PARA O ABASTECIMENTO**

ESPECIFICAÇÃO	Projeto, conclusão de construção ou início de operação (**)
Centrais de Abastecimento (*).....	8
Mercados Terminais.....	5
Mercados Regionais.....	45
Supermercados.....	600

(*) Grande São Paulo, Grande Rio de Janeiro, Recife, Belo Horizonte, Salvador, Porto Alegre, Fortaleza e Bahia.

(**) O número de unidades indicadas de Centrais de Abastecimento, Mercados Regionais, Mercados Terminais e Supermercados, deverá ser alcançado em prazo superior a 3 anos, procurando-se no triênio 1968/70, implementar os projetos existentes e os que vierem a ser elaborados com recursos, internos e externos que serão negociados.

Programa de Investimentos

As aplicações e recursos do Programa de Agricultura e Abastecimento, no período 1968/70, são indicados nos Quadros 1 e 2.

QUADRO 1 APLICAÇÕES EM AGRICULTURA E ABASTECIMENTO, POR SUBPROGRAMAS DESPESAS DE CAPITAL E DESPESAS CORRENTES EM PROJETOS PRIORITÁRIOS

(NCr\$ milhões de 1968)

SUBPROGRAMAS	RECURSOS				
	1968	1969	1970	TOTAL	%
Estudos e Pesquisas.....	32,6	39,6	42,2	114,4	8,4
Promoção e Extensão.....	197,2	272,0	290,2	759,4	56,1
Defesa e Inspeção.....	20,2	27,1	30,2	77,5	5,7
Abastecimento.....	5,5	8,2	9,1	22,8	1,7
Colonização e Reforma Agrária	67,9	122,2	126,1	316,2	23,4
Outros.....	21,2	22,0	21,0	64,2	4,7
TOTAL.....	344,6	491,1	518,8	1 354,5	100,0

NOTA: Do total de aplicações previsto, NCr\$ 997,5 milhões correspondem a Despesas de Capital e NCr\$ 357 milhões a Despesas Correntes em projetos prioritários.

QUADRO 2 RECURSOS PARA O PROGRAMA AGRICULTURA E ABASTECIMENTO, SEGUNDO AS FONTES

(NCr\$ milhões de 1968)

FONTE DOS RECURSOS	RECURSOS			
	1968	1969	1970	TOTAL
Orçamento Federal.....	246,7	314,5	341,4	902,6
Recursos Próprios.....	92,4	94,1	95,1	281,6
Outros Recursos Internos.....	4,8	4,8	4,8	14,4
Recursos Externos.....	0,7	77,7	77,5	155,9
TOTAL.....	344,6	491,1	518,8	1 354,5

Verifica-se que, em 1968, as aplicações totalizam NCr\$ 344,6 milhões sendo NCr\$ 225,6 milhões em Despesas de Capital e NCr\$ 119,0 milhões em Despesas Correntes em projetos prioritários. Em 1969, os investimentos se elevarão para NCr\$ 372,0 milhões e, em 1970, para NCr\$ 399,8 milhões.

No triênio, o *total* de aplicações previsto será de NCr\$ 997,5 milhões em Despesas de Capital e NCr\$ 357 milhões em Despesas Correntes em projetos prioritários. O incremento nas aplicações totais entre 1968 e 1970 será de 50,5%

I.3 — Crédito Oficial ao Setor (*)

O crédito agrícola conta, atualmente, com as seguintes fontes principais de recursos: Carteira de Crédito Agrícola e Industrial (CREAI) do Banco do Brasil; recursos canalizados pelo Banco Central, através das subcontas do Fundo Geral para a Agricultura e Indústria (FUNAGRI), ou sejam, o Fundo Nacional de Refinanciamento Rural (FNRR) e o Fundo para Desenvolvimento da Pecuária (FUNDEPE); bancos regionais, tais como o Banco do Nordeste do Brasil e o Banco da Amazônia, além de instituições com fins específicos dentro do setor rural, tais como o Banco Nacional de Crédito Cooperativo, o Grupo Executivo de Racionalização da Cafeicultura (GERCA), a Comissão Executiva do Plano de Recuperação Econômica Rural da Lavoura Cacaueira (CEPLAC), o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA) e o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA).

Carteira de Crédito Agrícola e Industrial (CREAI)

As aplicações da CREAI se condicionam aos níveis estabelecidos periodicamente pelo Conselho Monetário Nacional, tendo em conta as necessidades de crédito consubstanciadas nas

(*) As estimativas aqui apresentadas têm caráter apenas indicativo. A programação efetiva será adotada, em cada exercício, mediante revisão das atuais previsões preliminares.

diretrizes estabelecidas na política de desenvolvimento do setor rural, bem como a programação monetária do exercício.

Nas projeções de recursos da CREA I (*) para o triênio 1968/70 (Quadro 3), os empréstimos para a lavoura e a pecuária foram consolidados segundo suas características, ou seja: Custeio, Insumos tecnológicos e maquinaria (capitais semifixos) e Investimentos fixos.

QUADRO 3
EMPRÉSTIMOS AO SETOR AGRÍCOLA PELA CREA I
(Saldos em Fim de Período)

(NCr\$ milhões de 1968)				
ESPECIFICAÇÃO	1967 (1)	1968 (2)	1969 (2)	1970 (2)
<i>Custeio</i>	679	706	740	776
Agricultura.....	625	650	682	716
Pecuária.....	54	56	58	60
<i>Investimentos</i>	839	896	968	1 046
Semifixos.....	477	508	549	593
Fixos.....	362	388	419	453
TOTAL	1 518	1 602	1 708	1 822

(1) Estimativa. Na conversão dos saldos de 1967 a preços de 1968, utilizou-se o inflator 1,20.

(2) Projeções. Para o custeio da agricultura a previsão baseou-se num aumento de 5% na área cultivada; para a pecuária, numa taxa de crescimento do rebanho de 1%; para os investimentos fixos e semifixos, admitiu-se uma expansão de 8%.

As estimativas para dezembro de 1967 (**), no item Agricultura — Custeio, basearam-se no crescimento dos preços mínimos fixados para a safra 1967/68, em relação a 1966/67, e no aumento médio ocorrido na área cultivada dos produtos. Para o período 1968/70, o cálculo fundamentou-se na projeção feita para o aumento provável da superfície plantada.

(*) Boletim Trimestral do Banco do Brasil: "Diretrizes para uma Política de Desenvolvimento Rural".

(**) Os dados efetivos ainda não foram divulgados.

A estimativa para custeio da Pecuária, em dezembro de 1967, foi realizada com base no aumento do preço da carne, na safra de 1967, em relação à de 1966, e no crescimento médio do rebanho. Para os períodos subsequentes — 1968/70 — utilizou-se apenas a taxa projetada de crescimento dos rebanhos, calculada sobre levantamento efetuado no período 1957/65, a partir de dados do Serviço de Estatística da Produção (SEP), do Ministério da Agricultura.

Para os empréstimos da CREAM destinados ao suprimento de capitais semifixos, como aquisição de insumos tecnológicos e maquinaria (sementes certificadas, fertilizantes e defensivos, produtos veterinários, máquinas e implementos agrícolas), tanto para a agricultura como para a pecuária, foi mantida uma relação constante com o total de aplicações no setor rural, beneficiando-se, portanto, da elevação ocorrida no item *Investimentos*.

A projeção dos Investimentos Fixos, para 1967, baseou-se na expansão da área cultivada e no aumento dos preços mínimos, a exemplo das estimativas do Custeio, de modo a permitir crescimento paralelo. Para o triênio 1968/70, propõe-se um crescimento, na taxa de crédito para investimentos, de 8% ao ano, em termos reais, um pouco acima da taxa de crescimento do produto nacional e do produto agrícola, a fim de estimular os investimentos no setor agropecuário.

Banco Central

Através do Decreto 56 835/65, o Governo Federal instituiu o FUNAGRI — Fundo Geral para a Agricultura e Indústria, no Banco Central, com a finalidade de incorporar os fundos providos com recursos de origem externa e interna, destinados a suprir os setores rural e industrial. No que se refere à Agricultura, constam como subconta do FUNAGRI os seguintes fundos: FNRR — Fundo Nacional de Refinanciamento Rural e, recentemente, o FUNDEPE — Fundo de Desenvolvimento da Pecuária de Corte.

a) *Fundo Nacional de Refinanciamento Rural — FNRR*

As fontes de recursos do FNRR constituem-se de recursos externos provenientes de acordos de financiamentos com agências internacionais e recursos internos, oriundos de fontes diversas.

A previsão de aplicações do FNRR para o período 1968/70 (Quadro 4) foi obtida com base nas entradas previstas de recursos e suas reaplicações, mantida a atual tendência de operações anuais.

QUADRO 4
APLICAÇÕES E REAPLICAÇÕES DOS RECURSOS EXTERNOS
E INTERNOS DO FUNDO NACIONAL
DE REFINANCIAMENTO RURAL

ORIGEM DOS RECURSOS	RECURSOS APLICADOS			PREVISÃO DE APLICAÇÕES E REAPLICAÇÕES EM NCr\$ MIL DE 1968		
	1964/65	1966	1967	1968	1969	1970
Externos.....	34 895	45 195	78 556	276 574	322 485	322 485
Internos.....	2 958	55 777	131 068	162 675	239 309	333 308
TOTAL.....	37 853	100 972	209 624	439 249	561 794	655 794

FONTE — Banco Central.

b) *Fundo de Desenvolvimento da Pecuária de Corte — FUNDEPE*

O FUNDEPE foi instituído pelo Decreto n.º 61 105/67, com base no acordo de empréstimo com o Banco Mundial (Projeto de Desenvolvimento da Pecuária de Corte) destinando-se especificamente a oferecer crédito para investimento no Setor (incluindo bovinos, ovinos e produção de lã), com o objetivo de aumentar a produtividade dessas atividades e conseqüente aumento da produção para consumo interno e para a exportação.

O projeto terá início em 1968, vigência de vinte anos, prazo de carência de 6 anos, sendo seu volume global, em termos de recursos externos e internos, apresentado no Quadro 5.

QUADRO 5
FONTES DE RECURSOS INTERNOS E EXTERNOS
FUNDEPE

FONTE DE RECURSOS	CUSTO TOTAL		
	US\$ Milhões	NCr\$ Milhões	%
a) Governo Brasileiro.....	25,1	80,3	31,0
b) Fazendeiros.....	14,9	47,7	19,0
c) Banco Mundial.....	40,0	128,0	50,0
TOTAL.....	80,0	256,0	100,0

I.4 — Política de Produtos Básicos

I.4.1 — Política do Café

Evolução Recente

A importância do café na economia nacional (*) exige um programa vinculado a necessidades de longo prazo e orientação firme e duradoura, ao invés de medidas circunstanciais, de duração e objetivos efêmeros.

O café desempenha também importante papel na economia mundial. Em termos de valor, somente o petróleo o sobrepõe nas transações internacionais. Onze países dependem do café em mais de 40% de sua receita de exportações.

(*) A renda do setor equivale a 10% da Renda Interna e a sua receita cambial, a cerca de 45% da receita global das exportações brasileiras.

A conjuntura mundial apresenta um consumo expandindo-se à razão de 2,5% ao ano, enquanto a produção o faz à taxa de 5%. Aquêlê consumo, estimado pela Organização Internacional do Café para os anos 1967/68 em 50,8 milhões de sacas, contrasta com os 65 milhões que constituem a produção mundial exportável, sem considerar a existência de estoques, sobretudo no Brasil.

Como se pode notar, face à importância e complexidade da situação cafeeira mundial, os maiores esforços têm de ser realizados para se evitarem oscilações bruscas no preço do produto. Uma baixa de US\$ 50 milhões na receita anual da cafeicultura mundial teria lugar, se se reduzisse de um "cent" o preço por libra-pêso.

Após sucessivas tentativas para se chegar a um convênio internacional, que congregasse produtores e importadores de café, êste se concretizou em 1962, com vigência de 5 anos, tendo sido renovado em outubro passado. Entre os seus objetivos destacam-se: o equilíbrio entre a oferta e a demanda do produto, a diminuição das flutuações nos preços, a manutenção da receita cambial dos países-membros, o fomento do consumo mundial etc. O convênio, apesar de algumas imperfeições, tem proporcionado resultados positivos. Dentre êsses resultados, o estabelecimento de quotas de exportação foi o primeiro passo para alcançar o equilíbrio razoável entre a oferta e demanda a preços compensadores. Espera-se atingir o equilíbrio a longo prazo entre a produção e o consumo, aliviando-se o sério problema de excedentes onerosos. A partir de 1962, quando foi firmado o Convênio, os valores das exportações mundiais vêm-se apresentando em ascensão, tendência esta somente quebrada no ano de 1966. Não obstante êste progresso, têm sido limitados os programas efetivos para a redução daqueles excedentes. Na realidade apenas o Brasil se empenhou em amplo programa de erradicação, já tendo eliminado 1 650 milhões de cafeeiros; mesmo assim, em alguns anos, a produção nacional ainda supera a exportação mais o consumo interno do café.

Perspectivas

O comportamento do mercado, em 1968, depende da eficiência na operação do Conyênio num período em que sofre pressões adicionais além de seus problemas costumeiros. Essas pressões serão, em sua quase totalidade, decorrentes das dificuldades para aprovação de novo texto pelo Congresso dos Estados Unidos, num ano de eleições. Se até julho aquela aprovação não se der, poder-se-á atravessar um período de incerteza e indisciplina. As dificuldades poderão ainda agravar-se em vista do volume de produção de países africanos, em relação a deficiências de estocagem e financiamento.

No Brasil, tomando-se a média de dois anos cafeeiros consecutivos, verifica-se que o contingenciamento da produção em torno de 24 milhões de sacas anuais vem sendo atingido. A política de café do atual Governo objetiva, simultaneamente, a manutenção de adequado nível real de renda no setor (considerando, em especial, seu efeito sobre a demanda global), ao lado da obtenção de mais elevada receita de exportações e da compatibilização do efeito do controle da conta café com o orçamento monetário. Com os resultados positivos alcançados pelo II Programa de Diversificação, prepara-se o lançamento do III Programa, que deverá, primordialmente, evitar ou controlar o replantio, condicionando, por mecanismo de rígido controle, o ganho de produtividade à manutenção da produção global atual, sem acréscimos que levariam ao retorno e repetição da superprodução. Para tanto, providência indispensável, em caráter prioritário, será a complementação do cadastramento dos cafeicultores, instrumento básico que, permitindo o conhecimento do universo cafeeiro e da estrutura agrária, possibilite o correto planejamento da diversificação e da racionalização da cafeicultura. Tal instrumento, associado ao subsídio oferecido pela fofointerpretação, oferecerá material básico às programações.

O critério de "renda líquida competitiva", permitindo preços mínimos mais elevados para os demais produtos susceti-

veis de substituir o café, criará atrativos econômicos eficazes para a diversificação.

Industrialização do Café

No que tange a industrialização do café, cabe mencionar que, nas negociações referentes à renovação do Acôrdo Internacional do Café, constituiu ponto importante o assunto relativo à produção e exportação do café solúvel brasileiro para o mercado norte-americano. Interessado o Brasil e os produtores em geral na renovação do instrumento internacional pela estabilidade que propicia, esforços foram desenvolvidos para assegurar os interesses brasileiros quanto à industrialização do café e evitar deterioração do Acôrdo.

A política adotada quanto ao solúvel significará:

a) Crescimento controlado e programado da produção de solúvel;

b) Direcionamento da exportação da produção adicional para mercados novos, como os do leste europeu e Japão ou protegidos por barreiras alfandegárias como os da Grã-Bretanha;

c) Exportação envasada para vincular hábitos novos de consumo a marcas brasileiras;

d) Localização planejada de indústrias, consideradas as opções do desenvolvimento e produção regionais;

e) Adoção de métodos e equipamentos de acôrdo com melhor tecnologia, no interesse de evitar uma eventual produção futura de solúvel de qualidade superada.

Os critérios para instalação e ampliação de fábricas de café solúvel, produção e comercialização do produto, fixados por Grupo de Trabalho Interministerial, nomeado pelo Presidente da República, foram homologados pela Comissão de Desenvolvimento Industrial, presidida pelo Ministro da Indústria e Comércio.

As normas aprovadas pela CDI para a expansão da produção de café solúvel no Brasil determinam, inicialmente, que, à medida do possível, sejam aprovados, pelo Grupo Executivo das Indústrias de Produtos Alimentícios (GEIPAL), projetos localizados em zonas cafeeiras de menor desenvolvimento econômico, visando não apenas ao estabelecimento de maior equilíbrio geográfico na distribuição das indústrias, como também a buscar uma compensação da diminuição da renda provocada pelo processo de erradicação dos cafêzais antieconômicos.

Será dada preferência aos processos industriais mais evoluídos, evitando-se, assim, a aprovação de projetos em dimensões antieconômicas ou aos projetos superdimensionados destinados a industrializar uma quantidade de café verde superior à disponível dentro da política de equilíbrio entre a produção e o consumo do produto.

Terão prioridade os projetos que disponham de maior capital próprio — o que evitará a pressão sobre o mercado financeiro — e as empresas que apresentem maior participação de capital nacional.

I.4.2 — Política do Trigo

Produção e Consumo

A produção nacional de trigo apresentou crescimento moderado no período 1964/67, como se pode verificar no quadro abaixo:

PRODUÇÃO DE TRIGO 1964/1967

ANOS	Quantidade (t)
1964.....	115 717
1965.....	250 452
1966.....	256 742
1967.....	332 000

FONTE — Comissão Central de Levantamento e Fiscalização das Safras Triticolas.

O consumo efetivo de trigo em 1967 foi de cerca de 2 624 000 t. Para 1968, o consumo esperado é da ordem de 2 754 000 t.

A política nacional quanto ao trigo tem como diretriz fundamental alcançar, dentro de 5 anos, uma produção interna que satisfaça a metade do consumo atual, o que significa cerca de 1 350 mil toneladas.

Ao mesmo tempo, não deverá ser estimulado o consumo do trigo, prevendo-se sua ampliação apenas em função do crescimento vegetativo da população. Políticas de preços serão adotadas no sentido de reduzir os níveis de consumo de trigo em favor do maior consumo de batata, arroz e milho.

A meta indicativa de produção para 1970 é de 600 000 toneladas e baseia-se na atual produção comercializada. Para se alcançar a meta acima, grandes esforços deverão ser desenvolvidos no sentido de elevar os níveis da produtividade e ampliar a área cultivada.

Rendimento da Lavoura e Aumento de Produtividade

No conjunto do País, os dados de rendimento da lavoura tritícola refletem o nível de produtividade da região Sul, onde a produção do Rio Grande do Sul compreendia, em 1960, 76% da produção total do País.

O rendimento do trigo no Rio Grande do Sul, em 1960, foi bastante reduzido: 480 kg por hectare, inferior ao registra-

RENDIMENTO DA LAVOURA DE TRIGO

Em kg/ha

SAFRAS	Rio Grande do Sul	Santa Catarina	Paraná
1962/63.....	1 210	921	985
1963/64.....	571	502	559
1964/65.....	830	869	862
1965/66.....	728	660	705

FONTE — Comissão Central do Levantamento e Fiscalização das Safras Triticolas.

do pelo Censo Agrícola de 1950, 670 kg por hectare. Apesar dos trabalhos desenvolvidos pelo Instituto de Pesquisas e Experimentação do Sul e pelas Cooperativas dos Produtores do Trigo, os níveis de rendimento permanecem baixos.

Observa-se acentuada variação dos rendimentos resultantes de fatores climáticos e incidência de doenças. Apesar dos trabalhos realizados, é necessário ampliar a pesquisa e a produção de sementes, introduzir meios mecânicos de preparo do solo e colheita e adotar práticas de adubação, a fim de que se possa alcançar maior nível global de produção e aliviar a participação do trigo no conjunto das importações.

O montante de recursos, previstos para execução das pesquisas fitotécnicas em trigo, em todo o País, é da ordem de NCr\$ 542, NCr\$ 600 e NCr\$ 700 mil, respectivamente, nos anos de 1968, 1969 e 1970.

I.4.3 — Política do Cacau

Cêrca de 97% da produção brasileira de cacau é exportada, havendo tais exportações constituído, durante vários anos, a segunda maior receita cambial do País. A partir de 1961, decresceu sensivelmente a sua importância na pauta do comércio exterior. De 1953 a 1957, a média dessa receita cambial atingiu US\$ 104 milhões, baixando para US\$ 82 milhões no período 1958 a 1962 e para US\$ 59 milhões no quinquênio 1963/67.

Em parte, isto se explica, em vista do inexpressivo crescimento de nossa produção em relação à do resto do mundo e à evolução do consumo mundial. Enquanto no período de 1944 a 1968 nossa produção aumentava de 14%, ou 14 mil toneladas, o consumo mundial teve um acréscimo de 117%, ou 725 mil toneladas, sendo suprido principalmente por Ghana, Nigéria, Costa de Marfim e Camarões.

A lavoura cacauera do País, concentrada quase que totalmente no Sul da Bahia, desenvolveu-se praticamente sem orientação técnica; 60% da área cultivada correspondem a

árvores de idade avançada e a produtividade média é apenas de 1/3 do que seria recomendável.

A ação governamental fazia-se através do Instituto do Cacau da Bahia, autarquia criada pelo Governo Estadual, que, em vista da escassez de recursos, viu sua atividade sensivelmente limitada. Somente com a criação da CEPLAC e a instituição do "Fundo do Cacau", mediante receitas provenientes de uma quota de contribuição cambial, é que foi possível ao Governo Federal assumir a responsabilidade de um programa técnico-financeiro de longo prazo. A previsão de receita para o referido "Fundo", em 1968, está estimada em NCrS 27,5 milhões.

A situação da conjuntura internacional do cacau nos três últimos anos tem sido favorável aos países produtores. No triênio que se encerra em 1968, o excesso do consumo em relação à produção terá sido de 334 mil toneladas, suprido pela diminuição dos estoques existentes nos países consumidores. Espera-se cotações internacionais em alta, principalmente, em vista do excepcional incremento do consumo (média de 6,5% a. a. de 1947 a 1967). No entanto, procura-se corrigir, através de acôrdo, as oscilações de preços que são proporcionalmente bem maiores na baixa do que na alta. Assim, desde 1956, vem-se tentando estabelecer um Acôrdo Internacional de estabilização dos preços. Mais recentemente, o maior obstáculo à consecução deste objetivo tem sido a existência, no Mercado Comum Europeu, de tarifas discriminatórias sôbre o produto brasileiro, enquanto é livre o precedente dos países africanos.

O programa do Governo Federal para o cacau, no triênio 1968/70, visará, principalmente, a recuperar a posição já ocupada pelo Brasil entre os produtores e assegurar participação crescente no aumento da demanda mundial.

A receita cambial deverá atingir a média de US\$ 90/100 milhões no triênio 1968/70, continuando a fase ascendente verificada em 1965, 1966 e 1967 (respectivamente: US\$ 62, US\$ 72 e US\$ 85 milhões).

Terão seqüência os esforços de racionalizar a comercialização e de chegar à assinatura do Acôrdio Internacional do Cacau onde a revogação, pelo MCE, das tarifas discriminatórias sôbre o produto brasileiro é considerada básica.

No tocante ao aumento da produção e melhoria da produtividade da lavoura cacaeira, objetiva-se uma produção média de 2,8 milhões de sacos de 60 kg no quinquênio 1965/66 a 1969/70. Para tal, adotar-se-ão medidas técnico-econômicas, entre as quais se destacam a intensificação dos trabalhos de pesquisa e de experimentação, de aerofotogrametria, de combate às pragas e de formação de técnicos, segundo projetos em execução.

A infra-estrutura econômica e social será sobremaneira beneficiada a partir do melhoramento do pôrto de Ilhéus, da construção de estradas de escoamento da produção e dos programas de Saúde e Saneamento, em benefício das populações rurais da zona cacaeira.

A execução do programa conta com recursos financeiros nos montantes de NCr\$ 51 milhões, NCr\$ 43 milhões e NCr\$ 44 milhões, respectivamente, para os anos de 1968, 1969 e 1970, dos quais NCr\$ 27,5 milhões, NCr\$ 35 milhões e NCr\$ 35,4 milhões deverão provir da quota de contribuição cambial.

I.4.4 — Política do Açúcar

Evolução Recente do Setor

O comportamento do setor açucareiro mundial, nas duas últimas safras, caracterizou-se por acentuado aumento da produção, conseqüência de estímulos derivados dos preços vigentes no mercado externo.

Estes preços haviam atingido os seus mais altos níveis em 1963, ano em que se fundou a maior safra de cana do País, a qual sômente foi realizada em 1965. Nesta ocasião a oferta mundial de açúcar, por exceder de muito à demanda, provo-

cou a queda dos preços, os quais, no curto espaço de 12 meses, reduziram-se a 33% dos valores mais altos ocorridos.

Os reduzidos preços ofertados no mercado livre internacional deixaram o açúcar brasileiro sem condições de exportação: Internamente, elevados estoques sem mercado constituíram, a um tempo, vultosas reservas imobilizadas e ônus crescente em razão das despesas de armazenamento e dos juros de financiamento. Mantidos os preços constantes por dois anos, a margem de lucro das empresas estreitou-se, por não ter sido possível conter o aumento dos componentes do custo.

A política adotada, de contingenciamento mais rigoroso e desestímulo à atividade mediante a redução da margem de lucro, permitiu conter a elevação do contingente global produzido, porém descapitalizou as empresas, principalmente aquelas de custos de produção mais altos.

Acentuou-se, concomitantemente, o deslocamento progressivo da produção da Região Norte-Nordeste para a Região Centro-Sul, fenômeno iniciado há quase duas décadas. Para impedir uma crise no setor açucareiro nordestino, instituiu-se a política de preços diferenciados nas duas regiões produtoras, ao mesmo tempo em que se reservou o contingenciamento mais rigoroso à produção do Centro-Sul.

Política do Açúcar

Através dos planos de safra, instrumento de condução da política açucareira, o Governo estabelecerá o montante da produção anual, condicionado às possibilidades dos mercados interno e externo, de modo a evitar a super-oferta de açúcar. Esta orientação objetiva, em primeiro lugar, permitir a comercialização pelos preços oficiais, e, em segundo, evitar a elevação dos custos financeiros do produto em decorrência de despesas de juros e de armazenamento prolongado.

Impõe-se, por outro lado, a criação de um mecanismo através do qual se proporcione às empresas açucareiras o financiamento necessário à elevação dos níveis de produtividade do setor.

Ao lado da política nacional de se adequar a oferta **de** açúcar às exigências do mercado, a política governamental visará, a médio prazo, a preservar o nível de emprêgo proporcionado pela atividade canavieira no Nordeste.

Para o cumprimento dos princípios anteriormente enunciados, o Poder Público, através dos seus organismos competentes, especialmente o Instituto do Açúcar e do Alcool, promoverá a adaptação dos seus instrumentos de atuação quer de natureza técnica quer de ordem jurídica.

Deverão ser adotadas medidas especiais no sentido de elevar o nível de consumo interno do açúcar, que apresenta consumo *per capita* ainda distante dos níveis de saturação. Dentre as medidas preconizadas, merecem destaque as que conduzem à redução do custo final do açúcar.

A utilização da capacidade industrial ociosa existente em São Paulo permitirá a redução dos custos unitários de produção, em virtude do aproveitamento das economias de escala. Para que se concretize o pleno uso da capacidade instalada em São Paulo, é necessário que o País aumente a sua participação no mercado externo de açúcar, consoante diretriz da política definida.

Capítulo II

DESEMPENHO DO SETOR AGRÍCOLA: DIAGNÓSTICO

II.1 — As Funções do Setor Agrícola — Desempenho Global e por Componente

No atual estágio de desenvolvimento as principais funções a serem desempenhadas pelo setor agrícola são: suprir alimentos ao mercado interno; suprir matérias-primas às indústrias de beneficiamento e transformação; gerar a maior parte das divisas necessárias à formação de capital e à plena utilização da capacidade produtiva, contribuir para a ampliação do mercado interno e ceder mão-de-obra para a expansão das indústrias e serviços. Cabe apreciar êsses vários aspectos do desempenho da Agricultura.

Antes, porém, examinaremos o comportamento do setor agrícola no conjunto da economia.

II.1.1 — Evolução da Renda Agrícola

A análise do período de 1950/52 a 1962/64 revela que o produto agrícola cresceu à taxa de 4,6% ao ano e o produto industrial à taxa de 8,7%, enquanto o PIB crescia a 6,6%. Embora a comparação das taxas de crescimento do setor agrícola e do setor industrial possa indicar uma posição insatisfatória do produto agrícola, deve-se considerar que o cresci-

mento da demanda de produtos agrícolas é bem inferior ao de bens e serviços secundários e terciários, em face de sua **mais** baixa elasticidade em relação à renda, como a seguir **será** visto.

Se bem que a agricultura ainda responda por parcela considerável na formação do produto global, a produção industrial apresenta um crescimento bastante superior, caracterizando o papel dinâmico que exerceu no pós-guerra. O crescimento apresentado pela indústria no período de 1961/65, média de 3,9% ao ano, já parece refletir a redução da influência do mecanismo de substituição de importações, que vinha sendo a mola mestra do desenvolvimento industrial.

O Quadro 6 mostra a evolução do produto interno, segundo ramos de atividade: setores agrícola e industrial.

QUADRO 6
EVOLUÇÃO DO PRODUTO INTERNO, SEGUNDO RAMOS
DE ATIVIDADE — SETORES AGRÍCOLA
E INDUSTRIAL — 1950/65

(Taxas Anuais) — %

ANOS	Agricultura	Indústria	PRODUTO INTERNO	
			Bruto	Per capita
1951.....	0,7	6,4	5,1	2,1
1952.....	0,1	5,0	5,6	2,5
1953.....	0,2	8,7	3,2	0,2
1954.....	7,9	8,5	7,7	4,6
1955.....	7,7	10,6	6,8	3,6
1956.....	-2,4	6,9	1,0	-1,1
1957.....	9,3	5,6	6,9	3,8
1958.....	2,0	16,1	6,6	3,5
1959.....	5,3	12,0	7,3	4,2
1960.....	4,9	10,0	6,7	3,5
1961.....	7,6	10,8	7,3	4,1
1962.....	5,5	7,7	5,4	2,2
1963.....	1,0	0,7	1,6	-1,6
1964.....	1,3	5,0	3,1	0,0
1964*.....	13,8	-4,7	3,0	1,7
1951/55.....	-2,0	11,8	4,4	1,3
1950/60.....	5,1	7,8	5,7	2,7
1961/65.....	3,8	10,4	5,0	2,8
	5,8	3,0	4,3	1,3

FONTE — Instituto Brasileiro de Economia — FGV.

* Estimativa Preliminar.

No período 1951/55 o produto agrícola apresentou um crescimento médio anual de 5,1% e o industrial de 8,0%; de 1956 a 1960, a diferença foi mais sensível, decrescendo a taxa média do produto agrícola para 3,8% e elevando-se a da indústria para 10,4%; no período 1961/65 observou-se o inverso: o setor agrícola apresentou boa recuperação, revelando uma taxa média anual de crescimento de 5,8%, talvez um pouco superavaliada em face dos critérios de levantamento da produção animal, e a indústria experimentou acentuada redução, alcançando, apenas, 3,9% como média anual do período.

Em resumo, a análise da evolução da oferta de produtos agrícolas para o mercado interno e do crescimento da renda agrícola, em termos agregados, está a indicar uma posição global relativamente satisfatória, que adiante se comprovará. É evidente que análise mais detalhada, segundo as principais regiões fisiográficas, mostra deficiências que são compensadas por excedentes de outras áreas. A região Centro-Sul apresenta aspecto mais dinâmico em face da maior amplitude dos mercados resultante do crescimento industrial e da urbanização.

Por outro lado a análise dos componentes mostra insatisfatório desenvolvimento da produção animal.

II.1.2 — A Oferta de Alimentos e de Matérias-Primas

Apesar do baixo nível geral de produtividade que ainda caracteriza o setor agrícola, a oferta de alimentos, segundo evidencia a estatística existente, tem evoluído globalmente de modo a atender, em geral, ao crescimento relativamente rápido da demanda de produtos alimentícios e matérias-primas.

É evidente que a análise do agregado de produto agrícola, no conjunto do país, apresenta uma visão insuficiente em face da evolução diversa dos componentes e da diferenciação econômica das diversas regiões.

A oferta de alimentos evoluiu a uma taxa média de 4,1% ao ano, no período 1950/60, enquanto que a população cres-

cia à taxa de 3,1% e a renda real *per capita* a uma taxa média anual de 1,7%.

Segundo pesquisas efetuadas pela Fundação Getúlio Vargas, o coeficiente médio de elasticidade-renda da demanda é da ordem de 0,55, para o conjunto de produtos agrícolas alimentares, de que resulta um crescimento da demanda interna de alimentos da ordem de 3,94%, semelhante à evolução da oferta. De 1961 a 1965, as lavouras para o mercado interno apresentaram uma expansão média de 6,5% ao ano, índice satisfatório em relação ao crescimento da demanda.

As crises de abastecimento alimentar, nos grandes centros urbanos, provocadas, em alguns casos, por um crescimento insatisfatório da oferta, têm suas raízes principalmente nas bruscas oscilações anuais ou cíclicas, condicionadas a fatores naturais que provocam flutuação nos preços agrícolas ou em defeitos do sistema de comercialização.

Por outro lado, as políticas de exportação geraram, em todo o período de pós-guerra, a necessidade de a oferta se ajustar às condições da demanda interna, resultando uma limitação dos mercados agrícolas, com exceção de alguns produtos tradicionais de exportação, para os quais foram formuladas políticas específicas que facilitavam, e até certo ponto, estimulavam as exportações. As exportações de produtos agrícolas não tradicionais no comércio exterior do Brasil se processavam ocasionalmente como consequência de elevações no rendimento por área, produzindo excedentes eventuais, incapazes de serem absorvidos pela demanda interna.

A evolução do produto agrícola, segundo ramos de atividade (1950 a 1965), em termos de menor agregação, mostra as flutuações anuais e o seu comportamento em período mais longo (Quadro 7).

Entre 1950 e 1955, as lavouras para o mercado interno apresentaram uma evolução média de 5,6%; no período de 1955 a 1960 o aumento médio alcançou 4,8% enquanto que, no período 1960/65, a evolução das lavouras para o mercado interno atingiu a média de 6,5% ao ano.

QUADRO 7

EVOLUÇÃO DO PRODUTO AGRÍCOLA REAL, SEGUNDO RAMOS DE ATIVIDADE (1950/65)

(Taxas Anuais) %

ANOS	LAVOURA			Produção animal e derivados	Produção extrativa vegetal	Total
	Mercado interno	Exportação	Total			
1951.....	-2,4	- 0,1	-1,8	6,3	8,2	0,7
1952.....	10,6	3,6	8,3	14,8	-2,0	9,1
1953.....	5,2	-11,1	0,4	0,0	0,0	0,2
1954.....	8,9	-4,7	4,8	16,8	2,2	7,9
1955.....	5,7	12,8	12,7	-3,6	1,8	7,7
1956.....	2,3	-26,3	-6,2	8,7	7,1	-2,4
1957.....	4,8	10,6	12,6	3,1	2,6	9,3
1958.....	-2,6	17,8	3,1	-2,2	10,3	2,0
1959.....	8,7	-2,2	6,9	0,7	7,9	5,3
1960.....	10,6	-4,6	6,8	-2,7	17,5	4,9
1961.....	5,0	0,7	5,0	12,8	11,4	7,6
1962.....	5,5	-2,5	4,0	8,7	4,8	5,5
1963.....	4,9	-22,6	0,4	1,7	6,2	1,0
1964.....	3,1	-32,3	-0,2	6,1	3,6	1,3
1965.....	14,0	75,8	20,1	6,0	3,8	13,8
1951/55.....	5,6	1,0	4,9	6,9	2,0	5,1
1956/60.....	4,8	4,7	4,6	1,5	9,1	3,8
1961/65.....	6,5	3,8	5,0	7,1	6,0	5,8

FONTE: Instituto Brasileiro de Economia — FGV.

Nos três períodos a oferta teve condições de satisfazer à demanda resultante do crescimento da população e da melhoria dos níveis de renda.

Verifica-se, ao mesmo tempo, que as taxas anuais referentes ao crescimento da produção animal, inclusive derivados, devem refletir considerável imprecisão estatística, desde que a evolução dos preços mostra insuficiência da oferta dos produtos da pecuária. É provável que a taxa de crescimento dos rebanhos adotada nas estatísticas básicas — possivelmente superestimada — tenha contribuído para êsses níveis globais de crescimento que não parecem refletir a realidade.

A análise mais detalhada das lavouras permite situar os componentes que registraram maior expansão. Verifica-se que o grupo dos cereais (arroz, aveia, centeio, cevada, milho e trigo) apresentou uma evolução, no período 1961/65, de 7,8%, atendendo à demanda, com acentuado crescimento em relação ao aumento verificado no período 1956/60, que foi de

QUADRO 8
EVOLUÇÃO DAS LAVOURAS — 1955/65 — ÍNDICES SINTÉTICOS
DE QUANTIDADES (ANO BASE — 1955)

ANOS	PRODUTOS DE CONSUMO INTERNO			Matérias-primas industriais	Produtos de exportação	Total
	Cereais	Tubérculos e leguminosas	Frutos			
1956.....	-4,9	0,1	7,0	0,4	-21,4	-4,1
1957.....	10,7	7,1	4,6	2,8	38,0	12,6
1958.....	-7,5	-4,6	1,1	2,9	17,6	3,1
1959.....	6,2	6,8	7,7	13,9	26,2	6,9
1960.....	13,6	9,7	5,3	11,1	-5,6	6,8
1961.....	4,9	1,9	4,8	10,6	5,2	5,0
1962.....	6,5	4,9	7,6	8,2	-2,5	4,9
1963.....	1,4	11,2	6,6	3,3	-20,7	0,4
1964.....	5,8	4,2	3,8	-2,0	-32,5	-6,9
1965.....	20,2	11,1	6,0	18,1	65,0	20,1
1958/60.....	3,6	3,8	5,1	6,2	10,3	4,4
1961/65.....	7,8	6,7	5,6	7,1	2,8	5,9

FONTE: Instituto Brasileiro de Economia — FGV.

3,6%. As matérias-primas de origem agrícola, para o setor industrial, registram uma evolução de 6,2%, no período de 1956/60, e de 7,1%, como média anual, no período 1961/65.

O Quadro 8 apresenta taxas referentes à evolução das quantidades produzidas pelas lavouras no período 1955/65 (*)

Fator importante a assinalar refere-se às flutuações anuais no produto agrícola. Nesse sentido é significativo o exame de período posterior a 1961.

II.1.3 — Análise dos Preços

O comportamento dos preços, a partir de 1949, parece confirmar um nível de oferta global geralmente satisfatório.

(*) Esses índices foram construídos segundo o critério Laspeyres, com base móvel em 1955 e ponderação móvel (ano anterior). Figuram no grupo de cereais: arroz, aveia, centeio, cevada, milho e trigo; de tubérculos e leguminosas: batata-doce, batata-inglesa, fava, feijão e mandioca; frutos: abacate, abacaxi, banana, laranja, manga, melancia e tangerina; de matérias-primas industriais: algodão, amendoim, cana-de-açúcar, fumo, juta, mamona, sisal, tungue e uva; e de produtos de exportação: café e cacau.

em relação à demanda, com exceção dos produtos de origem animal, por sinal os mais afetados pelos contróles de preços.

Não se verificou um movimento definido nas relações de troca, a favor do setor agrícola, embora seja notada uma série de flutuações que podem ter sua origem em fatores cíclicos ou residuais.

QUADRO 9

ÍNDICES DE PREÇOS DE PRODUTOS AGRÍCOLAS, AO NÍVEL DO ATACADO — VALORES DEFLACIONADOS PELO ÍNDICE GERAL DE PREÇOS, EXCLUSIVE CAFÉ

ANOS	Agricultura, Exclusive Café	
	Média Anual	Média Quadrienal (*)
1949.....	97,6	} 98,6
1950.....	94,0	
1951.....	100,0	
1952.....	102,7	
1953.....	105,6	} 103,2
1954.....	100,3	
1955.....	104,2	
1956.....	102,7	
1957.....	99,1	} 99,8
1958.....	96,4	
1959.....	97,4	
1960.....	106,4	
1961.....	106,4	} 107,3
1962.....	111,3	
1963.....	107,3	
1964.....	104,2	
1965.....	95,0	} 98,2
1966.....	101,3	

FONTE: Índices calculados com base em dados da Fundação Getúlio Vargas.

(*) Médias de 1949/52; 1953/56; 1957/60; 1961/64 e 1965/66.

A conclusão é válida tanto para os preços ao nível do atacado (Quadro 9) como do produtor (Quadro 10).

QUADRO 10

INDICES DOS PREÇOS DOS PRODUTOS AGRÍCOLAS AO NÍVEL DO PRODUTOR, AGREGADOS PARA O TOTAL DO PAÍS — VALORES DEFLACIONADOS PELO ÍNDICE GERAL DE PREÇOS, SEM CAFÉ — 1949/53 = 100

ANOS	BRASIL					
	Agricultura sem café		Produtos vegetais		Produtos de origem animal	
	Média anual	Média quadrienal (*)	Média anual	Média quadrienal (*)	Média anual	Média quadrienal (*)
1949.....	99,4		100,7		91,8	
1950.....	96,7	107,0	92,6	94,0	96,6	97,9
1951.....	94,7		86,5		97,4	
1952.....	97,1		98,8		105,9	
1953.....	112,2		121,5		108,9	
1954.....	102,2		102,4		100,7	
1955.....	106,7	107,8	103,6	108,6	115,5	110,9
1956.....	106,9		107,1		112,5	
1957.....	103,2		103,1		105,3	
1958.....	96,8		102,8		107,1	
1959.....	97,2	101,3	101,4	100,0	103,3	110,1
1960.....	105,0		96,3		124,6	
1961.....	101,5		87,4		128,9	
1962.....	117,8		119,4		134,0	
1963.....	107,2	108,7	98,5	99,1	127,7	131,4
1964.....	108,4		92,4		134,3	

FONTE: Índices calculados com dados fornecidos pelo SFP.
 (*) Média de 1949/52, 1953/56, 1957/60 e 1961/64.

No Quadro 10 verifica-se, por exemplo, que média do quadriênio 1961/64, 108,7 (sendo 1949/53 = 100) é semelhante à do período quadrienal 1953/56, cujo índice se situa no nível de 107,8.

Aparentemente houve uma tendência de crescimento dos preços, em relação ao quadriênio 1949/52, embora permanecam mais ou menos constantes nos três últimos quadriênios. Entretanto, a análise de preços ao atacado e ao produtor, em São Paulo (Quadro 11), mostra uma queda de preços nos dois últimos anos (1965 e 1966).

Agregados ao nível de produtos vegetais e de produtos de origem animal, os preços dos produtos confirmam a observação geral de que a oferta de produtos vegetais foi satisfatória e insuficiente a produção animal.

QUADRO 11

ÍNDICES DE PREÇOS DE PRODUTOS AGRÍCOLAS AO NÍVEL DO PRODUTOR, NO ESTADO DE SÃO PAULO — VALORES DEFLACIONADOS PELO ÍNDICE GERAL DE PREÇOS, SEM CAFÉ — 1949/53 = 100

ANOS	GERAL SEM CAFÉ (23 produtos)		PRODUTOS VEGETAIS SEM CAFÉ (19 produtos)		PRODUTOS ALIMENTÍCIOS DE ORIGEM ANIMAL (4 produtos)	
	Média anual	Média quadriennal (1)	Média anual	Média quadriennal (1)	Média anual	Média quadriennal (1)
1949.....	97,7		98,8		96,0	
1950.....	93,6		92,5		97,2	
1951.....	100,3	98,0	102,1	97,6	97,0	98,9
1952.....	100,4		97,2		105,3	
1953.....	108,0		109,4		104,6	
1954.....	98,7	101,6	96,4	101,1	101,4	104,3
1955.....	102,9		100,1		108,3	
1956.....	97,0		98,5		102,9	
1957.....	95,0		95,7		92,8	
1958.....	93,0	94,3	93,6	91,6	91,6	99,5
1959.....	90,4		89,1		93,5	
1960.....	98,9		87,8		120,2	
1961.....	101,2		90,2		121,3	
1962.....	110,1		105,5		120,3	
1963.....	100,8	102,7	96,5	96,9	109,2	114,1
1964.....	98,6		95,5		105,7	
1965.....	86,7	92,4	78,3	79,2	104,5	117,9
(2) 1966.....	98,0		80,1		131,3	

FONTE: Índices calculados com dados fornecidos pela Divisão de Economia Rural da Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo.

(1) Média de 1949/52, 1953/56, 1957/60, 1961/64 e 1965/66.

(2) Valores Preliminares.

A média quadriennal dos produtos vegetais, apesar de crescerem de 94,6, em 1949/52, para 108,6, em 1953/56, apresenta tendência declinante, nos dois quadriênios seguintes, para 100,9 e 99,4. Já os produtos de origem animal registram preços crescentes a partir de 1949.

As informações para o Estado de São Paulo (Quadro 11) revelam que o índice representativo da média dos preços de 19 produtos de origem vegetal, alimentares ou não, apresenta uma tendência decrescente.

Agregando-se os preços ao nível de três grandes regiões, Norte/Nordeste, Leste/Oeste e Sul (Quadro 12), verifica-se que o comportamento dos preços das duas últimas regiões é semelhante à tendência observada no conjunto do país: os preços

QUADRO 12

ÍNDICES DE PREÇOS DOS PRODUTOS AGRÍCOLAS AO NÍVEL DO PRODUTOR, AGREGADOS POR REGIÕES FISIOGRAFICAS — VALORES DEFLACIONADOS PELO ÍNDICE GERAL DE PREÇOS SEM CAFÉ 1949/53 = 100

ANOS	NORTE-NORDESTE				LESTE OESTE				SUL			
	Produtos vegetais		Produtos de origem animal		Produtos vegetais		Produtos de origem animal		Produtos vegetais		Produtos de origem animal	
	Média anual	Média quadriennal (*)	Média anual	Média quadriennal (*)	Média anual	Média quadriennal (*)	Média anual	Média quadriennal (*)	Média anual	Média quadriennal (*)	Média anual	Média quadriennal (*)
1949.....	82,6		92,4		99,5		90,8		107,6		94,0	
1950.....	80,1		90,0		91,0		97,1		91,1		95,5	
1951.....	108,0	98,0	100,7	98,7	83,7	93,1	98,8	98,1	81,5	94,4	96,9	97,5
1952.....	111,7		105,1		99,4		105,8		94,3		103,7	
1953.....	107,0		105,2		120,4		107,6		122,5		109,0	
1954.....	81,0		103,0		112,3		105,0		101,0		107,7	
1955.....	83,6	92,8	108,4	106,6	101,0	113,3	112,3	108,1	109,2	111,3	121,2	113,8
1956.....	95,5		109,0		110,1		108,0		109,4		116,2	
1957.....	90,9		110,2		99,0		101,1		107,2		106,8	
1958.....	117,3		113,7		97,0		103,1		101,8		108,3	
1959.....	101,3	102,4	105,4	111,4	101,3	97,0	98,4	105,5	101,9	102,8	106,5	
1960.....	94,1		128,1		90,5		119,1		100,5		127,7	112,3
1961.....	100,2		133,9		77,4		123,9		88,7		131,3	
1962.....	144,0		112,1		113,0		130,8		111,3		134,8	
1963.....	101,2	108,0	146,1	143,2	99,0	91,7	117,5	125,6	98,9	99,9	127,8	131,1
1964.....	88,2		150,3		89,0		130,1		97,6		131,0	

FONTE: Índices calculados com dados fornecidos pelo SEP.

(*) Médias de 1949/52, 1952/56, 1957/60 e 1961/64.

QUADRO 13

ÍNDICES DE PREÇOS DE PRODUTOS VEGETAIS NO BRASIL, NO PERÍODO DE 1949 A 1965 — VALORES DEFLACIONADOS PELO ÍNDICE GERAL DE PREÇOS SEM CAFÉ

ANOS	ARROZ		FEIJÃO		MILHO		AMENDOIM		BATATA- -INGLÊSA		SOJA		BANANA	
	Média anual	Média qua- drinial (*)	Média anual	Média qua- drinial (*)	Média anual	Média qua- drinial (*)	Média anual	Média qua- drinial (*)	Média anual	Média qua- drinial (*)	Média anual	Média qua- drinial (*)	Média anual	Média qua- drinial (*)
1949.....	107,7		93,0		105,7		111,7		93,6					99,1
1950.....	87,1	88,8	83,7	93,4	88,7	95,5	109,3	101,0	111,1	97,0				97,3
1951.....	78,3		90,0		81,3		93,5		100,2					98,5
1952.....	87,9		107,0		106,1		89,6		83,2		96,5			101,5
1953.....	145,0		126,3		117,9		95,9		111,8		109,6			103,5
1954.....	126,7	120,1	78,4	118,5	93,7	103,8	105,6	92,6	107,0	100,8	98,6	100,9	106,0	102,7
1955.....	106,3		118,5		102,1		77,2		99,4		88,3			100,2
1956.....	108,6		151,0		101,4		91,7		84,8		106,8			101,2
1957.....	107,8		128,3		91,0		109,2		90,9		96,3			100,7
1958.....	111,1	99,8	101,3	135,2	93,7	91,2	86,9	98,6	81,3	85,6	96,9	102,1	107,6	102,8
1959.....	91,5		145,1		94,3		78,3		86,8		91,9			101,3
1960.....	85,8		163,1		82,6		119,8		80,4		124,4			101,6
1961.....	71,5		109,5		80,3		102,1		99,7		116,0			106,1
1962.....	112,9	97,6	187,8	132,0	101,1	85,2	90,4	110,0	92,2	77,3	98,8	112,1	114,5	115,7
1963.....	115,3		136,8		99,3		98,3		81,2		110,0			113,9
1964.....	90,6		97,3		87,1		149,1		63,1		123,5			128,4
1965.....	61,5		93,5		71,0		110,1		59,5		121,2			107,6

FONTE: Índices calculados com dados fornecidos pelo SEP.

(*) - Médias de 1949/52, 1953/56, 1957/60 e 1961/64.

dos produtos vegetais decrescem, acontecendo o inverso com os de origem animal. Os preços dos produtos vegetais no Norte/Nordeste revelam uma tendência estável, desde que eliminado o ano de 1962, que apresenta uma situação anormal. ao passo que os dos produtos de origem animal crescem em ritmo mais rápido do que o verificado para Leste/Oeste e Sul. Verifica-se, assim, que o setor agrícola no Norte/Nordeste apresenta um desempenho menos satisfatório que nas demais regiões.

A análise do comportamento dos preços de 12 produtos básicos conduz ao seguinte grupamento:

- a) Produtos com tendência crescente de preços;
- b) Produtos cujos preços evoluem em tórno ou próximo do nível geral de preços;
- c) Produtos com tendência decrescente de preços (Quadros 13 e 14).

QUADRO 14

ÍNDICE DE PREÇOS DOS PRODUTOS ANIMAIS NO BRASIL, NO PERÍODO DE 1949 A 1965 — VALORES DEFLACIONADOS PELO ÍNDICE GERAL DE PREÇOS SEM CAFÉ 1949/53 = 100

ANOS	ROVINOS		LEITE		SUÍNOS		OVOS	
	Média anual	Média quadriennial (*)	Média anual	Média quadriennial (*)	Média anual	Média quadriennial (*)	Média anual	Média quadriennial (*)
1949.....	87,1		94,7		96,9		97,8	
1950.....	91,6		102,3		96,5		99,6	
1951.....	96,6	96,3	99,1	99,5	97,0	98,2	96,2	98,5
1952.....	109,8		102,0		102,4		100,4	
1953.....	113,9		102,0		107,3		106,0	
1954.....	118,5	124,1	92,1	96,6	108,8	110,25	99,9	100,0
1955.....	136,4		94,0		111,0		95,5	
1956.....	126,7		98,5		110,0		98,5	
1957.....	112,9		95,4		101,8		101,1	
1958.....	112,9	121,8	99,4	95,1	102,8	110,0	107,8	101,8
1959.....	113,4		97,1		108,0		103,7	
1960.....	142,2		99,6		127,4		106,7	
1961.....	154,5		103,9		122,9		104,4	
1962.....	165,7	158,0	105,9	107,3	117,5	122,0	100,4	102,0
1963.....	135,6		100,5		121,1		99,4	
1964.....	120,1		116,3		126,6		98,0	
1965.....	153,9		101,9		125,2		91,8	

FONTE: Índices calculados com dados fornecidos pelo SEP.

(*) Médias de 1949/52, 1953/56, 1957/60 e 1961/64.

No primeiro grupo, com tendência crescente de preços, figuram feijão, soja, banana, bovinos e suínos. A situação das culturas do feijão e da soja é agravada pelas fortes oscilações de seus preços. É provável que a demanda do mercado externo tenha influído, também, na variação dos preços de soja.

O grupo de produtos cujos preços evoluem em tórno do nível geral de preços é constituído pelo amendoim, leite e ovos. Embora os preços não forneçam maiores informações tudo indica que a oferta desses produtos vem sendo satisfatória. Devem ser destacadas as fortes oscilações verificadas no preço do amendoim. As oscilações dos preços do leite e de ovos são pouco acentuadas.

O terceiro grupo de produtos é formado pelo arroz, milho e batata-inglês, os quais apresentam uma tendência decrescente em seus preços. São, portanto, produtos cujo comportamento das respectivas séries de preços indica que o desempenho de suas culturas vem sendo, também, satisfatório. A tendência de queda de preços na batata-inglês contrasta com a aparente insuficiência da oferta. Cabe salientar as fortes flutuações verificadas nos preços do arroz, que, para o milho e batata-inglês, se apresentam mais suaves.

II.1.4 — A Exportação de Produtos Agrícolas

Cabe referência a outra contribuição fundamental da Agricultura no processo de desenvolvimento, que é a formação de divisas pela exportação de produtos primários. O processo de substituição de importações, que impulsionou o desenvolvimento industrial brasileiro nos últimos quinze anos, não significa alívio imediato na pressão sobre o balanço de pagamentos. Contidas as importações de bens de consumo, tenderam a aumentar as de bens de capital e matérias-primas necessários às indústrias. Por outro lado, a exportação de produtos agrícolas é essencial à própria expansão do setor primário, desde que o mercado interno não é suficiente para sustentar a taxa de expansão prevista do produto agrícola, necessária ao incremento do produto nacional, no ritmo esperado.

O aumento das correntes de exportações de produtos agrícolas deverá, assim, ser estimulado mediante políticas específicas. Um dos aspectos fundamentais é manter fluxo contínuo e regular, fator indispensável à conquista dos mercados externos. Outro aspecto básico é a elevação dos níveis de produtividade agrícola a fim de assegurar condições favoráveis à concorrência com outros centros de produção. Apenas para exemplificar, há amplas possibilidades para a exportação de arroz, notadamente do Rio Grande do Sul, em face de sua melhor classificação e maior nível de rendimento; de soja, de amendoim, de algodão de fibra média e longa, de madeiras, de carne bovina e outros produtos agrícolas.

II.1.5 — Expansão do Mercado Interno

Segundo definido na nova "Estratégia de Desenvolvimento", esperar-se-á, de um lado, maior contribuição direta da Agricultura ao PIB, diversificando as fontes de dinamismo e, de outro, depender-se-á mais do setor agrícola como fonte de expansão do mercado interno para produtos industriais.

No Diagnóstico da Indústria acentuou-se a limitação de mercado representada pelo fato de que os setores de menor produtividade, no Brasil (primário e terciário), ainda absorvem mais de 80% da população economicamente ativa. A área rural, no Brasil, em 1960, congregava cerca de 53% da população total do país.

Ao examinar o crescimento agrícola como expansão de mercado para a indústria, é necessário acentuar a importância de que tal crescimento se realize de forma continuada e sem flutuações bruscas (para não sujeitar o nível de atividade industrial a violentas oscilações de demanda) e a taxas elevadas, superiores às do passado.

A fim de atuar mais intensamente sobre a fôlha real de salários do setor agrícola (que define a renda disponível dos trabalhadores) será imprescindível incentivar o rápido aumento da produtividade agrícola. Isso evitará o rápido agravamento das disparidades setoriais de produtividade, dentro da

economia, que em última análise leva à limitação de mercado já constatada. Daí a importância, para a expansão de mercado, da política de elevação de produtividade a ser implementada através dos projetos prioritários descritos na Parte II.

Outro aspecto importante, com implicação do ponto de vista do desenvolvimento regional, diz respeito à gradual eliminação das ilhas de economias de subsistência ainda existentes em certas regiões, com incorporação daquelas populações à economia de mercado. A política de elevação da produtividade, conjugada com uma política de desenvolvimento regional baseada em pólos e pontos de apoio, racionalmente executada, poderá contribuir significativamente para tal objetivo.

II.1.6 — Oferta de Mão-de-Obra

Apesar da expansão dos centros urbanos, nos últimos quinze anos, elevada parcela da população permanece no meio rural ao mesmo tempo em que, na distribuição da força de trabalho, cerca de 50% se mantém ocupada no setor primário.

A crescente aplicação da moderna tecnologia no setor industrial, com alta concentração de capital e menor utilização do trabalho, limitou a capacidade de absorção da mão-de-obra do setor, provocando maior retenção da mão-de-obra no setor primário e sua maior transferência para o setor terciário.

A população economicamente ativa na agricultura aumentou, no período 1950/60, de 1,7% ao ano; na indústria, de 2,5% e nos serviços de 5,2% ao ano. No decênio 1940/50, a mão-de-obra no setor industrial cresceu de 5,6% e, nos serviços, de 2,9% ao ano. As previsões do IPEA para o período 1968/73 assinalam um aumento geométrico anual da força de trabalho na Indústria de 3,6%, nos Serviços de 4,4%, na Agricultura, de 1,6%. Como a evidência existente revela, ainda, maior taxa de crescimento natural da população nas zonas rurais, essas zonas continuarão a suprir mão-de-obra às áreas urbanas. Mesmo com a política habitacional e a retomada do desenvolvimento industrial, o setor urbano não poderá aumentar substancialmente sua taxa de absorção de mão-de-obra. Daí, a necessidade de definir uma política específica de aproveita-

mento de mão-de-obra nas próprias áreas rurais ou em **aglo-**merados urbanos menores.

Em 1960 a população rural abrangia 54,9% da população total e as estimativas para 1970 prevêem, ainda, alta proporção: 43%. Por outro lado, no conjunto da força de trabalho, o Censo Agrícola de 1960 registra um total de 15,6 milhões de pessoas ocupadas na agricultura, o que significa um aumento em números absolutos, de 5,3 milhões de pessoas sobre o total existente em 1950.

O confronto da relação entre a mão-de-obra e a área cultivada não mostra alteração significativa no período 1950/60 apesar do maior emprêgo de máquinas, em 1960, em relação a 1950. Em 1950, havia 1,7 hectares de área cultivada por pessoa ocupada e 8 400 tratores nos estabelecimentos agrícolas; em 1960, os dados registram 1,8 hectares de área cultivada por pessoa ocupada e 64 mil tratores na Agricultura.

Apesar do crescimento da taxa de absorção da mão-de-obra no setor terciário e na indústria de construções, será mister, como sugerido, atentar explicitamente para o aproveitamento da mão-de-obra rural, a fim de que os programas de elevação da produtividade agrícola não determinem liberação excessiva do fator trabalho, sem correspondente a imediato aproveitamento da mão-de-obra em outras atividades. Daí, a importância da intensificação dos programas de obras de infraestrutura, no próprio meio rural, que favoreçam a transformação tecnológica e o desenvolvimento de indústrias rurais, criando novas formas de ocupação e de continuação da expansão da área agrícola enquanto economicamente indicado.

II.2 — Evolução da Produtividade e da Área Cultivada

Após examinar o desempenho da Agricultura e suas várias funções, é mister verificar o crescimento do produto agrícola sob as formas de evolução da produtividade e de aumento da área cultivada.

A Agricultura brasileira ainda se caracteriza pela baixa produtividade em termos de rendimento físico, por unidade de

superfície ou por pessoa ocupada, em virtude, principalmente, da escassez de insumos modernos e de capital.

A vasta extensão territorial brasileira, as marcantes diferenças ecológicas, econômicas e sociais, tornam de pouco valor médias nacionais quanto a aspectos que exigem exame mais detido, em função das principais zonas de produção agrícola.

Por outro lado, a deficiência do sistema estatístico nacional, apesar do esforço que se realiza para seu aperfeiçoamento, dificulta a apreciação de aspectos fundamentais. A análise sobre a evolução dos níveis de produtividade agrícola tem sido efetuada à base dos dados do Serviço de Estatística da Produção do Ministério da Agricultura. Contudo, tais dados não refletem investigações de campo ou informações dos produtores, mas, sim, estimativas de caráter subjetivo, efetuadas para o conjunto dos municípios. Não permitem aferir adequadamente o nível de produtividade da agricultura brasileira. Resultados mais fidedignos resultam do levantamento censitário, que provém de informações dos próprios produtores. O confronto dos níveis de rendimento das principais culturas, no total do país e nos Estados de maior produção, nos anos de 1950 e 1960, e o rendimento indicado pelo Serviço de Estatística da Produção, em 1966, são apresentados a seguir.

II.2.I — Evolução da Produtividade

a) *Produtividade das lavouras*

Algodão

Verifica-se que, no período 1950/60, houve, de um modo geral elevação nos níveis de produtividade na lavoura de algodão (Quadro 15). Em São Paulo, maior produtor do país, o rendimento por hectare elevou-se de 626 para 1 188 kg, ou 88%, o que reflete acentuado melhoramento genético, generalizado emprêgo de sementes melhoradas (atualmente a semente certificada de algodão, proveniente dos trabalhos do Instituto Agrônômico de Campinas e de outras entidades, cor-

responde a cerca de 90% do total de sementes utilizadas em São Paulo), adequado emprego de fertilizantes e de defensivos.

Apesar da melhoria das cotações do algodão no mercado mundial as lavouras que proporcionam menos de 100 arrobas ou 1 500 kg por hectare poucas possibilidades têm de concorrer no mercado externo.

QUADRO 15

RENDIMENTO DE ALGODÃO EM CARÓÇO — 1950 — 1960 — 1966 kg/ha

BRASIL E UNIDADES DA FEDERAÇÃO	1950	1960	1966
<i>Brasil</i>	441	780	478
Ceará.....	225	262	255
Rio Grande do Norte.....	229	228	210
Paraíba.....	262	240	258
Pernambuco.....	242	284	258
Minas Gerais.....	516	509	533
São Paulo.....	626	1 188	1 039
Paraná.....	667	1 242	1 160
Matto Grosso.....	720	1 033	700

FONTES: 1950 — 1960 — Censo Agrícola.
1966 — Serviço de Estatística da Produção.

O nordeste algodoeiro, que apresenta extraordinárias possibilidades em face da variedade arbórea de fibra longa, apresenta baixo rendimento, embora se tenha observado melhoria no período 1950/60. Os dados mostram a importância dos trabalhos de melhoramento genético, de adubação, de evitar a mistura de variedades, para elevar a produtividade algodoeira do nordeste, preservando-se e aproveitando-se as grandes possibilidades das variedades de fibra longa para exportação.

Amendoim

A produção de amendoim se concentra em São Paulo, estado responsável por 98,6% da produção e 96,6% da área culti-

vada. O rendimento por hectare na cultura paulista de amendoim, em cultivo simples, indica 1 762 kg por hectare, em 1960, e 1 086 kg por hectare, em 1950, acusando um aumento de 62% no período. O rendimento médio do país alcançava 1 733 kg por hectare, em 1960, e 1 022 kg/ha, em 1950.

Os dados do Serviço de Estatística da Produção registram um nível de rendimento, em 1966, de 1 380 kg por hectare, no total do país e de 1 390 kg/ha em São Paulo.

Verifica-se pelas informações dos próprios produtores, em 1950 e 1960, uma acetuada elevação da produtividade da cultura de amendoim, lavoura que experimentou grande progresso em São Paulo e se apresenta bastante promissora no mercado externo.

Arroz

Os níveis de rendimento do arroz apresentam sensível diferença em função dos sistemas de cultivo. As lavouras irrigadas, como é o caso do Rio Grande do Sul, se situam em posição superior, ao passo que o arroz de "sequeiro", de zonas não irrigadas artificialmente, apresentam menores níveis de produtividade. Além disso, em grandes Estados produtores, como é o caso do Maranhão e zonas de Minas Gerais, as condições da lavoura são bastante desfavoráveis. Não é usada semente melhorada, não se pratica adubação ou irrigação e a colheita é manual.

Dai, não se ter observado, na média nacional, melhoria no rendimento, verificando-se mesmo ligeiro decréscimo de 1 390 kg/ha, em 1950, para 1 252 kg/ha, em 1960.

No Rio Grande do Sul observa-se uma pequena queda no nível de produtividade de 2 240 para 2 180 kg/ha, no período 1950/60. No entanto, nos últimos seis anos, verificou-se sensível progresso na lavoura de arroz do Rio Grande do Sul, em decorrência dos trabalhos de melhoramento de sementes coordenados pelo IRGA (Quadro 16). Cabe, ainda, observar que, de acôrdo com os dados do IRGA, não se registra a redução no rendimento apontada pelo Censo Agrícola, tendo evoluído o nível de produtividade de maneira satisfatória.

QUADRO 16
RENDIMENTO DE ARROZ NO RIO GRANDE DO SUL
DE ACORDO COM O IRGA

ANOS	Kg/ha
1949/50.....	2 414
1959/60.....	2 594
1962/63.....	2 716
1963/64.....	2 338
1964/65.....	2 688

Nos demais estados grandes produtores, o nível de rendimento é bastante inferior.

QUADRO 17
RENDIMENTO DO ARROZ — 1950/60 — 1966
 kg/ha

BRASIL E UNIDADES DA FEDERAÇÃO	1950	1960	1966
<i>Brasil</i>	1 390	1 252	1 450
Maranhão.....	1 050	1 365	1 140
Minas Gerais.....	1 095	845	1 156
São Paulo.....	1 240	1 046	1 220
Paraná.....	1 200	624	1 290
Santa Catarina.....	1 790	2 157	2 433
Goiás.....	1 550	1 159	1 400
Rio Grande do Sul.....	2 240	2 180	3 110

FONTES: Serviço Nacional de Recenseamento e Serviço de Estatística da Produção.

Com exceção dos Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, onde se verificou grande esforço no sentido de introduzir a moderna tecnologia, com práticas de irrigação, adubação, maior emprego de sementes melhoradas, nos demais Estados produtores o nível de rendimento é dos mais baixos.

Apresentando o arroz boas possibilidades de exportação, desde que se mantenha corrente contínua e regular, a política de aumento dos níveis de produtividade é condição básica.

Batata-inglês

O rendimento da batata-inglês apresentou sensível melhoria nos últimos anos, em face do trabalho de entidades oficiais e privadas com o objetivo de difundir a batata-semente certificada, as práticas de adubação e de defesa sanitária.

Em 1950, de acordo com o Censo Agrícola, o rendimento da batata-inglês, no Brasil, como um todo, alcançava 3,5 t por hectare; em 1960, se elevou para 3,8 t por hectare. Todavia, em São Paulo, maior produtor do país, o rendimento alcançou, em 1960, a média de 8,5 t/ha, enquanto que, em 1950, era de 5,2 t/ha, acusando, pois, uma elevação de 65%, no período 1950/60. O Serviço de Estatística da Produção registra, em 1966, um rendimento médio de batata-inglês de 6,6 t/ha e, em São Paulo, de 9,0 t/ha.

A maior difusão da bata-semente em São Paulo e em outros Estados produtores, como Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Minas Gerais poderá elevar, sensivelmente, o nível de produtividade, eliminando-se o *deficit* previsto entre a oferta e a demanda do produto. Em 1965, era de apenas 4% a proporção de batata-semente certificada, em relação ao total de sementes utilizadas.

Feijão

A cultura do feijão apresenta baixos níveis de produtividade em todo o país. Na realidade, a importância do produto na dieta alimentar do povo brasileiro recomenda maior atenção à lavoura de feijão no que se refere à pesquisa, à obtenção de sementes melhoradas, em escala comercial, ao crédito vinculado à assistência técnica, para evoluir da lavoura subsidiária, cultivada geralmente em associação com outras culturas, para a prática de lavouras organizadas em cultivo simples, em escala comercial.

No conjunto do país, o rendimento do feijão, em cultivo simples, alcançou, em 1960, 543 kg por hectare enquanto que, na cultura associada, atingiu a 320 kg/ha. A produção de feijão em cultivo simples, ou em lavouras isoladas corresponde a cerca de 60% do total.

Em 1950 o rendimento do feijão, em cultivo simples, foi de 634 kg/ha e o de cultivos associados a outras culturas alcançou 310 kg por hectare. Observa-se, pois, no decênio, certa redução na produtividade da cultura de feijão, o que é natural, desde que praticamente nada foi feito para a melhoria tecnológica da cultura. A proporção de sementes melhoradas do feijão, em relação ao total de sementes plantadas, não alcança a 1%.

Milho

A elevação dos níveis de rendimento da cultura de milho é essencial à expansão da produção animal, notadamente suinocultura e avicultura, além dos seus efeitos positivos com vista à elevação da renda agrícola e à maior exportação.

No decênio 1950/60 foi realizado grande esforço de entidades oficiais e privadas, com o objetivo de aumentar a produção de variedades híbridas e sintéticas de milho. Nos principais Estados produtores, correspondendo à região Centro-Sul, a proporção de sementes melhoradas sobre o total de sementes utilizadas já alcança cerca de 40%. Observa-se, contudo, que esse esforço ainda não proporcionou reflexos sensíveis na melhoria do nível de produtividade.

Em 1960, o rendimento do milho, em cultivo simples, no Brasil, alcançava 1 220 kg por hectare, o que é bastante reduzido se comparado com os rendimentos de 5 a 6 toneladas por hectare que proporcionam alguns híbridos. Na realidade, para o conjunto do país, não se verificou qualquer evolução no nível de produtividade, no decênio 1950/60, desde que, em 1950, o rendimento por hectare alcançava 1 240 kg (Quadro 18).

A melhoria observada em São Paulo foi de 1 240 para 1 433 kg/ha, sendo necessário, ainda, grande esforço para elevar o nível de produtividade do milho. Os rendimentos, em

1960, nos principais Estados produtores, mostram certa redução em relação a 1950. Deverá ser efetuado grande esforço de recuperação e elevação dos níveis de produtividade do milho em face de sua importância para a produção animal, a indústria alimentar e a exportação.

QUADRO 18
RENDIMENTO DO MILHO — 1950/60
Em kg/ha

BRASIL E MAIORES ESTADOS PRODUTORES	1960	1950
<i>Brasil</i>	1 220	1 240
Ceará.....	846	1 190
Pernambuco.....	633	730
Bahia.....	851	850
Minas Gerais.....	1 087	1 210
Espírito Santo.....	872	820
São Paulo.....	1 433	1 240
Paraná.....	1 050	1 400
Santa Catarina.....	1 537	1 450
Rio Grande do Sul.....	1 302	1 230
Goiás.....	1 320	1 600

FONTE: Serviço Nacional de Recenseamento.

Trigo

No conjunto do país, os dados de rendimento da lavoura tritícola refletem o nível de produtividade da região Sul, onde a produção do Rio Grande do Sul compreendia, em 1960, 76% da produção total do Brasil. O rendimento do trigo naquele Estado, em 1960, foi bastante reduzido, 487 kg por hectare, inferior ao registrado pelo Censo Agrícola de 1950, 670 kg por hectare (Quadro 19).

Apesar dos trabalhos desenvolvidos pelo Instituto de Pesquisas e Experimentação do Sul e pelas cooperativas dos produtores do trigo, os níveis de rendimento permanecem reduzidos. Em determinados anos há, ainda, quedas sensíveis na produtividade, em face da incidência de moléstias. Os últimos

levantamentos sobre a lavoura de trigo mostram certa melhoria nos rendimentos por unidade de área.

QUADRO 19
RENDIMENTO DA LAVOURA DE TRIGO
Em kg/ha

SAFRAS	Rio Grande do Sul	Santa Catarina	Paraná
1962/63.....	11210	921	985
1963/64.....	571	502	559
1964/65.....	830	869	862
1965/66.....	728	660	705

FONTE: Comissão Central de Levantamento e Fiscalização das Sementes Triticolas.

Observa-se acentuada variação dos rendimentos, resultantes de aspectos climáticos e incidência de doenças. Apesar dos trabalhos realizados, é necessário ampliar a pesquisa e a produção de sementes, introduzir meios mecânicos de preparo do solo e colheita e adotar práticas de adubação, a fim de que se possa alcançar maior nível global de produção e aliviar a participação do trigo no conjunto das importações.

b) *Produtividade na produção animal*

Apesar da diferenciação regional, com zonas de criação evoluídas, a pecuária nacional caracteriza-se pela baixa produtividade em decorrência da reduzida taxa de natalidade, alta mortalidade, avançada idade em que os bovinos são conduzidos ao abate e alta incidência de zoonoses, exigindo amplo programa de controle profilático.

A reduzida parcela de pastos artificiais, 16,4% sobre o total de pastagens, em 1960, dá origem à baixa capacidade de suporte de animais, em relação à área: 0,5 unidades bovinas por hectare. A elevação, no período 1950/60, da proporção de pastos cultivados de 13,1 para 16,4%, em relação ao total de pastagens, é, ainda, insuficiente.

O programa previsto para o período 1968/70, estabelece um conjunto de medidas básicas para a elevação dos níveis de produtividade da pecuária bovina, de corte e leiteira, a suinocultura e avicultura, principalmente através de programas de crédito associados à assistência técnica.

II.2.2 — Expansão da Área Cultivada

O esforço realizado no sentido de elevar os níveis de produtividade agrícola, nos últimos anos, teve êxito em áreas restritas e culturas isoladas. No conjunto do país, e mesmo em zonas típicas de produção em escala comercial, o rendimento ainda é bastante reduzido.

O aumento verificado na produção resultou mais da expansão da área cultivada do que da elevação dos níveis de produtividade. Em 1950, para um total de 232 milhões de hectares de área agrícola, havia 19 milhões de terras de lavoura, sendo 4,4 milhões de culturas permanentes e 14,7 milhões de culturas anuais. Em 1960, a área de lavouras evoluiu para 28,7 milhões de hectares, sendo 7,8 milhões de lavouras permanentes e 20,9 milhões de hectares de culturas anuais, o que significa um acréscimo de cerca de 4,2% de incremento médio anual. Em 1966 a área da lavoura alcançou 32 milhões de hectares com um aumento de 6% em relação a 1964.

A expansão da área cultivada, no período 1950/60, de 4,2% ao ano (taxa geométrica anual), corresponde aproximadamente à taxa de crescimento da oferta de produtos agrícolas.

Embora seja difícil a generalização, principalmente em face de insuficiência de pesquisa, talvez se possa concluir haver sido a ênfase na expansão da área cultivada justificada economicamente nas condições que, à época, prevaleciam. À medida que a ocupação de novas terras vem passando a exigir novos e substanciais investimentos, não apenas em infra-estrutura como em tratamento do solo, deverá verificar-se, em futuro próximo, uma mudança de ênfase no sentido de um maior esforço quanto ao aumento da produtividade, sem negligenciar as oportunidades ainda existentes de aumento da área culti-

vada, particularmente quando isso se fizer possível sem expansão da área total.

II.3 — Estrutura Agrária

A análise referente à dimensão da propriedade rural e à predominância de latifúndios ou minifúndios tem por objetivo principal relacionar a concentração territorial ou a extrema partilha de terras, ao nível de produtividade no setor agrícola e ao padrão de vida dos agricultores.

O que se tem em mira é a correção de defeitos básicos de estrutura, a fim de assegurar adequado aproveitamento das terras e contribuir para o desenvolvimento econômico e social do país.

Por outro lado, a definição de um estabelecimento agrícola como latifúndio ou minifúndio, apenas segundo seu tamanho físico, leva a evidentes erros. O conceito de grande ou pequena propriedade varia em função das modalidades de exploração, da densidade demográfica da população rural, da tecnologia adotada, do clima e tipo de solo.

Na realidade, o denominador comum de todos êsses fatores determinantes do tamanho é a capacidade de gerar renda, mas mesmo essa capacidade depende de aspectos como, por exemplo, o grau de tecnologia utilizada.

A diferenciação ecológica, econômica e social em nosso país gerou diversas formas de divisão e distribuição territorial. Há, contudo, um denominador comum que é a predominância de imóveis rurais de grande extensão, ao lado de numerosos estabelecimentos que não apresentam condições para obter um nível de produção capaz de sustentar sequer uma família.

Os dados mais recentes sobre a estrutura da propriedade agrícola, no Brasil, resultam do cadastro de imóveis rurais efetuado pelo IBRA em 1965 e 1966, como marco inicial da Reforma Agrária.

Os imóveis rurais até 100 hectares compreendiam 87% do número total de propriedades e apenas 20% da superfície

total. Por outro lado, somente 1 627 imóveis compreendiam 11,7% da área agrícola total (Quadro 20).

QUADRO 20
EXTENSÃO DOS IMÓVEIS RURAIS — 1965

CLASSES DE ÁREA (ha)	Número de Propriedades	%	Área Total (1 000 ha)	%
Até 10.....	1 201 863	35,9	5 565	1,8
10 — 100.....	1 727 469	51,6	57 072	18,6
100 — 1 000.....	375 804	11,2	105 825	34,5
1 000 — 10 000.....	39 269	1,2	97 342	31,7
10 000 — 100 000.....	1 627	0,1	35 925	11,7
100 000 e mais.....	27	0,0	5 400	1,8
TOTAL.....	3 346 059	100,0	307 132	100,0

FONTE: IBRA.

Verifica-se, ao lado do latifúndio, aguda incidência de minifúndio, de vez que 35,9% dos imóveis têm menos de 10 hectares, embora não cheguem a compreender 2% da superfície total.

Outro aspecto a assinalar é o elevado número de arrendatários e parceiros, sujeitos a sistemas atrasados de relação com os proprietários. Constituem cêrca de 1,0 milhão de pessoas que exploram a terra com pagamento de aluguel, em dinheiro ou em produtos.

A deficiente distribuição territorial da propriedade rural acrescenta-se a expressão quantitativa da força de trabalho. O Censo Agrícola de 1960 registra um total de 15,6 milhões de pessoas ocupadas nos estabelecimentos agropecuários, dos quais 11,4 milhões de homens e 4,2 milhões de mulheres. Sendo o número de proprietários de 3,4 milhões, o número potencial dos "sem terra" seria de 5,8 milhões considerando, no total de homens, apenas os de 14 anos e mais (de acôrdo com a distribuição do Censo Agrícola). Excluindo, também, a faixa etária até 20 anos, resultaria um total de 4 milhões de homens sem terra.

Outro ponto a salientar na estrutura agrária brasileira é a forma de aproveitamento da área agrícola. Os dados do Censo Agrícola de 1960, confirmados pelo cadastro do IBRA, em 1965, registram alta incidência de terras sem utilização nos imóveis rurais (Quadro 21).

QUADRO 21
APROVEITAMENTO DAS TERRAS SEGUNDO OS CENSOS
AGRICOLAS DE 1950 E 1960 — TOTAL DO PAÍS
 (Áreas em 1 000 Hectares)

ESPECIFICAÇÃO	1950		1960	
	Total	%	Total	%
Área total.....	232 211	100,0	249 862	100,0
Lavouras.....	19 095	8,2	28 712	11,5
Permanente.....	4 402	1,9	7 797	3,1
Temporárias.....	14 693	6,3	20 915	8,4
Pastagens.....	107 633	46,4	122 335	49,0
Naturais.....	92 660	40,0	102 272	40,9
Artificiais.....	14 973	6,4	20 063	8,1
Matas.....	55 909	24,1	57 945	23,2
Naturais.....	54 870	23,6	55 875	22,4
Reflorestadas.....	1 129	0,5	2 070	0,8
Incultas.....	34 510	14,8	28 175	11,3

FONTE: Serviço Nacional de Recenseamento.

As terras incultas compreendiam 15% do total das terras agrícolas, em 1950, proporção que decresceu para 11,3%, em 1960. Há acentuada predominância de pastagens, do tipo natural, que abrange cerca da metade da área agrícola.

O aproveitamento das terras, em função da extensão dos imóveis rurais, mostra a predominância da exploração pecuária nos grandes imóveis mas, em certos grupos, confirma acentuado grau de ociosidade, com elevada parcela de terras improvetadas (Quadro 22).

QUADRO 22
UTILIZAÇÃO DAS TERRAS, SEGUNDO CLASSES DE ÁREA
DOS IMÓVEIS RURAIS — 1965

CLASSES DE ÁREA (ha)	Área total	LAVOURAS		PECUÁRIA		FLORESTAS		INAPRO- VEITADAS	
		Total	%	Total	%	Total	%	Total	%
Até 10	5 565	1 361	24,5	706	12,7	284	5,1	2 697	48,5
10 a 100	57 075	10 912	19,1	12 775	22,4	3 692	6,5	24 691	43,2
100 a 1 000	105 825	9 647	9,1	25 357	23,4	7 149	6,8	44 181	41,7
1 000 a 10 000	67 342	4 085	4,2	30 660	31,5	7 388	7,6	45 855	47,1
10 000 a 100 000	35 025	789	2,1	7 151	21,5	3 347	6,3	20 058	55,8
100 000 e mais	5 406	10	0,7	745	13,7	1 071	19,8	2 686	57,1
TOTAL	307 132	26 814	8,7	89 075	29,3	22 933	7,5	140 500	45,8

FONTES: IBRA

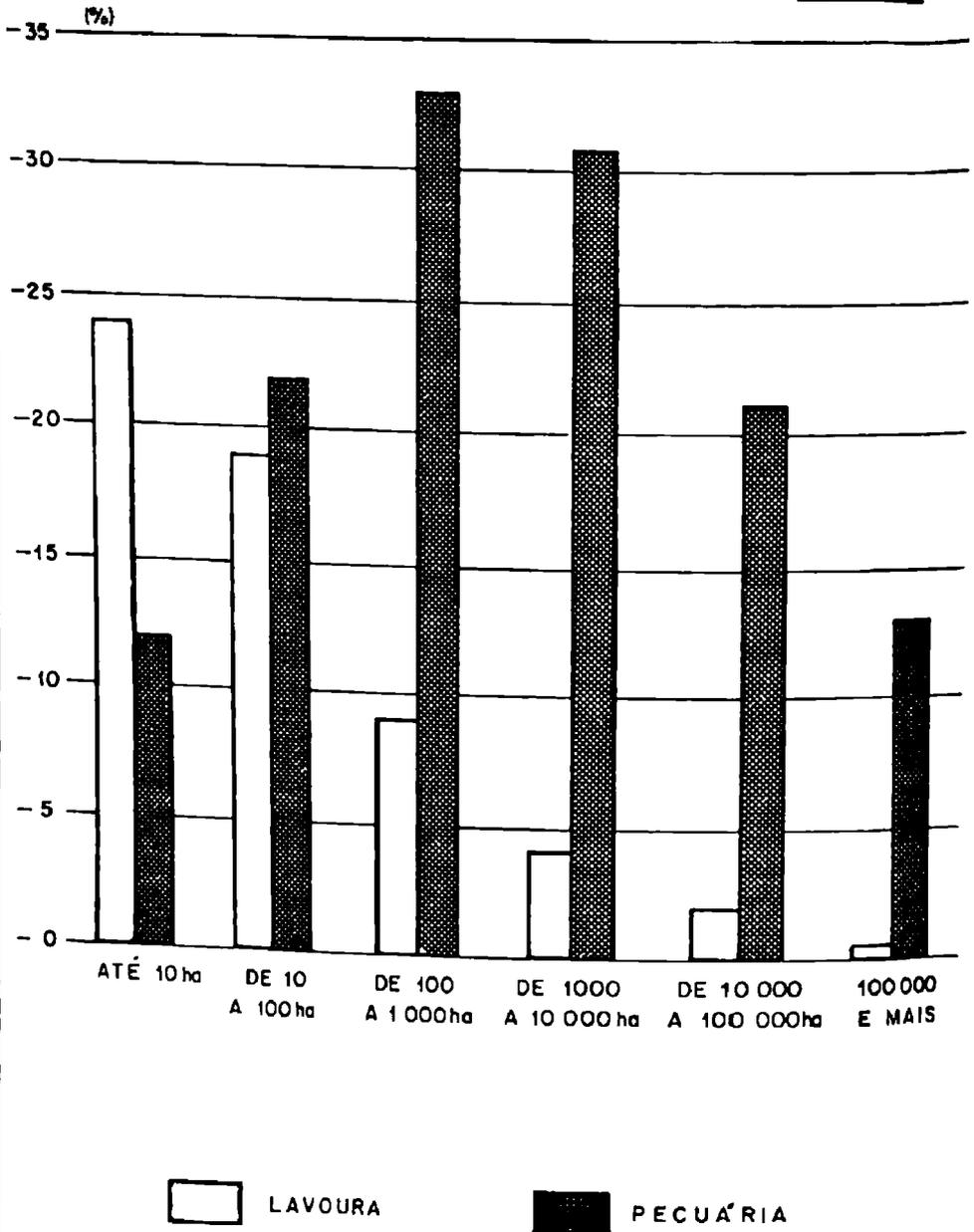
A utilização das terras para lavouras decaiu à medida que se expande o imóvel rural. Na classe de área até 10 hectares correspondia a 24,5%; na classe de 100 a 1 000 hectares a 9,1% e na de 1 000 a 10 000 hectares apenas 4,2% eram utilizados em lavouras (Gráfico 1). Os grandes imóveis apresentam elevada fração de terras utilizadas para a pecuária. As parcelas inaproveitadas, segundo os dados do IBRA, são extensas em tôdas as classes de área. É de se esperar que os efeitos da política de tributação venham a reduzir a incidência de terras inaproveitadas.

Um dos objetivos básicos da reforma agrária é elevar o nível de vida da população rural facilitando o acesso à terra, disciplinando as formas de seu aproveitamento, visando ao mais alto benefício social e integrando milhões de brasileiros que vivem no meio rural ao esforço produtivo para o desenvolvimento econômico.

Não se objetiva reduzir a expressão da grande propriedade quando ela apresenta adequadas formas de aproveitamento da terra. Ao contrário, em função de determinadas modalidades de exploração, a grande propriedade é a única compatível com a utilização da moderna tecnologia. Observa-se, na atualidade, um movimento de reaglutinação de terras em vários países, evitando a fragmentação territorial que impede a adoção de práticas modernas.

PERCENTAGEM DE UTILIZAÇÃO DAS
TERRAS NOS DIVERSOS GRUPOS DE ÁREA DE
PROPRIEDADES RURAIS

1965



Capítulo III

OBJETIVOS E ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA

III.1 — Objetivos Básicos

O “Programa Estratégico de Desenvolvimento” definiu as duas áreas fundamentais no tocante ao Setor Agrícola nas quais deveria concentrar a ação do Governo:

a) elevação da produção e da produtividade agrícolas pela transformação da agricultura tradicional, mediante mudança de métodos de produção e utilização mais intensa de insumos modernos;

b) ruptura das barreiras de abastecimento pela solução dos principais problemas ligados à estrutura e ao funcionamento da comercialização de alimentos.

A Agricultura deverá, segundo a estratégia de desenvolvimento formulada, apresentar um desempenho substancialmente mais dinâmico do que o verificado até agora. Os estímulos financeiros e creditícios ao setor agropecuário e as ações diretas que couberem ao poder público deverão conduzir à obtenção de uma taxa média de incremento do produto agrícola de 5 a 6% (*). Não apenas se deseja uma taxa de cresci-

(*) Nas condições atuais da agricultura brasileira o produto agrícola ainda está intensamente dependente de condições climáticas. A superveniência de fatores incontroláveis é, portanto, maior nesse setor.

mento mais elevada como a sua maior estabilidade, tendo em vista tanto a contribuição direta do setor ao PIB quanto a sua crescente importância no tocante à demanda de produtos industriais.

Por outro lado, medidas especiais serão adotadas para que a expansão da produção animal possa vir a satisfazer, a médio prazo, a demanda interna, corrigindo o desequilíbrio atualmente existente.

Especial ênfase se concede à modernização do sistema de comercialização. A solução dos problemas de abastecimento envolve não somente a redução da flutuação dos preços agropecuários e a expansão dos mercados, que darão amplas condições de incentivos aos investimentos para a modernização e aumento da produtividade do setor agrícola, como a adoção de medidas que permitirão a modernização do abastecimento dos grandes centros consumidores e sensíveis reduções nos custos de comercialização e distribuição de gêneros alimentícios, pelos aumentos de produtividade que serão obtidos.

Do lado da demanda, para examinar a viabilidade da taxa de crescimento anual de 5 a 6%, cumpre levar em conta que a demanda resultante do crescimento demográfico é da ordem de 3% ao ano e que a renda *per capita* deverá apresentar uma expansão de 2,5 ao ano. Daí resulta uma procura global de 4,5%, considerando um coeficiente de elasticidade-renda médio de 0,55 para produtos agrícolas. Como é pouco provável que a demanda interna cresça a taxas muito superiores a 4,5%, será necessário ampliar as exportações de produtos agropecuários, o que favorecerá o aumento da renda do setor agrícola.

Para atender aos objetivos definidos prevê-se substancial modificação na forma de ação do Governo, transferindo para o setor privado tarefas delegáveis, estimulando os investimentos particulares na produção de bens e serviços intermediários da agricultura. Passará o Governo a concentrar-se na função básica e precípua de orientação geral, fixação de políticas e concessão de incentivos aos produtores.

A quantificação de metas e objetivos regionais e setoriais, com base em projeções de demanda e oferta, permitirá a identificação das áreas que merecerão maior concentração de recursos técnicos e financeiros (item III-4). A definição de projetos facultará melhores condições de avaliação e controle dos programas pelo Governo e pelo setor privado (Parte II deste Programa).

III.2 — Estratégia de Desenvolvimento Agrícola

O diagnóstico realizado, notadamente quanto à evolução da produtividade e da expansão de área, e a definição de objetivos já apresentada permitem desenvolver uma estratégia de desenvolvimento agrícola para o próximo estágio de desenvolvimento. Tendo em vista, notadamente, a prioridade conferida ao aumento da produtividade agrícola e à ruptura das barreiras do abastecimento, a estratégia compreende três principais linhas de ação, a saber:

a) conjunto de programas e projetos governamentais destinados a intensificar o aumento da produtividade;

b) programa e projetos relativos à expansão da área agrícola, reforma agrária e colonização;

c) sistema de apoio ao desenvolvimento agrícola, compreendendo: — sistema de incentivos gerais, notadamente creditícios (crédito agrícola; preços mínimos; seguro agrícola) — infra-estrutura de comercialização (estoques de segurança, armazenagem, mecanismo de comercialização e mecanismo de distribuição).

Os programas específicos de *aumento da produtividade* procuram concentrar-se nos produtos que apresentam maiores *deficits* potenciais, como a pecuária bovina e leiteira, inclusive a industrialização do leite, o trigo, e nas políticas de incentivo à utilização de insumos modernos, tais como sementes melhoradas, fertilizantes e corretivos, mecanização, pro-

gramas básicos de pesquisa agrícola, extensão rural e combate a zoonoses.

A expansão da área agrícola será estimulada mediante a intensificação de programas integrados de colônias auto-administráveis, aceleração do desenvolvimento de bacias hidrográficas prioritárias, melhor aproveitamento das áreas não utilizadas dos estabelecimentos agrícolas e ampliação dos estudos e pesquisas que visam à incorporação dos "cerrados" ao processo produtivo agrícola.

O Governo dará prosseguimento aos trabalhos de Reforma Agrária, nas áreas prioritárias já declaradas, e, em todo o território nacional, no que se refere ao cadastramento e tributação dos imóveis rurais, integrando a Reforma Agrária na política de desenvolvimento.

A defeituosa estrutura agrária, em algumas áreas do país, com alta predominância de latifúndios e minifúndios, tem-se constituído obstáculo ao próprio desenvolvimento industrial em decorrência dos desajustamentos que tem provocado no meio rural. A Reforma Agrária não visa à simples distribuição de terras nem se considera o processo jurídico de desapropriação a forma mais adequada de corrigir distorções. Esse processo será utilizado, em casos de exceção, nas zonas de elevada tensão social que exigirem pronta intervenção do Governo. A tributação, como instrumento principalmente de elevação da produtividade, constituirá um dos instrumentos mais valiosos na correção dos defeitos de estrutura agrária.

No tocante à colonização, o Governo levará avante programas específicos, através do INDA, com a participação do Ministério do Interior e do Ministério do Exército, nas regiões pioneiras que recomendarem colonização oficial. A orientação básica, no entanto, é a da emancipação de antigos núcleos, com a titulação de seus ocupantes, desenvolvendo-se programas de assistência técnica e de crédito aos seus ocupantes.

A organização de um sistema de apoio ao setor agrícola constituirá um dos principais fatores de desenvolvimento da agricultura brasileira no próximo triênio.

Um dos objetivos básicos é reduzir as flutuações de preços e da renda agrícola, garantindo oferta a preços mais estáveis aos consumidores e estimulando os investimentos no setor com vistas à elevação dos níveis de produtividade, na área de produção e de comercialização.

Será usado todo o sistema bancário na política de estímulos creditícios e financeiros. Ao mesmo tempo, novos recursos serão canalizados para o setor agrícola com a finalidade de ampliar o volume de investimentos acompanhados de assistência técnica.

Os preços mínimos serão fixados em montantes líquidos para melhor conhecimento dos agricultores e será adotado o sistema de financiamento de 100% até 210 dias, ao nível dos preços prováveis de equilíbrio entre a oferta e demanda. Será estimulado o sistema privado de seguros para operar no setor agrícola, notadamente em função da garantia do risco creditício.

III.3 — Racionalização e Coordenação da Ação Governamental

Uma das primeiras medidas adotadas pelo atual Governo referentes ao setor agropecuário foi a de unificar o comando da política agrícola e racionalizar a ação governamental, atribuindo-se ao Ministério da Agricultura a função básica de exercer a supervisão geral dos serviços oficiais relacionados com o setor agrícola.

A vinculação dos órgãos ligados ao abastecimento (preços mínimos, armazenagem, estoques reguladores e política de abastecimento) ao Ministério da Agricultura eliminou a dispersão e paralelismo de funções anteriormente existentes, tornando, inclusive, mais objetiva a ação dos órgãos encarregados de programas de aumento da produção e produtividade agropecuárias.

Ao mesmo tempo, a subordinação do programa de Reforma Agrária ao Ministério da Agricultura veio permitir a

mobilização de recursos técnicos e financeiros desse Ministério, em conjunto com recursos específicos do IBRA, para os projetos prioritários de reforma agrária e colonização.

Na política de crédito rural, o exercício da presidência da Comissão Consultiva de Crédito Rural, pelo Ministério da Agricultura, possibilitará a formulação de uma política de crédito rural que tenha em vista os objetivos básicos do desenvolvimento do setor agrícola.

A Reforma Administrativa veio consolidar as providências iniciais de unificação de comando e racionalização da ação governamental, com base na centralização das tarefas de planejamento e descentralização de ações executivas, ao nível dos Estados e da iniciativa privada.

Cabe mesmo frisar, na formulação da estratégia de desenvolvimento do setor agrícola, o princípio de que a ação do Governo deve ser basicamente a de coordenador de estímulos, de definição de políticas nacionais, regionais e setoriais, em coordenação com outros órgãos governamentais, a fim de assegurar uma programação coerente e consistente.

Deve o Governo evitar a execução direta, estimulando a criação de serviços de natureza privada dedicados ao setor agrícola. As profissões especializadas, no campo da agronomia e veterinária, em razão da tendência para a execução direta, pelos governos, de serviços, procuraram sempre a função pública, o que desestimulou a iniciativa particular e esterilizou vocações.

Os serviços de mecanização, de classificação de produtos, de produção de sementes em escala comercial, de irrigação e drenagem, de eletrificação rural, de defesa sanitária, em certos casos específicos, podem ser realizados com vantagem pelo setor privado, permitindo ao Governo melhor execução direta, ou por delegação de competência, de funções que lhe são próprias, tais como a pesquisa agrícola, a extensão rural, o combate a zoonoses (em sistema de campanhas), a fiscalização sanitária, e, basicamente, a definição da política agrícola setorial.

Deverão constituir funções específicas do Ministério da Agricultura:

a) O planejamento do setor agrícola, de acordo com as diretrizes básicas da política do Governo, e em colaboração com o Ministério do Planejamento e outros órgãos governamentais, de forma a definir a política de desenvolvimento das culturas prioritárias; dos rebanhos e da produção animal; e a política florestal;

b) Coordenação geral dos estímulos financeiros canalizados ao setor agrícola. A legislação atual referente ao crédito agrícola (Lei n.º 4 829/65 e seu regulamento, aprovado pelo Decreto n.º 58 380/66) atribui ao Ministério da Agricultura a formulação da política de crédito agrícola, ao mesmo tempo em que a Comissão de Financiamento da Produção foi transferida para a órbita dessa Secretaria de Estado, pela Reforma Administrativa;

c) Coordenação geral da política de abastecimento;

d) Execução e coordenação geral da pesquisa agrícola, estabelecendo convênios com entidades estaduais ou privadas, de forma a alcançar o máximo aproveitamento de recursos materiais e humanos, em programas integrados de pesquisa;

e) Coordenação geral e execução de programas de defesa sanitária, animal e vegetal, quando se tratar de zoonoses ou pragas e doenças vegetais, cujo surto, pela intensidade de sua incidência, exigir a interferência do Governo Federal. Deve-se, todavia, estimular a ação estadual e mesmo privada, sempre que possível;

f) Coordenação geral dos programas de extensão rural, através de convênio com a ABCAR, mantida a organização descentralizada das filiadas estaduais, cujas atividades de extensão, visando ao aumento da produção e produtividade agrícolas e de melhoria das condições de saúde e bem-estar na zona rural, devem nortear-se pela programação básica dos órgãos federais competentes;

g) Coordenação e execução dos programas de Reforma Agrária;

h) Coordenação e execução de programas de colonização oficial, somente nas áreas onde não fôr possível desenvolver a colonização privada;

i) Coordenação e execução de pesquisas e estudos no campo da economia do setor agrícola, compreendendo previsão de safras, informações durante o ciclo cultural, custos de produção e informações de mercado;

j) Coordenação e execução dos programas de meteorologia e climatologia;

l) Coordenação e execução dos programas de fiscalização da indústria de produtos agrícolas visando a preservar padrões de qualidade;

m) Coordenação e execução dos trabalhos de padronização de produtos agrícolas, devendo estudar-se a transferência, para o setor privado, dos trabalhos de classificação, notadamente no mercado interno.

Deverão caber precipuamente ao setor privado os trabalhos de mecanização, de obras de infra-estrutura no meio rural, de multiplicação de sementes, de revenda de material agrícola, a não ser casos especiais, em áreas específicas do território nacional que recomendem ação pioneira do Poder Público.

A fim de estimular o surgimento de empresas de serviços agrícolas, os órgãos oficiais adotarão sistemas de contratação de serviços, mantendo fiscalização permanente.

III.4 — Metas Estratégicas

O conjunto de ações programadas para o desenvolvimento do setor agropecuário pode ser sintetizado através da apresentação de metas indicativas que se procurarão alcançar,

no tocante ao aumento da produção e da produtividade agrícola, e ao aperfeiçoamento do sistema de comercialização.

As metas indicativas, adiante apresentadas, deverão resultar da execução dos planos e projetos prioritários consubstanciados no "Programa Estratégico", no período 1968/70.

Na maioria dos casos, as metas correspondem a objetivos parciais sendo, pois, indispensável manter a continuidade de programas a fim de assegurar a possibilidade de que os objetivos básicos sejam alcançados de maneira integral.

METAS ESTRATÉGICAS

ÁREAS I E II — AGRICULTURA E ABASTECIMENTO

ESPECIFICAÇÃO	Situação em 1967	Situação prevista em 1970	Observações
<i>Aumento da produção e produtividade</i>			
1. Produto agrícola total.....	4,8%	5 a 6%	Os dados de 1967 se referem à média do período 1961/66. Previsão de taxas de crescimento anual.
2. Produção de lavouras.....	4,8%	5%	
3. Produção animal.....	4,5%	6,0%	
4. Área cultivada.....	3,8%	4,0%	
5. Área de pastagens artificiais	20 milhões de hectares	30 milhões de hectares	Dados estimados em 1967. A previsão para 1970 baseia-se na frase concedida à melhoria de pastagens em diversos projetos governamentais, inclusive no Projeto de Desenvolvimento da Pecuária de Corte com apoio do Banco Mundial.
<i>Pecuária</i>			
6. Rebanho bovino.....	2,5%	4,0%	Taxa de crescimento anual. Meta a ser alcançada em 5 anos
7. Taxa de natalidade nas principais zonas de criação (Região Centro-Sul do País).....	50%	75%	
8. Taxa de mortalidade de bovinos adultos nas principais zonas de criação.....	5%	3%	Meta em 5 anos
9. Capacidade de suporte de unidades bovinas nas zonas de criação.....	0,5 por hectare	1,0 por hectare	Meta baseada na maior capacidade de suporte das pastagens.
10. Taxa de destreite.....	12%	16%	Aumento baseado nos diversos projetos de desenvolvimento da pecuária que deverão elevar o nível de produtividade.
11. Idade de abate nas principais zonas de criação.....	36 meses	24 a 36 meses	Meta em 5 anos
12. Participação de suínos tipo carne no total de abates de suínos	1%	8%	Meta em 5 anos. Baseia-se no incremento de projeto de desenvolvimento da suinocultura, tipo carne.
13. Taxa média de destreite de suínos	15%	20%	Meta em 5 anos

METAS ESTRATÉGICAS
ÁREAS I E II — AGRICULTURA E ABASTECIMENTO

(Continuação)

ESPECIFICAÇÃO	Situação em 1967	Situação prevista em 1970	Observações
<i>Utilização de Insumos Modernos (Em mil t)</i>			
14. Fertilizantes (consumo)			
a) Nitrogenados (N)	71	127	Metas estabelecidas em conjunto com o setor da Indústria Química. Baseia-se no rápido crescimento do consumo, resultante de estímulos governamentais e implantação de novas fábricas.
b) Fosfatados (P ₂ O ₅)	117	203	
c) Potássicos (K ₂ O)	93	152	
15. Utilização de Sementes Melhoradas em relação ao total de sementes plantadas.			
Algodão.....	20%	30%	Metas baseadas no desenvolvimento do Programa Especial de Sementes no período 1968/70, que mobilizará entidades governamentais e empresas privadas.
Arroz.....	5%	15%	
Batata inglesa.....	4%	20%	
Feijão.....	1%	5%	
Milho.....	40%	60%	
Soja.....	16%	25%	
Trigo.....	65%	70%	
16. Mecanização			
a) Tratores agrícolas (n.º de unidades).....	78 000	101 000	Meta estabelecida em função dos estímulos financeiros que serão concedidos e da expansão da produção da indústria nacional de tratores.
17. Irrigação			
a) Área irrigada (ha) ..	400 mil	500 mil	Meta calculada em função da estimativa de áreas irrigadas existente em 1967 e dos projetos de irrigação que serão executados no período.
18. Extensão Rural			
a) Escritórios Municipais.....	962	1 410	
b) Municípios abrangidos.....	1 285	1 603	
<i>Modernização do sistema de abastecimento</i>			
19. Implantação ou modernização de centros de abastecimento	..	8	Cidades: Grande São Paulo, Grande Rio de Janeiro, Recife, Belo Horizonte, Salvador, Porto Alegre, Fortaleza, Belém.
20. Mercados terminais	5	O número de unidades de Centros de abastecimento Mercados regionais, Mercados terminais e supermercados deverão ser alcançados em prazo superior a 3 anos procurando-se no triênio 1968/70, implementar os projetos existentes e os que vierem a ser elaborados, com recursos internos e externos que serão negociados.
21. Mercados regionais	45	
22. Supermercados.....	..	600	

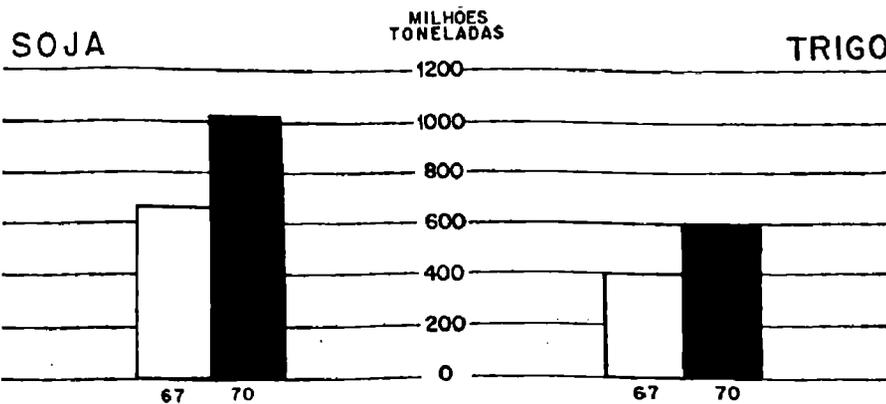
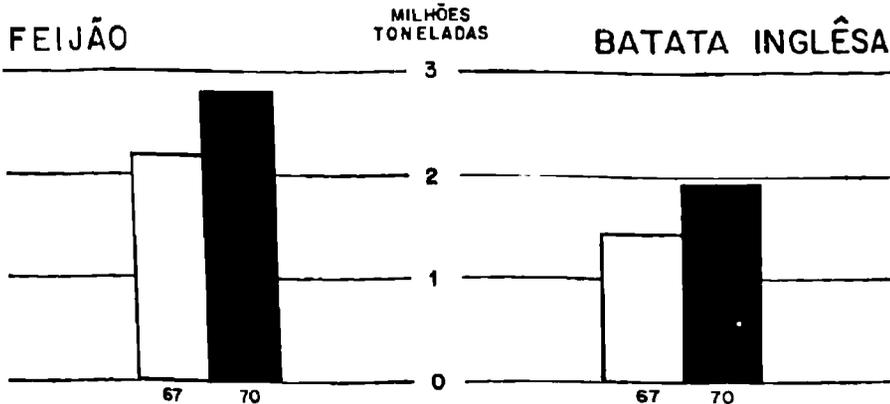
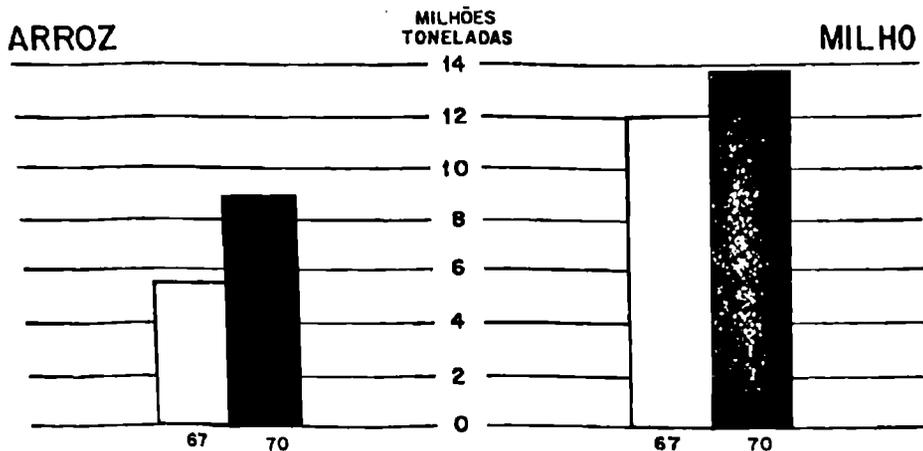
NOTA: As taxas ou os índices médios anuais no tocante à produção e produtividade referem-se ao período 1961/68.

METAS ESPECÍFICAS

ESPECIFICAÇÃO	Situação em 1967	Situação prevista em 1970
1. Produção dos Principais Produtos (1 000 t)		
(Gráfico 2)		
Arroz.....	5 800	7 900
Batata inglesa.....	1 288	1 940
Feijão.....	2 228	2 800
Milho.....	12 069	13 800
Soja.....	679	1 004
Trigo.....	332	600
2. Exportação de Produtos Agrícolas (1 000 t)		
Arroz.....	289	450
Milho.....	620	1 000
Soja.....	306	440
Prevê-se exportação anual e regular.		
3. Aumento da Produtividade (kg/ha) (Gráfico 3)		
a) <i>Algodão</i>		
Estados do Nordeste.....	250	300
Minas Gerais.....	500	600
São Paulo.....	1 200	1 300
Paraná.....	1 200	1 300
Mato Grosso.....	1 000	1 200
b) <i>Amendoim</i>		
São Paulo.....	1 800	2 000
c) <i>Arroz</i>		
Rio Grande do Sul.....	2 700	3 000
Santa Catarina.....	2 500	2 800
São Paulo.....	1 000	1 200
Minas Gerais.....	900	1 100
Maranhão.....	1 300	1 500
Goiás.....	1 200	1 500
d) <i>Batata inglesa</i>		
São Paulo.....	8 500	10 000
Paraná.....	3 000	5 000
Minas Gerais.....	3 000	5 000
e) <i>Feijão</i>		
No conjunto do país.....	600	750
f) <i>Milho</i>		
Estados do Nordeste.....	600	750
Minas Gerais.....	1 100	1 300
São Paulo.....	1 500	1 800
Paraná.....	1 200	1 500
Santa Catarina.....	1 600	1 900
Rio Grande do Sul.....	1 300	1 600
Goiás.....	1 300	1 600
g) <i>Trigo</i>		
Rio Grande do Sul.....	750	900
Santa Catarina.....	800	960
Paraná.....	700	840

AGRICULTURA

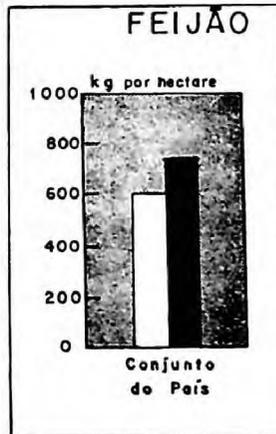
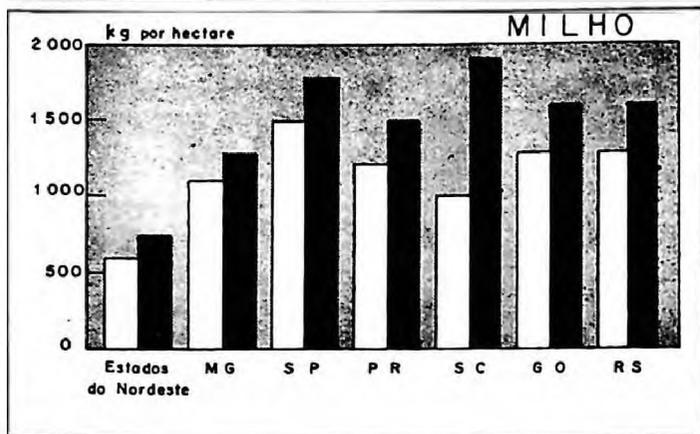
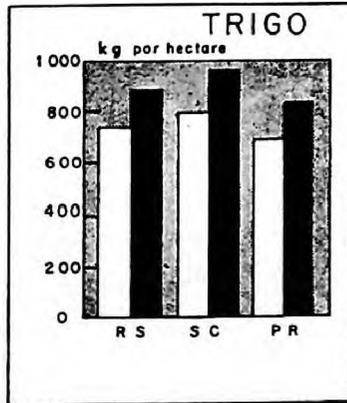
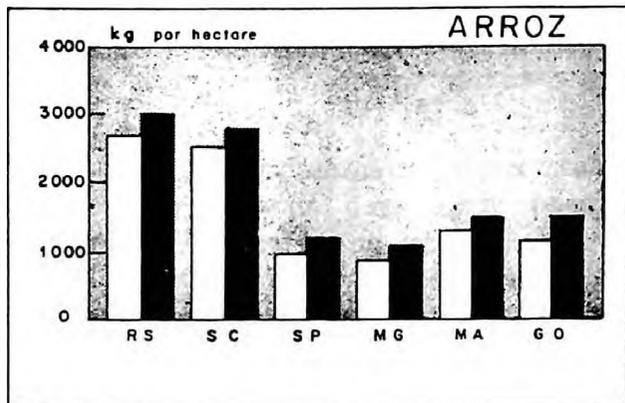
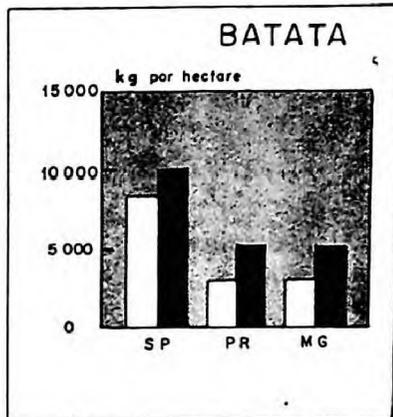
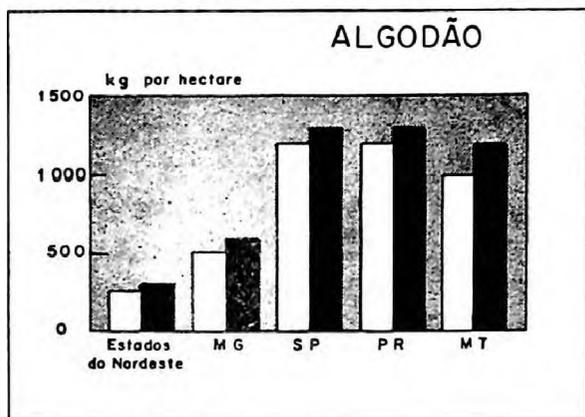
META DE PRODUÇÃO PARA OS PRINCIPAIS PRODUTOS



PROGRAMA ESTRATÉGICO
AGRICULTURA

META DE MELHORIA DE PRODUTIVIDADE
DOS PRINCIPAIS PRODUTOS

1967/70 



III.5 — Projeções de Oferta e Demanda

As linhas de ação da estratégia definida, e, mais particularmente, as metas estratégicas apresentadas, levam em conta as perspectivas de oferta e demanda, no período, para os principais produtos. O objetivo dêste item é dar idéia dessas perspectivas. Sendo o setor agrícola, na parte referente a produção, eminentemente privado, tais projeções interessam principalmente com vista a uma primeira avaliação do esforço a ser realizado no sentido de alcançar a taxa estimada para o crescimento agrícola e, notadamente, para os produtos de origem animal.

As projeções efetuadas pela Fundação Getúlio Vargas indicam, em 1970, no confronto entre a oferta interna e a demanda efetiva, *superavit* para diversos produtos. O arroz, o milho, o algodão e a mandioca se alinham entre os produtos que indicam excedentes potenciais; a carne bovina, o leite, os óleos vegetais, o trigo e a batata apresentam *deficits* potenciais.

Os dados apresentados a seguir, referentes à projeção dos principais produtos, devem ser vistos como limites indicativos, a serem atingidos de forma a atender ao mercado interno e às quotas previstas para exportação. Tendo em vista que as projeções de oferta e demanda da Fundação Getúlio Vargas se baseiam em pesquisa de campo efetuada em 1962, e que, em certos casos, a produção efetiva alcançada nos anos seguintes apresentou certa divergência em relação à projeção, realizou-se nova previsão, com base nos índices de consumo da pesquisa daquele órgão. Fêz-se, também, referência a investigações promovidas por entidade especializada, com vista aos trabalhos básicos do planejamento dos transportes, através do GEIPOT.

Os níveis de consumo *per capita* de alguns produtos alimentares básicos mostram a desfavorável posição brasileira no confronto com outros países. Enquanto que o consumo *per capita* de leite *in natura* no Brasil é de 47 kg/ano, no Canadá

é de 191 kg; nos Estados Unidos de 135 kg; na Argentina de 77 kg, na Austrália de 132 kg, na Alemanha Ocidental de 124 kg e na França, de 98 kg/ano. No tocante a carne bovina, enquanto o consumo *per capita* no Brasil é de 23 kg/ano, na Argentina é de 84; na Austrália de 53; nos Estados Unidos de 32 kg/ano. De carne suína, o consumo *per capita* brasileiro é de 6,8 kg por ano, enquanto que, na Alemanha Ocidental é de 29 kg; no Canadá de 24 kg; nos Estados Unidos de 27 kg e na França de 20 kg/ano.

A elevação dos níveis de renda e o crescimento das concentrações urbanas, nos últimos quinze anos, geraram maior pressão sôbre os alimentos protéicos resultando o *deficit* observado em alguns produtos.

QUADRO 23
NÍVEIS DE CONSUMO — PRODUTOS ALIMENTARES
(Kg/Hab/Ano)

PAÍSES	CEREAIS				
	Arroz	Milho	Trigo	Feijão	Patata
BRASIL					
Balanco alimentar.....	40,7	34,3	25,7	21,0	9,0
FAO 1957/59.....	37,1	33,1	24,8	21,0	9,0
IBRE/FGV (1960).....	39,4	17,6	43,6	28,0	11,0
Outros países — FAO — 1960					
Alemanha Ocidental.....	1,6	2,1	58,3	..	141,7
Argentina.....	4,0	..	111,5	1,0	52,3
Austrália.....	1,7	1,3	81,5	1,1	52,4
Canadá.....	2,1	..	61,7	2,0	65,6
Estados Unidos.....	2,5	6,4	55,4	3,4	42,8
França.....	1,6	3,3	100,0	..	105,6
Irã.....	6,2	12,4	120,5	..	46,2
Japão.....	113,9	..	25,1	..	17,7
Nova Zelândia.....	1,3	0,8	81,5	..	53,3

A pesquisa efetuada pela Fundação Getúlio Vargas deu origem às projeções indicadas no Quadro 24. A produção efetiva alcançada, em 1965, apresentou certa divergência em relação aos níveis projetados para alguns produtos o que, segundo já esclarecido, levou a se proceder alguns ajustamentos, a fim de obter metas indicativas de produção nos próximos anos.

QUADRO 24
PROJEÇÕES DE OFERTAS E DEMANDA — 1965/7
(1 000 toneladas)

PRODUTOS	1965			1970		
	Oferta interna	Demanda efetiva	Demanda potencial	Oferta interna	Demanda efetiva	Demanda potencial
Algodão.....	2 120	1 820	1 820	2 630	2 240	2 240
Arroz.....	5 930	5 800	5 450	8 400	8 330	6 543
Milho.....	10 500	10 420	8 715	14 280	14 050	11 579
Trigo.....	760	3 080	3 200	840	3 000	4 100
Feijão.....	2 520	2 520	2 520	2 850	2 850	2 850
Batata.....	1 440	1 400	1 600	1 600	1 720	2 040
Mandioca.....	21 030	20 870	19 240	26 170	21 370	28 338
Carne bovina.....	1 860	1 860	2 010	2 000	2 000	2 610
Pescado.....	450	460	400	660	730	570
Carne suína.....	580	580	550	760	700	650
Leite.....	7 550	7 680	8 100	8 810	8 950	10 800
Aves.....	340	310	310	430	430	430
Ovos.....	450	450	380	700	700	490
Óleos vegetais (*).....	1 240	1 240	1 120	1 860	1 872	1 447

FONTE: Fundação Getúlio Vargas — IBRE.
 (*) Algodão, amendoim, milho, oliva, soja, côco.

QUADRO 25
COEFICIENTES DE ELASTICIDADE-RENDA POTENCIAIS
DE LONGO PRAZO
1960 — 1965 — 1970 — 1975

PRODUTOS	1960	1965	1970	1975
Carne bovina.....	0,55	0,59	0,63	0,66
Carne suína.....	0,04	0,05	0,05	0,06
Carne Ovina e Caprina ..	— 0,22	— 0,26	— 0,32	— 0,40
Banha.....	0,00	0,00	0,00	0,01
Toucinho.....	0,05	0,06	0,07	0,09
Carne industrializada.....	1,11	1,09	1,08	1,07
Pescados.....	0,56	0,60	0,63	0,67
Aves.....	0,34	0,38	0,42	0,45
Ovos.....	0,53	0,57	0,61	0,64
Leite.....	0,58	0,62	0,66	0,69
Arroz.....	0,16	0,18	0,20	0,23
Feijão.....	— 0,07	— 0,09	— 0,10	— 0,12
Trigo.....	0,38	0,42	0,46	0,50
Milho.....	— 0,28	— 0,35	— 0,43	— 0,55
Mandioca.....	— 0,20	— 0,24	— 0,29	— 0,35
Batata.....	0,50	0,54	0,57	0,61
Açúcar.....	0,05	0,06	0,07	0,08
Café.....	0,12	0,14	0,16	0,18
Banana.....	0,25	0,28	0,32	0,35
Laranja.....	0,63	0,66	0,70	0,73
Óleos vegetais.....	0,72	0,75	0,78	0,80
Chocolate e derivados.....	2,05	1,33	1,37	1,44

FONTE: Instituto Brasileiro de Economia — FGV.

É evidente que não só tais projeções têm um caráter apenas indicativo como, também, a variação dos critérios básicos de sua formulação levam a diferentes níveis de projeção.

A pesquisa efetuada pela Fundação Getúlio Vargas permitiu, também, determinar os coeficientes de elasticidade-renda potenciais de longo prazo (Quadro 25).

A análise da evolução da oferta e demanda dos principais produtos e respectivas projeções orientam as políticas específicas quanto às culturas prioritárias.

Arroz

O consumo de arroz no Brasil experimentou sensível evolução nos últimos vinte anos constituindo-se, hoje, num dos principais produtos na dieta alimentar. De acôrdo com a pesquisa efetuada pela Fundação Getúlio Vargas o consumo *per capita* de arroz alcançava 39,4 kg/ano em 1960. Pesquisas da FAO, de 1957/59, assinalam 37,1 kg *per capita*, enquanto o balanço alimentar efetuado, em 1962, registra 40,7 kg. Estudos mais recentes efetuados pelo GEIPOT assinalam, para o conjunto do país, um consumo de 43,7 kg/ano, sendo de 50,6 kg nas zonas urbanas e 36,6 kg nas zonas rurais.

Tomando-se por base, para 1967, o consumo *per capita* de 43,7 kg/ano, haveria a necessidade de uma oferta no nível de 3 783 mil toneladas de arroz beneficiado, ou 6,3 milhões de toneladas de arroz em casca, adicionando-se 10% para sementes e perdas. Devendo-se fixar uma quota de exportação do produto, notadamente do Rio Grande do Sul, onde os níveis de produtividade e a melhor classificação do arroz favorecem a exportação, a produção anual não deveria ser inferior a 6,7 milhões de toneladas de arroz em casca.

As previsões que aparecem na tabela a seguir, resultante de estudo elaborado pelo GEIPOT, admitem uma exportação de 762 mil toneladas, em 1967, e 726 mil toneladas, em 1971. Na realidade, êsse nível de exportação, em 1967, não foi alcançado.

Os níveis de oferta não têm favorecido uma exportação regular e o atendimento satisfatório do mercado interno.

QUADRO 26
PRODUÇÃO E EXPORTAÇÃO DE ARROZ — 1963/67

ANOS	Produção (t)	EXPORTAÇÃO		Valores médios (US\$/ t)
		Quantidade (t)	US\$ 1 000	
1963.....	5 740 065	—	—	—
1964.....	6 344 931	12 424	860	69,2
1965.....	7 579 649	236 788	23 765	100,4
1966.....	5 801 814	289 252	33 320	115,2
1967.....	5 600 000	25 000	3 584	138,5

FONTE: SEP — CACEX.
Até novembro.

Estimativas efetuadas pelo GEIPOT

	1967	1971
<i>Arroz</i>		
Produção (1 000 t).....	7 344	8 900
Sementes, perdas e industrialização (1 000 t)....	2 807	3 248
Produção disponível (1 000 t).....	4 537	5 472
<i>Consumo humano</i>		
<i>Urbano</i>		
Per capita.....	50,6	57,3
Total (1 000 t).....	2 223	3 048
<i>Rural</i>		
Per capita.....	36,6	40,3
Total (1 000 t).....	1 552	1 798
<i>Total do país</i>		
Per capita.....	43,7	49,6
Total (1 000 t).....	3 775	4 846
Exportação (1 000 t).....	762	725

Não foi alcançado esse nível de exportação, em 1967, estando a oferta nesse ano estimada em 5,8 milhões de toneladas (previsão de safra do Ministério da Agricultura).

As projeções de oferta e demanda efetiva de arroz da Fundação Getúlio Vargas registram um nível de oferta, para 1970, de 8,4 milhões de toneladas, e da demanda efetiva de 8,3 milhões de toneladas. Todavia, a demanda potencial indicada, isto é, a demanda em função de modificações nos níveis de renda e da população, registra um nível de 6,5 milhões de toneladas.

Tomando-se por base um consumo *per capita* de 43,7 kg ano, em 1967, o coeficiente de elasticidade-renda de 0,2, uma elevação de 2,5% ao ano na renda *per capita*, e admitida uma quota mínima e regular de exportação, aponta-se a seguinte meta indicativa, para 1970.

QUADRO 27

PRODUÇÃO DE ARROZ EM 1967 e META INDICATIVA PARA 1970

(Em 1 000 t)

ESPECIFICAÇÃO	Produção em 1967	Meta Indicativa em 1970
TOTAL.....	5 800	7 900
Mercado Interno.....	5 775	7 450
Exportação.....	25	450

NOTA: Em 1967, a exportação foi inferior à dos anos de 1965 e 1966. Pretende-se manter fluxo regular e crescente de exportações.

Milho

De acordo com a pesquisa efetuada pela Fundação Getúlio Vargas, em 1960, o consumo de milho alcançava 17,6 kg/ano. O coeficiente de elasticidade-renda, segundo os mesmos levantamentos, é negativo (para consumo humano do produto, sem transformação industrial), assinalando -0,35, em 1963, e -0,43 em 1970. Todavia, o consumo de milho na produção animal e na industrialização apresenta ritmo crescente. Também são bastante favoráveis as pers-

pectivas para exportação. O quadro a seguir permite uma visão mais detalhada da produção e do consumo, segundo estimativas formuladas pelo GEIPOP.

Milho	1967	1971
Produção (1 000 t).....	11 031	12 801
Sementes e perdas (1 000 t).....	1 970	2 131
Produção disponível (1 000 t).....	9 061	10 678
Consumo animal (1 000 t).....	6 558	7 620
Consumo humano urbano		
<i>per capita</i> (kg/ano).....	18,6	13,6
total (1 000 t).....	816	987
Consumo humano rural		
<i>per capita</i> (kg/ano).....	25,4	29,0
total (1 000 t).....	1 077	1 294
Consumo humano total		
<i>per capita</i> (kg/ano).....	21,9	23,5
total (1 000 t).....	1 893	2 281
Exportação (1 000 t).....	610	777

A produção de milho tem atendido ao consumo interno e permitido exportação, embora irregular e reduzida.

QUADRO 28
PRODUÇÃO E EXPORTAÇÃO DE MILHO — 1963/67

ANOS	Produção (t)	Exportação (t)	US\$ 1 000	US\$/ t
1963.....	10 418 267	700 155	29 504	42,1
1964.....	9 408 042	62 315	2 928	47,0
1965.....	12 111 921	596 006	32 371	49,9
1966.....	11 371 455	621 384	31 983	51,5
1967.....	12 069 200	(*) 393 155	20 106	51,1

FONTE: IBGE — CACEX
(*) Até novembro.

As projeções da Fundação Getúlio Vargas para 1970 acusam uma oferta interna de 14 280 mil toneladas, para uma demanda efetiva de 14 050 mil toneladas e uma demanda potencial de 11 570 mil toneladas, em razão do coeficiente de elasticidade negativo.

As metas indicativas de produção de milho, calculadas para os próximos três anos, não divergem substancialmente das projeções da Fundação Getúlio Vargas. Previu-se, no entanto, uma elevação no nível de exportações.

QUADRO 29
PRODUÇÃO DE MILHO EM 1967 E META INDICATIVA PARA 1970
(Em 1 000 t)

ESPECIFICAÇÃO	1967	1970
PRODUÇÃO TOTAL.....	12 069	13 800
Mercado interno.....	11 669	12 800
Exportação (*).....	400	1 000

(*) Estimativa.

Feijão

A produção de feijão destina-se basicamente ao mercado interno situando-se o consumo *per capita* no nível de 28 kg/ano, em 1960, conforme pesquisa da Fundação Getúlio Vargas. O coeficiente de elasticidade-renda é, todavia, negativo: — 0,09 em 1965, — 0,10 em 1970. Trabalho recente elaborado para a política de transportes do GEIPOT situa o nível de consumo urbano do feijão em 27,3 kg/ano em 1967, coeficiente mantido em 1970. No conjunto do país foi indicado um consumo de 22,5 kg por habitante/ano, em 1967, e 22,4, em 1970, admitindo-se pequena elevação nas áreas rurais.

As projeções de demanda para os próximos anos devem ser estabelecidas apenas em função da taxa de crescimento demográfico (3%), partindo-se do nível de produção previsto, em 1967, de 2 228 mil toneladas, que satisfaz a demanda. As projeções calculadas pela Fundação Getúlio Vargas prevêm, em 1970, uma oferta interna de 2 850 mil toneladas e uma demanda efetiva e potencial do mesmo nível.

Volume semelhante de produção se alcança com base no aumento da oferta, de forma a atender ao crescimento vegetativo da população, partindo-se de um nível de consumo *per capita* de 28 kg/ano, registrado em 1960.

As metas indicativas para a produção de feijão, no período 1968/70, confirmam a necessidade de programas específicos de melhoria de produtividade do feijão para que se possam alcançar as metas estabelecidas e atender ao mercado interno, não se tendo previsto qualquer parcela para exportação.

QUADRO 30

PRODUÇÃO DE FEIJÃO EM 1967 E META INDICATIVA PARA 1970

ANOS	Quantidade (1 000 t)
1967.....	2 228
1970.....	2 800

Soja

A produção de soja tem apresentado ritmo ascendente com acentuado aumento nos níveis internos de consumo e amplas possibilidades de exportação. Acresce que seu valor nutritivo, como alimento proteinado vegetal, recomenda políticas de aumento nos níveis de consumo *per capita*. É, assim, cultura altamente prioritária na programação governamental.

A tabela a seguir, elaborada pelo GEIPOT, apresenta a produção e o consumo de soja no Brasil, embora registre níveis de produção inferiores aos que se têm verificado.

ESPECIFICAÇÃO	1967	1971
Produção (1 000 t).....	445	539
Sementes e perdas (1 000 t).....	62	83
Produção disponível (1 000 t).....	383	507
Indústria (1 000 t).....	249	323
<i>Consumo humano</i>		
<i>Urbano</i>		
per capita (kg/ano).....	0,57	0,92
Total (1 000 t).....	25	49
<i>Rural</i>		
per capita (kg/ano).....	0,21	0,37
Total.....	9	12
Total.....	0,39	0,63
per capita (kg/ano).....	34	61
Exportação (1 000 t) total.....	100	122

Em 1967, a produção foi superior à indicada na tabela anterior, tendo alcançado 679 mil toneladas, o que permitirá maior nível de exportações.

QUADRO 31
PRODUÇÃO E EXPORTAÇÃO DE SOJA EM 1967 E META
INDICATIVA PARA 1970
(Em 1 000 t)

ANOS	Produção (1 000 t)	Exportação (1 000 t)
1967.....	679	280
1970.....	1 004	440

Prevê-se, igualmente, um aumento do consumo *per capita* de soja a fim de atender aos programas alimentares, coordenados pelo Ministério da Saúde e da Educação, com apoio de diversas entidades, para a melhoria dos índices de nutrição da população brasileira.

O nível de exportações indicado poderá ser alcançado em face do ritmo crescente que se vem observando.

QUADRO 32
EXPORTAÇÕES DE SOJA — 1966/67

SOJA	1966			JANEIRO A SETEMBRO DE 1967		
	US\$ 1 000	Toneladas	US\$/t	US\$ 1 000	Toneladas	US\$/t
Farelo.....	13 489	170 638	79,05	5 843	71 401	81,83
Torta.....	1 102	14 311	77,01			
Fava.....	13 028	121 240	107,46	27 285	280 391	97,31
TOTAL.....	27 619	306 189	90,20	33 128	351 792	94,17

FONTE: IBGE.

Batata-inglesa

O consumo *per capita* de batata-inglesa no Brasil, segundo pesquisa da Fundação Getúlio Vargas, alcançava, em 1960,

11 kg/ano, enquanto que a FAO indicou em 1957/59, 9 kg/ano. Calcula-se o consumo *per capita* atual em 12,1 kg/ano e prevê-se, para 1971, uma pequena elevação para 12,7. O coeficiente de elasticidade-renda da batata era de 0,54, em 1965 e a pesquisa da Fundação Getúlio Vargas o estima em 0,57, em 1970. As previsões da oferta interna, em 1970, de acordo com a mesma pesquisa, indicam um volume de produção de 1 680 mil toneladas, o que não atenderá à demanda efetiva de 1 720 mil toneladas e significará sensível deficit em relação à demanda potencial de 2 040 mil toneladas, baseado em perspectivas de aumento do consumo individual.

A produção de batata, em 1967, deverá alcançar 1 222 mil toneladas enquanto o consumo atinge a 1 100 mil toneladas. Admitindo-se um coeficiente de 25% para sementes e perdas, resultaria uma produção disponível de cerca de 1 milhão de toneladas, o que confirma o deficit assinalado pela Fundação Getúlio Vargas.

As metas para o próximo triênio prevêm um incremento na produção que deverá ser alcançado como resultante da política governamental.

QUADRO 33
PRODUÇÃO DE BATATA-INGLESA EM 1967 E META INDICATIVA EM 1970

ANOS	Produção (1 000 t)
1967.....	1 228
1970.....	1 940

Trigo

O consumo *per capita* de trigo, segundo pesquisa da Fundação Getúlio Vargas alcançava, em 1960, 43,6 kg/ano. O coeficiente de elasticidade-renda de trigo era de 0,42, em 1965 e a previsão para 1970 o estima em 0,46.

A produção nacional de trigo, tem apresentado crescimento moderado:

QUADRO 34
PRODUÇÃO DE TRIGO — 1964/67

ANOS	Quantidade (t)
1964.....	115 717
1965.....	250 452
1966.....	256 742
1967.....	332 000

FONTE: Comissão Central de Levantamento e Fiscalização das Safras Triticolas.

Por outro lado, as importações de trigo têm onerado fortemente o balanço de pagamentos. Em 1966, a quantidade importada alcançou 2,4 milhões de toneladas, no valor de 170 milhões de dólares.

Para se calcular o consumo efetivo de trigo, em 1967, procedeu-se a uma análise junto ao Departamento de Trigo da SUNAB. Em 31 de dezembro de 1966, havia 112 mil toneladas em estoque, 142 mil toneladas em trânsito e 176 mil toneladas por embarcar, totalizando 430 mil toneladas. Foram adquiridas 285 mil toneladas da safra nacional e mais 20 mil toneladas da safra 1967/68 já colhidas, totalizando, assim, 735 mil toneladas. Foram, ainda, efetuados contratos para importação de 2 433 mil toneladas.

Deduzindo-se a parcela de 544 mil toneladas de trigo, transferidas para 1968, resulta um total de trigo consumido, em 1967, de 2 624 mil toneladas. O consumo *per capita*, em 1967, foi de 30,3 kg, um pouco inferior ao assinalado pela Fundação Getúlio Vargas.

A previsão de consumo, em 1968, partiu de uma produção nacional da safra 1967/68, de 330 mil toneladas, que, adicionada aos estoques existentes, totaliza 905 mil toneladas. As

importações estão estimadas em 2,35 milhões de toneladas de que resultaria um consumo de 2 754 mil toneladas, ou 34,0 kg/hab, transferindo-se cêrca de 500 mil toneladas para 1969.

A política nacional quanto ao trigo tem como diretriz fundamental alcançar, dentro de 5 anos, uma produção interna que satisfaça a metade do consumo atual, o que significa cêrca de 1 350 mil toneladas.

Ao mesmo tempo, não deverá ser estimulado o consumo de trigo prevendo-se sua ampliação apenas em função do crescimento vegetativo da população.

A meta indicativa para 1970 baseia-se na atual produção comercializada.

QUADRO 35

PRODUÇÃO DE TRIGO EM 1967 E META INDICATIVA PARA 1970

ANOS	Quantidade (1 000 t)
1967.....	332
1970.....	600

Para se alcançar a meta acima grandes esforços deverão ser desenvolvidos no sentido de elevar os níveis da produtividade e ampliar a área cultivada.

Produção animal

a) Carne bovina

As pesquisas efetuadas pela Fundação Getúlio Vargas assinalam sensível *deficit* no volume da oferta, em relação ao consumo dos principais produtos de origem animal. O Programa de Ação Econômica do Govêrno — 1964/66, já salien-

tava o desequilíbrio existente entre a produção de origem animal e os índices de consumo (crescimento de apenas 2%, de 1957 a 1961)*, num período de rápida urbanização e mudança na estrutura da demanda, em favor de produtos que são fontes de proteína animal.

Em 1965, a Fundação Getúlio Vargas acusava uma oferta interna de 1 860 mil toneladas de carne bovina e uma demanda potencial de 2 040 mil toneladas; em 1970, uma oferta de 2 milhões de toneladas e uma demanda potencial de 2,6 milhões de toneladas, alargando-se o *deficit* atual.

Não é possível estabelecer metas de substancial elevação de produção de carne bovina a curto prazo. Todavia, em diversos programas governamentais, expostos no "Programa Estratégico," evidencia-se o propósito de eliminação do *deficit* existente, no período máximo de cinco anos, passando-se, inclusive, a manter corrente contínua de exportações.

b) Leite

A produção de leite não vem atendendo satisfatoriamente à demanda potencial. Em 1965, o nível de oferta era de 7,59 milhões de toneladas, a demanda efetiva de 7,68 e a potencial de 8,4 milhões de toneladas. A pesquisa da Fundação Getúlio Vargas prevê o alargamento do *deficit*, em 1970, tal como se observa no Quadro 24.

Será necessário intensificar os trabalhos de fomento nas principais bacias leiteiras e, principalmente, melhorar os sistemas de industrialização e comercialização, que geram desperdícios de matéria-prima, apesar da escassez da oferta em relação à demanda.

As projeções de oferta e demanda dos principais produtos de origem vegetal e animal orientam as políticas referentes

(*) Programa de Ação Econômica do Governo — PAEG — 91.

aos produtos alimentares básicos, com vista ao mercado interno e externo.

Cereais

a) Aumentar a produção de arroz e milho a fim de alcançar um mínimo de 7,9 e 13,8 milhões de toneladas, em 1970, respectivamente;

b) Elevar a quota de exportação de arroz e milho, procurando atingir o mínimo de 450 mil toneladas de arroz e 1 milhão de toneladas de milho, em 1970. A exportação de arroz deverá ser preferencialmente do Rio Grande do Sul, em face dos melhores níveis de rendimento cultural e da qualidade do produto. O rendimento médio de arroz deverá elevar-se de, no mínimo, 20% no período 1968/70;

c) Incentivos especiais serão concedidos à expansão da lavoura de trigo, a fim de reduzir os volumes de importação. Ao mesmo tempo, políticas de preços serão adotadas no sentido de reduzir os níveis de consumo de trigo em favor do maior consumo de batata, arroz e milho;

d) Programas especiais serão estabelecidos visando ao incremento da produção e produtividade das culturas de feijão e de batata-inglesa.

Produção animal

a) Serão adotados incentivos especiais visando ao aumento da produção de carne bovina procurando-se eliminar o deficit previsto entre os níveis de oferta e demanda, no prazo mínimo de 5 anos;

b) Aumentar a produção de leite e conceder incentivos à industrialização e modernização do sistema de comercialização do produto.

Apêndice

RESUMO DA METODOLOGIA DAS PROJEÇÕES DE OFERTA E DA DEMANDA DA FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS

As projeções de oferta e demanda elaboradas pela Fundação Getúlio Vargas basearam-se em investigações de campo realizadas em 1962 e 1963.

As pesquisas sobre orçamentos familiares, no quadro urbano e rural, além de inquérito sobre condições econômicas das explorações rurais, forneceram elementos para determinar níveis regionais e nacionais de consumo *per capita*; coeficientes de elasticidade-renda da demanda e funções de produção dos diversos produtos considerados.

A investigação sobre orçamentos familiares abrangeu 9 169 famílias, sendo 7 310 no meio urbano e 1 859 no meio rural, distribuídas pelos Estados do Ceará, Pernambuco, Espírito Santo, Minas Gerais, São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

O levantamento dos dados sobre as condições econômicas dos estabelecimentos rurais foi feito simultaneamente com o de orçamentos familiares e abrangeu cerca de 2 500 estabelecimentos.

Os componentes básicos das projeções da demanda foram a elasticidade-renda da demanda, as projeções da população e de renda *per capita* e as projeções de oferta.

Foram consideradas no estudo duas projeções de demanda: a *potencial* e a *efetiva*. A primeira tem como variáveis a população e a renda; a demanda efetiva considera as substituições decorrentes das alterações nos preços relativos e variações provocadas pela oferta.

Foram calculados coeficientes instantâneos de elasticidade-renda da procura, em *cross-section*, utilizando-se os orçamentos familiares.

A Fundação Getúlio Vargas distinguiu os padrões de consumo urbano e rural, o que permitiu o uso separado dos coeficientes de elasticidade, para a projeção da demanda em função da situação do domicílio.

Foram usadas funções logarítmicas de elasticidade constantes para todos os produtos, isto é:

$$C = aj^b, \text{ sendo}$$

- C = consumo *per capita* ou unidades adultas de consumo
- j = renda *per capita*
- b = elasticidade-renda da procura
- a = produto

As hipóteses sobre o crescimento demográfico e sobre a renda real foram:

Crescimento da população rural:	1,6% ao ano
Crescimento da população urbana:	7,2% ao ano
Crescimento da renda disponível do setor rural:	3,5% ao ano
Crescimento da renda disponível do setor urbano:	7,2% ao ano
Crescimento disponível do setor privado:	6,4% ao ano

A projeção da oferta agregada, obtida pela Fundação Getúlio Vargas, parte de dois grupos alternativos de hipóteses sobre o crescimento da terra cultivada, mão-de-obra, capital e fertilizantes. Esses parâmetros foram inseridos na função de produção agregada para a agricultura, determinando o crescimento potencial da produção.

As projeções da oferta de produtos individuais foram as projeções de procura efetiva como função da renda e população menos as projeções da exportação líquida.

O consumo *per capita* foi calculado sôbre a renda *per capita* de vários anos, sendo o coeficiente resultante denominado “elasticidade-renda efetiva da procura”, uma vez que considera os efeitos da restrição da oferta.

III.6 — Necessidades dos Principais Insumos

As estimativas adiante apresentadas referentes à participação dos diversos insumos no aumento da produção e produtividade agrícola foram calculados a partir de dados formados por pesquisa realizada pela Fundação Getúlio Vargas. Em se tratando de um primeiro levantamento sôbre a matéria, cabe ressaltar o seu caráter preliminar.

Para que se obtenha uma taxa de crescimento do produto agrícola de 5 a 6% ao ano e considerando uma relação capital/produto de 1,40 (*) para o setor agrícola, o estoque de capital deveria aumentar a uma taxa média anual de 7,0% a 8,4%. Essa taxa média de acumulação de capital não exigirá um elevado esforço de poupança do setor, caso um sistema de organização dos mercados agrícolas permita reter seus ganhos de produtividade. Considerando que a formação de capital no setor secundário já seria suficiente para o financiamento de sua expansão, essa situação em nada alteraria, por períodos curtos, a estrutura de investimentos.

O exame detalhado das necessidades de fatores e insumos para o crescimento do produto agrícola à taxa prevista, demonstra a viabilidade do objetivo fixado e sua coerência com a estratégia adotada.

A relação capital/produto para os investimentos, considerando-se o valor das terras e seu revestimento florístico, é de 4,13 enquanto que, para construções, benfeitorias, máquinas, veículos e equipamentos é de 1,40 (**). Assim, a ampliação da área cultivada, através da incorporação de terras

(*) IBRE/FGV, op. cit. pág. 121, Vol. I.

(**) IBRE/FGV.

irgens, exigiria um esforço de investimentos sensivelmente mais elevado para atingir o objetivo da taxa média anual de incremento do produto agrícola de 5 a 6%.

Por outro lado, considerando-se a produtividade marginal dos diversos insumos, vê-se que os dados obtidos de 12,5% de aumento na área cultivada, para um crescimento de 15,8% da produção do componente lavouras, e tendo em vista que aquela produtividade é de 47% resultaria um crescimento de apenas 5,9% na produção, no período 1968/70, sendo necessário obter um aumento proporcional de todos os outros insumos, considerada a produtividade marginal de cada um. Assim, os adubos orgânicos e fertilizantes químicos, tendo seu consumo aumentado à taxa média anual de 16%, responderiam por somente 3,4% do aumento da produção das lavouras.

QUADRO 36

INCREMENTO NOS INSUMOS EM FUNÇÃO DA TAXA ESPERADA DE AUMENTO DO PRODUTO DE ORIGEM VEGETAL — 1968/70

ESPECIFICAÇÃO	Produtividade marginal do fator (1)	Aumento do fator entre 1968 e 1970 (%)	Estimativa do aumento na produção no período (%)
Área das lavouras.....	0,47	12,5	5,9
Sementes e mudas.....	0,11	12,5	1,4
Adubos orgânicos e químicos....	0,06	56,1	3,4
Defensivos.....	0,06	12,5	0,8
Mão-de-obra.....	0,12	4,6	0,6
Valor das terras e lavouras.....			
permanentes.....	0,06	12,5	0,8
Benfeitorias, máquinas e equipamentos.....	0,13	22,5	2,0
TOTAL.....	1,00	—	15,8

(1) FONTE: IBRE/FGV.

NOTA: Incremento anual previsto nos fatores:

Terras.....	4,0
Sementes.....	4,0
Fertilizantes.....	10,0
Defensivos.....	4,0
Mão-de-obra.....	1,6
Valor das terras.....	4,0
Benfeitorias, máquinas e equipamentos.....	7,0

Tendo-se em vista a política para o incremento de diversos fatores de produção, espera-se, pois, obter um crescimento de 15,8% na oferta de produtos de origem vegetal, durante o triênio 1968/70.

Pelo Quadro 36 pode-se verificar as taxas de incremento estimadas para os diversos insumos e sua participação no aumento da produção das lavouras.

No que concerne à produção animal e derivados, a taxa prevista de crescimento, entre 1965 e 1970, é sensivelmente maior que do item lavouras, atingindo 19,1% que corresponde a 6,0% ao ano.

QUADRO 37

INCREMENTO NOS INSUMOS EM FUNÇÃO DA TAXA ESPERADA DE CRESCIMENTO DA PRODUÇÃO ANIMAL — 1968/70

ESPECIFICAÇÃO	Produtividade marginal do fator (1)	Aumento do fator entre 1968 e 1970 (%)	Estimativa do aumento na produção (%)
Área de pastagens.....	— 0,07	4,6	— 0,3
Alimentos.....	0,16	52,1	8,3
Vacinas e medicamentos.....	0,07	44,3	3,1
Mão-de-obra.....	0,19	4,6	0,9
Valor das terras.....	0,27	6,1	1,6
Benfeitorias, máquinas e equipamentos.....	0,12	40,5	4,9
Vacas criadeiras.....	— 0,11	3,3	— 0,4
Porcas criadeiras.....	0,02	9,3	0,2
Bovinos, suínos, ovinos, caprinos, aves, equinos etc.....	0,09	9,3	0,8
TOTAL.....	1,00	—	19,1

FONTE: IBRE — FGV.

NOTA: Incremento anual previsto nos fatores:

Áreas das pastagens.....	1,5
Alimentos.....	15,0
Vacinas e medicamentos.....	13,0
Mão-de-obra.....	1,5
Valor das terras.....	2,0
Benfeitorias, máquinas e equipamentos.....	12,0
Vacas criadeiras.....	1,0
Porcas criadeiras.....	3,0
Rebanhos.....	3,0

O quadro 37 mostra o acréscimo previsto na utilização de diversos fatores de produção, de modo a atingir a meta desejada no crescimento da produção de origem animal.

Como se pode verificar, alguns insumos exigirão um extraordinário esforço de modernização da atividade a fim de alcançar o aumento de consumo nas taxas previstas.

Vê-se, portanto, que um notável esforço deverá ser dedicado ao setor de produção animal e derivados, sobretudo na parte de carne bovina, para que possam ser alcançadas as metas propostas.

Adquire, assim, extraordinária importância a política pecuária como instrumento de desenvolvimento do setor agropecuário.

PARTE II

**Programas e Projetos Destinados
ao Aumento da Produção e
Produtividade Agrícolas**

Capítulo IV

PROGRAMAS E PROJETOS PRIORITÁRIOS DESTINADOS À ELEVAÇÃO DA PRODUTIVIDADE AGRÍCOLA

IV.1 — Introdução

A elevação dos níveis de produtividade no setor agropecuário alinha-se entre os objetivos principais do “Programa Estratégico”. No presente capítulo apresentam-se os programas e projetos selecionados que têm por finalidade alcançar êsse objetivo básico e contribuir para um crescimento global do produto agrícola de 5 a 6% ao ano.

O desenvolvimento satisfatório desses programas e projetos tem como condição fundamental a efetiva articulação entre os órgãos do Governo, entidades privadas e produtores rurais.

Os recursos a serem aplicados nos projetos prioritários originam-se, basicamente, de três fontes:

- a) Orçamento da União;
- b) Orçamento monetário;
- c) Recursos externos.

Em alguns projetos são alocados, também, recursos dos Governos estaduais. No entanto, não se procurou identificá-

-los no presente trabalho, embora o **Govêrno Federal veja** numa programação integrada com os Estados, com a utilização de recursos federais e estaduais, em projetos prioritários, um dos mais importantes objetivos a perseguir visando a evitar paralelismo de ações e desperdício de recursos.

Os principais programas e projetos que visam à elevação dos níveis de produtividade agrícola, descritos a seguir, formam um conjunto de ações integradas nos seguintes itens fundamentais:

- a) Desenvolvimento da Pesquisa Agrícola;
- b) Programa Nacional de Sementes;
- c) Política de Fertilizantes e Corretivos;
- d) Desenvolvimento da Produção Animal;
- e) Política Nacional de Mecanização;
- f) Política Nacional de Irrigação;
- g) Programa de Eletrificação Rural;
- h) Desenvolvimento da Extensão Rural.

A pesquisa agrícola será intensificada, devendo concentrar-se em projetos referentes às culturas alimentares básicas; à melhoria zootécnica; às características dos solos, visando ao seu adequado aproveitamento, e às pesquisas tecnológicas (ver mapa n.º 1).

Será organizado um programa nacional de sementes melhoradas intensificando-se os trabalhos, em entidades oficiais ou privadas, para obtenção da semente básica ou genética, com especiais estímulos à formação e desenvolvimento de empresas privadas para a produção e distribuição de sementes melhoradas, em escala comercial.

Preocupa-se o Govêrno com o desenvolvimento da indústria nacional de fertilizantes capaz de operar em economia de escala a custos acessíveis aos agricultores. A produção de nitro-

genados e fosfatados deverá, em breve, atender ao consumo nacional e, mesmo, à expansão esperada na demanda. Dar-se-á curso, em ritmo acelerado, ao preparo de projeto que visa ao aproveitamento das jazidas de sal-gema, no Nordeste, para obtenção de adubos potássicos.

Entre as prioridades mais importantes figura a expansão da produção animal. Deverá ser eliminado, no menor prazo possível, o *deficit* existente entre a demanda e a oferta de produtos de origem animal.

No sentido da elevação dos níveis de produção e produtividade da produção animal, será dada orientação a projetos que visam à expansão da pecuária de corte e leiteira; ao desenvolvimento da suinocultura, avicultura e pescado; à melhoria de pastagens, e à intensificação dos programas de defesa sanitária.

A mecanização agrícola, a construção de sistemas de irrigação e o programa de eletrificação rural consubstanciam um conjunto de ações no meio rural de grande repercussão na modernização da agricultura. Esses programas de engenharia rural e outros projetos de infra-estrutura, tais como a construção de estradas vicinais, a melhoria da habitação rural e a industrialização de produtos agrícolas no meio rural, formam um conjunto de ações que deverão modificar a economia rural.

Nesse conjunto de ações, o desenvolvimento da extensão rural constitui fator essencial. Os próprios métodos de trabalho extensionista vêm experimentando acentuada evolução, deixando de ser um trabalho voltado mais para aspectos sociais no campo, e portanto, mais dirigido a pequenos produtores, para transformar-se numa ação dinâmica, de forma a contribuir para a modernização tecnológica da agricultura, para a melhoria do sistema de comercialização, desenvolvendo sua ação integrada aos grandes projetos de infra-estrutura e de aumento da produtividade, a fim de assegurar que o produtor use as técnicas modernas recomendadas pela pesquisa.

Ao lado do desenvolvimento da ação tecnológica, deverá ser expandida a ação social, através da extensão rural, com a

noção clara de que deve ser ação complementar às medidas de natureza econômica, desde que a melhoria e estabilização da renda do produtor rural é o objetivo básico, sem o que a ação puramente social se torna ineficaz.

IV.2 — Política de Desenvolvimento da Pesquisa Agrícola

Diretrizes Gerais

Exigindo a pesquisa agrícola, via de regra, período relativamente longo de execução, envolvendo incertezas em seus resultados, a par de investimentos consideráveis, constitui atividade cuja coordenação e execução devem ser conduzidas pelo Governo.

A Lei Delegada n.º 9/62 atribuiu ao Ministério da Agricultura a programação, execução e coordenação da pesquisa agrícola, o que foi confirmado pelo Decreto-lei n.º 200, de 25 de fevereiro de 1967, que dispôs sobre a organização da administração federal e estabeleceu diretrizes para a Reforma Administrativa (Artigo 39).

A atual rede federal de pesquisa agrícola, na órbita do Ministério da Agricultura, dirigida pelo Departamento de Pesquisa e Experimentação Agropecuária, se compõe de 6 Institutos Regionais e 45 Estações Experimentais, mobilizando 430 técnicos.

A atribuição básica ao órgão federal para coordenar e executar a pesquisa agrícola não significa excluir a colaboração de outras entidades estaduais, das Universidades e mesmo de empresas privadas.

O desenvolvimento da pesquisa agrícola, de forma a atender aos objetivos básicos de melhoria do nível de produtividade, dependerá mesmo da efetiva articulação de órgãos federais, estaduais e privados, a fim de dar seqüência aos projetos prioritários.

A política de desenvolvimento da pesquisa agrícola concede especial atenção aos seguintes pontos básicos:

a) Torna-se necessária a maior divulgação possível dos resultados alcançados. Por vêzes, após o emprêgo de recursos consideráveis, não se observa a necessária contrapartida da divulgação e utilização de novas técnicas ou de sementes selecionadas pelos produtores rurais. Será intensificada a articulação entre a rêde de pesquisa e o sistema de extensão rural a fim de assegurar ampla divulgação de resultados;

b) A pesquisa agrícola deve concentrar os recursos disponíveis em projetos de real significação econômica, limitando-se às atividades prioritárias de maior interesse para o Estado, as regiões geoeconômicas e o país. Serão adiadas tôdas as pesquisas que não apresentem objetivo econômico perfeitamente definido, a ser alcançado no mais curto prazo possível;

c) Em virtude do desenvolvimento insatisfatório da produção animal, o "Programa Estratégico" concede ênfase especial às pesquisas zootécnicas, compreendendo projetos de melhoramento genético dos rebanhos, de pastagens artificiais e de pesquisas veterinárias;

d) Os órgãos federais de pesquisa deverão participar dos Conselhos Estaduais de Agricultura, preconizados na Carta de Produção e Abastecimento, a fim de assegurar adequada articulação entre as atividades de pesquisa, promoção e extensão rural;

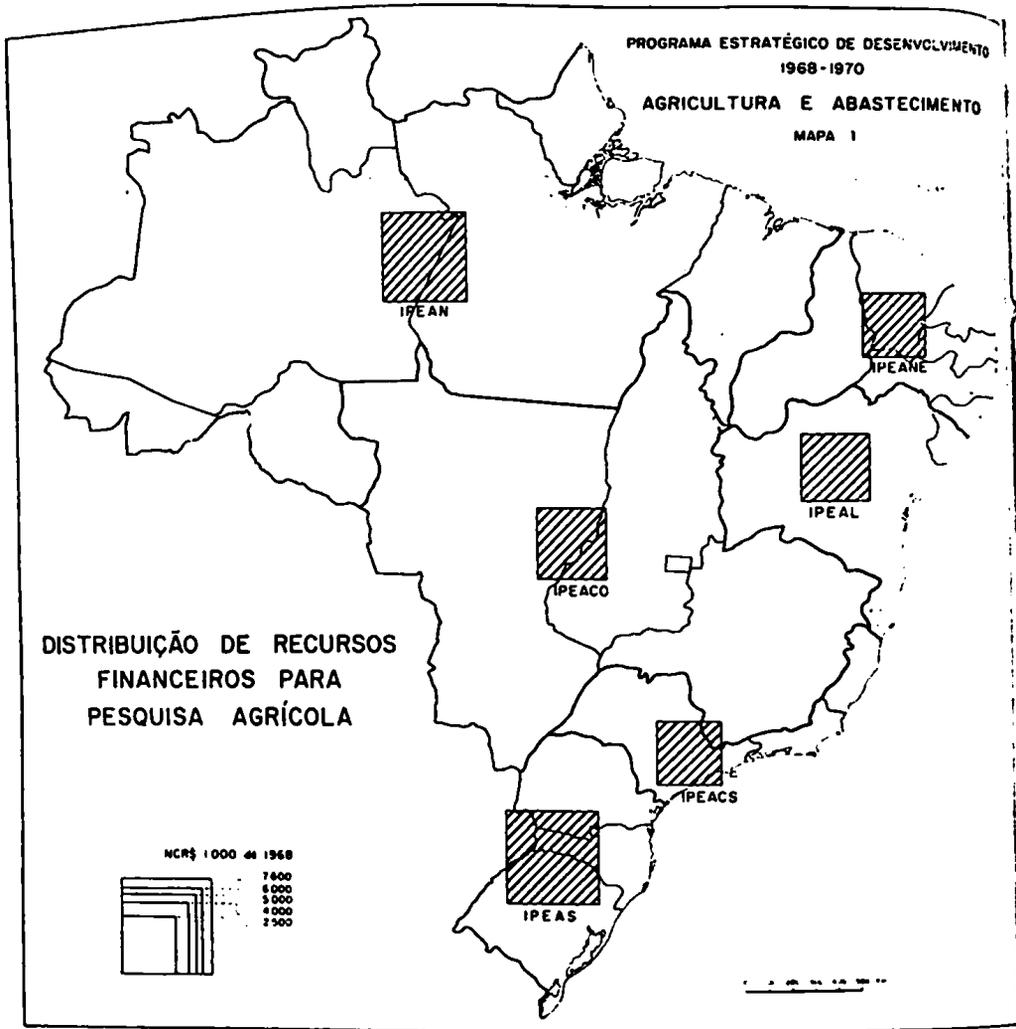
e) Será criado, em 1968, o Instituto de Pesquisa e Experimentação do Oeste, que se ocupará de importante área do território nacional, ainda não devidamente incorporada ao processo econômico;

f) Serão criadas, em 1968 e 1969, novas Estações Experimentais, em Unidades da Federação ainda não integradas à rêde de pesquisa agrícola, ou cujas Estações não atendem às necessidades estaduais. Até março de 1968, o Ministério da Agricultura apresentará ao Ministério do Planejamento plano

PROGRAMA ESTRATÉGICO DE DESENVOLVIMENTO
1968-1970

AGRICULTURA E ABASTECIMENTO

MAPA 1



de localização de novas Estações Experimentais, incluindo re-
locação das atuais, se fôr o caso;

g) Serão intensificados os programas de capacitação de
pessoal técnico em pesquisa agrícola, devendo ser preparado
projeto específico para êsse fim pelo Ministério da Agricultura;

h) Serão promovidos convênios com o Instituto Agronô-
mico de Campinas e outras entidades, visando à execução de
um programa-conjunto de pesquisas;

i) Será organizado, pelo Departamento de Pesquisa e Ex-
perimentação — DPEA, do Ministério da Agricultura, para
encaminhamento ao Ministério do Planejamento, até 1.º de
março de 1968, programa especial de pesquisa agrícola sôbre
culturas prioritárias, produção animal, solos e aspectos tecno-
lógicos, com indicação de metas e prazos. Êsse programa deta-
lhará o atual plano de pesquisa, dando especial destaque aos
aspectos prioritários selecionados.

PROJETOS PRIORITÁRIOS DE PESQUISA AGRÍCOLA

PROJETO: PESQUISAS FITOTÉCNICAS

ÓRGÃO: Departamento de Pesquisas e Experi-
mentação Agropecuária, através dos
Institutos Regionais de Pesquisa e
Experimentação/MA.

LOCALIZAÇÃO: Todo o País.

DESCRIÇÃO E FASES DE EXECUÇÃO

As pesquisas fitotécnicas serão desenvolvidas em função
das culturas prioritárias de cada região. Visam, sobretudo, à
seleção genética das principais plantas cultivadas, à pesquisa
de variedades resistentes a pragas e doenças, aos estudos rela-

cionados com práticas culturais de forma a alcançar maior nível de produtividade.

Região Norte (inclusive Maranhão)

As pesquisas fitotécnicas se concentrarão nas seguintes culturas alimentares, plantas industriais ou culturas de exportação: seringueira (em convênio com a SUDAM); castanha-do-pará; dendê (em convênio com a SUDAM); pimenta-do-reino; arroz (em especial no Maranhão e Pará); juta e babaçu (Projeto para o Fundo Especial das Nações Unidas e contrapartida de recursos nacionais); algodão (no Estado do Maranhão, que se inclui na rede do IPEAN); milho e feijão.

Região Nordeste

As pesquisas fitotécnicas no Nordeste darão ênfase às culturas do algodão (melhoramento do algodão arbóreo): formação de semente genética e práticas culturais; algodão herbáceo: criação de novas variedades e formação de semente genética; batata-inglesa (em especial na Paraíba); cana-de-açúcar: melhoramento, criação e competição de variedades, formação de material genético; cultura do feijão: práticas culturais, criação e competição de variedades, irrigação; cultura do milho: criação e competição de variedades; cultura e melhoramento de fruteiras tropicais.

O IPEANE deverá concluir, para divulgação pela rede extensionista, trabalho indicativo das principais variedades das culturas prioritárias da região, segundo pesquisas já efetuadas.

Ao mesmo tempo, deverão ser promovidos convênios básicos com a SUDENE e as Secretarias de Agricultura dos Estados nordestinos visando à articulação e execução integradas da pesquisa agrícola.

Região Leste

As pesquisas fitotécnicas deverão concentrar-se nas seguintes culturas prioritárias: cacau: competição, introdução e seleção de clones, seleção de matrizes e criação de linhagens, competição de híbridos; algodão arbóreo e herbáceo; arroz; feijão; milho; mamona; fumo; côco e dendê.

O Ministério da Agricultura deverá promover convênio com a CEPLAC, visando à intensificação de pesquisas sobre o cacau.

Região Centro-Sul

Serão atendidas as culturas prioritárias da região: arroz; feijão; milho; batata-inglesa; cana-de-açúcar; laranja e café; culturas olerícolas.

Será promovido convênio com o GERCA a fim de intensificar a pesquisa e a experimentação visando a aumentar a produtividade do café.

O IPEACS indicará, para divulgação pela rede extensionista, as variedades mais adequadas à região.

Região Sul

Será dado especial destaque à pesquisa e experimentação sobre o trigo, principalmente no Rio Grande do Sul e Santa Catarina, através da criação de novas variedades, competição de variedades, pesquisa de fontes de resistências às principais doenças: septorioses e giberela. As demais culturas prioritárias selecionadas na região Sul serão: o arroz, pesquisando-se as coleções de variedades de arroz irrigado, de arroz seco, a formação de semente genética de variedades de arroz irrigado; a batata-inglesa, através da criação de variedades e exame de seu comportamento e da formação de estoques básicos de tubérculo-semente das melhores linhagens de batata; serão pesquisadas novas variedades de aveia, cevada e centeio; o feijão,

através da criação e competição de variedades, da formação da semente genética e da pesquisa de fontes de resistência à "ferrugem"; o milho, através da criação de variedades e híbridos comerciais, do estudo da resistência genética às pragas; a soja, estudo de práticas culturais, coleção e criação de variedades, formação de semente genética, competição, inoculação em soja, consorciação com o trigo e com o milho.

A fim de acelerar a pesquisa de trigo no país os Ministérios do Planejamento e da Agricultura se empenharão, junto ao Programa Especial das Nações Unidas, visando à aprovação do projeto de pré-investimento, no montante de US\$ 1 054 784, sendo de NCr\$ 2,2 milhões a contribuição do Governo brasileiro.

O IPEAS indicará as variedades mais adequadas das culturas prioritárias da região, para divulgação pela rede extensionista.

Região Centro-Oeste

O IPEACO se dedicará às seguintes culturas prioritárias da região: algodão herbáceo: coleção, competição e criação de variedades, formação de semente genética; amendoim: coleção, criação e competição de variedades; arroz: competição de variedades de arroz irrigado e de arroz de sequeiro; batata-inglês: melhoramento e competição de variedades; café: coleção de espécies e variedades e linhagens de café sombreado, práticas culturais; feijão: melhoramento, competição de variedades; milho: melhoramento, coleção de linhagens, criação de variedades e híbridos comerciais.

Estrutura do investimento

O montante de recursos financeiros para execução das principais pesquisas fitotécnicas em todo o país está assim distribuído:

ESPECIFICAÇÃO	NCR\$ MIL DE 1968		
	1968	1969	1970
Pesquisa e experimentação fitotécnica (coordenação das pesquisas vegetais através de Comissões Nacionais de algodão, arroz, batata-inglesa, café, cana-de-açúcar, feijão, milho, soja, trigo e outras culturas).....	550	1 211	650
Pesquisa e experimentação fitotécnica			
Norte.....	700	726	800
Nordeste.....	400	434	500
Leste.....	450	489	500
Centro-Sul.....	325	342	400
Sul.....	600	635	700
Centro-Oeste.....	300	271	380
Pesquisas fitotécnicas.....	300	382	500
Pesquisa e experimentação sobre o babaçu. (Contrapartida de recursos nacionais e Programa Especial do Fundo das Nações Unidas).	958	684	800
Programa nacional do trigo..... (Contrapartida nacional ao projeto de pré-investimento para o Fundo Especial das Nações Unidas no total de US\$ 1 054 784, a serem aplicados em 5 anos, a partir de 1968)	542	586	700
TOTAL.....	5 125	5 760	5 930

Estrutura do Investimento

Projeto: **PESQUISAS FITOTÉCNICAS** — Todo o País

Cronograma de Recebimentos: (Em NCr\$ mil de 1968)

FONTES	TOTAL	1968	1969	1970
Orçamentários.....	16 815	5 125	5 760	5 930
Extra-orçamentários.....	—	—	—	—
Recursos próprios.....	—	—	—	—
Outros recursos internos.....	—	—	—	—
Recursos externos (*).....	3 165	675	675	675
TOTAL.....	19 980	5 800	6 435	6 605

(*) Fundo Especial das Nações Unidas.

Cronograma de Aplicações: (Em NCr\$ mil de 1968)

USOS	TOTAL (*)	1968	1969	1970
Pessoal.....	—	—	—	—
Outros custeios.....	—	—	—	—
Obras.....	—	—	—	—
Equipamentos e instalações (**)..	—	—	—	—
Inversões financeiras	—	—	—	—
TOTAL.....	19 980	5 800	6 435	6 605

Composição segundo a moeda Em NCr\$ mil de 1968
Em US\$ mil

Moeda nacional.....	16 815	5 125	5 760	5 930
Moeda estrangeira (US\$).....	1 055	211	211	211

(*) Valor global do investimento
(**) Inclusive material permanente.

**PROJETO: PESQUISAS ZOOTÉCNICAS, VETERINÁRIAS
E AGROSTOLÓGICAS**

ÓRGÃO: Departamento de Pesquisa e Experimentação Agropecuária — MA

LOCALIZAÇÃO: Todo o País.

DESCRIÇÃO E FASES DE EXECUÇÃO

As pesquisas zootécnicas serão integradas no conjunto de medidas que o Governo vem adotando para a expansão da pecuária nacional. As linhas de ação apresentadas a seguir serão detalhadas pela Divisão de Zootecnia, do Ministério da Agricultura, em programa conjunto com outras entidades nacionais, a fim de dar suporte técnico às medidas de caráter prático, tais como os novos projetos de financiamento à pecuária de corte e leiteira e os trabalhos extensionistas para o

desenvolvimento da produção animal. Esse programa deverá ser encaminhado pelo Ministério da Agricultura ao Ministério do Planejamento, até 1.º de março de 1968, e corporificar uma programação trienal compreendendo as pesquisas zootécnicas, veterinárias e agrostológicas, adequadas às diferentes regiões do país.

Dêsse programa deverão constar, especialmente:

a) Pesquisas sobre gado de corte e leiteiro — estudos preliminares visando ao estabelecimento de projetos de formação de raças regionais, à base de seleção, partindo do material genético conhecido;

b) Implantação, em caráter experimental, em propriedades particulares selecionadas, de programa de certificação de reprodutores pelo controle leiteiro e provas de progênie;

c) Estudos de dados de rebanhos, particulares e oficiais sobre:

1. índices de produtividade e reprodutividade;
2. coeficiente de hereditariedade;
3. influência do grau de sangue nas raças;
4. estudos especiais sobre manejo e alimentação;
5. estudos sobre comportamento do gado leiteiro no Brasil;
6. estudos sobre pastos artificiais, divisão e rotação de pastagens.

Serão articulados no programa acima os órgãos estaduais de pesquisa zootécnica, as Fazendas de Criação do Ministério da Agricultura: Iracema, em Quixadá, no Ceará; Pedro Leopoldo, Minas Gerais; Pinheiral, no Rio de Janeiro; Ponta Grossa, no Paraná, e Lajes, em Santa Catarina, e o Instituto de Pesquisas — IRI.

As pesquisas animais já previstas obedecem à seguinte distribuição regional:

Região Norte

- a) Melhoramento de forrageiras;
- b) Alimentação de bovinos para corte;
- c) Melhoramento de bovinos leiteiros: formação e criação de animais bimestiços leiteiros 5/8 Jersey x Sindi (Jerdi) para a região amazônica; formação e criação de animais bimestiços leiteiros 5/8 Sindi x Jersey (Sindey); formação e criação de animais mestiços leiteiros de tríplice cruza 1/2 vermelho dinamarquês x 3/8 Sindi x 1/8 Turino (Turindi) para a região amazônica;
- d) Criação de bubalinos para corte e melhoramento de bubalinos leiteiros.

Região Nordeste

- a) Melhoramento de pastagens, técnicas de conservação de forragens;
- b) Criação, alimentação e manejo de bovinos de corte e leiteiro;
- c) Obtenção de um tipo de bovino leiteiro melhor adaptado às condições nordestinas;
- d) Sistemas de manejo de suínos tipo carne no Nordeste.

Região Leste

- a) Estudos sobre agrostologia e nutrição animal;
- b) Alimentação de bovinos para corte; estudos sobre confinamento de bovinos leiteiros: seleção do Guzerá visando à obtenção de uma raça leiteira para as regiões tropicais; fixação de mestiços zebu x holandês vermelho e branco para a produção de leite na região Leste do Brasil.

Região Centro-Sul

- a) Estudos sobre nutrição animal; melhoramento de forrageiras;
- b) Estudos sobre pastagens;
- c) Alimentação e melhoramento de bovinos leiteiros.
- d) Formação de gado leiteiro pelo cruzamento holandês x zebu para a região do Vale do Paraíba;
- e) Melhoramento dos suínos tipo carne;
- f) Melhoramento de aves; formação de matrizes para a produção de ovos e de carne.

Região Sul

- a) Melhoramento de forrageiras; estudos sobre pastagens; métodos de utilização de pastagens cultivadas no inverno: produção de pastagens artificiais em rotação com o arroz irrigado;
- b) Pesquisas sobre manejo e melhoramento de bovinos para corte: formação e criação de animais 5: 3 Angus x Zebu para a região Sul do Brasil; realização de provas de velocidade de ganho de peso e desenvolvimento ponderal, a campo, das raças Polled Angus, Hereford, Devon e 5: 3 Angus x Zebu;
- c) Melhoramento de bovinos leiteiros;
- d) Pesquisas sobre criação e melhoramento de ovinos;
- e) Pesquisas sobre suínos tipo carne.

Região Centro-Oeste

- a) Estudos sobre nutrição animal; melhoramento de forrageiras; estudos sobre pastagens;
- b) Melhoramento dos bovinos para corte; seleção e melhoramento das raças zebuínas;

- c) Melhoramento de bovinos leiteiros;
- d) Pesquisas sobre suíno tipo carne.

Estrutura do investimento

O montante de recursos financeiros para execução das principais pesquisas zootécnicas, em todo o país, é o seguinte:

ESPECIFICAÇÃO	NCr\$ MIL DE 1968		
	1968	1969	1970
Pesquisa e experimentação zootécnica, veterinária, agrostológica (Coordenação das Comissões Nacionais).....	730	978	1 200
Pesquisa e experimentação zootécnicas, veterinárias e agrostológicas			
Região Norte.....	250	290	350
Região Nordeste.....	300	345	380
Região Leste.....	350	391	430
Região Centro-Sul.....	600	635	700
Região Sul.....	300	342	400
Região Centro-Oeste.....	340	352	400
Pesquisas zootécnicas.....	-	264	150
TOTAL.....	2 870	3 597	4 010

Estrutura do Investimento

Projeto: *PESQUISAS ZOOTÉCNICAS, VETERINARIAS E AGROSTOLÓGICAS* — Todo o País

Cronograma de Recebimentos: (Em NCr\$ mil de 1968)

FONTES	TOTAL	1968	1969	1970
Orçamentários.....	10 477	2 870	3 597	4 010
Extra-orçamentários.....	—	—	—	—
Recursos próprios.....	—	—	—	—
Outros recursos internos.....	—	—	—	—
Recursos externos.....	—	—	—	—
TOTAL.....	10 477	2 870	3 597	4 010

Cronograma de Aplicações: (Em NCr\$ mil de 1968)

U S O S	TOTAL (*)	1968	1969	1970
Pessoal.....	—	—	—	—
Outros custeios.....	—	—	—	—
Obras.....	—	—	—	—
Equipamentos e instalações (**)..	—	—	—	—
Inversões financeiras.....	—	—	—	—
TOTAL.....	10 477	2 870	3 597	4 010

Composição segundo a moeda

Moeda nacional.....	10 477	2 870	3 597	4 010
Moeda estrangeira	—	—	—	—

(*) Valor global do investimento.

(**) Inclui material permanente.

PROJETO: PESQUISAS PEDOLÓGICAS

ÓRGÃO: Departamento de Pesquisa e Experimentação Agropecuária — Divisão de Pedologia e Fertilidade de Solos e Institutos Regionais — MA

LOCALIZAÇÃO: Todo o País.

DESCRIÇÃO E FASES DE EXECUÇÃO

As pesquisas pedológicas fundamentais compreendem investigações relacionadas com o levantamento e análises de solos e com a fertilidade e estudos físico-químicos de solos.

A Divisão de Pedologia e Fertilidade de Solos, do Ministério da Agricultura, articulará outras entidades federais e estaduais para a execução conjunta do programa de pesquisas sobre aproveitamento adequado dos solos.

As pesquisas básicas sobre solos, a serem executadas dentro do "Programa Estratégico", são as seguintes:

- a) Levantamento e reconhecimento de solos de áreas que totalizam cerca de 300 000 km², nos Estados do Pará, Amazonas, Acre, Maranhão, Piauí, Goiás, Mato Grosso, Territórios de Rondônia, Amapá e Roraima, para localização de áreas apropriadas aos programas de reforma agrária e colonização;
- b) Levantamento e reconhecimento dos solos nos Estados do Espírito Santo, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná;
- c) Levantamento e reconhecimento dos solos da zona da mata (cafeeira) de Minas Gerais;
- d) Levantamento e reconhecimento de solos das regiões de clima favorável à cultura de trigo nos Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina;
- e) Levantamento e reconhecimento dos solos das zonas da mata e agreste dos Estados do Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia;
- f) Levantamento dos solos na zona cacaueteira dos Estados da Bahia e do Espírito Santo;
- g) Aplicação de métodos expeditos de análises químicas de solos, inclusive para atendimento aos produtores;
- h) Pesquisas pedológicas que interessam às regiões fisiográficas, executadas pelos Institutos Regionais.

Estrutura do investimento

O montante de recursos financeiros para execução das principais pesquisas pedológicas, em todo o país, apresenta a seguinte distribuição:

ESPECIFICAÇÃO	NCr\$ MIL DE 1968		
	1968	1969	1970
Pesquisa e experimentação pedológica em todo o país.....	670	899	900
Pesquisa sobre pedologia e fertilidade de solos nas seguintes regiões:			
Norte.....	150	244	350
Nordeste.....	200	292	400
Leste.....	200	292	400
Sul.....	40	98	200
Centro-Oeste.....	230	313	400
Pesquisas sobre aproveitamento dos cerrados			
Centro-Oeste.....	—	176	100
Oeste.....	—	20	200
Pesquisas pedológicas.....	—	20	200
TOTAL.....	1 490	2 363	3 150

Estrutura do Investimento

Projeto: *PESQUISAS PEDOLÓGICAS — Todo o País*

Cronograma de Recebimentos:

(Em NCr\$ mil de 1968)

FONTES	TOTAL	1968	1969	1970
Orçamentários.....	7 003	1 490	2 363	3 150
Extra-orçamentários.....	—	—	—	—
Recursos próprios.....	—	—	—	—
Outros recursos internos.....	—	—	—	—
Recursos externos.....	—	—	—	—
TOTAL.....	7 003	1 490	2 363	3 150

Cronograma de Aplicações:

(Em NCr\$ mil de 1968)

USOS	TOTAL (*)	1968	1969	1970
Pessoal.....	—	—	—	—
Outros custos.....	—	—	—	—
Obras.....	—	—	—	—
Equipamentos e instalações (**).	—	—	—	—
Inversões financeiras.....	—	—	—	—
TOTAL.....	7 003	1 490	2 363	3 150

Composição segundo a moeda

Moeda nacional.....	7 003	1 490	2 363	3 150
Moeda estrangeira.....	—	—	—	—

(*) Valor global do investimento.

(**) Inclusive material permanente.

PROJETO: PESQUISAS TECNOLÓGICAS

ÓRGÃO: Departamento de Pesquisa e Experimentação Agropecuária — Divisão de Tecnologia Agrícola e Alimentar — Institutos Regionais de Pesquisa — MA

LOCALIZAÇÃO: As pesquisas serão executadas em laboratórios especializados

DESCRIÇÃO E FASES DE EXECUÇÃO

Os projetos que vêm sendo executados pela Divisão de Tecnologia Agrícola e Alimentar, do Ministério da Agricultura

ra, com o objetivo de estudar o emprêgo de farinhas no preparo de pães e massas; a secagem e desidratação de produtos agrícolas e a melhor utilização de produtos de origem tropical na alimentação, foram selecionados como prioritários em face de sua importância na economia do país.

As pesquisas sôbre o emprêgo de farinhas, no preparo de pães e massas, já demonstraram a possibilidade de misturas de amido com a farinha de trigo, na confecção do pão, em proporções bastante superiores às que vêm sendo empregadas, com grandes vantagens econômicas para o país. Misturas com 10% de amido mostraram-se perfeitamente aceitáveis. Essas pesquisas deverão prosseguir em caráter prioritário.

As pesquisas a serem realizadas sôbre secagem e desidratação de produtos agrícolas deverão proporcionar o apoio técnico às iniciativas de caráter industrial sôbre o assunto.

A Divisão de Tecnologia Agrícola e Alimentar, do Ministério da Agricultura, se articulará com o Instituto Agronômico de Campinas com o objetivo de utilizar, em programa conjunto, o Centro de Pesquisas e Tecnologia de Alimentos.

Estrutura do Investimento

ESPECIFICAÇÃO	NCr\$ MIL DE 1968		
	1968	1969	1970
Pesquisa e experimentação tecnológica.....	45	205	150
Tecnologia dos produtos e subprodutos da lavoura.....	185	244	320
Tecnologia de vinhos e sucos de frutas.....	66	135	180
TOTAL.....	296	584	650

Estrutura do Investimento

Projeto: *PESQUISAS TECNOLÓGICAS*

Cronograma de Recebimentos:

(Em NCr\$ mil de 1968)

FONTES	TOTAL	1968	1969	1970
Orçamentários.....	1 530	296	584	650
Extra-orçamentários.....	—	—	—	—
Recursos próprios.....	—	—	—	—
Outros recursos internos.....	—	—	—	—
Recursos externos.....	—	—	—	—
TOTAL.....	1 530	296	584	650

Cronograma de Aplicações:

(Em NCr\$ mil de 1968)

USOS	TOTAL (*)	1968	1969	1970
Pessoal.....	—	—	—	—
Outros custeios.....	—	—	—	—
Obras.....	—	—	—	—
Equipamentos e instalações (**)..	—	—	—	—
Inversões financeiras.....	—	—	—	—
TOTAL.....	1 530	296	584	650

Composição segundo a moeda

Moeda nacional.....	1 530	296	584	650
Moeda estrangeira.....	—	—	—	—

(*) Valor global do investimento.

(**) Inclusive material permanente.

PROJETO: PESQUISAS SÔBRE OLEAGINOSAS

ÓRGÃO: Instituto de Óleos — MA

LOCALIZAÇÃO: Pesquisas em laboratório — Guanabara — Bahia — Amazonas — Pará — Amapá.

DESCRIÇÃO E FASES DE EXECUÇÃO

O aumento da produtividade das principais culturas que proporcionam óleos vegetais, quanto ao rendimento cultural e industrial, deverá contribuir para eliminar o *deficit* previsto na oferta de óleos vegetais em relação ao consumo. Por outro lado, a riqueza potencial do país em oleaginosas recomenda especial prioridade à matéria.

Há cêrca de cinco anos colaboram com o Instituto de Óleos, do Ministério da Agricultura, técnicos do IRHO — “Institut de Recherches pour les Huiles et Oleagineaux”, no desenvolvimento das oleaginosas: amendoim, algodão, dendê, milho e soja.

O Programa Estratégico prevê o aproveitamento das regiões ecológicas, já comprovadas no Norte e Nordeste, para o desenvolvimento do dendê. O dendêzeiro, originário de sementes selecionadas, apresenta nas zonas tropicais um potencial de produtividade da ordem de 3 000 a 3 500 kg de óleo por hectare, a um preço médio de cêrca de US\$ 0,23 (vinte e três centavos de dólar) por quilo. Será elaborado projeto para o estabelecimento de plantações de 5 a 10 hectares e programada a instalação de usinas de beneficiamento do óleo de dendê e palmiste, com o permanente acompanhamento da pesquisa.

As regiões selecionadas para a implantação da cultura do dendêzeiro são:

a) Estado da Bahia: zona canavieira do recôncavo; zona sul, compreendendo a região de Valença. Deverão constituir suporte industrial para essa produção as fábricas de benefi-

ciamento da OPALMA S/A, subsidiária da Companhia Siderúrgica Nacional;

b) Estado do Pará: zona bragantina, apoiando-se no projeto dendê da SUDAM, ora em andamento;

c) Território do Amapá: zona da mata, apoiando-se no projeto ICOMI/COPRAM, em estudo;

d) Estado do Amazonas: zona de Manaus, às margens da confluência do rio Negro com o rio Amazonas; zona de Tabatinga, fronteira Peru-Colômbia, baseado nos estudos da Colônia Militar de Tabatinga. A área prevista no Plano Nacional de Dendêzeiro será aproximadamente, de 15 000 hectares, assim distribuídos:

	<i>Hectares</i>
Bahia	4 000 a 5 000
Pará	2 000 a 2 500
Amapá	1 000 a 1 500
Amazonas	5 000 a 6 000
Manaus	2 000 a 2 500
Tabatinga	3 000 a 3 500

Os investimentos previstos para o plantio de 1 hectare são da ordem de NCr\$ 4 000,00 até o início da produção.

O Instituto de Óleos vem promovendo estudos de viabilidade técnica e econômica para o Plano Nacional de Dendêzeiro, após o que serão solicitados recursos ao financiamento do projeto.

Estrutura de Investimento

ESPECIFICAÇÃO	NCr\$ MIL		
	1968	1969	1970
Pesquisa e experimentação sobre oleaginosas	230	293	300
Projeto piloto de desenvolvimento do dendê, mediante convênio.....	400	1 095	500
TOTAL.....	630	1 388	800

Estrutura do Investimento

Projeto: *PESQUISAS SOBRE OLEAGINOSAS — Estados da Guanabara, Bahia, Amazonas, Pará e Amapá*

Cronograma de Recebimentos:

(Em NCr\$ mil de 1968)

F O N T E S	TOTAL	1968	1969	1970
Orçamentários.....	2 818	630	1 388	800
Extra-orçamentários.....	—	—	—	—
Recursos próprios.....	—	—	—	—
Outros recursos internos.....	—	—	—	—
Recursos externos.....	—	—	—	—
TOTAL.....	2 818	630	1 388	800

Cronograma de Aplicações:

(Em NCr\$ mil de 1968)

U S O S	TOTAL (*)	1968	1969	1970
Pessoal.....	—	—	—	—
Outros custeios.....	—	—	—	—
Obras.....	—	—	—	—
Equipamentos e instalações (**)..	—	—	—	—
Inversões financeiras.....	—	—	—	—
TOTAL.....	2 818	630	1 388	800

Composição segundo a moeda

Moeda nacional.....	2 818	630	1 388	800
Moeda estrangeira.....	—	—	—	—

(*) Valor global de investimento.

(**) Inclusive material permanente.

IV.3 — Programa Nacional de Sementes

Diretrizes Gerais

Apesar dos esforços isolados de entidades governamentais e da iniciativa privada não se alcançou, ainda, em nosso país, o necessário progresso na produção e distribuição de sementes melhoradas.

As estimativas referentes à utilização de sementes melhoradas, sobre o total de sementes empregadas no Brasil, revelam posição bastante desfavorável. Tendo em vista que a qualidade da semente é fator básico na produtividade agrícola, na resistência a moléstias e na manutenção de padrões de produção é evidente a relação entre a precariedade do sistema de produção de sementes e o baixo nível geral da produtividade agrícola.

Entre os fatores que dificultavam a expansão da iniciativa privada, na produção de sementes, destacava-se a inexistência de uma política que definisse e delimitasse a ação do Governo e da iniciativa particular. A produção e comercialização de sementes só poderia desenvolver-se, no ritmo esperado, através da iniciativa privada, quando esta se encontrasse não só estimulada pela demanda existente como garantida por um sistema que excluísse atividades governamentais paralelas, de concorrência à própria organização particular.

As funções básicas de natureza governamental, tais como a elaboração de um programa nacional, a fiscalização do comércio de sementes, a elaboração de uma legislação adequada, o incentivo à pesquisa e produção da semente básica e genética não foram suficientemente desenvolvidas, embora alguns órgãos do Governo procurassem multiplicar sementes em áreas oficiais, sem alcançar êxito quantitativo ou qualitativo, estabelecendo formas concorrenciais com as organizações particulares.

A política governamental, no tocante à produção e distribuição de sementes, encontra-se, hoje, claramente definida. Visa a mesma a estimular e desenvolver as empresas privadas

reservando-se ao poder público iniciativas de caráter pioneiro, além das tarefas que, por sua natureza, devem caber ao Governo.

A política sôbre sementes encontra-se expressa na Carta de Produção e Abastecimento e na Portaria n.º 524, de 3 de outubro de 1967, do Ministério da Agricultura. Essa Portaria salientou os seguintes pontos:

- a) A importância de se fixar uma política nacional de sementes e mudas;
- b) A necessidade de serem criadas condições favoráveis ao desenvolvimento da produção, à distribuição e à comercialização de sementes e mudas em cada Estado e Territórios da União;
- c) O interesse de se promover o desenvolvimento da indústria particular de sementes e mudas.

A mesma portaria fixou ainda, as seguintes diretrizes:

1.º) A ação governamental, na execução da Política Nacional de Sementes, deverá ser exercida prioritariamente no sentido de:

- a) Produzir estoques de sementes básicas em seus órgãos de pesquisa ou através da iniciativa privada;
- b) Deixar a cargo da iniciativa privada a produção e comercialização de sementes, para cultivos comerciais, realizando o poder público tais tarefas em caráter supletivo;
- c) Fiscalizar o comércio de sementes e mudas de acordo com a Lei n.º 4 727, de 13 de julho de 1965, promover e incentivar, especialmente, a organização dos agricultores em entidades de classe, para a produção de sementes e mudas e sua comercialização;
- d) Incentivar o estabelecimento de firmas nacionais que se dediquem à produção e comercialização de sementes e mudas;

e) Incentivar os financiamentos de instalações de máquinas e equipamentos destinados à produção, beneficiamento armazenagem e análise de sementes;

f) Incrementar o financiamento de sementes produzidas no país durante o período de colheita até o plantio.

A definição de uma política de sementes representou importante passo no sentido de estabelecer um programa nacional de aumento da produção e distribuição de sementes melhoradas.

Dando seqüência a essa medida, o "Programa Estratégico" fixa outras medidas de caráter fundamental.

a) *Principais metas de produção de sementes*

Numa primeira etapa dá-se ênfase especial às seguintes culturas prioritárias para a ampliação da produção de sementes: arroz, feijão, milho, batata-inglesa, trigo, algodão cana-de-açúcar, soja e culturas olerícolas.

No que se refere ao arroz, registram-se atividades do IRGA para o atendimento da lavoura rizícola do Rio Grande do Sul e de alguns Institutos de Pesquisa do Ministério da Agricultura. Estima-se em 5% a quantidade de sementes melhoradas no total de, aproximadamente, 500 mil toneladas de sementes empregadas. Quanto ao feijão, há amplo esforço a realizar registrando-se apenas trabalhos do IPEAS, no Rio Grande do Sul, e do IPEACO, em Sete Lagoas, Minas Gerais. Não ultrapassa a 1% o volume de sementes melhoradas de feijão em relação ao total.

No tocante ao milho grande esforço já foi realizado, notadamente de empresas privadas e cooperativas de produtores. A produção de milho híbrido alcançou cerca de 1 milhão de sacos de 40 kg, em 1966. O Quadro 38 indica a proporção de sementes híbridas empregadas em relação à área cultivada nos principais Estados produtores.

QUADRO 38**ÁREA CULTIVADA COM SEMENTES DE MILHO HÍBRIDO
EM RELAÇÃO AO TOTAL DA ÁREA, NOS PRINCIPAIS
ESTADOS PRODUTORES — 1965**

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	Área cultivada com milho (ha)	Área semeada com milho híbrido (ha)	%
Minas Gerais.....	1 528 634	428 000	28,0
São Paulo.....	1 273 309	827 650	65,0
Paraná.....	1 318 750	330 000	25,0
Santa Catarina.....	497 614	40 760	10,0
Rio Grande do Sul.....	1 577 577	78 780	5,0
Goiás.....	384 658	69 240	18,0

FONTE: Associação de Produtores de Milho Híbrido — SP.

Estima-se que, no conjunto do país, a proporção de sementes melhoradas de milho em relação à quantidade total de sementes utilizadas alcance cerca de 20%, o que já é apreciável.

No tocante à batata-inglesa, a produção de sementes melhoradas, pelas Cooperativas de Cotia e Bandeirantes, em São Paulo, já permitiu elevar o nível dos rendimentos culturais em diversas zonas produtoras, apesar do volume de produção alcançar proporção reduzida (cerca de 10%) em relação à quantidade total de batata-semente utilizada.

Na lavoura tritícola, os processos alcançados na produção de sementes melhoradas se devem principalmente aos trabalhos do IPEAS, do Ministério da Agricultura e das Cooperativas Tritícolas, tendo-se alcançado, em 1966, produção de 600 mil sacos de 60 kg de sementes selecionadas.

O Quadro 39 indica as principais metas a alcançar, em 1970, no tocante à proporção de sementes melhoradas em relação ao total de sementes empregadas, nos principais Estados produtores (Gráfico 4).

QUADRO 39
METAS DE SEMENTES MELHORADAS A ATINGIR EM 1970
 (% sôbre o total de sementes utilizadas)

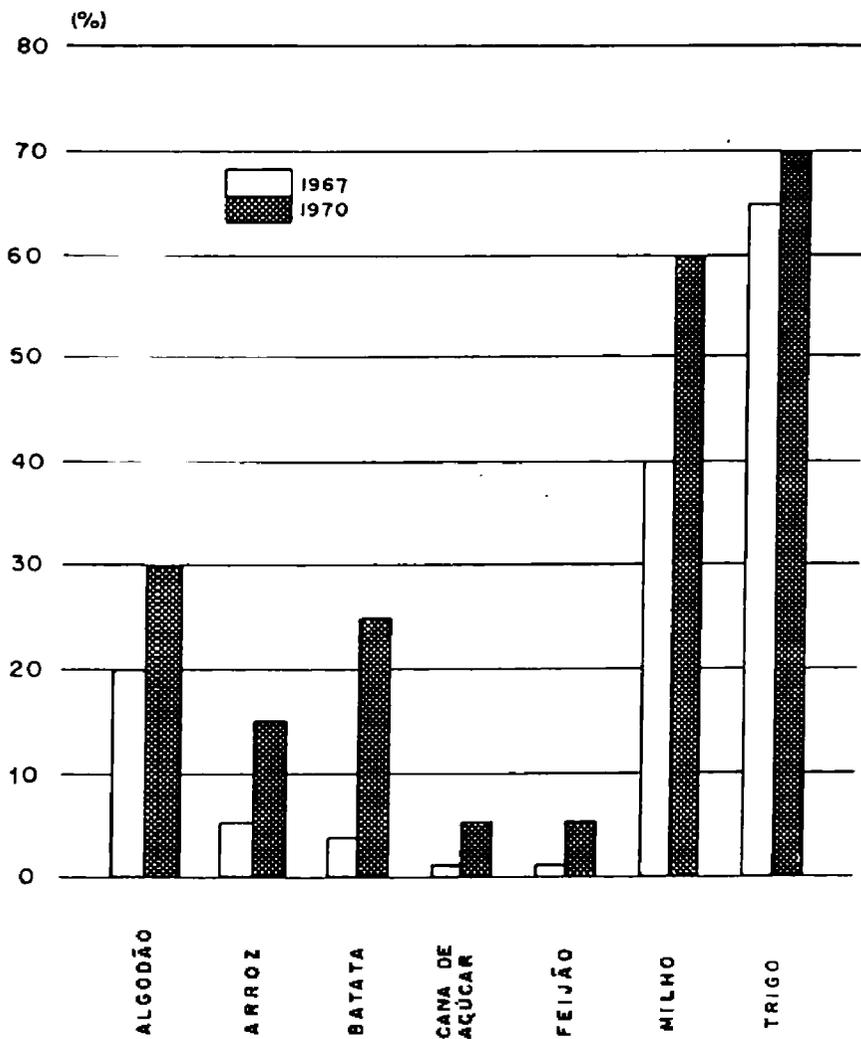
CULTURAS	% de sementes melhoradas nos principais Estados produtores (estimativa atual)	Meta a alcançar em 1970 %
Algodão.....	20	30
Arroz.....	5	15
Batata-inglês.....	10	30
Cana-de-açúcar.....	1	5
Feijão.....	1	5
Milho.....	40	60
Soja.....	16	25
Trigo.....	65	70

b) *Ações executivas para desenvolvimento do programa*

Para permitir alcançar as metas estabelecidas serão mobilizadas as entidades governamentais para a produção de sementes básicas e genéticas e as empresas privadas, conforme projetos específicos a serem apresentados às agências financeiras, dentro do Programa Nacional do Ministério da Agricultura, para a ampliação da produção de sementes básicas e dos trabalhos de multiplicação e comercialização.

Ao mesmo tempo, estímulos especiais serão concedidos à comercialização de sementes pelo setor privado, com a aplicação do seguinte esquema estudado pelo Banco Central: a) a empresa recebe a semente do produtor selecionado; b) o produtor emite duplicata rural aceita pela empresa a 90 a 120 dias; c) o agente financeiro descontará a duplicata a juros totais de 14 ou 15% ao ano. Em decorrência, o produtor será imediatamente ressarcido e a empresa terá 90 a 120 dias para venda da semente; d) a empresa vende a semente a outro produtor para produção comercial; e) o produtor recebe o financiamento de custeio e paga a duplicata; f) a empresa resgata a duplicata rural.

META DE UTILIZAÇÃO DE
SEMENTES MELHORADAS
1967/70.



Esse esquema financeiro facilitará, sobretudo, o mecanismo de comercialização de sementes, e será progressivamente aperfeiçoado.

Os incentivos governamentais às empresas privadas abrangem, ainda, os seguintes pontos básicos:

1) *Investimentos em ativo fixo*

Os investimentos fixos ou imobilizações em uma organização produtora de sementes compreendem: terra, edificações, máquinas e equipamentos. O Programa Nacional de Sementes prevê recursos, a longo prazo, para ativos fixos, através de fontes específicas, determinando-se as faixas de cada investimento e dimensionando as possibilidades de cada região e cultura, de acordo com levantamento que vem sendo efetuado pelo Ministério da Agricultura. Serão analisados os projetos específicos das empresas que demonstrem idoneidade técnica e financeira, devendo os projetos respeitar as diretrizes básicas estabelecidas pelo Governo. Foram destacados NCr\$ 5 milhões dos fundos provenientes do Acordo do Trigo para início do programa de expansão das empresas privadas e prepara-se projeto mais amplo para solicitação de recursos ao Banco Interamericano de Desenvolvimento.

2) *Capital de giro*

Há três fases distintas nas operações normais para produção de sementes de ciclo anual (Região Centro-Sul).

Novembro a março: a) preparo de terra e plantio; b) reaparelhamento de instalações; c) aquisição de adubos e inseticidas; d) substituição de máquinas e veículos; e) financiamento e empréstimos; f) gastos administrativos.

Abril a julho: a) colheita; b) processamento, classificação e padronização; c) embalagem; d) distribuição de sementes; e) gastos administrativos e recolhimento de impostos; f) pagamento a empreiteiros.

Julho a outubro: a) término da produção; b) vendas e cobranças. O mecanismo de financiamento adotado deverá atender às etapas descritas.

3) *Aspectos legais*

Será estudada, a curto prazo, a qualificação legal para o produtor de sementes. No momento, o mesmo não se enquadra como atividade industrial nem comercial. Não transforma física, química ou organolèpticamente algo que pudesse ser definido como matéria-prima, o que elimina a indústria; não se constitui atividade de mera compra e venda que configuraria o comércio. A atividade rural é a que oferece melhores condições de enquadramento; entretanto, até o advento do Estatuto do Trabalhador Rural, uma sociedade anônima não poderia ser enquadrada como produtor rural, o que eliminava a aceitação de uma sociedade por ações para produção de sementes, forçando-a a filiar-se aos ramos de comércio ou indústria, evidentemente inadequados.

Serão regulamentadas as atividades dos “cooperadores” (produtores selecionados que executam trabalhos de multiplicação de sementes) e suas relações de trabalho com as empresas. Países mais adiantados como os Estados Unidos (onde existe o “Seed Contract”) e a Itália têm a atividade do produtor de sementes definida por lei.

A Lei n.º 4 727, de 13 de julho de 1965, apesar do avanço que representou para a fiscalização do comércio de sementes e mudas, não chegou a regular o produtor de sementes e configurar tôdas as etapas de sua produção. Prevê-se, a partir de 1968, a elaboração de um estudo básico, consolidando os dispositivos legais existentes sôbre a matéria e, possivelmente, o preparo de uma Lei de Sementes, capaz de atender a todos os aspectos referentes ao assunto.

4) *Fiscalização*

A Lei n.º 4 727, citada, determinou e regulou a fiscalização do comércio de sementes e mudas em todo o território na-

cional. É de máxima importância que os órgãos oficiais, encarregados da fiscalização, na órbita do Ministério da Agricultura, exerçam tal tarefa, com o maior rigor possível, a fim de preservar o indispensável padrão de qualidade.

PROJETOS PRIORITÁRIOS NO PROGRAMA DE SEMENTES

Observação:

Os projetos adiante apresentados se referem exclusivamente à fase de multiplicação e distribuição de sementes, desde que a etapa da pesquisa está incluída no programa de pesquisas fitotécnicas.

Cabe, ainda, salientar que as ações desenvolvidas com os recursos adiante indicados serão executadas, via de regra, por órgãos oficiais, do Ministério da Agricultura, em áreas onde a iniciativa privada não se encontra suficientemente desenvolvida. De acordo com a política de sementes, a ação governamental se afastará no momento em que a organização particular estiver implantada. Faz parte, ainda, da política governamental incentivar a criação de cooperativas de produtores de sementes que deverão substituir a ação oficial.

Projeto: **MULTIPLICAÇÃO DE SEMENTES MELHORADAS — INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE USINAS DE BENEFICIAMENTO DE SEMENTES E LABORATÓRIOS**

ÓRGÃO: Departamento de Promoção Agropecuária — MA

LOCALIZAÇÃO: A multiplicação de sementes se fará através de contrato com empresas privadas de sementes e, em caráter supletivo, em fazendas e campos de sementes, em áreas onde não está operando a iniciativa privada; a distribuição de sementes será efetuada adquirindo sementes melhoradas em Estados produtores e fomentando o seu uso em zonas pioneiras, sem estabelecer ação paralela à organização particular.

DESCRIÇÃO E FASES DE EXECUÇÃO

O projeto compreende o conjunto de atividades indispensáveis à produção de sementes: organização do campo de cultura, viveiros, armazéns, silos, máquinas e equipamentos, obras diversas, materiais de consumo e transformação.

1968 — A meta global compreende a produção de 30 mil t de sementes e 3 milhões de mudas das culturas prioritárias.

1969 — A meta programada é de 35 mil t de sementes e 4 milhões de mudas.

1970 — A meta programada é de 40 mil t de sementes e 5 milhões de mudas.

Inclui, ainda, o projeto a instalação e equipamento de usinas de beneficiamento de sementes e de laboratórios de análise de sementes.

Estrutura do Investimento

Projeto: *MULTIPLICAÇÃO DE SEMENTES MELHORADAS — INSTALAÇÃO E EQUIPAMENTO DE USINAS DE BENEFICIAMENTO DE SEMENTES E LABORATÓRIOS*

Cronograma de Recebimentos:

(Em NCr\$ mil de 1968)

FONTES	TOTAL	1968	1969	1970
Orçamentários.....	11 911	3 200	3 911	4 800
Extra-orçamentários.....	—	—	—	—
Recursos próprios.....	—	—	—	—
Outros recursos internos.....	—	—	—	—
Recursos externos.....	—	—	—	—
TOTAL.....	11 911	3 200	3 911	4 800

Cronograma de Aplicações:

(Em NCr\$ mil de 1968)

USOS	TOTAL (*)	1968	1969	1970
Pessoal.....	—	—	—	—
Outros custeios.....	—	—	—	—
Obras	—	—	—	—
Equipamentos e instalações(**)...	—	—	—	—
Inversões financeiras.....	—	—	—	—
TOTAL.....	11 911	3 200	3 911	4 800

Composição segundo a moeda

Moeda Nacional.....	11 911	3 200	3 911	4 800
Moeda Estrangeira.....	—	—	—	—

(*) Valor global do investimento.

(**) Inclusive material permanente.

PROJETO: PROJETO DE ORGANIZAÇÃO DE UM SISTEMA NACIONAL DE PRODUÇÃO DE SEMENTES MELHORADAS

A fim de organizar um sistema de produção de sementes melhoradas, abrangendo as etapas de produção da semente básica e genética, de multiplicação de sementes e de comercialização, dentro da política atualmente em vigor, de estímulo à iniciativa privada, o Ministério da Agricultura vem, desde 1966, estudando um projeto especial a respeito do qual o "Programa Estratégico" inclui algumas informações em face de sua relevância no aumento dos níveis de produtividade agrícola.

ÓRGÃO: Ministério da Agricultura

LOCALIZAÇÃO: Na 1.^a etapa: Estados da região Centro-Sul, incluindo Minas Gerais, Espí-

rito Santo, São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Goiás.

DESCRIÇÃO, METAS E FASES DE EXECUÇÃO

Foi realizado levantamento de campo a fim de pesquisar dados essenciais sobre as entidades oficiais e privadas que operam na produção de sementes, abrangendo terras, equipamentos, instalações, construções e quantidade produzida. A pesquisa abrangeu 173 entidades, representando a amostra cêrca de 85% da produção e comercialização de sementes na região; no que se refere a outros aspectos, tais como pesquisa e treinamento, tôdas as entidades existentes foram consultadas.

TAMANHO DA AMOSTRA

UNIDADES DE FEDERAÇÃO	ENTIDADES			
	Particula- res	Oficiais	Economia mista	Total
Minas Gerais.....	42	6	1	49
Espírito Santo.....	2	5	—	7
Rio de Janeiro.....	—	3	—	3
Guanabara.....	7	—	—	7
São Paulo.....	22	10	—	32
Paraná.....	10	5	2	17
Santa Catarina.....	4	4	1	9
Rio Grande do Sul.....	46	3	—	49
TOTAL.....	133	36	4	173

Atualmente, é atribuída grande importância à produção de semente de milho, objetivando o Projeto Especial ampliar a produção de sementes melhoradas, não só de milho como de outras espécies. A produção de sementes pelos setores oficial e privado, em 1965, na região do Projeto (Centro-Sul) e a pro-

porção de sementes melhoradas, em relação ao total de sementes utilizadas eram as seguintes:

QUADRO 40
PRODUÇÃO DE SEMENTES MELHORADAS
NA REGIÃO CENTRO-SUL

CULTURAS	PRODUÇÃO EM 1965 (t)		Total	% de sementes melhoradas sobre total de sementes utilizadas 1967
	Oficial	Entidades Privadas		
Algodão.....	47 457	—	47 457	90,0
Amendoim.....	3 985	—	3 985	10,4
Arroz.....	9 747	145	9 892	4,2
Batata-inglês.....	305	4 223	4 528	4,1
Feijão.....	40	6	46	0,1
Milho.....	17 799	27 763	45 562	43,1
Soja.....	1 234	2 320	3 554	15,9
Trigo.....	28 631	2 552	31 183	64,9

FORTE: Ministério da Agricultura.

As metas estabelecidas em função das ações que serão desenvolvidas pelo projeto são as seguintes para a região Centro-Sul:

CULTURAS	% DE SEMENTES MELHORADAS SOBRE TOTAL DE SEMENTES		
	Situação atual 1967	1970	1972
Algodão.....	90,0	100,0	100,0
Amendoim.....	10,4	25,0	30,0
Arroz.....	4,2	15,0	20,0
Batata.....	4,1	25,0	30,0
Feijão.....	0,1	5,0	10,0
Milho.....	43,1	60,0	70,0
Soja.....	15,9	25,0	30,0
Trigo.....	64,9	70,0	75,0

Os diversos projetos específicos das empresas privadas e as ações oficiais, no tocante à produção da semente básica, deverão ser orientados no sentido de alcançar as metas acima.

Serão solicitados recursos ao Banco Interamericano de Desenvolvimento, no montante de US\$ 20 milhões, para o financiamento do projeto. A contrapartida nacional deverá ser formada por NCr\$ 5 milhões provenientes do Acôrdio do Trigo, e recursos específicos do Orçamento do Ministério da Agricultura destinados a sementes, no período 1968/70, instalações oficiais para produção de sementes básicas e recursos privados das empresas de sementes.

Instrutura do Investimento

Projeto: *ORGANIZAÇÃO DE UM SISTEMA NACIONAL DE PRODUÇÃO DE SEMENTES MELHORADAS — Minas Gerais, Espírito Santo, São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná, Santa Catarina, R. G. do Sul e Goiás.*

Cronograma de Recebimentos:

(Em NCr\$ mil de 1968)

F O N T E S	TOTAL	1968	1969	1970
Orçamentários.....	—	—	—	—
Extra-orçamentários.....	—	—	—	—
Recursos próprios.....	—	—	—	—
Outros recursos internos (*).....	5 000	—	—	—
Recursos externos (*).....	64 000	—	—	—
TOTAL.....	69 000	—	—	—

(*) Recursos internos provenientes do Acôrdio de Trigo. Recursos externos serão solicitados ao BID. Outros recursos internos deverão provir do Ministério da Agricultura.

Cronograma de Aplicações:

(Em NCr\$ mil de 1968)

U S O S	TOTAL (*)	1968	1969	1970
Pessoal.....	—	—	—	—
Outros custeios.....	—	—	—	—
Obras.....	—	—	—	—
Equipamentos e instalações (**)..	—	—	—	—
Inversões financeiras.....	—	—	—	—
TOTAL.....	69 000	—	—	—

Composição segundo a moeda

Em NCr\$ 1 000

Em US\$ 1 000

Moeda Nacional.....	5 000	—	—	—
Moeda Estrangeira.....	US\$ 20 000	—	—	—

(*) Valor global do investimento.

(**) Inclusive material permanente.

IV.4 — Política de Fertilizantes e Corretivos

IV.4.1 — Diretrizes Gerais

O baixo consumo de fertilizantes no país constitui **fator limitante** ao aumento dos níveis de produtividade agrícola. **Ao** mesmo tempo, o grau de acidez dos solos, em diversas **zonas** produtoras, recomenda continuados trabalhos de correção.

A elevação dos níveis de produtividade agrícola resulta **da** associação de diversos fatores: do uso de sementes **melhoradas** com maior capacidade produtiva, do conhecimento científico mais completo sobre o aproveitamento dos solos, da **utilização** de fertilizantes e corretivos, do emprêgo de sistemas **me-**cânicos de produção e do uso de práticas agrícolas **recomen-**dáveis.

Diversos fatores contribuem para o baixo índice de consumo de fertilizantes no país: a instabilidade da renda agrícola e a relação de preços entre os principais adubos e os demais fatores de produção; a falta de um efetivo programa de demonstração de vantagens econômicas no emprêgo de fertilizantes e do respectivo aumento da produtividade e a dependência da importação por preços elevados. Por outro lado, a produção de fertilizantes constitui, hoje, um dos mais importantes ramos da indústria química brasileira, compreendendo a síntese da amônia, com a fixação do nitrogênio do ar, a fabricação de compostos nitrogenados (uréia, nitrato de amônio); a solubilização de rochas fosfáticas, a fabricação de ácido fosfórico, assim como a fabricação de fertilizantes complexos, com a combinação de dois ou três elementos: nitrogênio, fósforo e potássio.

Entre 1955 e 1965 o consumo de fosfato, em termos de P_2O_5 , evoluiu de 88 575 t para 120 187 t, crescendo a uma taxa anual de 4,4%. O consumo aparente de potássio, em termos de K_2O , (totalmente importado) aumentou de 49 523 t, em 1955, para 99 732 t em 1965, com um incremento médio anual de 12,7%. No tocante ao nitrogênio, o consumo variou de 22 951 t para 70 569 t, entre 1955 e 1965, com um crescimento médio anual de 14% (Quadro 41).

As relações de consumo de N — P_2O_5 — K_2O eram, em 1955, de 1: 3,8: 2,1 que evoluíram para 1: 1,8: 1,3, em 1966, revelando aumento relativo do uso de nitrogênio. Em 1966 o total de fertilizantes utilizados no país (elementos nutrientes NPK) alcançou 276 906 toneladas. Admitindo-se uma elevação anual do consumo da ordem de 15% (os estímulos atuais provenientes do FUNFERTIL e outros incentivos fazem prever tal aumento), resulta um consumo aparente, em 1970, de 484 mil toneladas e, em 1971, de 557 mil toneladas. Admitindo-se, em 1970, uma estrutura de consumo NPK de 1,0: 1,6: 1,2, com a previsão de certo declínio do consumo de fosfatados e potássicos nos próximos anos, resultariam as seguintes quantidades de N- P_2O_5 e K_2O , em 1970, que constituíram as metas de consumo aparente de fertilizantes ao fim do triênio 1968/70:

Em 1 000 t

Nitrogênio — N	—	127
Fosfato (P ₂ O ₅)	—	203
Potássio (K ₂ O)	—	152

QUADRO 41

CONSUMO APARENTE DE FERTILIZANTES — 1955/65

(Em Toneladas de Elemento Nobre)

ANOS	Fosfatados (P ₂ O ₅)	Varição anual %	Potássicos (K ₂ O)	Varição anual %	Nitroge- nados (N)	Varição anual %
1955.....	88 575	—	49 523	—	22 051	—
1956.....	92 559	5,6	41 632	— 15,9	30 238	31,9
1957.....	118 689	26,9	60 189	— 44,6	28 558	— 5,6
1958.....	143 349	20,8	65 082	8,1	41 390	44,9
1959.....	124 006	— 13,5	57 425	— 11,8	44 785	8,2
1960.....	131 591	6,1	106 146	84,8	66 760	49,1
1961.....	118 766	— 9,8	70 727	— 33,4	55 064	— 17,5
1962.....	117 519	— 1,1	68 447	— 3,2	50 909	— 7,6
1963.....	156 818	33,4	92 015	34,4	65 212	26,1
1964.....	135 052	— 13,9	69 564	— 24,4	60 808	— 22,1
1965.....	120 097	— 11,1	69 732	— 43,4	70 560	33,9
1966.....	112 435	— 6,6	63 337	— 6,4	71 134	0,8

FONTE: 1955/61 BNOE. 1962/66 Sindicato da Indústria de Adubos e Colas de São Paulo.

Observe-se que as projeções históricas a longo prazo do consumo de fertilizantes químicos são bastante aleatórias. Concedendo-se maior volume de financiamentos para o agricultor, alcançando-se maior regularidade na renda agrícola, desenvolvendo-se os trabalhos de extensão rural e criando-se novos estímulos aos lavradores, o consumo se elevará sensivelmente nas áreas de São Paulo, Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Santa Catarina, onde a utilização de fertilizantes já se torna econômica, em função do aumento da produtividade marginal. Na realidade, na região Centro-Sul e Sul são consumidos 90% do total de fertilizantes químicos, importados ou produzidos no país. A importância relativa do mercado paulista é de 60% do mercado nacional. O Quadro 42 indica a participação percentual de consumo de fertilizantes por zonas fisiográficas.

QUADRO 42

PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DE CONSUMO DE FERTILIZANTES
SEGUNDO REGIÕES — 1965

FERTILIZANTES	Centro-Sul	Sul	Centro-Oeste	Norte e Nordeste
Nitrogenados.....	74,4	11,8	4,7	9,1
Fosfatados.....	67,7	22,9	2,8	6,6
Potássicos.....	74,9	13,4	2,7	9,0
NPK.....	71,2	17,8	3,2	7,8

FONTE — Sindicato da Indústria de Adubos e Colas — SP.

As diferentes regiões foram caracterizadas pelas áreas de influência dos seguintes portos: *Centro-Sul* — Santos, Paranaguá e São Francisco do Sul; *Sul* — Pôrto Alegre e Rio Grande; *Centro* — Guanabara e Angra dos Reis; *Norte e Nordeste* — Belém, Macau, Recife, Maceió e Salvador.

O interêsse do Govêrno no aumento do consumo de fertilizantes, com o objetivo de elevar o nível de produtividade agrícola, se dirige aos seguintes pontos básicos:

a) *Expansão da indústria nacional*

Diversos projetos vêm sendo estudados e acompanhados pelo GEIQUIM visando à implantação de novas indústrias de fertilizantes. No tocante a nitrogenados as principais emprêsas existentes são: Petrobrás — Cubatão — capacidade efetiva de 13 000 t/ano; Companhia Siderúrgica Nacional (Volta Redonda) — 1 500 t/ano; Usiminas (Belo Horizonte) — 500 t/ano.

Recentemente foi aprovado o projeto da Ultrafertil S/A (Resolução n. 4/66, de 1 de fevereiro de 1966), que compreende um conjunto de fábricas integradas: 1) fábrica de amônia, a partir de nafta — processo de reformação com vapor; 2) duas fábricas de ácido nítrico e nitrato de amônio, em solução e granulado; 3) fábrica de ácido sulfúrico e ácido fosfórico; 4) fábricas de fertilizantes complexos NPK e fosfato dia-

mônio. Das 455 t/dia de amônia, 38 são de uso cativo. Todo o ácido nítrico será de uso cativo para a produção de nitrato de amônia. O ácido fosfórico produzido (ácido sulfúrico + rocha fosfatada) será de uso cativo para os fertilizantes. O início da produção está previsto para 1968, com 25% da capacidade nominal e, em 1973, deverá alcançar a capacidade total. O projeto, localizado em Piassaguera, São Paulo, tem a seguinte produção física projetada: amônia, 125 400 t/ano; nitrato de amônia granulada, 181 170 t/ano; fosfato de amônia granulada, 50 247 t/ano; fertilizantes NPK, 224 400 t/ano.

Outro projeto aprovado foi o da Serrana S/A (Resolução n.º 15/65, de 25 de novembro de 1965) que objetiva a produção inicial de 142 500 t/ano de concentrados de apatita com 36% de P_2O_5 (em média), com vista à fabricação de superfosfatos, tendo como matéria-prima o carbonato apatítico. O projeto se localiza em Jacupiranga, São Paulo.

Os dois projetos aprovados envolvem o seguinte nível de investimentos no período 1968/70:

	<i>NCrS Mil</i>		
	<i>1968</i>	<i>1969</i>	<i>1970</i>
Ultrafertil	10 756	20 000	15 000
Serana	7 737	6 667	—

Os projetos em implantação e outros em estudo deverão, em breve, alcançar a demanda interna de fertilizantes nitrogenados e fosfatados, esperando-se que a indústria nacional, operando em economia de escala, possa trabalhar a custos que favoreçam o maior consumo.

O fertilizante nitrogenado mais usado era o nitrato de sódio natural (salitre do Chile) que foi substituído progressivamente pelos nitrogenados sintéticos mais ricos em teor de N. À medida que se desenvolve a fabricação de fertilizantes nitrogenados e se aprimorarem as técnicas agrícolas haverá um deslocamento da procura de adubos pobres em N, como o nitrato de sódio (16% N) e o sulfato de amônio (20%), para compostos mais ricos em N, como o nitrato de amônia (35%), a uréia (46%) ou a própria amônia (83%). Além disso é acen-

tuada a tendência de levar-se o nitrogênio ao solo através de compostos complexos, contendo dois ou mais nutrientes, como os fosfatos diamônicos.

Até 1957 a única fonte interna de fertilizantes nitrogenados era o sulfato de amônio, obtido como subproduto dos gases de coqueria da Companhia Siderúrgica Nacional em Volta Redonda. A partir de 1958 verificou-se sensível aumento da oferta interna, com a entrada em operação da Fábrica de Fertilizantes da PETROBRÁS, em Cubatão, utilizando o gás da refinaria como matéria-prima básica. Esta unidade produz em fertilizante sólido, com 20,5% de N — Nitrocálcio, um volume anual da ordem de 12 mil t de N (*). Em 1963 USIMINAS também iniciou a produção de sulfato de amônio em sua coqueira, com uma produção, naquele ano, de 280 t.

No tocante aos fertilizantes fosfatados dispõe o país de reservas de fosfato natural suficientes para atender à demanda interna. Na área do Nordeste, entre Olinda, Pernambuco e Paraíba foram medidas reservas da ordem de 54 milhões de toneladas, com um teor médio de 22% de P_2O_5 . As reservas conhecidas de Araxá alcançam 92 milhões de toneladas com 18% de P_2O_5 . Não obstante essas reservas, o país ainda vem importando regularmente fosfato concentrado para o abastecimento parcial de fábricas de superfosfatos, assim como fertilizantes fosfatados industrializados, sob a forma de superfosfato triplo ou de fosfato diamônio. Em 1966 a importação de fosfatos industrializados alcançou 27 500 t de P_2O_5 e 112 500 t de fosfato natural concentrado, equivalendo a 38 000 t de P_2O_5 . No total, o país importou o equivalente a 63 400 t de P_2O_5 , ou seja, cerca da metade do consumo aparente.

As jazidas litorâneas no Nordeste são as únicas conhecidas no Brasil de fosfato sedimentar (fosforita). Todavia, o frete tem representado ônus elevado. Medidas adotadas pelo atual Governo permitiram que o frete de cabotagem, computadas as despesas de embarque, fôsse um pouco inferior ao frete do produto importado, numa distância muito maior. (O frete

(*) Ver documento da Indústria Química — Programa Estratégico.

nacional já chegou a ser três vezes superior ao do produto importado).

Recentemente, o Grupo de Trabalho instituído pelo Decreto n.º 60 565, de 1.º de abril de 1967, apresentou recomendações básicas sobre adubos fosfatados, adiante transcritas, que ficam incorporadas ao “Programa Estratégico”.

1) Realização, pelo Ministério das Minas e Energia, de diligências junto às empresas de mineração concessionárias de lavra de fosforita no Nordeste, visando à formação de Consórcio de Mineração, tal como preceitua o artigo 86 do Código de Mineração, com o objetivo de intensificar a mineração e incrementar a sua produtividade naquela área;

2) Preservação das jazidas sedimentares de fosforita do Nordeste, facultando sua exploração racional e econômica;

3) Prioridades de financiamentos para pesquisas tecnológicas que tenham em mira melhor aproveitamento das jazidas de fosfato;

4) Estudo, pelo CONCEX, da importação de concentrados de fosfato natural, de forma a assegurar o escoamento prioritário da produção nacional desde que esta seja oferecida em condições de preços satisfatórios;

5) Manutenção, na navegação de cabotagem, da linha de integração nacional, como fator indispensável ao escoamento do fosfato do Nordeste.

Além dessas medidas, deverão ser efetuados estudos para utilizar no Nordeste, a maior parte da produção de fosforita evitando-se, assim, o ônus que representam os fretes para a região Sul.

O consumo brasileiro de fertilizantes potássicos tem sido atendido por importações, destacando-se, entre os produtos importados, o cloreto e o sulfato de potássio. Dentro do objetivo básico de expandir a indústria nacional, o “Programa Estratégico” prevê a intensificação dos estudos e elaboração do projeto para a exploração das jazidas de carnalita e silvinita, em Sergipe.

Ainda dentro do objetivo básico de expandir a indústria nacional, o "Programa Estratégico" prevê a intensificação dos estudos e elaboração do projeto para a exploração das jazidas de sal-gema, em Carmópolis, Sergipe.

Perspectivas de produção

Nitrogenados

Pela descrição sucinta dos principais projetos existentes verifica-se que a oferta de fertilizantes nitrogenados deverá crescer substancialmente até 1970. A capacidade de produção poderá alcançar, nesse ano, cerca de 200 mil toneladas de N para um consumo aparente de 130 mil toneladas. Esse crescimento da oferta interna deverá resultar do início de operação de novas unidades.

QUADRO 43

OFERTA DE FERTILIZANTES NITROGENADOS ATUAL E PREVISTA PARA 1970

UNIDADES	1967	Adicional	1970
Existentes.....	14 000	—	14 000
Ultrafertil.....	—	123 000	123 000
Petrobrás (Camaçari — BA).....	—	54 000	54 000
Petrobrás (Cubatão).....	—	16 500	16 500
TOTAL.....	14 000	193 500	207 500

FONTE: Indústria Química — "Programa Estratégico".

O programa já lançado resultará numa oferta superior ao consumo provável, razão por que as unidades não entrarão em funcionamento a plena carga, esperando-se que esta seja atingida em 1973.

Fosfatados

A fim de alcançar as necessidades prováveis, em 1970, 203 mil t, deverá ser consideravelmente expandida a capacidade de produção. O Governo Federal promoverá os estudos básicos, com a colaboração do Governo de Minas Gerais, para aproveitamento integral das reservas de apatita de Araxá. Com relação à industrialização do minério, prevê-se, até 1970, uma capacidade adicional de cerca de 92 mil t de P_2O_5 solúvel, assim distribuídos:

	<i>1 000 t</i>
Ultrafertil (SP)	71,0
Fertilizantes Nitsui (MG)	4,0
Cofebrás (SP)	16,5
Total	<hr/> 91,5

Potássicos

O Governo, através do Departamento Nacional de Produção Mineral, promoverá as pesquisas necessárias ao dimensionamento e avaliação das reservas das jazidas de carnalita e silvinita, recentemente descobertas pela Petrobrás, em Sergipe, devendo os resultados ser apresentados até 1969.

Os investimentos necessários à execução do programa de expansão de fertilizantes, no triênio 1968/70, totaliza NCr\$ 208 milhões, conforme se discrimina no documento referente à Indústria Química, no "Programa Estratégico".

b) *Estímulos Financeiros*

Os preços dos fertilizantes têm constituído fator limitante à maior utilização de adubos. O Quadro 44 mostra a evolução dos preços dos principais fertilizantes, em confronto com alguns indicadores econômicos. Tomando-se o índice 1960 = 100, verifica-se, por exemplo, que o preço do salitre do Chile evoluiu do índice 145, em 1961, para 2 485, em 1965; o super-

fosfato simples, de 259 para 2 353; o cloreto de potássio de 194 para 2 361. No mesmo período o preço dos produtos agrícolas evoluiu de 135 para 958.

QUADRO 44
EVOLUÇÃO DOS PREÇOS DE FERTILIZANTES — 1961/65
(1960 = 100)

ESPECIFICAÇÃO	1961	1962	1963	1964	1965
Salitre do Chile.....	145	335	620	1 490	2 485
Sulfato de amônio	170	320	575	1 455	2 420
Nitrocálcio.....	165	243	509	1 113	2 322
Superfosfato simples.....	259	382	700	1 412	2 353
Superfosfato triplo.....	183	350	611	1 172	1 928
Fosforita olinda.....	293	436	836	1 557	2 457
Cloreto de potássio.....	194	367	617	1 244	2 361
Produtos agrícolas.....	135	217	358	714	968
Produtos industriais.....	142	206	179	694	1 085
Preços no atacado.....	138	212	368	705	1 024
Custo de vida.....	138	211	387	721	1 049
Produtos químicos.....	134	212	444	1 005	1 682

FONTE: FAO — CEPAL — BID — FGV

Além das medidas básicas de expansão da indústria de fertilizantes, o Governo vem desenvolvendo um programa de estímulos financeiros ao uso de adubos, a fim de facilitar o consumo de fertilizantes, reduzindo o seu custo ao agricultor. Para êsse fim, o Governo criou, pelo Decreto n.º 58 193, de 14 de abril de 1966, junto ao Banco Central, o Fundo de Estímulos Financeiros ao Uso de Fertilizantes e Suplementos Minerais, (FUNFERTIL) posteriormente alterado pelos Decretos números 58 250/66, 58 664/66 e 59 703/67.

O Fundo proporciona vantagens financeiras, através da indenização de despesas bancárias, relativas à compra de fertilizantes, corretivos de solo e suplementos minerais.

É objetivo do Programa Estratégico do Governo aperfeiçoar e ampliar a ação do FUNFERTIL devendo êsse mecanismo utilizar os seguintes recursos, nos próximos anos:

PROGRAMA DE FERTILIZANTES	NCr\$ mil		
	1968	1969	1970
Subsídios a fundo perdido à agricultura.....	13 800	14 500	4 000
Subsídios a fundo perdido à indústria de fosfatos e rochas.....	1 200	1 500	1 750
Volume de financiamentos a lavradores dentro do programa FUNFERTIL.....	93 900	89 200	27 500

Serão utilizados, ainda, em 1968, NCr\$ 4 milhões no programa FUNFERTIL de recursos provenientes do VII Acôrdo do Trigo.

Prevê-se que, em 1970, a indústria nacional de fertilizantes, operando em economia de escala, a custos inferiores aos dos produtos importados, permita redução do volume de subsídios, através daquele Fundo.

IV.4.2 — Corretivos

O uso do calcário na agricultura destina-se a corrigir o grau de acidez dos solos a serem cultivados. Os valores e limites do pH dos solos variam entre 4 e 8; entre 6 e 7, são observados, via de regra, maiores níveis de produtividade. A grande maioria dos solos brasileiros é excessivamente ácida, isto é, com pH igual ou inferior a 5,5. Desta forma, para o aumento da produtividade na agricultura, torna-se indispensável a aplicação de corretivos da acidez, através da utilização de calcário.

O uso do calcário moído, sob a forma de pó, torna a aplicação dos fertilizantes mais eficiente e possibilita, em alguns casos, a libertação dos fosfatos, já existentes no solo em formas insolúveis.

Os calcários usados para fins agrícolas são dolomíticos ou calcíticos, sendo os primeiros preferidos por conterem magnésio, elemento carente na maioria dos solos.

A principal dificuldade para maior difusão do uso do calcário é o seu baixo valor, por unidade de pêsô, o que torna bastante oneroso o transporte.

A produção de calcário para utilização em agricultura é feita através de instalações de moagem que podem ser móveis ou estacionárias. No Brasil predomina o último tipo, enquanto o primeiro é largamente utilizado em outros países. As estimativas sobre as necessidades de calcário são extremamente aleatórias. A produção de calcário, para aplicação na Agricultura alcançou, no triênio 1961/63, as seguintes quantidades:

Anos	1 000 toneladas
1961	155
1962	228
1963	250

FONTE: Sindicato da Indústria de Adubos de São Paulo.

Estimativas constantes do relatório da Divisão de Agricultura da USAID/Brasil indicam uma necessidade potencial de calcário, para usos em corretivo de solo, de 30 milhões de toneladas, para aplicação em período de 8 anos, de que resulta a média anual de 3,75 milhões de toneladas. Esta quantidade foi estimada considerando que, para se aumentar o pH de uma unidade, por exemplo, de 4,5 para 5,5, são necessárias, aproximadamente 3 toneladas de calcário, por hectare.

O "Programa Estratégico" prevê algumas medidas básicas para elevar o nível de produção e de consumo de calcário

Nota: Estudos realizados em São Paulo indicaram que mais de 90% foram classificados como fortemente ácidos (pH entre 4.5 e 5.5); cerca de 30% têm um pH igual ou inferior a 5.1. Análises do Rio Grande do Sul indicaram também que, aproximadamente 80% tinham pH menor do que 5.5 e cerca de 28% eram fortemente ácidos.

para fins agrícolas no país. Recomenda-se a criação de um Grupo Executivo para implementar as medidas básicas entre as quais figuram:

a) estímulo à iniciativa privada para produção de calcário destinado a fins agrícolas, notadamente através financiamentos especiais para implantação de unidades móveis;

b) estudo, na formulação da política de crédito agrícola de normas especiais de financiamento para aquisição de calcário moído pelos agricultores;

c) intensificação, pelos órgãos técnicos competentes, das pesquisas de novas jazidas.

IV.5 — Programa de Desenvolvimento da Produção Animal

IV.5.1 — Bovinocultura

A importância da produção animal na economia agrícola levou à inclusão de um capítulo próprio sobre a pecuária no "Programa Estratégico", procurando-se reunir os principais projetos sobre ações que visam ao aumento da produção e da produtividade dos rebanhos.

Os estudos sobre a oferta e demanda de produtos de origem animal acusam elevado *deficit* de carne bovina, de carne suína e de ovos. O Programa de Ação Econômica do Governo 1964/66 assinalara que, em 1966, o *deficit* alcançaria a 370 mil toneladas de carne e previu elevado *deficit* de leite, em 1970. Posteriormente, pesquisas efetuadas pela Fundação Getúlio Vargas, revelaram *deficits* entre a oferta interna e a demanda efetiva, previstas para 1971, da ordem de 375 mil toneladas de leite, 83 mil toneladas de pescado e 600 mil toneladas de carne bovina, considerada a demanda potencial resultante da maior procura, em relação à elevação dos níveis de renda. Os coeficientes de elasticidade-renda dos produtos de origem animal, indicados na pesquisa da Fundação Getúlio

Vargas, levam à maior pressão da demanda desses produtos em função da elevação da renda. (Quadro 45).

QUADRO 45

COEFICIENTE DE ELASTICIDADE-RENDA DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL — 1970

PRODUTOS	Coefficiente de elasticidade-renda 1970
Carne bovina.....	0,63
Carne industrializada.....	1,08
Pescados.....	0,63
Aves.....	0,42
Ovos.....	0,61
Leite.....	0,66

FONTES: IBRE -- FGV.

O baixo nível de crescimento do rebanho bovino e da produção de carnes; a deficiente infra-estrutura industrial e comercial para o beneficiamento e distribuição do leite; a alta incidência de moléstias na pecuária; o deficiente parque industrial avícola e do pescado; o reduzido índice de abate dos suínos tipo carne; a baixa qualidade das pastagens constituíram, ao longo de vários anos, fatores que retardaram a expansão da pecuária nacional.

Ao mesmo tempo, medidas governamentais de contenção de preços, para evitar alta nos centros de consumo, adotadas, não raro, sem exata compreensão do problema e sem a devida previsão das conseqüências em prazo mais longo, geraram sérios desestímulos à pecuária nacional.

Fundamentam-se essas medidas no pressuposto, não demonstrado, de que as altas de preços se verificam, principalmente, em decorrência de especulações dos pecuaristas e intermediários, e não em decorrência de uma carência efetiva de oferta no mercado.

A produção de carne bovina vem evoluindo na forma de ciclos de produção * que, conforme o período observado, podem determinar maior ou menor atendimento a uma demanda potencial constantemente crescente. Essa situação ocasiona crises cíclicas de mercado que se traduzem em menores ou maiores pressões para elevação dos preços do produto.

A oferta de carne bovina, no período 1955/1965, aumentou à taxa de 2,5% ao ano, enquanto a demanda potencial se expandiu à taxa de 4,5% ao ano, em média, considerando-se um coeficiente de elasticidade-renda da demanda de 0,55 em 1960 **.

Nestas circunstâncias o equilíbrio do mercado vem-se processando a níveis mais elevados de preços.

Tôdas as medidas de contenção de preços da carne contribuíram, em grande parte, para as elevações sucessivas posteriores, em decorrência das distorções que acarretam no setor de pecuária, traduzidas em desestímulos a investimentos e à adoção de tecnologias mais adequadas.

A comprovação da maior elevação relativa dos preços dos produtos alimentícios de origem animal em comparação aos dos outros produtos agrícolas e com o nível geral de preços, estão consubstanciados nos índices de preços, publicados periodicamente pela Fundação Getúlio Vargas.

O Quadro 46 apresenta a comparação do índice de preço, por atacado, de produtos agrícolas (agricultura, sem café,) com os da carne e leite.

Desta forma, comprova-se que a oferta de produtos de origem animal, principalmente a carne bovina, não tem evoluído de maneira a satisfazer a demanda, a um prazo mais longo.

* Alguns aspectos de Pecuária de Corte na Região Centro-Sul Estudos ANPES n.º 7 — Guilherme Leite da Silva Dias.

** Para o coeficiente de elasticidade-renda da demanda veja-se Projeções de Oferta e Demanda de Produtos Agrícolas para o Brasil — FGV.

QUADRO 46

ÍNDICES DE PREÇOS DE PRODUTOS AGRÍCOLAS AO NÍVEL DO ATACADO VALORES DEFLACIONADOS PELO ÍNDICE GERAL DE PREÇOS SEM CAFÉ

ANOS	Agricultura sem café	PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	
		Carne	Leite
		Média anual	Média anual
1949.....	97,6	70,8	105,2
1950.....	94,0	78,6	112,7
1951.....	100,0	100,9	96,8
1952.....	102,7	125,2	94,6
1953.....	105,6	124,5	90,7
1954.....	100,3	121,6	82,7
1955.....	104,2	126,9	91,2
1956.....	102,7	112,7	91,0
1957.....	99,1	109,0	92,0
1958.....	96,4	101,6	92,3
1959.....	97,4	92,1	82,2
1960.....	106,4	144,0	87,3
1961.....	106,2	157,4	87,5
1962.....	111,3	164,9	96,6
1963.....	107,3	147,5	82,1
1964.....	104,2	132,5	84,8
1965.....	95,0	131,3	74,6
1966 (1).....	101,3

FONTE: Índices preparados com dados fornecidos pela FGV.

(1) Valores preliminares.

Cabe salientar dois aspectos: A oferta de carne não evoluiu à taxa de crescimento da demanda potencial, verificando-se uma alta real dos preços do produto. A oferta evoluiu de forma cíclica (Quadro 47) com períodos de maior abate, notadamente em 1958 e 1965, atingindo a produção de carne, aproximadamente, 1 300 mil toneladas, e períodos de retração (1955 e 1962) com uma produção de carne inferior àquele nível. Desta forma, crises agudas de carência se processaram no período, com grandes flutuações de preços no setor da pecuária.

QUADRO 47

ABATE DE BOVINOS (1 000 CABEÇAS) E PRODUÇÃO DE CARNES
— 1955/65

ANOS	Bois	Vacas	Total (*)	Produção de carnes (1 000 t)
1955.....	4 170	1 686	6 031	1 030
1956.....	4 522	1 838	6 574	1 080
1957.....	4 574	2 146	7 033	1 157
1958.....	4 907	2 647	7 857	1 285
1959.....	4 886	2 603	7 783	1 261
1960.....	4 577	2 396	7 207	1 197
1961.....	4 672	2 242	7 141	1 193
1962.....	4 488	2 285	6 989	1 183
1963.....	4 516	2 320	7 065	1 192
1964.....	4 679	2 592	7 523	1 259
1965.....	7 608	1 312

Serviço de Estatística da Produção—MA

(*) Inclusive vitelos

Admite-se que a causa fundamental da limitação da oferta seja um crescimento insatisfatório da capacidade reprodutiva do rebanho, condicionado, principalmente, pelo baixo nível de investimentos.

O segundo aspecto focalizado tem suas causas e mecanismos explicados pela flutuação dos preços. Funciona no setor um mecanismo auto-regulador da oferta, de ajustamento não imediato, resultante do próprio processo produtivo e agravado pelo emprêgo de tecnologia atrasada e contenção de preços ao nível do produto final. Nestas circunstâncias, as evoluções cíclicas da oferta de carne não têm permitido ajustamento à demanda efetiva a um nível de preços estável.

Os objetivos de uma política de organização dos mercados de carne bovina estão diretamente ligados à diminuição das flutuações nos preços e aos estímulos às inversões nas áreas de criação.

QUADRO 48
EFETIVO DO REBANHO BOVINO — 1963/65

ANOS	Rebanho bovino (1 000 cabeças)
1950.....	52 654
1960.....	73 962
1963.....	79 855
1964.....	84 167
1965.....	90 629

FONTES: Serviço de Estatística da Produção — MA

Por outro lado, o Brasil apresenta condições extremamente favoráveis para o desenvolvimento da pecuária e um dos rebanhos mais numerosos, superado apenas pelos Estados Unidos, União Soviética e Índia.

A estatística do rebanho bovino brasileiro tem sido causa de controvérsia, em razão da diferença entre o total divulgado, anualmente, pelo Serviço de Estatística da Produção, do Ministério da Agricultura, (Quadro 48) e o resultante dos levantamentos censitários (Quadro 49).

QUADRO 49
EFETIVOS DO REBANHO NA DATA DOS RECENSEAMENTOS
GERAIS — 1940/60

ANOS	Rebanho Bovino (1 000 cabeças)
1940.....	34 392
1950.....	46 891
1960.....	55 692

FONTES: Serviço Nacional de Recenseamento

As taxas de crescimento geométrico (média anual) foram de 3% no período 1940/50 e de 1,7% no período 1950/60. O Quadro 50 indica os bovinos existentes nos estabelecimentos

QUADRO 50

**BOVINOS EXISTENTES NOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUARIOS, NOS CENSOS DE 1940, 1950 e 1960,
TAXA MÉDIA GEOMÉTRICA DE CRESCIMENTO DO REBANHO NO PERÍODO 1950/1960 E PROJEÇÃO DO
EFETIVO DO REBANHO**

REGIÕES FISIOGRÁFICAS E UNIDADES DA FEDERAÇÃO	BOVINOS								
	Efetivo dos rebanhos			Taxa de crescimento	Projeção do efetivo dos rebanhos				
	1950	1960(*)	1950/60(**)		1961	1962	1963	1964	1965
BRASIL.....	46 891 208	55 602 653	1,7	50 840 431	58 000 762	59 312 010	60 004 981	61 041 557	
Região Norte.....	1 031 300	1 228 510	1,8	1 251 465	1 274 979	1 299 102	1 323 850	1 349 268	
Rondônia.....	2 130	3 384	4,7	3 543	3 709	3 883	4 066	4 257	
Acre.....	26 798	32 871	2,1	33 561	34 265	34 984	35 710	36 469	
Amazonas.....	87 594	139 042	4,7	145 570	152 418	159 581	167 081	174 934	
Rio Branco.....	140 773	165 972	1,7	168 793	171 662	174 580	177 548	180 566	
Pará.....	742 832	841 601	1,3	852 541	863 024	874 851	886 224	897 741	
Amapá.....	31 233	45 670	3,9	47 451	49 301	51 223	53 221	55 297	
Região Nordeste.....	5 560 625	6 424 038	1,5	6 522 932	6 626 295	7 728 210	6 834 759	6 944 023	
Maranhão.....	958 911	1 360 730	3,6	1 409 716	1 460 465	1 513 041	1 567 510	1 623 940	
Piauí.....	1 038 786	1 126 440	0,8	1 135 421	1 144 504	1 163 660	1 162 889	1 172 102	
Ceará.....	1 186 325	1 343 316	1,3	1 360 779	1 378 469	1 396 389	1 414 542	1 432 031	
Rio G. do Norte.....	479 911	491 298	0,2	492 264	493 264	494 250	495 238	496 228	
Paraíba.....	700 516	760 192	0,8	760 273	772 403	778 582	774 811	791 089	
Pernambuco.....	893 800	939 770	0,5	944 474	949 196	953 941	958 710	963 503	
Alagoas.....	302 370	402 322	2,0	413 989	425 094	438 347	451 060	464 140	

(Continua)

QUADRO 50

BOVINOS EXISTENTES NOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS, NOS CENSOS DE 1940, 1950 e 1960,
TAXA MÉDIA GEOMÉTRICA DE CRESCIMENTO DO REBANHO NO PERÍODO 1950/1960 E PROJEÇÃO DO
EFETIVO DO REBANHO

(Continuação)

REGIÕES FISIOGRÁFICAS E UNIDADES DA FEDERAÇÃO	BOVINOS								
	Efetivo dos rebanhos			Taxa de crescimento 1950/60(**)	Projeção do efetivo dos rebanhos				
	1950	1960(*)	1901		1962	1963	1964	1965	
Região Leste.....	16 356 839	18 880 045	1,5	19 152 793	19 430 261	19 712 568	19 999 845	20 292 222	
Sergipe.....	415 003	404 305	1,8	503 263	512 321	521 542	530 930	540 487	
Bahia.....	4 035 140	4 570 056	1,2	4 624 890	4 680 394	4 736 558	4 793 397	4 850 918	
Minas Gerais.....	10 483 492	11 880 493	1,3	12 034 930	12 191 393	12 349 881	12 510 429	12 673 065	
Serra dos Aimorés.....	41 776	195 883	6,7	209 007	223 010	237 951	253 894	270 905	
Espírito Santo.....	463 066	648 142	2,8	666 289	684 945	704 123	723 838	744 105	
Rio de Janeiro.....	876 395	1 073 802	2,1	1 096 351	1 119 374	1 142 880	1 166 880	1 191 384	
Guanabara.....	11 367	17 304	4,3	18 048	18 824	19 633	20 477	21 358	
Região Sul.....	16 901 249	18 603 980	1,0	10 017 078	19 382 671	19 761 460	20 154 196	20 561 680	
São Paulo.....	5 879 860	7 155 142	2,0	7 298 244	7 444 208	7 593 092	7 593 092	7 899 853	
Paraná.....	806 150	1 630 327	7,3	1 749 340	1 877 042	2 014 066	2 161 093	2 318 853	
Santa Catarina.....	1 003 750	1 195 526	1,8	1 217 041	1 238 952	1 261 253	1 283 956	1 307 067	
Rio Grande do Sul.....	9 211 489	8 682 985	(***)0,8	8 752 440	8 822 469	8 893 049	8 964 191	9 035 007	
Região Centro-Oeste.....	7 041 135	10 406 050	4,2	10 905 163	11 348 550	11 810 670	12 292 322	12 794 364	
Mato Grosso.....	3 510 883	5 631 883	4,8	5 901 731	6 185 014	6 481 895	6 793 026	7 119 001	
Goiás.....	3 530 252	4 848 287	3,2	5 003 432	5 103 542	5 328 775	5 490 296	5 675 273	
Brasília.....	—	16 340	—	—	—	—	—	—	

FONTES: Serviço Nacional de Recenseamento

(*) Dados preliminares.

(**) Taxa geométrica média anual — 1950/60

(***) Taxa geométrica média anual do período 1940/60

agrícolas em 1940, 1950 e 1960, a taxa média de crescimento anual, no período 1950/60, e a projeção dos efetivos do rebanho de 1961 a 1965. Enquanto que, pelos dados do Serviço de Estatística da Produção, que resultam de simples estimativas de caráter subjetivo, efetuada em âmbito municipal, o rebanho, em 1965, alcançava 90,6 milhões de cabeças, a projeção, com base nos dados censitários, indica 61,9 milhões.

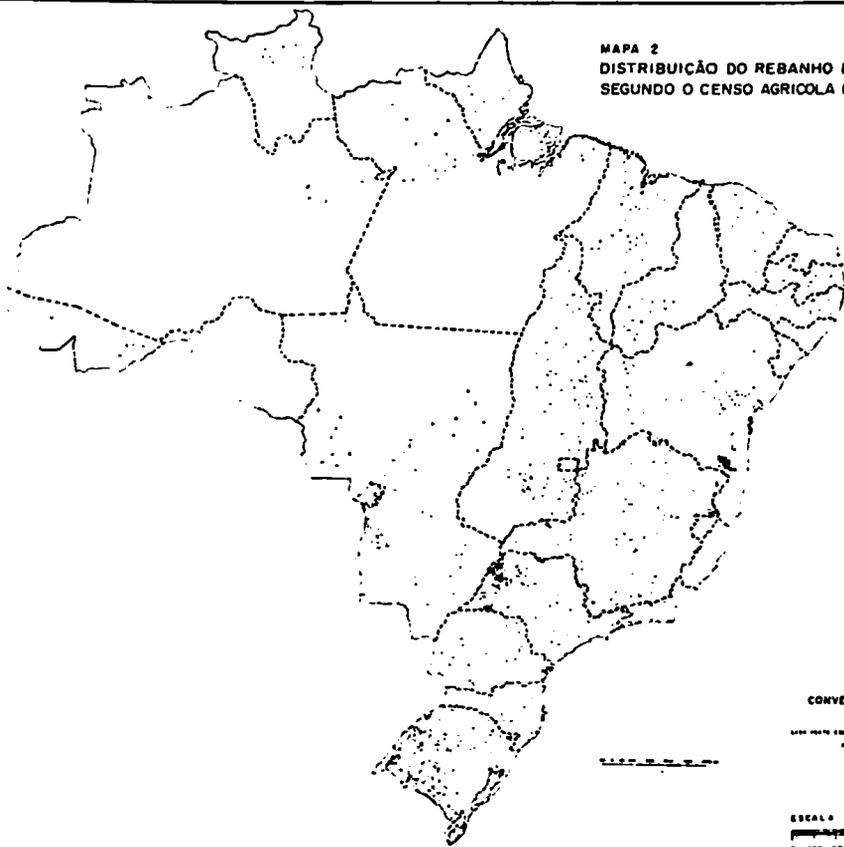
O Quadro 50 mostra, ainda, que os Estados de maior rebanho bovino apresentaram taxas de crescimento bastante reduzidas no período 1950/60. O Estado de Minas Gerais, 1,3% ao ano, São Paulo, 2,3%, Rio Grande do Sul, 0,8%, o que significa um rebanho praticamente estagnado há cerca de vinte anos; Mato Grosso e Goiás apresentam taxas um pouco mais elevadas: 4,8 e 3,2%, respectivamente. O Mapa n.º 2 mostra a distribuição do rebanho bovino no território brasileiro.

O nível de abates da produção de carnes confirma a reduzida evolução quantitativa do rebanho bovino (Quadro 47).

As causas básicas da estagnação da pecuária bovina, independente de razões de natureza étnica, residem nas condições insatisfatórias de manejo, alimentação e sanidade animal, resultando baixa taxa de natalidade e reduzida velocidade de crescimento, fatores responsáveis pela taxa de desfrute. O conjunto de doenças dos animais novos, as doenças parasitárias, as afecções da esfera reprodutiva, febre aftosa, doenças carenciais, raiva, brucelose e outras não só contribuem para a redução da natalidade como, também, ocasionam excessiva mortalidade, com prejuízos indiretos no rendimento de carne, leite e no trabalho; na queda da velocidade de crescimento e na depreciação de produtos e subprodutos.

Amplio esforço será realizado na melhoria de pastagens. Do total de 250 milhões de hectares, ocupados pelos 3,3 milhões de estabelecimentos agrícolas recenseados em 1960, cerca de 102 milhões de hectares correspondem a pastos naturais e 20 milhões a pastos artificiais. As pastagens naturais são, via de regra, mais pobres e necessitam-se áreas mais extensas

MAPA 2
DISTRIBUIÇÃO DO REBANHO BOVINO
SEGUNDO O CENSO AGRÍCOLA DE 1960



CONVENÇÕES

SÓLIDA: LIMITES ESTADUAIS E LIMITE CANTÃO
DE MUNICÍPIO

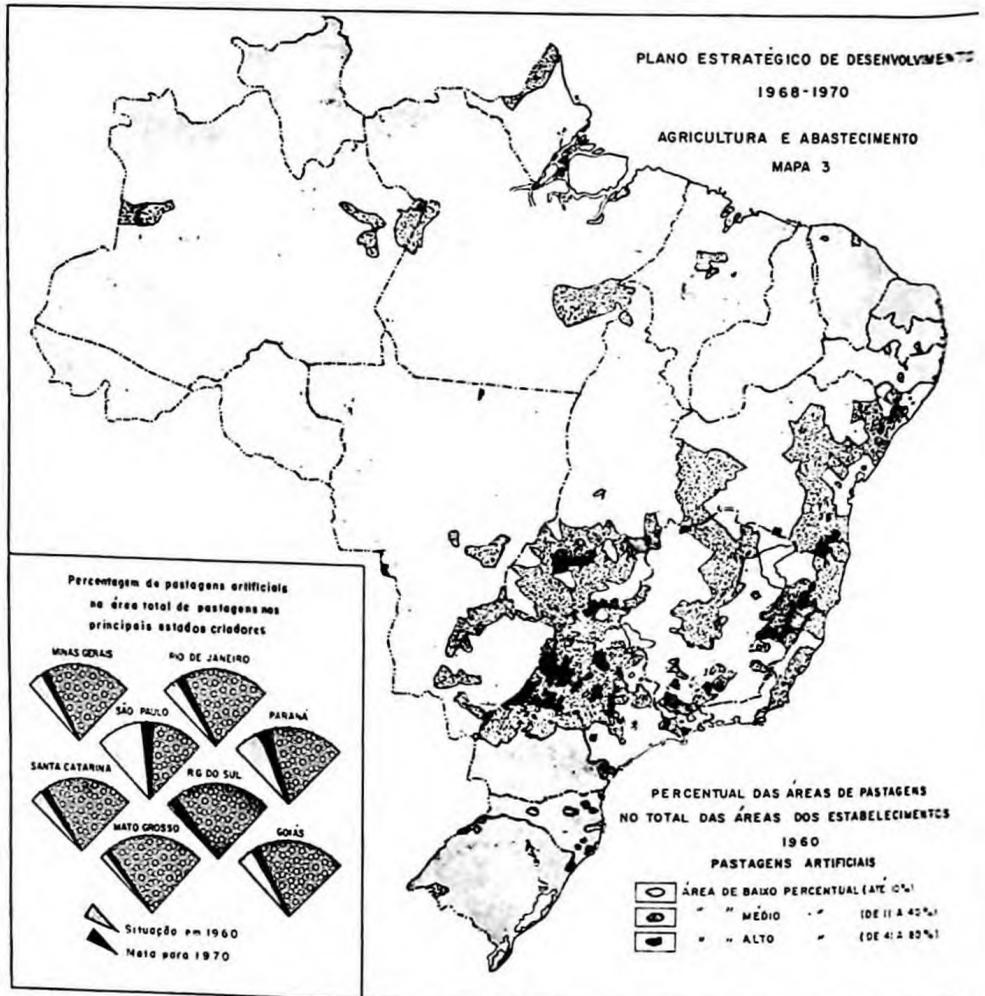
ESCALA
0 100 200 300 400 500

PLANO ESTRATÉGICO DE DESENVOLVIMENTO

1968-1970

AGRICULTURA E ABASTECIMENTO

MAPA 3



Porcentagem de pastagens artificiais
na área total de pastagens nos
principais estados criadores



para o sustento de um animal. O Quadro 51 e o Mapa 3 mostram a predominância das pastagens naturais em todo o país.

QUADRO 51

ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS AGRÍCOLAS E PASTAGENS — 1960

BRASIL E REGIÕES	Estabele- cimentos	Área total (1 000 ha)	PASTAGENS (1 000 ha)			% de pastos sobre a área total
			Naturais	Artificiais	Total	
BRASIL.....	3 337 769	249 862	102 272	20 063	122 335	49,0
Norte.....	138 211	23 453	2 039	181	2 220	9,4
Nordeste.....	961 627	43 855	13 903	755	14 658	33,1
Leste.....	953 520	64 270	27 403	8 105	35 508	55,2
Sul.....	1 124 989	58 297	21 015	6 153	28 098	48,2
Centro-Oeste.....	159 392	59 987	36 082	4 860	41 851	69,7

FONTE: Serviço Nacional de Recenseamento

A relação entre pastos e bovinos está refletida no Quadro 52.

QUADRO 52

BOVINOS E PASTAGENS — 1940/60

ANOS	Bovinos (1 000 cabeças)	Pastagens (1 000 ha)	Relação Pastos/Bovinos
1940.....	34 392	88 142	2,56
1950.....	46 891	107 633	2,29
1960.....	55 693	121 635	2,18

FONTE: Serviço Nacional de Recenseamento

Os dados mostram lenta melhoria agrostológica. Enquanto em 1940 eram necessários, em média, 2,56 hectares para sustentar um animal, em 1960 essa área declinou para 2,18 hectares.

Há grandes Estados criadores, cujo incidência de pastos artificiais é bastante reduzida. Caso típico é o do Rio Grande

do Sul, cujo rebanho se encontra com evidentes sinais de estagnação, registrando-se, no momento, grande esforço de recuperação. A área total agrícola do Rio Grande do Sul alcançava, em 1960, 21 659 mil hectares, o que significa 77% da superfície territorial do Estado. A área de pastagens compreendia 62,5% do total da área agrícola, enquanto as pastagens artificiais cobriam, apenas, 2,7% do total de pastos. Em São Paulo, por exemplo, a área de pastos artificiais corresponde a 47% do total de pastagens. O Quadro 53 indica as áreas de pastos naturais e artificiais dos principais Estados criadores e as metas indicativas que se procurarão alcançar no próximo triênio.

QUADRO 53
PASTAGENS NATURAIS E ARTIFICIAIS NOS PRINCIPAIS ESTADOS
CRIADORES — 1960 — META INDICATIVA PARA OS PASTOS
ARTIFICIAIS EM 1970

ESTADOS	PASTAGENS (1 000 ha)			% sobre o total de área agrícola	% DE PASTOS ARTIFICIAIS	
	Naturais	Artificiais	Total		1960	1970
Minas Gerais.....	21 819	4 095	25 915	67,7	15,8	20,0
Rio de Janeiro.....	1 207	240	1 447	48,6	16,6	20,0
São Paulo.....	5 094	4 477	9 572	40,6	46,8	55,0
Paraná.....	1 912	782	2 694	23,7	20,0	35,0
Santa Catarina.....	1 760	233	1 993	30,7	11,7	15,0
Rio Grande do Sul.....	13 179	301	13 539	62,5	2,7	10,0
Mato Grosso.....	20 846	1 752	22 598	73,0	7,8	10,0
Goiás.....	16 060	3 108	19 168	66,4	16,2	20,0

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Serviço Nacional de Recenseamento

A intensificação do programa agrostológico nas principais áreas de criação, conjugando-se as entidades de pesquisa e de extensão rural, o crédito especializado e a execução de projetos de confinamento, deverão facultar o cumprimento das metas estabelecidas.

O "Programa Estratégico" estabelece um conjunto de medidas no setor da produção animal visando ao aumento da produção, com a eliminação dos *deficits* potenciais, e ele-

vação dos níveis de produtividade, devendo as principais linhas de ação fundamentar-se nos seguintes pontos:

a) Eliminação de intervenções que venham limitar a evolução natural dos preços (salvo, evidentemente, medidas excepcionais em épocas de crise: sêcas prolongadas, inundações, etc);

b) Máximo estímulo à exportação;

c) Amplo programa de melhoramento de pastagens;

d) Utilização dinâmica dos recursos para investimentos oriundos do Banco Mundial (40 milhões de dólares aos quais se somam 40 milhões de recursos internos);

e) Amplo programa de contróle profilático;

f) Adoção de linhas de crédito pelos órgãos oficiais de financiamento, de acôrdo com a seguinte orientação básica:

A — *Bovinos de Corte*

Criação — Melhoramento dos meios de exploração visando ao aumento da produtividade; custeio da atividade pecuária; retenção de crias até o estágio de recriação (integração ao nível de recriação); aquisição de reprodutores e matrizes; integração da atividade até o estágio de engorda.

Recriação — Melhoramento dos meios de recriação.

Engorda — Em regime de confinamento: melhoramento das condições de exploração (alimentação, manejo); custeio da atividade. Deverá ser apresentado projeto elaborado por técnico devidamente capacitado.

B — *Bovinos de Leite*

Melhoramento das condições de exploração visando ao aumento da produtividade (instalações, alimentação, sani-

dade, máquinas, equipamentos); aquisição de reprodutores e matrizes.

Principais metas a alcançar em prazo médio de 5 anos
(Gráfico 5)

a) Eliminação do *deficit* potencial de carne bovina, prevista em 600 mil toneladas;

b) Eliminação do *deficit* potencial de leite de 2 000 mil toneladas;

c) Aumento na área de pastos artificiais de 20 para 30 milhões de hectares;

d) Aumento da taxa de natalidade de 50 para 75%;

e) Redução da mortalidade de adultos de 5 para 3%;

f) Aumento da capacidade de suporte de unidades bovinas por hectare de 0,5 para 1,0;

g) Aumento da taxa de desfrute de 12 para 16%;

h) Diminuição da idade de abate de 36 para 24/30 meses.

Os principais projetos destinados a atingir as metas em referência estão apresentados no elenco correspondente a este item. Convém destacar o projeto de desenvolvimento de bacias leiteiras, o de desenvolvimento da pecuária de corte (FUNDEPE) e o de combate à febre aftosa.

IV.5.2 — Desenvolvimento de Outras Espécies no Programa de Produção Animal

a) Suinocultura

O Brasil ocupa posição destacada no tocante ao rebanho suíno com um total de 63 milhões de cabeças (ver Mapa n.º 3). O mesmo não se pode dizer quanto à qualidade, desde que

PROGRAMA ESTRATÉGICO
AGRICULTURA

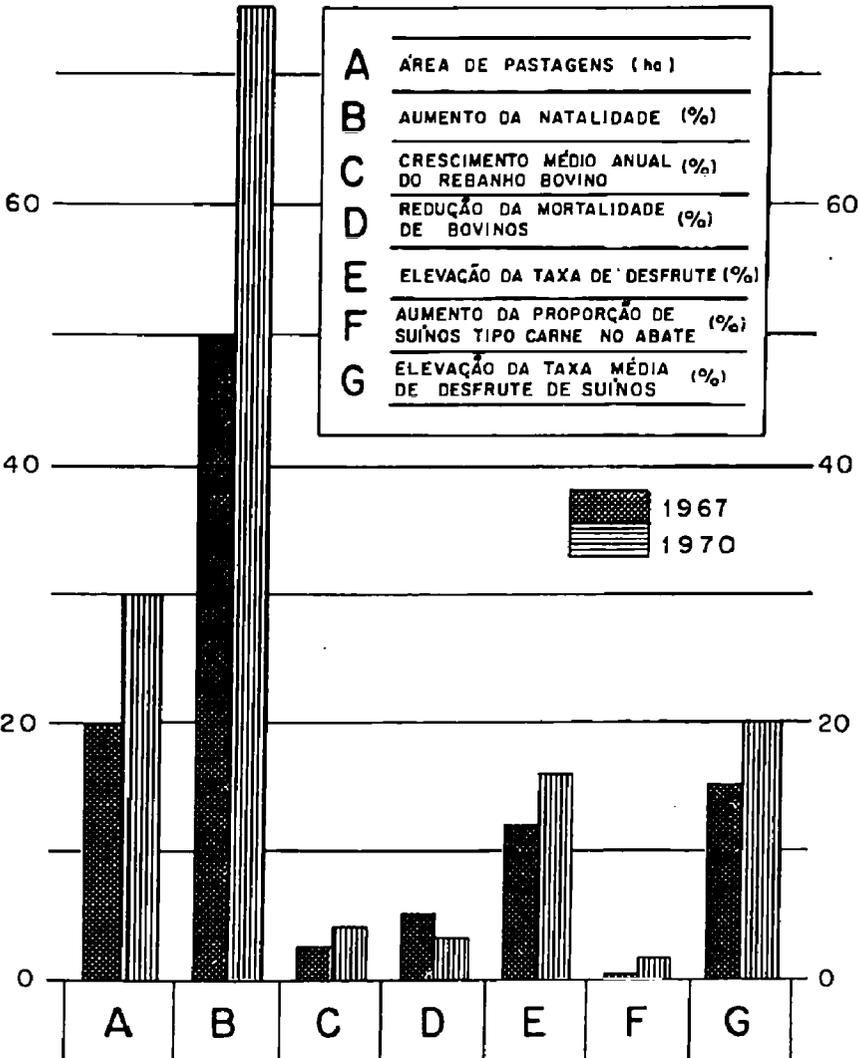
METAS INDICATIVAS PARA A PECUÁRIA
 1967/70

(MILHÕES DE ha.)

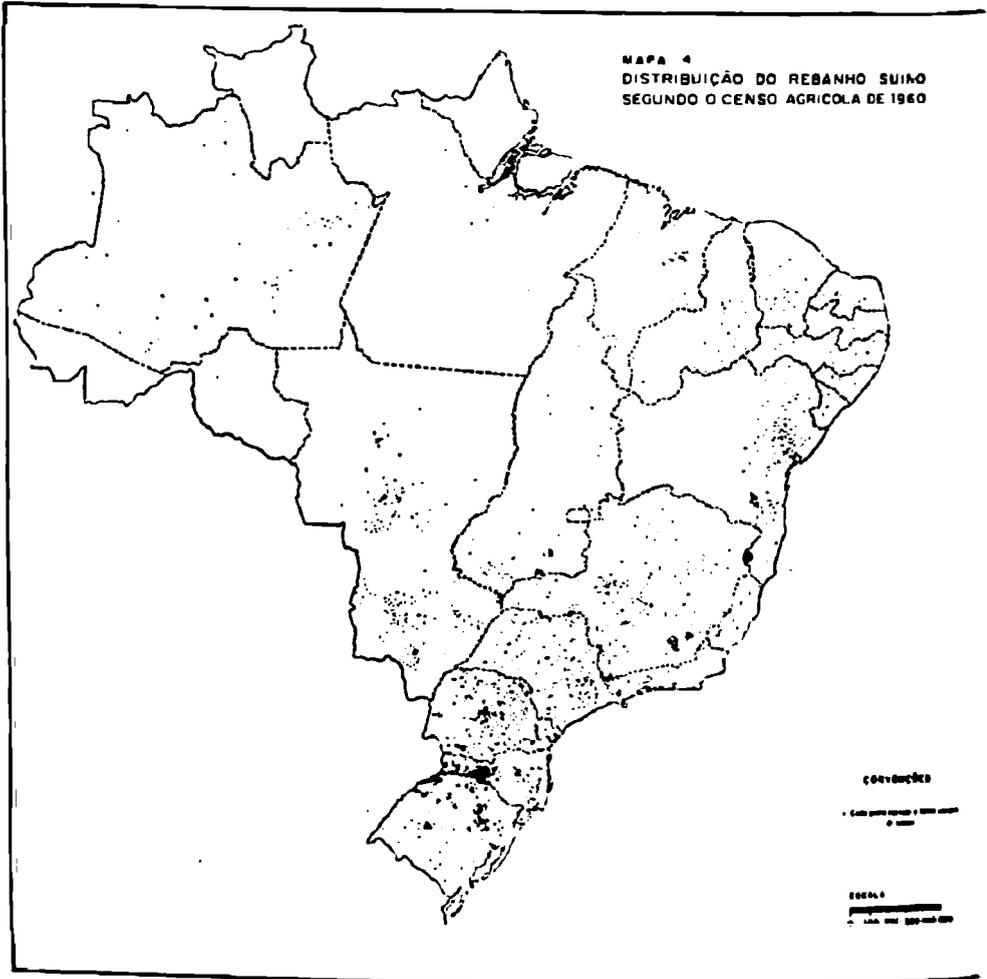
(%)

80

80



MAPA 4
DISTRIBUIÇÃO DO REBANHO SUINO
SEGUNDO O CENSO AGRÍCOLA DE 1960



elevada parcela do rebanho é representada por animais sem melhoria genética. As taxas de desfrute, bastante variáveis por Estado, são reduzidas: Rio Grande do Sul: 36,2%; São Paulo: 23%; Santa Catarina: 17,4%; Minas Gerais: 11,8%; Paraná: 10,3%.

Tais índices são sensivelmente inferiores aos observados em outros países. Nos Estados Unidos, por exemplo, para um rebanho suíno de 107 milhões de cabeças o abate alcança 140% (dois abates por ano).

Como fator responsável pela baixa taxa de desfrute figura o reduzido número de leitões nascidos por animal; em média de 3 e 30 a 35% não chegam a alcançar os mercados. Em países de criação suína mais avançada o número de parições por animal é de 2, enquanto no Brasil não alcança 1. O peso por idade dos animais no abate é outro fator importante na economia da produção. Em média, o peso observado no Brasil é de 80 a 90 kg, com a idade de 18 a 24 meses, quando deveria alcançar 95 a 100 kg de peso vivo, com a idade de 5,5 a 6 meses. O ganho de peso e a conversão de alimentos são fatores essenciais. A média diária de ganho em peso, observada em nosso país, após a demanda, é de cerca de 150 gramas, quando deveria alcançar 720 gramas, no mínimo, e a conversão é de 10 kg de alimentos para 1 kg de peso quando deveria ser de 3,5: 1, no máximo.

Acresce que, de modo geral, as carcaças apresentadas aos matadouros e frigoríficos são de qualidade inferior, com rendimento de 81,5%, embora a porcentagem da carne alcance, apenas, 27%.

O plano de expansão do porco tipo carne se integra no conjunto de providências que visam a intensificar a produção animal. Para alcançar o desenvolvimento esperado, o "Programa Estratégico" estabeleceu as seguintes medidas, que serão coordenadas pelo Ministério da Agricultura:

a) Conclusão do trabalho de padronização e classificação de carcaças de suínos até março de 1968. O projeto nesse

sentido já se encontra em estudo, no órgão especializado, com contribuição técnica dos produtores;

b) Importação de reprodutores selecionados para a produção de carne e prosseguimento do programa de expansão do suíno tipo carne, em conjunto com criadores selecionados;

c) Estímulos financeiros à modernização do parque industrial;

d) Estudo da fixação de um preço de orientação para o porco proporcional ao preço mínimo do milho.

PRINCIPAIS METAS A ALCANÇAR EM 1970

ESPECIFICAÇÃO	1967	1970
a) % de suínos tipo carne no total de abates.....	1%	8%
b) Elevação da taxa de desfrute média do país de.....	15% para	20%
c) Pêso do animal.....	80 a 90 kg nos 18/24 meses	95 — 100 kg aos 8 meses
d) Conversão de alimentos.....	10 kg de alimentos para 1 kg de pêso vivo	5 kg de alimentos para 1 de pêso vivo

b) *Avicultura*

A avicultura brasileira transformou-se, nos últimos quinze anos, numa atividade nitidamente empresarial, evoluindo da criação em pequena escala para a criação em escala industrial. É hoje a mais importante da América Latina figurando em quarto lugar entre os demais países. O Quadro 54 mostra a evolução do rebanho avícola e da produção de ovos de 1957 a 1966.

Entre 1957 e 1966 o efetivo de galinhas cresceu em 36%, enquanto a produção de ovos aumentou de 50%, o que dá idéia

QUADRO 54

REBANHO AVÍCOLA E PRODUÇÃO DE OVOS — 1957/66

ANOS	Galinhas (1 000 cabeças)	Ovos (1 000 dúzias)
1957.....	95 633	470 547
1958.....	97 557	483 288
1959.....	100 774	497 015
1960.....	106 297	520 344
1961.....	112 802	543 907
1962.....	119 523	572 597
1963.....	124 358	607 936
1964.....	123 105	649 846
1965.....	124 531	676 560
1966.....	129 672	716 650

FONTE: Serviço de Estatística da Produção

da transformação tecnológica verificada nos principais centros avícolas: São Paulo, Guanabara e Rio de Janeiro.

Os coeficientes de elasticidade-renda de aves e ovos, 0,42 e 0,60, respectivamente, e o crescimento dos centros urbanos geraram elevado aumento do consumo. Todavia, êste poderia ser sensivelmente incrementado liberando outras fontes de proteína para exportação.

A elevação dos níveis de produtividade do milho, barateando o custo das rações, a instalação e modernização da indústria avícola, notadamente o reequipamento de abatedouros, deverá contribuir para a redução do preço de aves e ovos, com grande margem para o aumento do consumo.

São previstas as seguintes medidas básicas para a expansão da avicultura nacional no triênio 1968/70:

a) Organização, no Ministério da Agricultura, do Conselho Nacional de Avicultura, com a efetiva participação da classe avícola, conjugando esforços e recursos com os Governos Federal e estaduais;

b) Instituição de um Fundo de Assistência à Indústria Avícola, com recursos das instituições e empresas interessa-

das, recursos nacionais de financiamento já consignados a avicultura e recursos oficiais do Ministério da Agricultura, aplicando-se-os em projetos técnicos aprovados pelo Conselho Nacional de Avicultura;

c) Lançamento pela SUNAB, com a colaboração das entidades privadas interessadas, de ampla campanha nacional de promoção ao aumento do consumo de aves e ovos;

d) Fiscalização, pelo Ministério da Agricultura, dos regulamentos referentes à classificação de ovos e carcaças de aves, à produção e comercialização de rações;

e) Recuperação, pelo Ministério da Agricultura, do Entrepósito de Aves e Ovos, em Benfica, estudando-se a organização, no local, de um Centro de Treinamento para técnicos avícolas e avicultores;

f) Incremento às pesquisas avícolas.

IV.5.3 — Nova Política da Pesca

A privilegiada posição geográfica do Brasil, com quase oito mil quilômetros de costa e uma das maiores rédes hidrográficas do mundo, evidencia a potencialidade das atividades pesqueiras.

Entretanto, a ausência, até bem pouco tempo, de incentivos especiais para a pesca, fez com que o desenvolvimento dêste setor não acompanhasse a taxa global de crescimento da demanda de proteína animal.

Em junho de 1966 o Decreto n.º 58 696 alterou esta situação, conceituando a pesca como indústria de base, incluída entre as atividades financiáveis pelo Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico, iniciando, assim, a reformulação da legislação pesqueira e a instituição de estímulos especiais.

A consolidação da legislação foi consubstanciada no Decreto Lei n.º 221, de 8 de fevereiro de 1967, que fixou os seguintes incentivos:

a) Isenção parcial do Imposto de Renda a empreendimentos pesqueiros enquadrados nas prioridades estabelecidas pela Superintendência do Desenvolvimento da Pesca;

b) Dedução da renda bruta, para efeito de Imposto de Renda, das aplicações diretas ou indiretas na prospecção de recursos pesqueiros, ensino técnico e pesquisas ligadas à pesca;

c) Isenção, até 1972, do Imposto de Renda sobre os resultados econômicos de empreendimentos pesqueiros;

d) Isenção de impostos e taxas federais de qualquer natureza sobre produtos da pesca, industrializados ou não;

e) Isenção de taxas portuárias sobre as operações de embarcações pesqueiras;

f) Isenção do imposto de importação, imposto de produtos industrializados, de taxas aduaneiras e impostos de qualquer natureza, sobre barcos, equipamentos e acessórios para captura, comercialização, industrialização e transporte de pescado, desde que importados com projetos aprovados pela Superintendência de Desenvolvimento da Pesca.

O Governo brasileiro, com a cooperação do Fundo Especial das Nações Unidas vem realizando estudos e pesquisas para elaboração do Programa de Pesquisa e Desenvolvimento da Pesca, que será implantado em período quinquenal, devendo ser objeto de programação especial a partir de 1968.

Os estudos e pesquisas preliminares disponíveis permitem a identificação das principais características e tendências de evolução do setor pesqueiro e os objetivos e diretrizes a serem adotados na nova política de desenvolvimento da pesca.

A produção do pescado no Brasil evoluiu, no período de 1939/66, a uma taxa média anual de 5,5%. Em que pese às restrições aos dados estatísticos disponíveis, que indicam variações anuais pouco representativas*, é provável que a produção pesqueira se situe em torno das 400 000 toneladas.

* Os valores de 1962 e 1963 e a queda registrada em 1964 indicam a pouca representatividade da análise das variações anuais.

QUADRO 55
EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO — 1939/66

PERÍODO	QUANTIDADE			Valor (NCr\$ 1 000)
	Tonelada	Índice	Variação anual (%)	
1939.....	103 278	100,0	—	136
1940.....	110 599	107,1	7,1	149
1941.....	116 284	112,6	5,1	162
1942.....	119 844	116,0	3,6	185
1943.....	123 079	119,2	2,8	195
1944.....	114 823	111,2	— 6,7	233
1945.....	122 204	118,3	6,3	254
1946.....	122 410	118,5	0,1	359
1947.....	139 732	135,3	14,2	421
1948.....	144 767	140,2	3,6	453
1949.....	152 606	147,8	5,5	522
1950.....	153 107	148,3	0,7	571
1951.....	158 297	153,3	3,6	691
1952.....	174 630	169,1	10,3	826
1953.....	160 677	155,6	— 8,0	982
1954.....	172 033	166,6	7,1	1 251
1955.....	189 292	183,9	10,4	1 524
1956.....	208 092	201,5	9,6	2 158
1957.....	216 289	209,4	3,9	2 518
1958.....	214 899	208,1	— 0,6	3 259
1959.....	253 100	245,1	17,8	4 633
1960.....	281 512	272,6	11,2	8 100
1961.....	330 140	319,7	17,7	12 032
1962.....	414 600	401,5	25,5	23 240
1963.....	421 356	407,9	1,6	39 842
1964.....	377 008	365,0	— 10,5	59 375
1965.....	422 289	408,9	12,0	108 085
1966.....	435 787	421,9	3,2	160 914

FONTE: IBGE/FGV

O Quadro 55 sintetiza a evolução da produção pesqueira no período considerado, permitindo a identificação de três períodos característicos: 1939/46, em que a taxa geométrica anual do crescimento é de 2,1%; 1947/56, em que a taxa é de 4% e, no período de 1957/66, que atinge 7,2%.

A evolução regional da produção permite a caracterização indicativa do tipo de pescado e da potencialidade pes-

queira. A região Sul do país, em 1953, representava cerca de 29% da produção total, evoluindo esta participação para 48%, em 1966; é a região que apresenta maior potencial pesqueiro, como espécies de pescado de baixo preço, do tipo popular, tais como sardinha, tainha, enchova, merluza, corvina e pescadinha.

A região Leste, de 1953 para 1966, teve reduzida a sua participação de 34% para 15% do total do país; nessa região prepondera a pesca de linha, como diversas espécies de pescado fino, tais como badejo, cherne e garoupa.

A região Nordeste, no mesmo período, manteve a sua participação praticamente constante em 25% do total. O pescado é do tipo fino, com diversas espécies de atuns e pargo e substancial produção de lagosta.

A produção da região Norte aumentou sua participação de 9% para 11% do total do país, com pescado tipo fino e camarão. Trata-se de área ainda pouco explorada, mas devido às suas características oceanográficas deverá apresentar grandes possibilidades no futuro.

A pesca no interior, típica da região Centro-Oeste, teve, no período considerado, sua participação aumentada de 1% para cerca de 6% do total do país.

QUADRO 56

EVOLUÇÃO REGIONAL DA PRODUÇÃO — 1953/66

LOCALIZAÇÃO	PRODUÇÃO (t)		Taxa geométrica 1953/66
	1953	1966	
Norte.....	15 964	48 788	8,9
Nordeste.....	42 264	108 906	7,5
Leste.....	54 452	64 802	1,4
Sul.....	46 352	210 894	12,4
Centro-Oeste.....	1 646	2 397	2,9
BRASIL.....	160 677	435 787	7,4

FONTE: IBGE

As características da atividade e a inexistência de pesquisas permanentes sobre o potencial pesqueiro das costas brasileiras restringem a utilização de projeção da produção; entretanto as taxas médias geométricas observadas no período 1953/66, aliadas ao conhecimento de estudos específicos para diversas áreas, permitem a visualização global das perspectivas de cada região. O Quadro 56 resume a evolução da produção e as taxas observadas no período em análise.

As taxas observadas nas regiões Sul e Norte são superiores à média nacional, o que confirma a potencialidade destas áreas. O Nordeste apresenta taxa também superior à brasileira, mas muito próximo desta. A região Leste encontra-se praticamente estagnada, em relação às outras áreas, e sua taxa é inferior à do Centro-Oeste brasileiro (2,9%).

As projeções de produção de pescado são de validade relativa, devendo servir como indicadores da provável evolução, tendo em vista as limitações decorrentes da não quantificação científica do potencial pesqueiro e não incorporação dos acréscimos na produção decorrentes dos projetos de investimento no setor. O Quadro 57 resume as principais estimativas realizadas por diferentes critérios.

QUADRO 57

ESTIMATIVAS DE PRODUÇÃO — PESCADO — 1 000 t

FONTE	1970
FGV.....	660
FAO.....	575
IPEA.....	620

As estimativas para 1970, mantidas as tendências observadas no passado, indicam que a região Sul participará com 53% da produção total do país; o Nordeste e o Leste terão suas participações reduzidas para 22% e 11%, respectivamente, enquanto o Norte elevará a sua para 10%.

A frota pesqueira é formada de grande número de unidades de pequeno porte, a remo e a vela, e de reduzido número de unidades a motor. As estatísticas disponíveis, embora precárias, podem servir como referência para análise em termos globais.

O Quadro 58 apresenta a evolução de frota, em termos do número de embarcações registradas, no período 1958/65. Os dados indicam ter ocorrido certa melhoria nas condições da frota, visto que o número de embarcações a motor aumentou a uma taxa geométrica anual de 8,7% superior ao aumento das embarcações de menor produtividade, cujas taxas foram, respectivamente, de 5,6% para embarcações a vela e 3,5% para embarcações a remo.

QUADRO 58

EVOLUÇÃO DO NÚMERO DAS EMBARCAÇÕES REGISTRADAS NO BRASIL

TIPO	1958		1965		Taxa geométrica 1958/65
	Número	%	Número	%	
Remo..	89 777	80,5	114 106	77,8	3,5
Vela..	19 161	17,2	27 985	19,1	5,6
Motor	2 543	2,3	4 554	3,1	8,7
TOTAL..	111 481	100,0	146 645	100,0	4,0

FONTE: IBGE.

Em 1965 as embarcações a motor passaram a representar cerca de 3,1% do total, mas é provável que, tendo em vista sua capacidade de carga e de pesca ser superior à dos outros tipos, as embarcações destinadas à chamada "pesca industrial" sejam responsáveis por parcela significativa da produção de pescado.

A pesca industrial provém, basicamente, da pesca de traineira (sardinha, enchova, tainha), da pesca de arrasto (mer-

luza, corvina, pescadinha), da pesca de linha (pargo, cherne, garoupa, badejo, albacora) e da pesca de camarão e da lagosta.

Da produção total do pescado, em 1965, cêrca de 77% proveem do mar, sendo os 23% restantes de água doce. Da marítima, cêrca de 61% é atribuída à pesca industrial, o que corresponde a aproximadamente 200 mil toneladas. Atualmente, êsse tipo de pesca é efetuado, preponderantemente, em embarcações de mais de 10 toneladas de capacidade de carga, ocupando cêrca de 10 000 tripulantes em todo o país*.

A produtividade da pesca industrial é da ordem de 20 toneladas anuais, índice inferior aos internacionais, mas substancialmente superior ao da pesca com outros tipos de embarcações, estimada em tórno de 1 tonelada anual por pescador.

A produtividade da mão-de-obra na pesca, se avaliada em têrmos globais**, evoluiu de 0,96 t/anuais, por pescador, em 1958 para 1,5 t/anuais, em 1965, embora tais índices sejam de validez relativa, tendo em vista o nível de agregação e a precariedade dos dados.

Frota pesqueira

A evolução regional da frota pesqueira, em têrmos do número de embarcações e da capacidade de carga, permite a explicação da tendência do aumento da frota, que se pode realizar através do aumento das embarcações de grande capacidade ou com maior acréscimo do número de pequenas embarcações.

Desta forma, o índice de evolução da capacidade média de carga da frota explica a tendência de modernização ou estagnação de pesca regional, através dos novos investimentos privados na captura.

* Projeto do Centro Pesqueiro de Cananéia/Govêrno do Estado de São Paulo.

** Pessoal ocupado em todos os tipos de embarcações.

QUADRO 59

EVOLUÇÃO DA CAPACIDADE MÉDIA POR EMBARCAÇÃO — 1958/65

LOCALIZAÇÃO	VARIACÃO PERCENTUAL 1958/65		CAPACIDADE MÉDIA POR EMBARCAÇÃO (kg)		VARIACÃO PERCENTUAL
	De número de embarcações	Da capacidade de carga	1958	1965	
Norte	28,7	102,7	652	1 027	57,6
Nordeste	20,5	46,6	1 053	1 062	9,6
Leste	14,1	29,9	500	611	13,0
Sul	43,0	167,5	758	1 410	87,3
Centro-Oeste	61,5	13,0	1 017	732	— 30,0
BRASIL	31,5	72,3	896	1 082	30,2

FONTE: IBGE

O Quadro 59 indica os acréscimos observados no período 1958/65 no número de embarcações e na capacidade de carga da frota e a evolução da capacidade média da carga resultante destas variações. É nítida a posição da região Sul na liderança do processo de modernização, com um aumento total, no período, de 87% da capacidade média de carga. Na Região Norte, o aumento percentual foi de 58% e a capacidade média que, em 1958, era a mais baixa do país, passou a situar-se bem próxima à do Nordeste e da média brasileira. Nas regiões Leste e Nordeste, os acréscimos são bem menores, situando-se em torno de 10%.

A situação da frota dedicada à pesca industrial, realizada em barcos acima de 10 toneladas, foi objeto de pesquisa recente, efetuada pela Superintendência de Desenvolvimento da Pesca *, abrangendo cerca de 328 embarcações, com uma capacidade de porão de 9 418 toneladas. O ano de fabricação das embarcações revela o nível de obsolescência da frota. É importante destacar que a observação só é válida para casco e motores, tendo em vista que equipamentos complementares de maior nível tecnológico ainda são pouco usados.

* Inventário Básico da Pesca Brasileira — 1966.

QUADRO 60
DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DAS EMBARCAÇÕES ACIMA
DE 10 t (*)

DATA DE FABRICAÇÃO	DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL	
	Do número	Da capacidade de porão
1920/1929.....	2,4	3,2
1930/1939.....	3,4	1,6
1940/1949.....	20,7	21,4
1950/1959.....	31,7	49,1
1960/1966.....	30,8	24,7
Sem identificação.....	11,0	—
TOTAL.....	100,0	100,0

FONTE: SUDEPE

(*) Amazonas, Pará, Maranhão, Ceará, Pernambuco, Rio de Janeiro, Guanabara, São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

O Quadro 60 sintetiza a distribuição percentual das embarcações (em número e em toneladas) segundo o ano de fabricação.

A situação da frota, em função do atual estágio de desenvolvimento pesqueiro, é relativamente boa, pois cerca de 62,5% das embarcações foi fabricada no período de 1950/60, o que correspondia a 73,8% da capacidade total de porão.

Admitindo-se uma vida média, correspondente ao ponto limite de decréscimo da produtividade das embarcações, igual a 30 anos, pode-se verificar que, em 1970, tornar-se-á necessário realizar investimentos para a substituição de cerca de 21% da frota.

O estudo das necessidades de recursos para a manutenção e modernização da frota atual em condições de operação, a partir de 1970, realizado pela SUDEPE, através da utilização de coeficientes técnicos, quantificou um investimento anual de cerca de NCr\$ 3,5 milhões que se elevaria, em 1972,

* Departamento de Operações.

para aproximadamente NCr\$ 5 milhões. Embora tal quantificação seja baseada em padrões técnicos ideais, indica a importância de serem canalizados recursos específicos para esta tarefa, de modo a aumentar a produtividade das embarcações existentes e estender sua vida útil.

A frota dedicada à pesca industrial, embora apresente um nível de produtividade muito superior ao da pesca de menor porte, artesanal ou não, ainda poderá aumentar em muito sua eficiência pela introdução de novos equipamentos ainda pouco difundidos no país. Na pesca de traineiras, por exemplo, a não utilização de equipamento detector de cardumes, do tipo Sonar, na captura de sardinha, é um dos condicionantes da realização desta pesca somente nos dias “escuros”, sem luminosidade, que permitem a identificação apenas dos cardumes que afloram à superfície do mar. Ainda neste tipo de pesca, o número de tripulantes é de cerca de 15 a 20, em decorrência da prática de se recolher a rêde à mão, quando a utilização de uma polia hidráulica (*power block*) ou do guincho triplex norueguês, poderia reduzir esta guarnição a cerca de 10 a 12 homens.

É provável que se possa obter ganhos substanciais na produtividade da frota atual, através da introdução de equipamentos complementares de custo relativamente pequeno. Um dos fatores que vem dificultando a difusão destas técnicas tem sido a ausência de orientação oficial quanto aos equipamentos que melhor se adaptem às condições brasileiras, de modo a evitar opções técnicas errôneas que redundam em experiências negativas, aumentando a natural resistência dos pescadores à introdução de novas práticas de pesca.

Existem indicações de que a frota de pesca industrial vem operando com elevado nível de capacidade ociosa.

Estudos preliminares realizados pela equipe técnica da FAO estimam esta ociosidade em cerca de 50% da capacidade máxima disponível. Outros estudos * quantificaram a capaci-

* Comandante Moreira da Silva — Política Nacional de Pesca.

dade ociosa da produção na pesca de traineira no Rio de Janeiro em torno de 27%. Nas embarcações sediadas em Santos a capacidade ociosa é estimada em cerca de 10 000 toneladas anuais.

A mais recente estimativa da ociosidade da pesca de traineira foi realizada no projeto do Centro Pesqueiro de Cananéia, da Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo, que admitindo um número máximo de 120 viagens por ano, a 17 toneladas, ou seja, 2 000 toneladas por traineira, estimou a capacidade ociosa da pesca de traineira no Rio de Janeiro em cerca de 80%.

Para a pesca de arrasto realizada no Estado do Rio Grande do Sul o nível de utilização dos barcos, no período 1960/63, foi de 87% para os barcos grandes, 51% para os médios e 46% para os pequenos*.

A ociosidade da frota pesqueira, embora não tenha sido objeto de pesquisa científica, é um fato cuja explicação pode ser encontrada nas deficiências da infra-estrutura pesqueira e no precário sistema de comercialização de pescado.

Infra-estrutura pesqueira

A infra-estrutura pesqueira do país é basicamente formada por entrepostos e postos de recepção de pescado, construídos sob a égide do Ministério da Agricultura, pertencentes, em sua maioria, ao patrimônio da antiga Caixa de Crédito de Pesca. A partir da criação da SUDEPE esse acervo foi transferido para a Companhia Brasileira de Armazenamento — CIBRAZEM.

Originariamente, os atuais entrepostos de pesca foram concebidos com as características de um pequeno porto pesqueiro, com cais de atracação, sistema de descarga, produção e fornecimento de gelo, fornecimento de insumos (óleo combus-

* Frota Pesqueira/CODESUL.

tível, água, etc.), área para comercialização no atacado (leilão) e armazenagem frigorífica. Os postos de recepção de pescado eram unidades menores, localizadas junto a zonas de pesca artesanal e constituídas por uma fábrica de gelo, instalações de salga e de distribuição de óleo combustível. Estas unidades, em face do seu pequeno porte, são, de um modo geral, consideradas antieconômicas e de pouca significação.

No passado, as tarifas dos serviços prestados pelos entrepostos de pesca e o preço do gelo produzido eram subsidiadas, gerando *deficits* permanentes nessas unidades, que, administradas sob a forma de autarquia, não tinham a mobilidade empresarial necessária à sua gestão. Esta situação provocou rápida deterioração das condições técnico-operacionais, pela falta de conservação e manutenção dos equipamentos.

A maioria dessas unidades encontra-se superada em face do desenvolvimento da produção pesqueira, sendo necessários vultosos investimentos de recuperação, ampliação e modernização.

A CIBRAZEM, nos anos de 1965/67, executou um programa de emergência para recuperação das condições técnicas mínimas necessárias ao funcionamento dos principais entrepostos e postos de recuperação do pescado. Em 1967/68 deverá ser executado, em convênio com a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste, programa de modernização de infra-estrutura pesqueira da região, cujas aplicações globais, estimadas para 1968, são as seguintes: Bahia — NCr\$ 243,5 mil; Pernambuco — NCr\$ 450,5 mil; Rio Grande do Norte — NCr\$ 282,2 mil; Paraíba — NCr\$ 242,2 mil; Ceará — NCr\$ 59,5 mil (ver Mapa n.º 5).

A modernização da infra-estrutura pesqueira deverá ser objeto de programação especial, através do Plano Nacional de Desenvolvimento da Pesca, em elaboração através do convênio FAO/SUDEPE; entretanto, estudos preliminares permitem o escalonamento das áreas prioritárias tendo em vista as perspectivas regionais (Quadro 61).

QUADRO 61
ÁREAS PRIORITÁRIAS PARA INVESTIMENTOS
NA INFRA-ESTRUTURA PESQUEIRA
 (Portos pesqueiros/Entrepósitos de Pesca)

NÍVEL DE PRIORIDADE	LOCALIZAÇÃO
1.ª Fase.....	Rio Grande..... (RS) Santos..... (SP) Rio de Janeiro/GB
2.ª Fase.	Itajaí..... (SC) Vitória..... (ES) Salvador..... (BA) Recife..... (PE) Belém..... (PA)
3.ª Fase.....	Laguna..... (SC) Paranaguá..... (PR) Cananéia..... (SP) Iguape..... (SP) Ilhéus..... (BA) Manaus..... (AM)
4.ª Fase.....	Cabedelo..... (PB) Natal..... (RN) São Luiz..... (MA)

Comercialização do pescado

A comercialização de pescado parece ser o fator condicionante básico do desenvolvimento da pesca; as flutuações de preços restringem a expansão da produção e o sistema de distribuição limita o crescimento do consumo.

A comercialização no atacado é realizada normalmente nos entrepostos de pesca, cujas deficiências operacionais e institucionais geram distorções diversas no mecanismo das transações. O sistema de mercado aberto, onde os produtores, através de seus representantes credenciados (leiloeiros), oferecem sua produção aos compradores (atacadistas ou não).

PROGRAMA ESTRATÉGICO DE DESENVOLVIMENTO

(1968-1970)

AGRICULTURA E ABASTECIMENTO

MAPA 5



em face da inexistência de condições técnicas mínimas na infra-estrutura pesqueira e, conseqüentemente de um sistema de financiamento do produto, conduz a violentas oscilações de preço, em função do volume da oferta.

Esta situação de mercado tende a reduzir a remuneração e elevar o risco dos investimentos no setor, impedindo a modernização e melhoria da produtividade, tanto na captura como na comercialização.

A organização dos mercados dos produtos da pesca é, pois, diretriz básica a ser atingida, de modo a permitir a auto-propulsão do crescimento do setor pesqueiro.

As características de estacionalidade da oferta dos produtos da pesca condicionam a existência de mercados sujeitos a violentas oscilações de preços, dada a perecibilidade do produto, agravadas pela estreiteza do mercado consumidor.

Ao nível do atacado, deverão ser introduzidas as seguintes modificações, visando à melhoria das condições do mercado:

- a) Reformulação do sistema de leilão, com a introdução da figura do leiloeiro oficial;
- b) Especialização de áreas para transações de determinados tipos de pescado (p. ex.: a sardinha);
- c) Estabelecimento de sistema de informações de mercado (saída e chegada de barcos, oferta por espécie, preços diários, preços na indústria, etc);
- d) Intensificação dos serviços de fiscalização sanitária;
- e) Fixação de preços de orientação, para servir de base ao financiamento da mercadoria estocada nas câmaras frigoríficas dos entrepostos oficiais.

No sistema de distribuição de produtos da pesca reside, provavelmente, no atual estágio brasileiro, a origem da dificuldade de concorrência destes produtos, junto aos mercados consumidores, com os outros produtos pecuários.

Atualmente, nas principais capitais, o pescado é distribuído preponderantemente, através de feiras-livres *. Esse sistema de distribuição, onde preponderam pequenas unidades de baixa produtividade, nas quais o preço de venda é determinado, principalmente, em função do risco de perecibilidade do produto, e não em função da estrutura de formação dos custos, impossibilita a rápida expansão do consumo.

A dispersão da rede de distribuição é condição fundamental de ampliação do consumo e aumento da produtividade dos processos de distribuição. A possibilidade de incorporação de novos mercados no interior indica a imensa potencialidade de expansão do consumo de pescado. Entretanto, isto só será viável na medida em que se possam canalizar investimentos privados para essa atividade.

A redução do risco de perda do produto no processo de distribuição, através da utilização de balcões frigoríficos *containers* ou unidades frigomóveis, deverá permitir substanciais ganhos de produtividade que possibilitarão a capitalização necessária à expansão da rede.

A modernização e expansão do sistema de distribuição será obtida através da orientação da ação governamental pautada nas seguintes diretrizes:

a) Enquadramento prioritário nos benefícios fiscais da nova legislação pesqueira, dos projetos que visam à modernização e expansão do sistema de distribuição;

b) Estabelecimento de entrepostos no interior, para redistribuição de pescado;

c) Estímulos à expansão do consumo de pescado, através de reorientação dos hábitos de consumo, pela introdução obrigatória de pescado nas refeições fornecidas por organismos de governo (escolas, hospitais, Forças Armadas);

* No Estado da Guanabara cerca de 65% do pescado era distribuído nas feiras-livres, em 1964, e em São Paulo, em 1965, cerca de 50%.

d) Melhoria gradativa, de comum acôrdo com os governos estaduais, das condições sanitárias da venda de pescado nas feiras-livres;

e) Estímulos especiais para integração da rêde de açougues no sistema de distribuição de pescado.

No atual estágio de desenvolvimento econômico do país é provável que a tendência, observada mundialmente, de decréscimo do consumo de pescado pelo crescimento da renda *per capita*, venha a ser compensada pela incorporação de novos mercados no interior e pela integração das camadas da população de renda mais baixa como novos consumidores potenciais.

Industrialização do pescado

A industrialização do pescado se configura como um instrumento de ampliação dos mercados e da formação de novos hábitos alimentares junto aos consumidores incorporados ao mercado.

A indústria do pescado no Brasil foi criada visando ao aproveitamento da produção existente de estrutura artesanal. Desta forma, preponderou a realização de investimentos cuja localização e dimensionamento ocorreram em função das possibilidades de curto prazo.

De modo geral, a indústria da pesca no Brasil se instalou desvinculada das atividades de captura e procurando explorar, ao máximo, a desorganização dos mercados de pescado.

As taxas de evolução da oferta e demanda de alimentos industrializados indicam que a oferta de pescado elaborado cresceu a uma taxa média de 5,2% no período 1950/60, enquanto a procura evoluía a uma taxa de 7,0% *.

A evolução dos preços e do volume físico da produção de pescado industrializado, confrontada com a dos produtos de

* Fundação Getúlio Vargas — Indústria Alimentar no Brasil.

origem animal, confirmam este fato. Os preços na indústria de "preparação de conservas de pescado" apresentam um ritmo mais lento do que os dos outros setores, até o momento em que aumenta a participação do pescado frigorificado na produção. Entre 1957/60, o acréscimo dos preços de conserva de pescados (231%) foi superior ao de todos os demais produtos de origem animal: gorduras, 221%; carnes preparadas, 176%; laticínios, 144%. Entre 1960/63 esse aumento só foi superado pelo das carnes preparadas (244% contra 199%).

QUADRO 62
INDÚSTRIA DE PRODUTOS ALIMENTARES
ALIMENTOS DE ORIGEM ANIMAL
ÍNDICES DO VOLUME FÍSICO DA PRODUÇÃO 1941/1963

Base: 1953 = 100

ANOS SELECIONADOS	Total	Carnes preparadas	Gorduras de origem animal	Laticínios	Indústria- lização do pescado
1941	81,3	106,2	78,5	55,8	33,1
1951	91,1	94,4	60,6	77,7	76,2
1952	62,8	61,2	59,4	62,2	60,7
1953	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
1954	103,9	101,1	105,8	105,2	73,9
1955	104,5	68,1	167,7	111,0	162,7
1956	113,4	110,5	114,0	120,1	50,0
1957	116,0	105,6	122,0	130,5	65,7
1958	128,6	121,2	130,5	144,3	102,6
1959	125,2	114,5	127,7	147,6	164,3
1960	123,6	107,6	130,0	140,2	65,7
1961	135,6	122,1	142,0	154,0	161,0
1962	143,4	119,2	149,5	170,1	137,1
1963	139,1	118,3	145,7	164,0	143,9

FONTE: Fundação Getúlio Vargas/IBRE.

Os Quadros 62 e 63 representam, respectivamente os índices de evolução da produção e dos preços na indústria de alimentos de origem animal, no período 1941/63.

As oscilações nos volumes físicos da produção indicam a instabilidade do sistema industrial. A partir de 1961, parece ter ocorrido sensível melhoria, tanto na tendência de evolução da produção, como resultado da carência de proteína animal, quanto no sistema de vendas com o surgimento das pri-

QUADRO 63
INDÚSTRIA DE PRODUTOS ALIMENTARES
ALIMENTOS DE ORIGEM ANIMAL
ÍNDICES DE PREÇOS — 1941/1963

Base: 1953 = 100

ANOS	Total	Carnes preparadas	Gorduras animais	Laticínios	Industria- lização do pescado
1941.....	18,8	16,6	19,2	22,8	39,0
1951.....	72,7	68,3	73,2	80,3	91,1
1952.....	86,4	90,3	84,2	82,6	97,4
1953.....	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
1954.....	126,0	123,5	129,7	118,3	174,9
1955.....	161,7	168,5	150,5	147,0	187,7
1956.....	187,2	194,6	181,3	173,2	209,7
1957.....	201,1	200,4	200,4	194,3	226,7
1958.....	235,3	240,6	221,0	225,7	331,5
1959.....	339,2	354,9	371,3	298,5	476,3
1960.....	544,5	552,7	643,9	473,8	749,4
1961.....	719,5	792,1	714,2	696,0	999,4
1962.....	1 009,4	1 118,0	837,9	1 073,6	1 499,3
1963.....	1 624,0	1 900,1	1 258,0	1 398,1	2 211,3

FONTE: Fundação Getúlio Vargas/IBRE.

meiras empresas de comercialização, alargando, assim, a faixa do mercado consumidor, pela expansão da rede de distribuição.

A precariedade das estatísticas sobre distribuição de pescado industrializado impede a identificação precisa dos mercados, atualmente cobertos pelo sistema de distribuição.

Os principais fluxos regionais podem assim ser resumidos: a região Sul exporta pescado "popular" para o Leste Nordeste e Norte, e importa pescado nobre do Nordeste; a região Leste importa pescado fino do Nordeste e popular do Sul.

A estimativa preliminar da composição do consumo de pescado nas diferentes regiões do país é razoável indicando as tendências de consumo do pescado industrializado, tendo em vista as características de localização da produção e dos centros consumidores (Quadro 64).

As perspectivas de expansão do mercado consumidor de pescado industrializado, decorrente da futura interiorização

QUADRO 64

DISTRIBUIÇÃO ESTIMADA DO CONSUMO DE PESCADO (*)

LOCALIZAÇÃO	Total	Fresco	Congelado	Salgado	Desidratado	Enlatado
Sul.....	100,0	85,0	5,0	—	5,0	5,0
Centro.....	100,0	70,0	10,0	3,0	10,0	7,0
Nordeste.....	100,0	10,0	5,0	20,0	30,0	5,0
Norte.....	100,0	80,0	—	10,0	5,0	5,0
Brasil.....	100,0	64,8	6,8	8,1	14,3	6,0

FONTE: FAO.

(*) Estimativa preliminar para 1972 sujeito a retificações.

do consumo, deverão vir a possibilitar a superação do atual estágio do setor industrial. Os últimos estudos realizados indicavam que a indústria de pescado vinha operando com elevado nível de capacidade ociosa, em decorrência da irregularidade no fornecimento da matéria-prima causada pela dissociação dos interesses da frota com os do setor industrial.

A capacidade ociosa na indústria pesqueira no Rio Grande do Sul para a produção de congelados atingia cerca de 52% da capacidade instalada, tendo sido recomendada a execução de um programa de integração com a incorporação de novas embarcações, visando a aumentar o nível de ocupação de modo a reduzir os custos*.

A capacidade ociosa no setor de industrialização de pescado, de acordo com pesquisa realizada sobre a indústria alimentar, era de cerca de 30 a 40% em 1963**. Somente as unidades de pequeno porte apresentaram índices de utilização superiores a 70%.

Visando a superar este estágio, o setor industrial tem realizado investimentos com o intuito de integrar suas atividades com as de captura. A observação empírica das experiências recentes indica que, as maiores dificuldades encontradas residem na inexperiência e falta de pessoal habilitado para as

* Frota Pesqueira/CODESUL/1965.

** Fundação Getúlio Vargas, op. cit.

atividades de captura. A integração, através da incorporação de empresas existentes dedicadas à captura, parece ser a alternativa de maior sucesso.

A nova tendência da realização de investimentos integrados, preponderante nas solicitações de benefícios da nova legislação pesqueira, confirma a reorientação do setor privado, visando a superar as deficiências assinaladas quando da implantação da indústria atualmente existente.

As novas condições de concorrência dos mercados de pescado industrializado, quando da maturação dos investimentos decorrentes dos incentivos criados pela nova legislação pesqueira, irão agravar a situação e modernização, que permitam a sua sobrevivência.

As diretrizes básicas da ação governamental, no campo da industrialização de pescado, podem ser sintetizadas da seguinte forma:

- a) Dar prioridade à utilização dos benefícios da nova legislação pesqueira a projetos de modernização e integração de indústrias existentes;
- b) Não conceder os benefícios de tal legislação a indústrias não integradas, a não ser em situações específicas, regionais;
- c) Regulamentar as operações de crédito para aquisição de matéria-prima pelas indústrias, de modo a permitir maior regularidade de suprimento;
- d) Estimular a associação da frota pesqueira independente em cooperativas de produção, de forma a reduzir sua capacidade ociosa e permitir a realização de contratos de suprimento com as indústrias;
- e) Desenvolver um programa de treinamento de pessoal para as atividades de captura e industrialização de pescado através dos organismos regionais existentes.

Perspectivas de Desenvolvimento da Pesca

As perspectivas de desenvolvimento do setor pesqueiro estão diretamente vinculadas aos seguintes fatores de ordem econômica e institucional:

a) volume de recursos a serem captados para aplicações no setor;

b) reaparelhamento técnico administrativo do órgão coordenador da política de desenvolvimento da pesca;

c) prosseguimento do programa de pesquisas técnico-econômicas e de treinamento de pessoal (Convênio SUDEPE/FAO).

As estimativas dos recursos gerados pelo Decreto-lei n.º 221/67 indicam a possibilidade da captação de um montante de cerca de NCr\$ 50 milhões em 1968, substancialmente

QUADRO 65

PROJETOS APROVADOS NA VIGÊNCIA DO DECRETO-LEI N.º 211, DE 28 DE FEVEREIRO DE 1967

EMPRESAS	Base das operações	APLICAÇÕES (NCr\$ 1 000)-			Produção t/ano	Pessoas empregadas
		Frota	Indústria	Total		
COMPESCA.....	PR	744	56	800	768	33
José Sanchez Renne.....	GB/RJ	27	—	27	270	5
CONFRIO.....	SP	1 100	3 182	4 282	9 855	147
CIBRADEP.....	GB	1 729	3 471	5 200	8 000	127
PESCAN.....	GB	27	—	27	270	5
Tavares Ltda.....	SP	45	—	45	2 420	30
Indústria Rio Grandense S/A.....	RS	2 036	1 661	3 700	7 590	101
SIF.....	SC	—	2 350	2 350	6 480	286
TAYO.....	SP	485	—	485	5 062	150
Aloysio Guimaraes Ltda.....	GB	37	—	37	115	4
E. Haug, França.....	SP	63	—	63	280	6
SOBRAPE.....	GB	44	—	44	144	4
A. Prudente.....	SP	61	—	61	280	6
PESCOBRAS.....	GB	67	—	67	280	6
Cia. Florestal Sta. Catarina.....	SC	247	817	1 064	5 684	247
Antonio J. Santos.....	GB	68	—	68	144	15
PESCOMAR.....	PA	7 488	1 602	9 090	5 000	150
					(Camarão)	
TOTAL.....		14 268	13 142	27 410	52 642	1 322

FONTE: Departamento de Operações/SUDEPE.

NOTA: Valores arredondados.

superior ao de 1967, que foi, aproximadamente, de NCr\$ 10 milhões. Considerando-se que êsses recursos correspondem a cerca de 2/3 dos oriundos dos incentivos fiscais, as disponibilidades dêstes recursos, para 1968, se elevam a NCr\$ 66 milhões. Admitindo-se que a êste valor correspondam 50% dos fundos próprios dos particulares, e que o restante venha a ser financiado, as aplicações totais de recursos em empreendimentos pesqueiros, no ano de 1968, poderão atingir o montante de NCr\$ 132 milhões.

Estas aplicações, no ano de 1967, alcançaram, a partir da implantação do Decreto-lei n.º 221, um total de NCr\$ 27,4 milhões, relativos a 17 empreendimentos pesqueiros.

A distribuição dos investimentos, por projeto aprovado pela Superintendência do Desenvolvimento da Pesca, encontra-se discriminada no Quadro 65.

É importante destacar alguns aspectos dêstes projetos que indicam a tendência de orientação dos investimentos privados:

a) Cerca de 52% do montante das aplicações são para captura, enquanto 48% se destinam a instalações industriais;

b) Dos 17 projetos, 10 destinam-se à formação de frota, 1 à instalação de indústria e 6 são integrados (frota/indústria), o que corresponde à seguinte distribuição percentual: frota, 59%; indústria, 6%; integrados, 35%. Entretanto, no volume total das aplicações, os projetos integrados correspondem a 88% do total de investimentos, o projeto para instalação de indústria a 9% e os da frota a 3% das aplicações.

Existem possibilidades da captação de recursos externos da ordem de US\$ 175 milhões, através de linhas de crédito para aquisição de equipamentos destinados à captura, industrialização e comercialização de pescado.

Ainda no nível de entendimentos preliminares, foram recebidas ofertas de crédito para equipamentos, das seguintes origens: Japão (US\$ 140 milhões); Alemanha (US\$ 3 mi-

Ihões); França (US\$ 20 milhões); Noruega (US\$ 1 milhão); Dinamarca (US\$ 1,5 milhão) e URSS (US\$ 10 milhões).

A reorganização técnico-administrativa e as providências de ordem institucional podem assim ser sintetizadas:

a) Regulamentação das operações de benefícios e estímulos ao desenvolvimento da pesca, criados pelo Decreto-lei n.º 221;

b) Reestruturação organizacional da Superintendência de Desenvolvimento da Pesca, de forma a adaptar sua estrutura à nova política pesqueira;

c) Limitar as operações diretas de revenda de material pela SUDEPE às áreas não suficientemente atendidas pelo sistema comercial e realizar estas operações através do sistema bancário, utilizando os recursos atualmente disponíveis;

d) Descentralizar as tarefas de pesquisa e fiscalização, através dos organismos estaduais.

O Governo brasileiro, estabeleceu, em 1966, um convênio com o Fundo Especial das Nações Unidas (FAO — Food and Agriculture Organization) para implantação do Programa de Pesquisa e Desenvolvimento da Pesca.

Visando à institucionalização do projeto foi criada, pelo Decreto n.º 60 401, de 11 de março de 1967, a Comissão Nacional de Pesca, que sob a égide da SUDEPE, ficou encarregada da coordenação e administração do Programa.

Os objetivos da primeira etapa deste Programa, 1966/68, podem assim ser sintetizados:

a) Estudo e revisão da legislação sobre pesca, visando a eliminar os fatores que impedem ou retardam o desenvolvimento do setor, com a proposição de nova legislação de incentivos especiais.

b) Elaboração do Plano de Desenvolvimento da Pesca;

c) Estudo da reorganização técnico-administrativa da SUDEPE;

d) Treinamento de pessoal para administração da política de desenvolvimento da pesca;

e) Assessoramento técnico à implantação de projetos pesqueiros, através da SUDEPE.

A segunda etapa do programa (1969/71) terá por objetivo a realização de pesquisa exploratória, treinamento de pessoal e identificação dos métodos de pesca que melhor se adaptem às condições brasileiras.

O aspecto mais importante desta segunda etapa será o desenvolvimento das pesquisas de exploração visando à obtenção de informações que permitam a identificação, localização e quantificação do potencial pesqueiro da costa brasileira, de forma a permitir a orientação dos investimentos gerados pela nova legislação pesqueira.

O programa de exploração será executado através de trabalhos sistematizados, em relação aos locais da plataforma continental e as diferentes estações do ano, com o emprego das mais eficientes artes de pesca e o auxílio dos modernos equipamentos de detecção, localização e avaliação dos cardumes. Serão operados quatro barcos ao longo da costa, localizados preferencialmente junto aos núcleos de pesquisa já existentes.

Os resultados da pesca exploratória propiciarão uma visão realista das disponibilidades dos estoques, permitindo a aceleração da aplicação e a correta orientação dos incentivos da nova legislação pesqueira, bem como o estabelecimento de medidas de proteção dos cardumes, evitando-se a ocorrência da pesca predatória.

Este Programa é financiado conjuntamente pelas Nações Unidas e pelo Governo brasileiro (através da SUDEPE), sendo que, o montante das aplicações na primeira etapa de implantação (1966/68), é de, respectivamente, USS 421 mil e de USS 428 mil.

A primeira etapa do Programa se encerrará em 1968 e o montante dos recursos necessários ao prosseguimento dos trabalhos de estudos e pesquisas, no período 1969/71, é de cêrca de US\$ 5 milhões, conforme discriminação do Quadro 66.

QUADRO 66

RECURSOS NECESSÁRIOS PARA A 2.^a ETAPA DO PROGRAMA DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO DA PESCA — CONVÊNIO SUDEPE/FAO — 1969/71

ANOS	SUDEPE (1)		FAO/ONU		TOTAL	
	NCr\$ 1 000	US\$ 1 000	NCr\$ 1 000	US\$ 1 000	NCr\$ 1 000	US\$ 1 000
1969...	4 067	1 271	2 013	629	6 080	1 900
1970...	3 610	1 128	1 888	590	5 498	1 718
1971.....	3 610	1 128	1 878	587	5 488	1 715
1969/71.....	11 287	3 527	5 779	1 806	17 066	5 333

NOTAS: 1) Recursos orçamentários
— Valores arredondados.

PROJETOS PRIORITÁRIOS DE DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO ANIMAL

PROJETO: EXPANSÃO DAS BACIAS LEITEIRAS

ÓRGÃO: Ministério da Agricultura — Departamento de Promoção Agropecuária — Plano de Melhoramento, Alimentação e Manejo do Gado Leiteiro — PLAMAM.

LOCALIZAÇÃO: Principais bacias leiteiras do País.

METAS E FASES DE EXECUÇÃO:

	1968	1969	1970
<i>Região Centro-Sul</i>			
a) Instalação de Escritórios regionais.....	22	22	—
b) Projetos de melhoria de fazendas.....	3 780	5 100	5 760
c) Planos e projetos de bacias leiteiras.....	3	3	3
d) Número de propriedades atendidas em técnicas simples: divisão de pastagens permanentes, reforma ou limpeza de pastagens, capineiras, reforma de instalações.....	3 780	5 100	5 760
e) Propriedades atendidas com técnicas mais avançadas.....	1 575	2 125	2 400
<i>Pernambuco</i>			
a) Escritórios regionais.....	5	—	—
b) Produtores assistidos.....	500	750	1 000
<i>Pará</i>			
a) Novas granjas.....	33	80	120
b) Rebanho a introduzir.....	1 000	3 000	3 000
c) Pastagens e capineiras.....	70	200	400
<i>Amazonas</i>			
a) Fazendas assistidas.....	50	100	100
b) Reprodutores.....	50	100	100
<i>Maranhão</i>			
<i>Objetivo principal:</i>			
Montagem e funcionamento da usina de pasteurização da capital, procurando-se obter, no triênio, produção suficiente para elevar a oferta de leite a São Luiz de 5 400 para 12 200 litros/dia.			
<i>Outros objetivos</i>			
a) Novos reprodutores e matrizes.....	500	500	638
b) Capineiras (ha).....	400	400	257
<i>Paratba</i>			
a) Territórios regionais.....	6	6	—
b) Propriedades atendidas.....	1 220	2 440	3 170
<i>Sergipe</i>			
O projeto visa a atender 400 fazendas no próximo triênio			

Estrutura do Investimento

(Em NCr\$ mil de 1968)

U S O S	1968	1969	1970
Desenvolvimento das bacias leiteiras na região Centro-Sul e nos Estados de PE — PA — AM — MA — PB — SE.....			
	6 850	9 477	12 630

Estrutura de Investimento

Projeto: *EXPANSÃO DAS BACIAS LEITEIRAS — Estados da Região Centro-Sul, e do Amazonas, Pará, Maranhão, Pernambuco, Paraíba, e Sergipe e outros.*

Cronograma de Recebimento:

(Em NCr\$ mil de 1968)

F O N T E S	TOTAL	1968	1969	1970
Orçamentários.....	28 957	6 850	9 477	12 630
Extra-orçamentários.....	—	—	—	—
Recursos próprios.....	—	—	—	—
Outros recursos internos.....	—	—	—	—
Recursos externos.....	—	—	—	—
TOTAL.....	28 957	6 850	9 477	12 630

Cronograma de Aplicações:

(Em NCr\$ mil de 1968)

U S O S	TOTAL (*)	1968	1969	1970
Pessoal.....	—	—	—	—
Outros custeios.....	—	—	—	—
Obras.....	—	—	—	—
Equipamentos e instalações (**)	—	—	—	—
Inversões financeiras.....	—	—	—	—
TOTAL.....	28 957	6 850	9 477	12 630

Composição segundo a moeda

(NCr\$ mil de 1968)

Moeda Nacional.....	28 957	6 850	9 477	12 630
Moeda Estrangeira.....	—	—	—	—

(*) Valor global do investimento.

(**) Inclusive material permanente.

PROJETO: INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL

ÓRGÃO: Ministério da Agricultura — Departamento de Promoção Agropecuária.

LOCALIZAÇÃO: Minas Gerais, Rio de Janeiro, Guanabara, São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Goiás.

METAS E FASES DE EXECUÇÃO:

	1968	1969	1970
a) Estados a serem atendidos			
Bovinos.....	8	8	9
Ovinos.....	1	1	2
b) Municípios			
Bovinos.....	80	85	90
Ovinos.....	40	45	50
c) Número de propriedades			
Bovinos.....	400	500	600
Ovinos.....	450	500	600
d) Número de inseminações			
Bovinos.....	50 000	60 000	70 000
Ovinos.....	1 400 000	1 500 000	1 700 000

Justificativa do projeto

A inseminação artificial se integra no conjunto de ações que visam à melhoria dos rebanhos de corte e leiteiro. O projeto se restringe às áreas de criação mais avançadas.

Estrutura do investimento

(Em NCr\$ mil de 1968)

U S O	1968	1969	1970
Execução de atividades de inseminação artificial em Estados selecionados.....	1 280	1 752	2 304

Estrutura do Investimento

Projeto: *INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL — Estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro, Guanabara, São Paulo, Paraná, Santa Catarina, R. G. do Sul e Goiás.*

Cronograma de Recebimentos:

(Em NCrS mil de 1968)

F O N T E S	TOTAL	1968	1969	1970
Orçamentários.....	5 336	1 280	1 752	2 304
Extra-orçamentários...	—	—	—	—
Recursos próprios.....	—	—	—	—
Outros recursos internos.....	—	—	—	—
Recursos externos.....	—	—	—	—
TOTAL.....	5 336	1 280	1 752	2 304

Cronograma de Aplicações:

(Em NCrS mil de 1968)

U S O S	TOTAL (*)	1968	1969	1970
Pessoal.....	—	—	—	—
Outros custeios.....	—	—	—	—
Obras.....	—	—	—	—
Equipamentos e instalações (**)..	—	—	—	—
Inversões financeiras.....	—	—	—	—
TOTAL.....	5 336	1 280	1 752	2 304

Composição segundo a moeda

(Em NCr\$ mil de 1968)

Moeda Nacional.....	5 336	1 280	1 752	2 304
Moeda Estrangeira.....	—	—	—	—

(*) Valor global do investimento.

(**) Inclusive material permanente.

**PROJETO: DESENVOLVIMENTO DA PECUÁRIA
DE CORTE**

(FUNDEPE)

ÓRGÃO: Conselho de Desenvolvimento da Pecuária — CONDEPE junto ao Banco Central.

LOCALIZAÇÃO:

1ª Etapa — Rio Grande do Sul, São Paulo, parte de Minas Gerais, Paraná, Mato Grosso e Goiás.

2ª Etapa — Minas Gerais, Bahia e Espírito Santo.

METAS E FASES DE EXECUÇÃO:

O projeto abrangerá investimentos no preparo do solo, na aquisição de maquinaria agrícola, na formação e conservação de pastagens e aguadas, nas instalações de manejo, em construções, na aquisição de reprodutores, na assistência técnica, pesquisa e estudos de mercado.

Características principais

Trata-se de um dos mais importantes projetos integrados no conjunto de medidas que visam à expansão da pecuária de corte no país. No Rio Grande do Sul o objetivo do projeto é duplicar a produção de carne por hectare, no período de dez anos; aumentar em 40% a produção de lã; incorporar o rebanho ovino à produção de carnes, através do abate de cordeiros gordos; aumentar a proporção de bezerros marcados de 50 para 75%; reduzir para 3 anos a idade média de abate dos novilhos, hoje fixada entre 4 e 5 anos. Serão atendidas 1 000 fazendas, sendo 200 no primeiro ano, 400 no segundo e 400 no terceiro. O investimento total será realizado em um período de 5 anos. No Brasil Central, o objetivo é de

duplicar a produção de carne bovina por hectare, em 10 anos; reduzir as perdas por morte do gado adulto de 5 para 3%; a idade de matança de 50%, aos 36 meses, em lugar de 100%, aos 48 meses. O desfrute deverá evoluir de 12 para 20% ao ano.

Estrutura do investimento

Os recursos para execução do projeto provirão de três fontes básicas: 50% do Banco Mundial; 30% do Governo brasileiro e 20% dos produtores.

(Em NCr\$ mil de 1968)

USOS E FONTES	1968	1969	1970
<i>Expansão da pecuária de corte</i>			
Recursos do Banco Mundial.....	4 795	14 971	31 933
Recursos do governo brasileiro.....	—	—	—
FUNAGRI para o FUNDEPE.....	3 098	9 380	19 651

Estrutura do Investimento

Projeto: *DESENVOLVIMENTO DA PECUARIA DE CORTE — do R. G. do Sul, Paraná, São Paulo, Mato Grosso, Goiás, Minas Gerais, Bahia e Espírito Santo.*

Cronograma de Recebimentos:

(Em NCr\$ mil de 1968)

F O N T E S	TOTAL	1968	1969	1970
Orçamentários.....	—	—	—	—
Extra-orçamentários.....	—	—	—	—
Recursos próprios.....	—	—	—	—
Outros recursos internos.....	80 320	3 098	9 380	19 651
Recursos externos.....	128 000	5 683	17 744	37 846
TOTAL.....	208 320	8 781	27 124	57 497

Cronograma de Aplicações:

(Em NCr\$ mil de 1968)

U S O S	TOTAL (*)	1968	1969	1970
Pessoal.....	---	---	---	---
Outros custeios.....	---	---	---	---
Obras.....	---	---	---	---
Equipamentos e instalações (**)..	---	---	---	---
Inversões financeiras.....	---	---	---	---
TOTAL.....	208 320	8 781	27 124	57 497

Composição segundo a moeda

(NCr\$ mil de 1968)

(US\$ mil)

Moeda Nacional.....	80 320	3 098	9 380	19 651
Moeda Estrangeira.....	40 000	1 776	5 545	11 827

(*) Valor global do investimento.

(**) Inclusive material permanente.

PROJETOS: DEFESA SANITÁRIA ANIMAL

1 — CONTRÔLE DA FEBRE AFTOSA

ÓRGÃO: Ministério da Agricultura — Departamento de Defesa e Inspeção Agropecuária.

LOCALIZAÇÃO: Todo o território nacional exceto Rondônia, Acre, Amapá, Maranhão, Piauí, Ceará, Alagoas, Sergipe e Guanabara.

METAS E FASES DE EXECUÇÃO:

- a) Vacinação e revacinação de 13,5 milhões de bovinos em 264 municípios, beneficiando 212 546 criadores;
- b) Contrôles e fiscalização da produção de vacina de 12 laboratórios particulares, num total de 300 partidas;

- c) Tipificação de materiais de campo;
- d) Produção de 1 milhão de doses de vacinas nos laboratórios do Ministério da Agricultura, em caráter supletivo;
- e) Contrôles do trânsito dos animais vacinados.

Características principais e justificativas

A febre aftosa é doença infecciosa, extremamente contagiosa, que causa sério prejuízo aos rebanhos pela perda de animais e redução da capacidade produtiva. Três dos tipos clássicos de vírus, responsáveis pela aftosa, já foram identificados no Brasil, em 1 501 focos de doença, verificando-se sua presença em quase todo o país. Os prejuízos causados pela doença foram estimados pelo valor de 524 500 animais mortos anualmente: NCrS 89 milhões; pelo valor estimado da produção de leite perdida: NCrS 200 milhões, aos quais se somam a limitação da exportação de carnes e mesmo as dificuldades de participação em alguns mercados que exercem severo controle de importação de carnes de áreas atingidas pela doença.

O Governo brasileiro vem executando há alguns anos campanha especial do controle da aftosa, através do Ministério da Agricultura, com efetiva colaboração de órgãos estaduais, havendo os resultados sido altamente satisfatórios. O presente projeto dará curso a essa campanha, prevendo-se o encaminhamento, ao Banco Interamericano de Desenvolvimento, de um projeto especial visando a intensificar a campanha.

Estrutura do investimento

(NCrS mil de 1968)

U S O	1968	1969	1970
Controle da febre aftosa.....	3 000	5 865	8 000

Estrutura do Investimento

Projeto: *CONTRÔLE DA FEBRE AFTOSA — Todo o Território Nacional, exceto Rondônia, Acre, Amapá, Maranhão, Piauí, Ceará, Alagoas, Sergipe e Guanabara.*

Cronograma de Recebimentos:

(Em NCr\$ mil de 1968)

FONTES	TOTAL	1968	1969	1970
Orçamentários.....	16 865	3 000	5 865	8 000
Extra-orçamentários.....	—	—	—	—
Recursos próprios.....	—	—	—	—
Outros recursos internos.....	—	—	—	—
Recursos externos.....	—	—	—	—
TOTAL.....	16 865	3 000	5 865	8 000

Cronograma de Aplicações:

(Em NCr\$ mil de 1968)

USOS	TOTAL (*)	1968	1969	1970
Pessoal.....	—	—	—	—
Outros custeios.....	—	—	—	—
Obras.....	—	—	—	—
Equipamentos e instalações (**)..	—	—	—	—
Inversões financeiras.....	—	—	—	—
TOTAL.....	16 865	3 000	5 865	8 000

Composição segundo a moeda

(Em NCr\$ mil de 1968)

Moeda nacional.....	16 865	3 000	5 865	8 000
Moeda estrangeira.....	—	—	—	—

(*) Valor global do investimento.

(**) Inclusive material permanente.

2 — CONTRÔLE DA FEBRE AFTOSA COM A UTILIZAÇÃO DE RECURSOS DO BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO

ÓRGÃO: Departamento de Defesa e Inspeção Agropecuária — MA.

LOCALIZAÇÃO: Região Sul: Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e São Paulo. Essa região foi selecionada como âmbito do projeto em face de sua posição geográfica, fronteiriça, por abranger os dois Estados mais importantes na exportação de produtos de origem animal, pelo volume e qualidade dos rebanhos.

DESCRIÇÃO, METAS E FASES DE EXECUÇÃO

A fim de intensificar a campanha contra a febre aftosa, cuja execução vem sendo desenvolvida com recursos orçamentários, federais e estaduais (dos Estados mais atingidos pela doença), o Ministério da Agricultura iniciou, em 1966, o preparo de um projeto especial, com a finalidade de apresentá-lo ao BID e, assim, permitir a concentração de maiores recursos, em prazo curto, no controle da zoonose, reservando-se a maior parte dos recursos nacionais para outras áreas do país, fora do âmbito descrito no item II. A meta principal a alcançar será, de início, o controle e, posteriormente, a erradicação da virose na região Sul do país. O projeto já foi encaminhado ao BID constando da relação prioritária de projetos agrícolas enviada pelo Ministério do Planejamento àquela agência financeira.

Características principais

O custo total do projeto é estimado em US\$ 70,6 milhões, correspondentes a NCr\$ 225,9 milhões, dos quais US\$ 64,6 milhões ou NCr\$ 206,7 milhões de cruzeiros, para o combate propriamente dito, e US\$ 6 milhões, ou NCr\$ 19,2 milhões, para financiamento aos laboratórios privados na ampliação da produção de vacinas.

O combate à febre aftosa seria financiado pelo BID, com US\$ 15,6 milhões, ou NCr\$ 49,9 milhões, correspondendo a despesas com controle de vacinas, campanha no campo, pesquisa e parte de pessoal; pelo Ministério da Agricultura, com US\$ 7 milhões, ou NCr\$ 22,4 milhões, correspondendo a despesas com parte do pessoal, veículos, instalações; pelo Governo do Rio Grande do Sul, com US\$ 6,1 milhões, ou NCr\$ 19,52 milhões, correspondente a despesas com pessoal, e pelos produtores com US\$ 35,9 milhões, ou NCr\$ 114,9 milhões, correspondente a despesas com vacinação.

O custo da ampliação da produção de vacinas, US\$ 6 milhões, ou NCr\$ 19,2 milhões, seria financiado pelo BID. A rentabilidade da campanha está avaliada em 4,7/1 e a dos produtores de 8,47/1, baseada na relação produto/capital.

Estrutura do investimento e fontes

(Em NCr\$ mil de 1968)

U S O S	1968	1969	1970
<i>Recursos orçamentários federais — M.A.</i>	2 310	2 325	2 962
<i>Govêrno Rio Grande do Sul.....</i>	1 631	2 282	2 935
<i>BID.....</i>	5 781	6 433	8 741
<i>Produtores.....</i>	18 620	22 840	29 263
<i>Ampliação da produção de vacinas.....</i>	4 097	3 407	3 601

Observação: O projeto prosseguirá após o período trienal 1968/70, envolvendo-se esforços no sentido de que seja iniciado em 1968.

Estrutura do Investimento

Projeto: *CONTRÓLE DA FEBRE AFTOSA COM RECURSOS DO BID — R. G. do Sul, Santa Catarina, Paraná e São Paulo.*

Cronograma de Recebimentos:

(Em NCrS mil de 1968)

F O N T E S	TOTAL	1968	1969	1970
Orçamentários.....	7 597	2 310	2 325	2 962
Extra-orçamentários.....	—	—	—	—
Recursos próprios.....	—	—	—	—
Outros recursos internos.....	77 571	20 251	25 122	32 198
Recursos externos.....	69 120	9 878	9 840	12 342
TOTAL.....	154 288	32 439	37 287	47 502

Cronograma de Aplicações:

(Em NCrS mil de 1968)

U S O S	TOTAL (*)	1968	1969	1970
Pessoal.....	—	—	—	—
Outros custos.....	—	—	—	—
Obras.....	—	—	—	—
Equipamentos e instalações (**)	—	—	—	—
Inversões financeiras.....	—	—	—	—
TOTAL.....	154 288	32 439	37 287	47 502

Composição segundo a moeda

(NCrS mil de 1968)
(US\$ mil)

Moeda nacional.....	85 168	22 501	27 447	35 160
Moeda estrangeira.....	21 600	3 068	3 075	3 857

(*) Valor global do investimento.
(**) Inclusive material permanente.

3 — COMBATE À BRUCELOSE

ÓRGÃO: Departamento de Defesa e Inspeção Agropecuária.

LOCALIZAÇÃO: Todo o território nacional, exceto Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Amapá, Piauí, Sergipe, Rio Grande do Sul, Mato Grosso.

METAS E FASES DE EXECUÇÃO:

- a) Vacinação de 400 000 bezerros, em cerca de 150 municípios, atendendo a 3 000 criadores;
- b) Levantamento da brucelose em cerca de 1 000 estabelecimentos criadores;
- c) Produção de 400 000 doses de vacina contra a brucelose nos laboratórios do Serviço de Defesa Sanitária, em caráter supletivo;
- d) Produção de 300 000 doses de antígenos.

Justificativa

A brucelose limita a produção e produtividade dos rebanhos e é considerada uma das zoonoses mais graves na economia da pecuária, além de constituir sério problema de saúde pública. O projeto objetiva o combate sistemático dos focos existentes, principalmente nas grandes bacias leiteiras.

Estrutura do Investimento

(NCr\$ mil de 1968)

USOS	1968	1969	1970
Trabalhos de profilaxia, produção de vacinas e antígenos.....	400	587	800

Estrutura do Investimento

Projeto: *COMBATE À BRUCELOSE — Todo o território nacional, exceto Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Amapá, Piauí, Sergipe, R. G. do Sul e Mato Grosso.*

Cronograma de Recebimentos:

(Em NCr\$ mil de 1968)

F O N T E S	TOTAL	1968	1969	1970
Orçamentários.....	1 787	400	587	800
Extra-orçamentários.....	—	—	—	—
Recursos próprios.....	—	—	—	—
Outros recursos internos.....	—	—	—	—
Recursos externos.....	—	—	—	—
TOTAL.....	1 787	400	587	800

Cronograma de Aplicações:

(Em NCr\$ mil de 1968)

U S O S	TOTAL (*)	1968	1969	1970
Pessoal.....	—	—	—	—
Outros custeios.....	—	—	—	—
Obras.....	—	—	—	—
Equipamentos e instalações (**)..	—	—	—	—
Inversões financeiras.....	—	—	—	—
TOTAL.....	1 787	400	587	800

Composição segundo a moeda

(Em NCr\$ mil de 1968)

Moeda nacional.....	1 787	400	587	800
Moeda estrangeira.....	—	—	—	—

(*) Valor global do investimento.

(**) Inclusive material permanente.

4 — COMBATE À RAIVA DOS HERBÍVOROS

ÓRGÃO: Departamento de Defesa e Inspeção Agropecuária — MA.

LOCALIZAÇÃO: Todo o território nacional, exceto Rondônia, Acre, Amapá, Maranhão, Rio Grande do Norte, Guanabara e Paraná.

METAS E FASES DE EXECUÇÃO:

- a) Vacinação e revacinação de cerca de 600 000 bovinos em 15 000 estabelecimentos, num total de 2,4 milhões de vacinações;
- b) Controle e fiscalização da produção de vacinas contra a raiva em 10 laboratórios particulares;
- c) Pesquisa de vírus rábico em vetores;
- d) Produção de 1,2 milhão de doses de vacina anti-rábica pelos laboratórios do SDSA, em caráter supletivo;
- e) Prosseguimento dos estudos de combate aos morcegos (principal vetor) através do ultra-som.

Estrutura do investimento

	(NCr\$ mil de 1968)		
U S O S	1968	1969	1970
Controle da raiva dos herbívoros, produção de vacinas.....	600	978	1 400

Estrutura do Investimento

Projeto: *COMBATE À RAIVA DOS HERBÍVOROS — Todo o território nacional, exceto Rondônia, Acre, Amapá, Maranhão, R. G. do Norte, Guanabara e Paraná.*

Cronograma de Recebimentos:

(Em NCrS mil de 1968)

FONTES	TOTAL	1968	1969	1970
Orçamentários	2 978	600	978	1 400
Extra-orçamentários.....	—	—	—	—
Recursos próprios.....	—	—	—	—
Outros recursos internos....	—	—	—	—
Recursos externos.....	—	—	—	—
TOTAL.....	2 978	600	978	1 400

Cronograma de Aplicações:

(Em NCrS mil de 1968)

USOS	TOTAL (*)	1968	1969	1970
Pessoal.....	—	—	—	—
Outros custeios.....	—	—	—	—
Obras.....	—	—	—	—
Equipamentos e instalações (**)..	—	—	—	—
Inversões financeiras.....	—	—	—	—
TOTAL.....	2 978	600	978	1 400

Composição segundo a moeda

(Em NCrS mil de 1968)

Moeda nacional.....	2 978	600	978	1 400
Moeda estrangeira.....	—	—	—	—

(*) Valor global do investimento.

(**) Inclusive material permanente.

5 — DESENVOLVIMENTO PESQUEIRO

ÓRGÃO: SUDEPE

LOCALIZAÇÃO: Todo o país

DESCRIÇÃO, METAS E OBJETIVOS

O presente projeto, que vem sendo desenvolvido conjuntamente com o Fundo Especial das Nações Unidas desde 1966, tem como objetivo dar assistência ao desenvolvimento da pesca através da elaboração de um planejamento global de assessoramento e treinamento de pessoal especializado.

A primeira etapa do programa se encerrará em 1968 e o montante de recursos previstos para o prosseguimento dos trabalhos de estudos e pesquisas, no período 1969/71, é de, aproximadamente, US\$ 5 milhões, sendo que a contrapartida nacional se encontra em fase de estudo pela SUDEPE e pela direção do programa.

A segunda etapa se destina à realização de um programa de desquisa de pesca exploratória visando à identificação e quantificação do potencial pesqueiro, de modo a permitir a orientação racional dos novos investimentos no setor.

Estrutura do investimento

	(NCR\$ mil de 1968)		
FONTES	1968	1969	1970
Recursos orçamentários.....	288	3 975	3 611
Recursos externos.....	—	2 013	1 888
TOTAL.....	288	5 988	5 499

Estrutura do Investimento

Projeto: *DESENVOLVIMENTO PESQUEIRO — Todo o país.*

Cronograma de Recebimentos:

(Em NCr\$ mil de 1968)

FONTES	TOTAL	1968	1969	1970
Orçamentários.....	11 196	288	3 975	3 611
Extra-orçamentários.....	—	—	—	—
Recursos próprios.....	—	—	—	—
Outros recursos internos.....	—	—	—	—
Recursos externos.....	6 179	—	2 013	1 888
TOTAL.....	17 375	288	5 988	5 499

Cronograma de Aplicações:

(Em NCr\$ mil de 1968)

U S O S	TOTAL (*)	1968	1969	1970
Outros custeios.....	—	—	—	—
Obras.....	—	—	—	—
Equipamentos e instalações (**)..	—	—	—	—
Inversões financeiras.....	—	—	—	—
TOTAL.....	17 375	288	5 988	5 499

Composição segundo a moeda

(NCr\$ mil de 1968)
(US\$ mil)

Moeda nacional.....	11 196	388	3 975	3 611
Moeda estrangeira.....	1 806	—	629	590

(*) Valor global do investimento.

(**) Inclusive material permanente.

IV.6 — Programa de Mecanização Agrícola

Diretrizes gerais

A política de mecanização da agricultura deve conciliar a imperiosa necessidade de elevar os níveis de produtividade (de que a introdução de meios mecânicos de produção é fator essencial), com o excesso de mão-de-obra no meio rural, sem grandes possibilidades de absorção, a curto prazo, por outros setores da economia.

Com cerca de 30 milhões de hectares de áreas de lavouras, o Brasil dispunha, em 1960, segundo o levantamento censitário, de 63 493 tratores agrícolas tendo evoluído, sensivelmente, no decênio, desde que, em 1950, o Censo Agrícola havia registrado 8 372 máquinas (ver Mapa n.º 6).

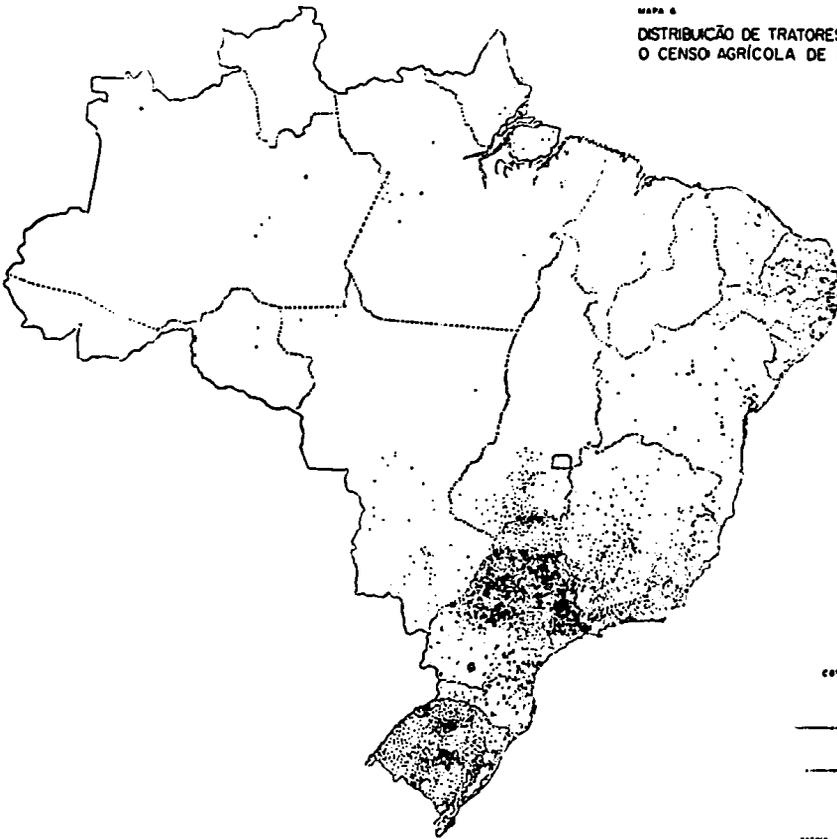
Na segunda metade do decênio 1950/60 procurou-se implantar a indústria nacional de tratores dentro do conjunto de metas do Governo Federal. Para êsse fim foram concedidas diversas vantagens: a) importação, sem cobertura cambial, com investimentos de capital estrangeiro no País, de máquinas-ferramenta, sem similar nacional; b) importação de máquinas-ferramenta, sem similar nacional, em favor de firmas que não trouxessem a totalidade do seu equipamento industrial, como investimento estrangeiro, até a equivalência dos capitais brasileiros nela efetivamente aplicados, mediante financiamentos em moeda estrangeira; c) isenções de tarifas alfandegárias, reserva de quotas de divisas e tratamento cambial favorecido para as amortizações e juros de financiamento.

Além desses estímulos, procurou-se acelerar o processo de nacionalização, cujas etapas deveriam atingir a 95% do pêsso, em 1962.

Em 1966, cerca de oito anos após o início efetivo da implantação da indústria nacional, encontravam-se em funcionamento no País seis fábricas de tratores de roda, cuja capacidade de produção se encontra indicada no Quadro 67.

MAPA 6

DISTRIBUIÇÃO DE TRATORES SEGUNDO
O CENSO AGRÍCOLA DE 1960



CONVENÇÕES

QUADRO 67

CAPACIDADE DA INDÚSTRIA NACIONAL DE TRATORES
E PRODUÇÃO EM 1966

EMPRESA	CAPACIDADE ANUAL (em unidades)		Produção em 1966 (em unidades)	Utilização da capacidade em 1 turno %
	Em 1 turno	Em 2 turnos		
Companhia Brasileira de Tratores	2 000	3 500	815	41
Dempsa, Deutz-Minas S/A.....	1 500	2 025	331	66
Ford Motor do Brasil S/A.....	6 000	10 500	1 408	23
Massey Ferguson do Brasil S/A	6 600	11 550	1 105	62
Tratores Fendt S/A.....	1 200	2 100	107	34
Vatmet do Brasil S/A.....	2 000	3 500	1 340	67
TOTAIS.....	19 300	33 775	9 060	47

OBSERVAÇÃO: Os cálculos para o segundo turno foram efetuados tomando-se a percentagem de 75% sobre os primeiros.

FONTE: Sindicato Nacional da Indústria de Tratores, Caminhões, Automóveis e Veículos Similares.

Verifica-se que nenhuma empresa alcançou um nível de produção correspondente à sua capacidade anual operando em apenas um turno.

Estendendo-se o período de trabalho a dois turnos a capacidade ociosa torna-se muito mais evidente. No conjunto da indústria verifica-se que foram aproveitados 47% da capacidade de fabricação e, se se considerar o período de trabalho de dois turnos, o índice de aproveitamento cai para 27%.

De janeiro a setembro de 1967 foram vendidos 4 951 tratores, sendo a estimativa, para todo o ano, de venda de 6 200 unidades, o que significa um número inferior ao de tratores vendidos em 1966: 9 216 unidades. No Quadro 68 discriminam-se os tratores de roda, por tipo e categoria, vendidos em 1966, com exceção de cultivadores motorizados e microtratores.

A queda da produção e do volume de vendas em 1967 significa uma redução na utilização da capacidade de produção para 32% e 19%, respectivamente, considerando um e dois turnos de trabalho.

As estimativas referentes ao número de tratores agrícolas atualmente em uso registram o total de 78 470 unidades.

QUADRO 68

VENDA DE TRATORES DE RODA EM 1966 (INCLUSIVE CULTIVADORES MOTORIZADOS E MICROTRATORES)

CATEGORIAS E EMPRESAS	Tratores vendidos em 1966
<i>Leves</i>	196
<i>Fendt</i>	196
F-41.....	142
Farmer — nôvo.....	54
<i>Médios</i>	6 778
Demisa — DN-40.....	11
Ford — 8-DR.....	1 367
Massey Ferguson — MF-50x11.....	3 672
Fendt — F-51.....	284
Valmet — 600 D.....	1 444
<i>Pesados</i>	2 242
CBT — CBT-1020.....	827
<i>Demisa</i>	918
DM-55.....	467
DM-75.....	451
<i>Massey Ferguson</i>	
MF-65x11.....	497
TOTAL GERAL	9 216

FONTE: Sindicato Nacional da Indústria de Tratores.

o que, para uma área cultivada de cerca de 28,9 milhões de hectares, resulta em 368 hectares por trator. É necessário, no entanto, observar que grande número de tratores se concentra em parcela relativamente reduzida do território nacional. Em 1960, operavam na região Sul 80% do total de tratores, sendo que dois Estados, São Paulo e Rio Grande do Sul, possuíam 70%.

As grandes lavouras anuais de arroz, trigo, milho, algodão e cana-de-açúcar são as que mais exigem o trabalho

mecanizado e é, pois, natural que nesses Estados se concentre maior número de máquinas. Examinando-se, no entanto, a relação entre a área cultivada em São Paulo e no Rio Grande do Sul e o número de tratores existentes, verifica-se que o índice é bastante inferior ao de países de avançado estágio de mecanização agrícola.

Em São Paulo o índice alcançava 169 hectares por trator e, no Rio Grande do Sul, 223 hectares por unidade (Quadro 69). Mesmo nesses Estados, portanto, há necessidade de sensível aumento no uso de tratores agrícolas.

QUADRO 69

ÁREA CULTIVADA E NÚMERO DE TRATORES EXISTENTES EM SÃO PAULO E RIO GRANDE DO SUL EM CONFRONTO COM ÍNDICES DE MECANIZAÇÃO OBSERVADOS EM PAÍSES DE MECANIZAÇÃO AVANÇADA, 1960 E 1963

ESTADOS E PAÍSES	Área (1 000 ha)	Tratores (Unidade)	Área cultivada por trator (ha)
São Paulo.....	4 768 233	28 101	169
Rio Grande do Sul.....	3 709 781	16 675	223
Alemanha Ocidental.....	8 431 000	1 053 166	8
França.....	21 241 000	867 000	25
Estados Unidos.....	185 152 000	4 657 000	39
Canadá.....	41 845 000	550 000	76

DADOS DO CENSO AGRÍCOLA DE 1960 E DA FAO DE 1963.

A política de mecanização deverá atender aos seguintes pontos fundamentais:

a) *Quanto à indústria nacional*

Reexame, pelo Grupo Executivo da Indústria Mecânica, de seu dimensionamento visando a pôr em prática medidas capazes de reduzir a capacidade ociosa, de modo a obter a di-

minuição de custos e, portanto, de preços unitários. O número de fábricas existentes (6) deverá ser reestudado diante da dimensão do mercado.

b) *Quanto ao financiamento*

O financiamento para a aquisição de tratores é efetuado basicamente pelo Banco do Brasil, através da CREAÍ.

De acordo com as Resoluções n.º 44 e 59, do Banco Central do Brasil, os empréstimos destinados à aquisição, por agricultores, de máquinas e implementos agrícolas, alcançam 80% do valor da máquina, podendo tal proporção elevar-se a 100% em função das necessidades do financiado. O custo do financiamento é de 18% ao ano, compreendendo uma parcela de 12% referente a juros e 6% relativos a comissão.

O prazo para o pagamento do empréstimo é de 4 anos, em parcelas do seguinte percentual: 1.º ano, 15%; 2.º ano, 25%; 3.º ano, 30% e 4.º ano, 30%.

Por deliberação de 20-12-67, do Conselho Monetário Nacional, foi prorrogada a vigência da Resolução n.º 59 e alterado o percentual dos pagamentos dos financiamentos, distribuindo-se em 5 parcelas de 10%, 15%, 20%, 25% e 30%, coincidentes com os períodos de safra dos agricultores.

O Banco Central deverá estudar novas fórmulas de financiamento com vista à possível dilatação de prazos de pagamento e redução da taxa de juros e do prazo de carência, correspondente ao período de safra, para pagamento da 1.ª parcela.

A previsão de recursos elaborada pela Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil, para financiamento da aquisição de tratores e implementos de fabricação nacional, alcança os seguintes montantes no triênio 1968/70:

Anos		NCrS mil de 1968 (*)
1968	—	330 051
1969	—	399 793
1970	—	469 776

Observação: Projeção calculada supondo a mesma proporção entre os montantes destinados a investimentos e total de aplicações no setor rural.

c) *Quanto ao zoneamento para a política de mecanização*

As áreas que acusam o maior emprêgo de tratores e outras máquinas agrícolas são, principalmente, as de lavouras anuais de caráter comercial, tal como ocorre na região Sul. Daí a concentração de tratores agrícolas em São Paulo e Rio Grande do Sul, na proporção de 70% do total existente no País.

A política de mecanização, notadamente as maiores facilidades de financiamento, será implantada de preferência nas culturas e zonas onde a substituição da mão-de-obra pelos meios mecânicos de produção proporcionará alto acréscimo de rendimento marginal. A lavoura de arroz do Rio Grande do Sul já apresenta índice de mecanização relativamente elevado, tendo sido registradas, em 1965, 8 810 unidades para 360 mil hectares de área cultivada, o que corresponde a 41 hectares por trator. No tocante à lavoura de trigo observa-se que, no conjunto do País, num total de 27 938 propriedades produtoras de trigo, cadastradas em 1965, 4 213, ou 15,1%, eram mecanizadas e abrangiam 66,8% da área cultivada e 67,1% da produção de trigo.

No Rio Grande do Sul, Estado que absorve cerca de 95% da produção nacional de trigo, 16,8% das lavouras eram me-

(*) Saldos em fins de período.

canizadas abrangendo 70,6% da área cultivada e 70,8% da produção de trigo.

Mesmo com relação a essas lavouras, cuja mecanização é recomendável, observa-se elevado número de estabelecimentos que não trabalham com meios mecânicos de produção.

Na região Centro-Sul dar-se-á preferência ao financiamento para a mecanização das lavouras anuais de arroz, soja, trigo, milho, algodão e amendoim, orientando-se o crédito em função das características técnicas da lavoura.

Alta prioridade deverá merecer o financiamento para a mecanização de projetos que visam à formação de pastos artificiais. A prioridade a ser concedida aos Estados da região Centro-Sul não elimina os financiamentos de projetos exequíveis em outras regiões. No Nordeste e Leste, porém, a numerosa mão-de-obra subutilizada recomenda maior prudência nos programas de mecanização.

d) Quanto às metas visadas

Objetiva-se reduzir a relação de hectares cultivados por trator de 368 para 322 no próximo triênio. Para isso o número de tratores agrícolas deverá elevar-se de 78 470 unidades, em 1967, para 101 430, em 1970, o que representa uma colocação de 41 000 tratores no mercado, considerando-se 18 000 unidades necessárias para a reposição (Quadro 70).

QUADRO 70

META A SER ATINGIDA PARA A FROTA DE TRATORES EM 1970

ANOS	Estimativa da área cultivada (1 000 ha)	Número de tratores	Relação hectares/trator
1967.	28 900	78 478	368
1970.	32 500	101 430	320

As metas acima deverão ser alcançadas em decorrência das seguintes medidas básicas:

1) Maiores facilidades de financiamento, estudando-se novos esquemas de prazos e taxa de juros;

2) concentração de financiamento nas áreas agrícolas mais aconselháveis para a mecanização: região Centro-Sul e lavouras anuais;

3) Política adequada de preços mínimos;

4) Estudos para eliminação de parte dos tributos que incidem sobre os tratores.

e) *Política quanto à ação do Governo*

O objetivo básico do Governo, quanto à mecanização, é o de estimular a utilização de tratores e máquinas agrícolas no meio rural, nas áreas mais recomendáveis, e de incentivar a formação de empresas ou cooperativas de mecanização.

Os trabalhos de mecanização prestados diretamente pelo Governo se limitarão a zonas pioneiras, através de patrulhas mecanizadas, com tratores pesados, que deverão ser progressivamente extintas, no momento em que estiver operando a iniciativa privada.

No tocante à revenda de máquinas agrícolas, a ação do Governo deverá ser reformulada, a fim de concentrar a atividade de financiamento no sistema bancário, evitando-se modalidades de revenda oficial, a não ser no caso de máquinas importadas.

Realizar-se-á a importação, em função de estudo da demanda interna, de máquinas agrícolas não produzidas no País, utilizando-se, de preferência, o comércio bilateral. Nesse sentido deverão ser importados tratores de esteira, colheiras automotrizes e outras máquinas essenciais à lavoura.

f) *Politica quanto a cultivadores motorizados e micro-tratores*

A expansão da produção hortigranjeira, em estabelecimentos de tamanho relativamente reduzido, recomenda especial atenção no sentido de aumentar a disponibilidade desses instrumentos. A relação atual entre cultivadores e a área com culturas olerícolas é de 1 para 26 hectares.

A meta a ser alcançada, em 1970, é de 9 para 17 hectares e os meios para atingi-la se incorporam às recomendações básicas traçadas para a mecanização.

PROJETOS PRIORITÁRIOS DE MECANIZAÇÃO

PROJETO: FINANCIAMENTO DE TRATORES E MÁQUINAS AGRÍCOLAS

ÓRGÃO: Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil.

LOCALIZAÇÃO: Todo o País, especialmente as áreas agrícolas de lavouras anuais, de caráter comercial e pastagens artificiais: arroz, trigo, soja, algodão, amendoim e cana-de-açúcar.

Características Principais

Será adotado o esquema de financiamento atualmente em vigor que estabelece o pagamento de 15% do financiamento no 1.º ano; 25% no 2.º ano; 30%, no 3.º ano e 30% no 4.º ano, a juros totais de 18% ao ano.

Deverão ser estudados novos esquemas de financiamento a fim de facilitar a aquisição de tratores e máquinas agrícolas pelos agricultores.

Estrutura do Investimento

Projeto: *FINANCIAMENTO DE TRATORES E MAQUINAS AGRÍCOLAS — Todo o País.*

Cronograma de Recebimentos:

(Em NCr\$ mil de 1968)

FONTES	TOTAL	1968	1969	1970
Orçamentários.....	—	—	—	—
Extra-orçamentários.....	—	—	—	—
Recursos próprios.....	—	—	—	—
Outros recursos internos.....	1 200 000	330 000	400 000	470 000
Recursos externos.....	—	—	—	—
TOTAL.....	1 200 000	330 000	400 000	470 000

Cronograma de Aplicações:

(Em NCr\$ mil de 1968)

USOS	TOTAL (*)	1968	1969	1970
Personal.....	—	—	—	—
Outros custeios.....	—	—	—	—
Obras.....	—	—	—	—
Equipamentos e instalações (**)..	—	—	—	—
Inversões financeiras.....	—	—	—	—
TOTAL.....	1 200 000	330 000	400 000	470 000

Composição segundo a moeda

(Em NCr\$ mil de 1968)

Moeda nacional.....	1 200 000	330 000	400 000	470 000
Moeda estrangeira.....	—	—	—	—

(*) Valor global do investimento.

(**) Inclusive material permanente.

**PROJETO: TRABALHOS DE MECANIZAÇÃO ATRAVÉS
DE PATRULHAS MECANIZADAS**

ÓRGÃO: Departamento de Promoção Agropecuária — MA

LOCALIZAÇÃO: Zonas agrícolas mais carentes de mecanização, executando-se os trabalhos através contrato com empresas privadas ou de Patrulhas Mecanizadas oficiais nas áreas onde não estiver operando a iniciativa privada.

METAS E FASES DE EXECUÇÃO

Serão executados os seguintes trabalhos básicos:

	1698	1969	1970
Desmatamento (ha)	13 680	27 360	28 000
Destoca (ha)	16 416	32 822	34 000
Preparo de solo (ha)	27 360	34 720	36 000

Características principais

Trabalhos a serem realizados com tratores de esteira que não estão, via de regra, ao alcance dos produtores, em razão de seu custo elevado.

Estrutura do investimento

(NCrS mil de 1968)

U S O S	1968	1969	1970
Trabalhos de mecanização	5 000	4 887	5 000
TOTAL	5 000	4 887	5 000

Estrutura do Investimento

Projeto: TRABALHOS DE MECANIZAÇÃO ATRAVÉS DE PATRULHAS MECANIZADAS

Cronograma de Recebimentos:

(Em NCrS mil de 1968)

FONTES	TOTAL	1968	1969	1970
Orçamentários	14 887	5 000	4 887	5 000
Extra-orçamentários	—	—	—	—
Recursos próprios	—	—	—	—
Outros recursos internos	—	—	—	—
Recursos externos	—	—	—	—
TOTAL....	14 887	5 000	4 887	5 000

Cronograma de Aplicações:

(Em NCrS mil de 1968)

USOS	TOTAL (*)	1968	1969	1970
Pessoal.....				
Outros custos				
Obras.....				
Equipamentos e instalações (**).				
Inversões financeiras				
TOTAL..	14 887	5 000	4 887	5 000

Composição segundo a moeda

(Em NCrS mil de 1968)

	TOTAL	1968	1969	1970
Moeda nacional....	14 887	5 000	4 887	5 000
Moeda estrangeira	—	—	—	—

(*) Valor global do investimento.
(**) Inclusive material permanente.

IV.7 — Política Nacional de Irrigação

Diretrizes Gerais

A definição e execução de uma política nacional de irrigação, de forma sistemática e regular, está destinada à maior repercussão no desenvolvimento agrícola nacional e regional.

Durante anos sucessivos, vultosos investimentos foram realizados, principalmente no Nordeste do País, visando a solucionar a escassez de água. Por diversos motivos, porém, tais investimentos se limitaram, em grande parte, à construção de açudes grandes e médios, sem uma corespondente utilização da água em projetos agrícolas; prevaleceram ações em caráter de emergência, no sentido de combater os efeitos das secas.

Em 1966 havia 234 açudes públicos e 591 particulares nos Estados de Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia e Minas Gerais, com um total de água acumulada de cerca de 12,4 bilhões de m³. A área total irrigada, com água dos grandes açudes públicos, principalmente nos Estados do Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco, alcança cerca de 11 mil hectares, a jusante das bacias dos açudes, aproveitando-se 26 700 hectares a montante, pelo sistema de vazantes.

Os reservatórios feitos sob o regime de cooperação entre particulares e poderes públicos, estaduais e municipais, atingem 621 unidades, com capacidade de acumulação de 1,25 bilhões de m³ de água, e são considerados obras de resistência aos efeitos das secas, disseminados por extensa área na região.

Foram, ainda, perfurados, através do DNOCS, 6 355 poços com vazão total de 30 mil m³ de água por hora, contribuindo para o abastecimento dos rebanhos e das populações rurais e urbanas, além de, em menor escala, servirem à indústria e à irrigação.

Uma idéia do total de terras irrigadas no país é dada pelo Quadro 71, de acordo com o censo agrícola de 1960.

QUADRO 71

TERRAS DE LAVOURA E TERRAS IRRIGADAS
NOS ESTABELECIMENTOS AGRÍCOLAS — 1960

BRASIL E REGIÕES	TOTAL		TERRAS DE LAVOURA (1 000 ha)		TERRAS IRRIGADAS		
	Estabele- cimentos	Área (1 000 ha)	Perma- nentes	Tempo- rárias	Estabe- lecimen- tos com irrigação	Área (1 000 ha)	% em relação área de lavoura
Brasil.....	8 337 709	249 862	7 797	20 915	36 078	402	1,6
Norte.....	138 241	23 453	103	320	15	07	15,5
Nordeste.....	901 027	43 855	1 350	5 026	3 070	20	0,5
Leste.....	853 520	61 270	2 537	5 059	11 511	81	1,1
Sul.....	1 124 980	58 297	3 582	9 320	10 358	316	2,5
Centro-Oeste....	159 392	59 987	186	1 180	512	2	0,1

FONTE: Serviço Nacional de Recenseamento.

Verifica-se que é bastante reduzida a extensão de terras irrigadas em relação ao total das terras de lavoura, não alcançando, no conjunto do País, 2%. No Nordeste, onde houve, a partir de 1909, grande concentração de investimentos na acumulação de água, o índice de terras irrigadas, em relação ao total de áreas de lavoura, é de apenas 0,5%.

O Estado que apresenta maior extensão de terras irrigadas é o Rio Grande do Sul, com 266 mil hectares, mais da metade do total do País, em virtude da lavoura irrigada de arroz, justamente uma das culturas, que, não ficando na estreita dependência do clima, apresenta maior estabilidade de níveis de produção.

A concepção atual dos órgãos técnicos encarregados dos trabalhos de irrigação, em diversos pontos do território nacional (SUDENE, DNOCS, DNOS e SUVALE), sob orientação geral do Ministério do Interior, e dentro das linhas básicas da programação estratégica do Governo, é de concentrar recursos técnicos e financeiros em projetos integrados de irrigação, procurando-se a cooperação internacional de entidades especializadas.

A definição de projetos, sobretudo no que concerne à viabilidade econômica, vem sendo objeto de detido exame, a fim de selecionar aqueles para os quais serão solicitados recursos externos e utilizada maior soma de investimentos nacionais.

O esforço que se fará na irrigação, em áreas selecionadas do território nacional, integra-se no conjunto de providências que visam a alcançar mais adequado aproveitamento das terras, elevando o nível de produtividade e maior estabilidade da produção, evitando as flutuações na oferta decorrentes de instabilidade climática.

Os projetos integrados de irrigação, compreendendo não só os trabalhos técnicos de regularização da oferta da água como os de colonização, eletrificação e industrialização no meio rural, formarão, em diversos pontos do País, núcleos agro-industriais, de grande capacidade de absorção de mão-de-obra e de aproveitamento de potencial agropecuário existente.

A política de irrigação compreende, assim, os seguintes pontos básicos:

a) Realização de obras complementares necessárias ao emprêgo racional da água armazenada nos reservatórios públicos, em projetos integrados de irrigação;

b) realização de estudos e pesquisas a fim de elaborar inventário de recursos de água e solo nas principais bacias hidrográficas;

c) planejar de forma integrada o aproveitamento dos recursos hidráulicos, visando a obter o maior benefício e rendimento das obras, nos menores prazos possíveis;

d) intensificar a ação governamental para maximizar o aproveitamento da água acumulada no Nordeste;

e) conceder financiamentos especiais, nas principais áreas agrícolas do País, de equipamentos especiais que compõem conjuntos de irrigação; de motobombas e outros equipamentos do gênero;

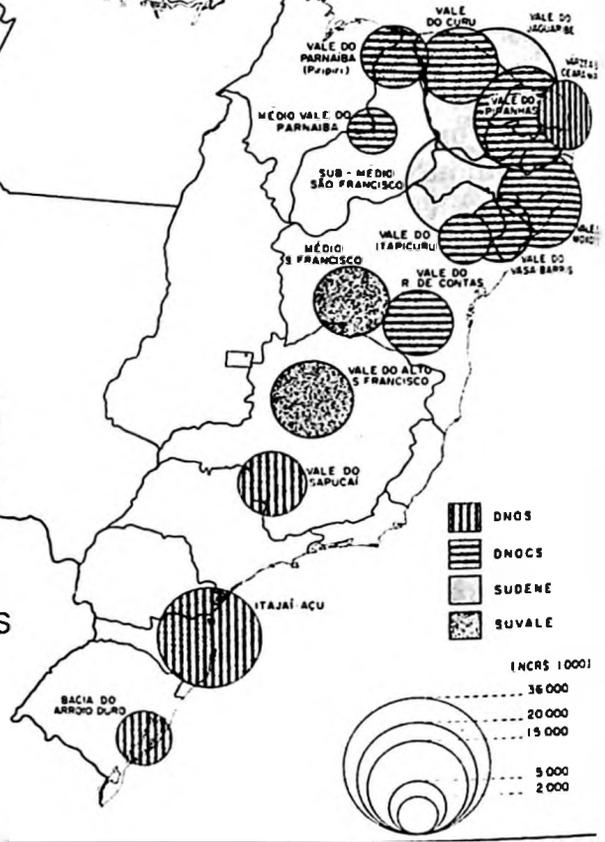
PROGRAMA ESTRATÉGICO DE DESENVOLVIMENTO

1968 - 1970

MAPA 7

AGRICULTURA E ABASTECIMENTO
PROJETOS PRIORITÁRIOS
DE IRRIGAÇÃO

0 100 200 300 400 500 Km



f) integrar a ação governamental, quanto à irrigação, no conjunto de medidas que visam ao desenvolvimento agropecuário.

Dar-se-á curso, no próximo triênio, aos projetos prioritários apresentados a seguir (ver Mapa n.º 7). No entanto, a fim de proceder a um exame conjunto dos principais projetos em andamento em todo o País e a elaboração de programa detalhado de ações e metas, será organizado pelos Ministérios do Planejamento e do Interior, em março de 1968, um Seminário Técnico de Irrigação. Daí resultará a indicação dos projetos que serão intensificados com recursos já solicitados ao Banco Interamericano de Desenvolvimento, que, conforme entendimentos mantidos, enviará missão específica ao Brasil, em seguida ao Seminário, para exame das proposições formuladas.

PROJETOS PRIORITÁRIOS DE IRRIGAÇÃO

PROJETO: IRRIGAÇÃO DO SUB-MÉDIO SÃO FRANCISCO

ÓRGÃO: SUDENE — Ministério do Interior

LOCALIZAÇÃO: Margem esquerda do rio São Francisco, área de Bebedouro; margem direita do rio São Francisco, área de Favela — Pernambuco e Bahia.

DESCRIÇÃO, METAS E FASES DE EXECUÇÃO

O estudo da potencialidade do sub-médio São Francisco para o estabelecimento de uma área irrigada vem sendo desenvolvido pela SUDENE, com assistência técnica de órgão especializado das Nações Unidas, desde 1961. Os resultados

dêses estudos concluíram pela existência de 507 mil hectares de terrenos bastante favoráveis para irrigação numa área estudada de 26 mil km². Já se encontram em fase final projetos para aproveitamento dos primeiros 1 500 hectares, estando já em funcionamento uma estação experimental. Foi fixada para o triênio 1968/70 a implantação de 6 500 hectares, assim distribuídos:

a) área de Bebedouro, margem esquerda do São Francisco: 2 500 hectares;

b) área de Favela, margem direita do São Francisco: 4 000 hectares.

Características principais

O projeto de irrigação do médio São Francisco constitui, provavelmente, a primeira experiência concreta de um projeto integrado de irrigação e aproveitamento adequado das terras, acompanhado de um programa de colonização, na área do Nordeste.

Estrutura do investimento

(NCr\$ mil de 1968)

FONTES E USOS	1968	1969	1970
<i>Trabalhos de irrigação</i>			
Recursos orçamentários			
SUDENE.....	3 105	4 250	5 500
SUVALE.....	—	2 550	3 000
TOTAL.....	3 105	6 800	8 500

Verba do Fundo Especial das Nações Unidas para o projeto:
US\$ 897 300.

Estrutura do Investimento

Projeto: *IRRIGAÇÃO DO SUB-MÉDIO SÃO FRANCISCO — Pernambuco e Bahia*

Cronograma de Recebimentos:

(Em NCr\$ mil de 1968)

F O N T E S	TOTAL (*)	1968	1969	1970
Orçamentários.....	18 405	3 105	6 800	8 500
Extra-orçamentários.....	—	—	—	—
Recursos próprios.....	—	—	—	—
Outros recursos internos.....	—	—	—	—
Recursos externos.....	2 870	739	234	—
TOTAL...	21 275	3 844	7 034	8 500

(*) Inclusive os já realizados.

Cronograma de Aplicações:

(Em NCr\$ mil de 1968)

U S O S	TOTAL (*)	1968	1969	1970
Pessoal.....	—	—	—	—
Outros custeios.....	—	—	—	—
Obras.....	—	—	—	—
Equipamentos e instalações.....	—	—	—	—
Inversões financeiras.....	—	—	—	—
TOTAL.....	21 275	3 844	7 034	8 500

Composição segundo a moeda

(Em NCr\$ mil de 1968)

(Em US\$ mil)

Moeda nacional.....	18 405	3 105	6 800	8 500
Moeda estrangeira.....	897	231	73	—

(*) Valor global do investimento.

PROJETO: VALORIZAÇÃO DO VALE DO JAGUARIBE

ÓRGÃO: SUDENE — Ministério do Interior

LOCALIZAÇÃO: Perímetro de Lima Campos e Morada Nova, no Ceará.

DESCRIÇÃO, METAS E FASES DE EXECUÇÃO

O estabelecimento de uma agricultura irrigada no Vale do Jaguaribe vem sendo efetuado pela SUDENE, com colaboração do DNOCS e assistência técnica do Governo francês, através de missão específica.

Os estudos foram iniciados em 1961 e permitiram estimar um potencial irrigável de 60 mil hectares nas áreas de influência dos açudes Orós e Barnabuiu. A irrigação do Jaguaribe, com complementação de obras hidráulicas, visa ao aproveitamento adequado das áreas da região. O projeto Lima Campos tem como meta a implantação de 4 mil hectares no vale do rio Salgado, com aproveitamento das águas dos açudes Lima Campos e Orós.

O projeto Morada Nova objetiva a implantação de 6 mil hectares irrigados nas duas margens do rio Barnabuiu, em trecho compreendido entre as cidades de Morada Nova e Limoeiro do Norte, aproveitando as águas do açude Arrojado Lisboa, capaz de acumular 1 bilhão de m³ de água.

Estrutura do investimento

(NCr\$ mil de 1968)

FONTE	1968	1969	1970
Recursos orçamentários			
DNOCS.....	5 530	7 905	11 208
SUDENE.....	3 012	5 100	6 700
TOTAL.....	8 542	13 005	17 908

Estrutura do Investimento

Projeto: *VALORIZAÇÃO DO VALE DO JAGUARIBE — Perímetros Lima Campos e Morada Nova, no Ceará*

Cronograma de Recebimentos:

(Em NCr\$ mil de 1968)

F O N T E S	TOTAL (*)	1968	1969	1970
Orçamentários.....	39 475	8 542	13 005	17 908
Extra-orçamentários.....	—	—	—	—
Recursos próprios.....	—	—	—	—
Outros recursos internos.....	—	—	—	—
Recursos externos.....	—	—	—	—
TOTAL.....	39 475	8 542	13 005	17 908

(*) Inclusive os já realizados.

Cronograma de Aplicações:

(Em NCr\$ mil de 1968)

U S O S	TOTAL (*)	1968	1969	1970
Pessoal.....	—	—	—	—
Outros custeios.....	—	—	—	—
Obras.....	—	—	—	—
Equipamentos e instalações (**)..	—	—	—	—
Inversões financeiras.....	—	—	—	—
TOTAL.....	39 455	8 542	13 005	17 908

Composição segundo a moeda

(Em NCr\$ mil de 1968)

Moeda nacional.....	39 475	8 542	13 005	17 908
Moeda estrangeira.....	—	—	—	—

(*) Valor global do investimento.

(**) Inclusive material permanente.

PROJETO VALE DO PARNAÍBA — *Perímetro Médio Parnaíba (Lameiro)*

ÓRGÃO: DNOCS — Ministério do Interior

LOCALIZAÇÃO: Piauí — Municípios de Floriano e Nazaré

DESCRIÇÃO, METAS E FASES DE EXECUÇÃO

O projeto visa à implantação de um sistema racional de irrigação no Vale do Parnaíba. A área escolhida está localizada no longo da BR-230, entre as cidades de Floriano e Nazaré. As terras são de domínio público com meio de transporte facilitado por rodovia federal; infra-estrutura de energia a ser servida pela COHEBE, em 1969, proximidade da capital do Estado. O projeto visa a aproveitar água subterrânea e do rio Parnaíba, isoladamente ou em conjunto, e integra-se no programa de colonização do Piauí. Os primeiros 500 hectares serão implantados em 1970.

Estrutura do investimento

(N°Cr\$ mil de 1968)

FONTES E USOS	1968	1969	1970
<i>Irrigação</i>			
Recursos orçamentários			
DNOCS.....	900	2 125	3 300
SUDENE.....	500	255	700
Outras fontes.....	—	—	—
TOTAL.....	1 400	2 380	4 000

Estrutura do Investimento

Projeto: *PROJETO DO VALE DO PARNAÍBA — Perímetro Médio Parnaíba — Municípios de Floriano e Nazaré — Piauí (Lameiro)*

Cronograma de Recebimentos:

(Em NCrS mil de 1968)

F O N T E S	TOTAL (*)	1968	1969	1970
Orçamentários.....	7 780	1 400	2 380	4 000
Extra-orçamentários.....	—	—	—	—
Recursos próprios.....	—	—	—	—
Outros recursos internos.....	—	—	—	—
Recursos externos.....	—	—	—	—
TOTAL.....	7 780	1 400	2 380	4 000

(*) Inclusive os já realizados.

Cronograma de Aplicações:

(Em NCrS mil de 1968)

U S O S	TOTAL (*)	1968	1969	1970
Pessoal.....	—	—	—	—
Outros custeios.....	—	—	—	—
Obras.....	—	—	—	—
Equipamentos e instalações (**)..	—	—	—	—
Inversões financeiras.....	—	—	—	—
TOTAL.....	7 780	1 400	2 380	4 000

Composição segundo a moeda

(Em NCrS mil de 1968)

Moeda nacional.....	7 780	1 400	2 380	4 000
Moeda estrangeira.....	—	—	—	—

(*) Valor global do investimento.

(**) Inclusive material permanente.

PROJETO: IRRIGAÇÃO NO VALE DO PIRANHAS

ÓRGÃO: DNOCS — Ministério do Interior

LOCALIZAÇÃO: Rio Piranhas-Açu, Paraíba e Rio Grande do Norte

DESCRIÇÃO, METAS E FASES DE EXECUÇÃO

A bacia do Piranhas-Açu abrange uma área de 44 600 km², existindo 23 açudes construídos pelo DNOCS, acumulando um volume total de 2,120 milhões de m³ de água, destacando-se o conjunto Estevam Marinho — Mãe D'Água, Engenheiro Avidos, São Gonçalo e Sabugi.

Para o Alto Piranhas, a meta pretendida é a ampliação da irrigação já existente no Açude São Gonçalo, com um aumento de mais 400 ha no triênio 1968/70. No Baixo Piranhas a meta é a implantação da 1.^a etapa na área do Açú, com 1 000 ha de área.

Estrutura do investimento

(NCr\$ mil de 1968)

FONTES E USOS	1968	1969	1970
<i>Irrigação do rio Piranhas-Açu</i>			
DNOCS.....	1 325	2 251	5 750
TOTAL.....	1 325	2 251	5 750

Estrutura do Investimento

Projeto: *IRRIGAÇÃO DO PIRANHAS-AÇU — Paraíba e Rio Grande do Norte*

Cronograma de Recebimentos:

(Em NCr\$ mil de 1968)

FONTES	TOTAL (*)	1968	1969	1970
Orçamentários.....	9 326	1 325	2 251	5 750
Extra-orçamentários.....	—	—	—	—
Recursos próprios.....	—	—	—	—
Outros recursos internos.....	—	—	—	—
Recursos externos.....	—	—	—	—
TOTAL.....	9 326	1 325	2 251	5 750

(*) Inclusive os já realizados.

Cronograma de Aplicações:

(Em NCr\$ mil de 1968)

USOS	TOTAL (*)	1968	1969	1970
Pessoal.....	—	—	—	—
Outros custeios.....	—	—	—	—
Obras.....	—	—	—	—
Equipamentos e instalações (**).	—	—	—	—
Inversões financeiras.....	—	—	—	—
TOTAL.....	9 326	1 325	2 251	5 750

Composição segundo a moeda

(Em NCr\$ mil de 1968)

Moeda nacional.....	9 326	1 325	2 251	5 750
Moeda estrangeira.....	—	—	—	—

(*) Valor global do investimento.

(**) Inclusive material permanente.

PROJETO: IRRIGAÇÃO NO VALE DO MOXOTÓ

ÓRGÃO: DNOCS — Ministério do Interior

LOCALIZAÇÃO: Poço da Cruz — Pernambuco e Alagoas

DESCRIÇÃO, METAS E FASES DE EXECUÇÃO

Existem na área 9 açudes construídos pelo DNOCS, destacando-se o de Poço da Cruz que acumula 504 milhões de m³ de água, tendo o projeto como meta a irrigação, no triênio 1968/70, de 3 350 hectares, pelo aproveitamento das águas represadas por aquele açude.

As áreas são próprias para as lavouras de algodão, milho, feijão, mandioca e mamona.

Estrutura do investimento

(NCr\$ mil de 1968)

FONTES E USOS	1968	1969	1970
<i>Irrigação no Vale do Moxotó</i>			
Recursos orçamentários			
DNOCS.....	1 400	2 890	8 750
TOTAL.....	1 400	2 890	8 750

Estrutura do Investimento

Projeto: *IRRIGAÇÃO DO VALE DO MOXOTÓ — Pernambuco e Alagoas*

Cronograma de Recebimentos:

(Em NCr\$ mil de 1968)

FONTES	TOTAL (*)	1968	1969	1970
Orçamentários.....	13 040	1 400	2 890	8 750
Extra-orçamentários.....	—	—	—	—
Recursos próprios.....	—	—	—	—
Outros recursos internos.....	—	—	—	—
Recursos externos.....	—	—	—	—
TOTAL.....	13 040	1 400	2 890	8 750

(*) Inclusive os já realizados.

Cronograma de Aplicações:

(Em NCr\$ mil de 1968)

USOS	TOTAL (*)	1968	1969	1970
Pessoal.....	—	—	—	—
Outros custeios.....	—	—	—	—
Obras.....	—	—	—	—
Equipamentos e instalações (**)	—	—	—	—
Inversões financeiras.....	—	—	—	—
TOTAL.....	13 040	1 400	2 890	8 850

Composição segundo a moeda

(Em NCr\$ mil de 1968)

Moeda nacional.....	13 040	1 400	2 890	8 750
Moeda estrangeira.....	—	—	—	—

(*) Valor global do investimento.

(**) Inclusive material permanente.

PROJETO: IRRIGAÇÃO NO VALE DO ITAPICURU

ORGÃO: DNOCS — Ministério do Interior

LOCALIZAÇÃO: Perímetro Jacurici — Bahia

DESCRIÇÃO, METAS E FASES DE EXECUÇÃO

Existem diversos açudes construídos pelo DNOCS na região, destacando-se o do Jacurici com capacidade para acumular 146 milhões de m³ de água, destinada a finalidade múltipla, especialmente irrigação. O projeto tem como meta a ampliação do sistema de irrigação implantado a jusante do açude Jacurici, prevendo-se a irrigação de 800 hectares.

Estrutura do investimento

(NCr\$ mil de 1968)

FONTES E USOS	1968	1969	1970
<i>Irrigação no Vale do Itapicuru</i>			
Recursos orçamentários			
DNOCS.....	1 100	1 615	100
Outras fontes.....	—	—	—
TOTAL.....	1 100	1 615	100

Estrutura do Investimento

Projeto: *IRRIGAÇÃO NO VALE DO ITAPICURU — Perímetro Jacurici — Bahia*

Cronograma de Recebimentos:

(Em NCr\$ mil de 1968)

FONTES	TOTAL (*)	1968	1969	1970
Orçamentários.....	2 815	1 100	1 615	100
Extra-orçamentários.....	—	—	—	—
Recursos próprios.....	—	—	—	—
Outros recursos internos.....	—	—	—	—
Recursos externos.....	—	—	—	—
TOTAL.....	2 815	1 100	1 615	100

(*) Inclusive os já realizados.

Cronograma de Aplicações:

(Em NCr\$ mil de 1968)

USOS	TOTAL (*)	1968	1969	1970
Pessoal.....	—	—	—	—
Outros custeios.....	—	—	—	—
Obras.....	—	—	—	—
Equipamentos e instalações (**)..	—	—	—	—
Inversões financeiras.....	—	—	—	—
TOTAL.....	2 815	1 100	1 615	100

Composição segundo a moeda

(Em NCr\$ mil de 1968)

Moeda nacional.....	2 815	1 100	1 615	100
Moeda estrangeira.....	—	—	—	—

(*) Valor global do investimento.

(**) Inclusive material permanente.

PROJETO: SISTEMA DE IRRIGAÇÃO DO RIO FORMOSO

ÓRGÃO: SUVALE — Ministério do Interior

LOCALIZAÇÃO: Vale do Rio Formoso, Germânia, no
Médio São Francisco, Bahia

DESCRIÇÃO, METAS E FASES DE EXECUÇÃO

O projeto de irrigação compreende uma área de 1 000 ha, na região do Rio Formoso. Os trabalhos já se encontram em fase de construção, prevendo-se a conclusão dos mesmos em 1968, compreendendo o revestimento de 4 900 metros de canais principais; e 20 000 metros de canais secundários, iniciando-se a operação no ano seguinte.

Estrutura do investimento

(NCr\$ mil de 1968)			
FONTES E USOS	1968	1969	1970
<i>Irrigação do Rio Formoso</i>			
SUVALE.....	2 100	298	500
TOTAL.....	2 100	298	500

Estrutura do Investimento

Projeto: *IRRIGAÇÃO DO RIO FORMOSO — Bahia.*

Cronograma de Recebimentos:

(Em NCr\$ mil de 1968)

F O N T E S	TOTAL (*)	1968	1969	1970
Orçamentários.....	2 898	2 100	298	500
Extra-orçamentários.....	—	—	—	—
Recursos próprios.....	—	—	—	—
Outros recursos internos.....	—	—	—	—
Recursos externos.....	—	—	—	—
TOTAL.....	2 898	2 100	298	500

(*) Inclusive os já realizados.

Cronograma de Aplicações:

(Em NCr\$ mil de 1968)

U S O S	TOTAL (*)	1968	1969	1970
Pessoal.....	—	—	—	—
Outros custeios.....	—	—	—	—
Obras.....	—	—	—	—
Equipamentos e instalações (**)..	—	—	—	—
Inversões financeiras.....	—	—	—	—
TOTAL.....	2 898	2 100	298	500

Composição segundo a moeda

(Em NCr\$ mil de 1968)

Moeda nacional.....	2 898	2 100	298	500
Moeda estrangeira.....	—	—	—	—

(*) Valor global do investimento.

(**) Inclusive material permanente.

PROJETO: SISTEMA DE IRRIGAÇÃO DO RIO CORRENTE

ÓRGÃO: SUVALE — Ministério do Interior

LOCALIZAÇÃO: Área do Rio Corrente, afluente da margem esquerda do trecho médio do São Francisco, Bahia

DESCRIÇÃO, METAS E FASES DE EXECUÇÃO

O projeto prevê a irrigação de 216 000 ha e um aproveitamento hidrelétrico de aproximadamente 100 MW, através de reservatórios represando os rios Correntino, Arrojado e Formoso.

Está incluída neste projeto, a irrigação de uma área de 5 000 ha, a ser feita por bombeamento, na região de Bom Jesus da Lapa.

Estrutura do investimento

(NCR\$ mil de 1968)

FONTES E USOS	1968	1969	1970
<i>Irrigação do Rio Corrente</i>			
SUVALE.....	3 500	1 275	3 300
TOTAL.....	3 500	1 275	3 300

Estrutura do Investimento

Projeto: *IRRIGAÇÃO DO RIO CORRENTE — Bahia.*

Cronograma de Recebimentos:

(Em NCr\$ mil de 1968)

F O N T E S	TOTAL (*)	1968	1969	1970
Orçamentários.....	8 075	3 500	1 275	3 300
Extra-orçamentários.....	—	—	—	—
Recursos próprios.....	—	—	—	—
Outros recursos internos.....	—	—	—	—
Recursos externos.....	—	—	—	—
TOTAL.....	8 075	3 500	1 275	3 300

(*) Inclusive os já realizados.

Cronograma de Aplicações:

(Em NCr\$ mil de 1968)

U S O S	TOTAL (*)	1968	1969	1970
Pessoal.....	—	—	—	—
Outros custeios.....	—	—	—	—
Obras.....	—	—	—	—
Equipamentos e instalações (**)..	—	—	—	—
Inversões financeiras.....	—	—	—	—
TOTAL.....	8 075	3 500	1 275	3 300

Composição segundo a moeda

(Em NCr\$ mil de 1968)

Moeda nacional.....	8 075	3 500	1 275	3 300
Moeda estrangeira.....	—	—	—	—

(*) Valor global do investimento.

(**) Inclusive material permanente.

PROJETO: SISTEMA DE IRRIGAÇÃO DE BARREIRAS

ÓRGÃO: SUVALE — Ministério do Interior

LOCALIZAÇÃO: Região de Barreiras, à margem esquerda do rio São Francisco, no trecho médio da bacia, Bahia.

DESCRIÇÃO, METAS E FASES DE EXECUÇÃO

O projeto possibilitará a irrigação de 87 000 ha, proporcionando também a obtenção de um potencial hidrelétrico da ordem de 105 MW, através das barragens a serem implantadas em Palmeirinhas, Nova Vida, Redenção e Rio dos Gêmeos. A barragem no leito do rio São Desidério, já construída, suplementará a capacidade da barragem de Palmeirinhas.

Como etapa inicial, será implantado o projeto-piloto de irrigação de São Desidério, com área de 2 000 ha.

Estrutura do investimento

(NCr\$ mil de 1968)

FONTES E USOS	1968	1969	1970
<i>Irrigação de Barreiras</i>			
SUVALE.....	890	3 145	3 717
TOTAL.....	890	3 145	3 717

Estrutura do Investimento

Projeção: *IRRIGAÇÃO DE BARREIRAS — Bahia.*

Cronograma de Recebimentos:

(Em NCr\$ mil de 1968)

F O N T E S	TOTAL (*)	1968	1969	1970
Orçamentários.....	7 752	890	3 145	3 717
Extra-orçamentários.....	—	—	—	—
Recursos próprios.....	—	—	—	—
Outros recursos internos.....	—	—	—	—
Recursos externos.....	—	—	—	—
TOTAL.....	7 752	890	3 145	3 717

(*) Inclusive os já realizados.

Cronograma de Aplicações:

(Em NCr\$ mil de 1968)

U S O S	TOTAL (*)	1968	1969	1970
Pessoal.....	—	—	—	—
Outros custeios.....	—	—	—	—
Obras.....	—	—	—	—
Equipamentos e instalações (**)..	—	—	—	—
Inversões financeiras.....	—	—	—	—
TOTAL.....	7 752	890	3 145	3 717

Composição segundo a moeda

(Em NCr\$ mil de 1968)

Moeda nacional.....	7 752	890	3 145	3 717
Moeda estrangeira.....	—	—	—	—

(*) Valor global do investimento.

(**) Inclusive material permanente

PROJETO: SISTEMA DE IRRIGAÇÃO NO RIO SAPUCAÍ

ÓRGÃO: DNOS — Ministério do Interior

LOCALIZAÇÃO: Minas Gerais — abrange 25 municípios mineiros — área limítrofe com o Estado de São Paulo

DESCRIÇÃO, METAS E FASES DE EXECUÇÃO

O aproveitamento hidro-agrícola do rio Sapucaí está condicionado à execução de obras de defesa contra inundações, de drenagem e irrigação. Está prevista a construção de diques, numa extensão de 20 km; de casas de bombas; a abertura de canais para drenagem e irrigação abrangendo 560 hectares.

Foi efetuado estudo da rentabilidade das atuais atividades desenvolvidas na bacia; estabeleceu-se a unidade econômica agrária e estimou-se a rentabilidade das explorações das áreas a serem trabalhadas.

Estrutura do investimento

(NCr\$ mil de 1968)

FONTES E USOS	1968	1969	1970
<i>Irrigação no rio Sapucaí</i>			
Recursos orçamentários			
DNOS.....	620	978	3 200
TOTAL.....	620	978	3 200

Estrutura do Investimento

Projeto: *SISTEMA DE IRRIGAÇÃO NO RIO SAPUCAÍ — Minas Gerais.*

Cronograma de Recebimentos:

(Em NCr\$ mil de 1968)

FONTES	TOTAL (*)	1968	1969	1970
Orçamentários.....	23 178	620	978	3 200
Extra-orçamentários.....	—	—	—	—
Recursos próprios.....	—	—	—	—
Outros recursos internos.....	—	—	—	—
Recursos externos.....	—	—	—	—
TOTAL.....	23 178	620	978	3 200

(*) Inclusive os já realizados

Cronograma de Aplicações:

(Em NCr\$ mil de 1968)

USOS	TOTAL (*)	1968	1969	1970
Pessoal.....	—	—	—	—
Outros custeios.....	—	—	—	—
Obras.....	—	—	—	—
Equipamentos e instalações (**)..	—	—	—	—
Inversões financeiras.....	—	—	—	—
TOTAL.....	23 178	620	978	3 200

Composição segundo a moeda

(Em NCr\$ mil de 1968)

Moeda nacional.....	23 178	620	978	3 200
Moeda estrangeira.....	—	—	—	—

(*) Valor global do investimento

(**) Inclusive material permanente.

PROJETO: BARRAGEM DE TAIPU — SISTEMA DE IRRIGAÇÃO DAS VÁRZEAS DO RIO CEARÁ-MIRIM

ÓRGÃO: DNOS — Ministério do Interior

LOCALIZAÇÃO: Rio Grande do Norte — Municípios de Poço Branco, Taipu, Ceará-Mirim

DESCRIÇÃO, METAS E FASES DE EXECUÇÃO

Conclusão da barragem de Taipu e da implantação da irrigação numa 1.^a etapa de 3 mil hectares; a barragem do Taipu, com uma capacidade de acumulação de 135 milhões de metros cúbicos de água, permitirá a proteção das várzeas do Ceará-Mirim contra as inundações e irrigará cerca de 6 mil hectares.

Estrutura do investimento

(NCr\$ mil de 1968)

FONTES E USOS	1968	1969	1970
<i>Barragem do Taipu</i>			
Recursos orçamentários			
DNOS.....	3 500	2 053	2 000
TOTAL.....	3 500	2 053	2 000

Estrutura do Investimento

Projeto: *BARRAGEM DE TAIPU — SISTEMA DE IRRIGAÇÃO DAS VÁRZEAS DO RIO CEARÁ-MIRIM — R. G. do Norte.*

Cronograma de Recebimentos:

(Em NCr\$ mil de 1968)

FONTES	TOTAL (*)	1968	1969	1970
Orçamentários.....	11 753	3 500	2 053	2 000
Extra-orçamentários.....	—	—	—	—
Recursos próprios.....	—	—	—	—
Outros recursos internos.....	—	—	—	—
Recursos externos.....	—	—	—	—
TOTAL.....	11 753	3 500	2 053	2 000

(*) Inclusive os já realizados.

Cronograma de Aplicações:

(Em NCr\$ mil de 1968)

USOS	TOTAL (*)	1968	1969	1970
Pessoal.....	—	—	—	—
Outros custeios.....	—	—	—	—
Obras.....	—	—	—	—
Equipamentos e instalações (**).	—	—	—	—
Inversões financeiras.....	—	—	—	—
TOTAL.....	11 753	3 500	2 053	2 000

Composição segundo a moeda

(Em NCr\$ mil de 1968)

Moeda nacional.....	11 753	3 500	2 053	2 000
Moeda estrangeira.....	—	—	—	—

(*) Valor global do investimento.

(**) Inclusive material permanente.

PROJETO: REGULARIZAÇÃO DO RIO ITAJAÍ-AÇU

ÓRGÃO: DNOS — Ministério do Interior

LOCALIZAÇÃO: Santa Catarina: municípios de Blumenau, Brusque, Gaspar, Ibirama, Ilhota, Indaial, Itajaí, Ituporanga, Luiz Alves, Penha, Pomerode, Pouso Redondo, Presidente Getúlio, Rio D'Oeste, Rio do Sul, Rodeio, Taió, Timbó, Trombudo Central e Vidal Ramos.

DESCRIÇÃO, METAS E FASES DE EXECUÇÃO

Projeto global para regularização do rio Itajaí com a construção de 6 barragens nesse rio e em seus tributários; abertura de canais para drenagem e irrigação; na atual etapa, o DNOS vem construindo as barragens oeste e sul, ambas em concreto, com 85 mil e 83 mil m³, respectivamente. A capacidade total de acumulação é de 230 milhões de m³. O sistema de irrigação decorrerá da regularização do rio.

Estrutura do investimento

(NCr\$ mil de 1968)

FONTES E USOS	1968	1969	1970
<i>Obras de barragem e irrigação</i>			
Recursos orçamentários			
DNOS.....	3 100	4 105	5 000
TOTAL.....	3 100	4 105	5 000

Estrutura do Investimento

Projeto: *REGULARIZAÇÃO DO ITAJAI-AÇU — Santa Catarina.*

Cronograma de Recebimentos:

(Em NCr\$ mil de 1968)

F O N T E S	TOTAL (*)	1968	1969	1970
Orçamentários.....	19 305	3 100	4 105	5 000
Extra-orçamentários.....	—	—	—	—
Recursos próprios.....	—	—	—	—
Outros recursos internos.....	—	—	—	—
Recursos externos.....	—	—	—	—
TOTAL.....	19 305	3 100	4 105	5 000

(*) Inclusive os já realizados.

Cronograma de Aplicações:

(Em NCr\$ mil de 1968)

U S O S	TOTAL (*)	1968	1969	1970
Pessoal.....	—	—	—	—
Outros custeios.....	—	—	—	—
Obras.....	—	—	—	—
Equipamentos e instalações (**)..	—	—	—	—
Inversões financeiras.....	—	—	—	—
TOTAL.....	19 305	3 100	4 105	5 000

Composição segundo a moeda

(Em NCr\$ mil de 1968)

Moeda nacional.....	19 305	3 100	4 105	5 000
Moeda estrangeira.....	—	—	—	—

(*) Valor global do investimento.

(**) Inclusive material permanente.

**PROJETO: APROVEITAMENTO HIDRO-AGRÍCOLA DA
BACIA DO ARROIO DURO**

ÓRGÃO: DNOS — Ministério do Interior

LOCALIZAÇÃO: Rio Grande do Sul — Litoral Sul da
bacia do Arroio Duro, Município de
Camaquã.

DESCRIÇÃO, METAS E FASES DE EXECUÇÃO

O atual estágio de implantação da rede de irrigação e drenagem é a seguinte:

rêdes primárias — 105 km de extensão cada uma, já executadas.

barragem de Camaquã — construída.

rêdes secundárias — 185 km de extensão cada uma. É a meta da presente etapa.

rêdes terciárias — 3 220 km de rêdes terciárias. Constituem metas do projeto na 3.^a etapa.

Estrutura do investimento

(NCr\$ mil de 1968)

FONTES E USOS	1968	1969	1970
<i>Obras de barragem e irrigação</i>			
Recursos orçamentários			
DNOS.....	600	—	350
SUDESUL.....	—	693	1 500
TOTAL.....	600	693	1 850

Estrutura do Investimento

Projeto: *APROVEITAMENTO HIDRO-AGRÍCOLA DA BACIA DO ARROIO DURO — R. G. do Sul.*

Cronograma de Recebimentos:

(Em NCr\$ mil de 1968)

FONTES	TOTAL (*)	1968	1969	1970
Orçamentários.....	15 393	600	693	1 850
Extra-orçamentários.....	—	—	—	—
Recursos próprios.....	—	—	—	—
Outros recursos internos.....	—	—	—	—
Recursos externos.....	—	—	—	—
TOTAL.....	15 393	600	693	1 850

(*) Inclusive os já realizados.

Cronograma de Aplicações:

(Em NCr\$ mil de 1968)

USOS	TOTAL (*)	1968	1969	1970
Pessoal.....	—	—	—	—
Outros custeios.....	—	—	—	—
Obras.....	—	—	—	—
Equipamentos e instalações (**)..	—	—	—	—
Inversões financeiras.....	—	—	—	—
TOTAL.....	15 393	600	693	1 850

Composição segundo a moeda

(Em NCr\$ mil de 1968)

Moeda nacional.....	15 393	600	693	1 850
Moeda estrangeira.....	—	—	—	—

(*) Valor global do investimento.

(**) Inclusive material permanente.

IV.8 — Programa de Eletrificação Rural

Diretrizes gerais

O triênio 1968/1970 deverá testemunhar, também, o primeiro grande esforço no sentido de se definir uma política sistemática de eletrificação rural no País.

De acôrdo com o levantamento censitário efetuado em 1960, o número de domicílios localizados na zona rural que dispunham de energia elétrica alcançava 529 441, em um total de 6 924 688, ou seja 7,6%; nas zonas urbanas, em um total de 6,6 milhões de domicílios, 4,7 milhões ou 71,2% eram providos de energia elétrica.

Os números referentes à zona rural dão idéia do vulto dos investimentos que devem ser realizados a fim de alcançar maior difusão da eletricidade nas propriedades agrícolas, atendendo a razões econômicas e sociais.

As maiores dificuldades para a extensão do programa de eletrificação resultam da rarefação da população na zona rural, o que encarece, sobremodo, o fornecimento de energia. No Brasil, as áreas consideradas mais aptas à implantação de sistemas elétricos no campo apresentam a média de 1 consumidor por quilômetro de linha e densidade de carga de 8 a 10 KVA/km enquanto que, nas zonas urbanas, a média é de 60 consumidores por quilômetro e a densidade de carga de 50 KVA/km.

Estima-se o custo por quilômetro de linha de transmissão no meio rural entre NCr\$ 4 000 e NCr\$ 5 000 (preços de 1968).

O conceito do Ministério das Minas e Energia sôbre a eletrificação rural baseou-se na definição da área rural, ou seja, da situação fora do perímetro urbano e suburbano das sedes municipais e dos aglomerados populacionais de mais de 2 000 habitantes, cuja população se dedica à exploração agropecuária.

A fim de atender às atividades de beneficiamento e transformação de produtos agrícolas, foram admitidas outras atividades, desde que sua carga ligada não ultrapassasse 45 KVA.

Até o advento da Lei n.º 4 504, de 30 de novembro de 1964 — Estatuto da Terra — não existia órgão federal destinado a promover e executar a política de eletrificação rural em caráter sistemático. De há muito preconizava-se a criação de um órgão especial, com personalidade jurídica e autonomia financeira, para desenvolvimento do programa de eletrificação rural, adotando-se basicamente o sistema cooperativista como a forma mais eficaz de execução do programa.

Ao INDA — Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário, entidade autárquica vinculada ao Ministério da Agricultura, foram atribuídas, entre outras funções, a de planejar, programar e promover as medidas visando à implantação e ao desenvolvimento da eletrificação rural.

A execução do programa é, contudo, lenta e dispendiosa. O alto custo dos investimentos, decorrente da dispersão das propriedades rurais e da baixa densidade econômica do consumo, elevam a despesa operacional e determinam baixa rentabilidade financeira.

A orientação básica se traduz nos seguintes pontos principais:

a) seleção de áreas agrícolas mais adequadas para a eletrificação, em função do seu grau de adiantamento, da densidade econômica e demográfica e da estrutura da propriedade;

b) incremento do sistema cooperativo para a eletrificação rural;

c) financiamento a longo prazo, a juros baixos, para construção de sistemas de distribuição de eletrificação no meio rural;

d) estabelecimento de padrões nacionais mais baratos para instalação de serviços e adoção de sistemas mistos trifásicos e monofásicos.

No tocante a recursos financeiros, a Lei n.º 4 676 estabeleceu que 5% do Fundo Federal de Eletrificação deveriam ser aplicados em eletrificação rural, o que significa o montante de NCr\$ 4 950 mil em 1967.

A primeira etapa do programa do INDA, desenvolvida no biênio 1965/66, abrangeu cerca de 362 propriedades no Estado de Minas Gerais e um núcleo colonial em Pernambuco. Na etapa ora em execução vêm sendo atendidos oito Estados: Ceará, Paraíba, Mato Grosso, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Alagoas, Bahia e Paraná, devendo ser abrangidas 780 propriedades, num total de 1 323 km de linhas de extensão. Para 1968 é prevista a construção de 5 186 km de linhas de extensão, compreendendo propriedades nos Estados do Pará, Maranhão, Rio Grande do Norte, Paraíba, Ceará, Bahia, Alagoas, Minas Gerais, Goiás, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Mato Grosso e Pernambuco.

O programa de eletrificação rural não poderá, no entanto, ser intensificado exclusivamente com recursos orçamentários, ou próprios, do INDA. Deverá ser promovido estudo a curto prazo, através de grupo de trabalho, para efeito de articulação entre o Ministério das Minas e Energia e o da Agricultura e, especificamente, entre o INDA e a ELETROBRÁS, de modo a executar programação conjunta e se obter melhor aproveitamento dos recursos orçamentários, dos resultantes do percentual de 5% do Fundo de Eletrificação Rural e de outras fontes, inclusive externas.

Por outro lado, em face da possibilidade de obtenção de financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento, da ordem de US\$ 20 milhões, para aplicação específica em programas de eletrificação rural, vem sendo elaborado projeto prevendo a eletrificação de 27 mil propriedades no triênio 1968/70, abrangendo 17 Estados da Federação.

O financiamento do BID apresenta as seguintes características: a) período de amortização: 25 anos a contar da data da assinatura do contrato; b) período de carência: 3,5 anos a contar da assinatura do contrato; c) taxa de juros: 3,25% ao ano.

Em princípio seriam atendidas as seguintes regiões: Nordeste, compreendendo os Estados do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia; Minas Gerais, a cargo da ERMIG; Rio de Janeiro, a cargo

das Centrais Elétricas Fluminenses; São Paulo, a cargo do Serviço Especial de Eletrificação Rural; Paraná, a cargo da Cia. Paranaense de Energia Elétrica; Santa Catarina, a cargo da Companhia Estadual de Eletricidade; Rio Grande do Sul, a cargo da CEEE; Goiás, através das Centrais Elétricas de Goiás; Espírito Santo e Mato Grosso.

PROJETOS PRIORITÁRIOS DE ELETRIFICAÇÃO RURAL

PROJETO: ELETRIFICAÇÃO RURAL

ÓRGÃO: Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário — INDA — Ministério da Agricultura

LOCALIZAÇÃO: Pará, Maranhão, Rio Grande do Norte, Paraíba, Piauí, Ceará, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Mato Grosso e Goiás.

DESCRIÇÃO

O projeto de eletrificação rural em 1968 deverá alcançar a meta de 5 186 km de linhas de transmissão e será executado pelas empresas de energia elétrica e cooperativas existentes nos Estados enumerados, mediante convênio. O INDA financiará 80%, ficando 20% a cargo das cooperativas. O projeto abrange ainda, fase a ser negociada com o BID, visando à sua ampliação, devendo ser apresentado a essa Agência de Financiamento em 1968. A contrapartida interna está indicada na estrutura de investimento. Visa à eletrificação de 27 mil propriedades e 27 mil km de linhas, ao custo estimado de NCr\$ 128 milhões de 1968.

Estrutura do Investimento

Projeto: *ELETRIFICAÇÃO RURAL — Pará, Maranhão, Paraíba, Piauí, Ceará, R. G. Norte, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Mato Grosso e Goiás.*

Cronograma de Recebimentos: (Em NCr\$ mil de 1968)

FONTES	TOTAL (*)	1968	1969	1970
Orçamentários.....	21 000	6 000	293	8 000
Extra-orçamentários.....	—	—	—	—
Recursos próprios.....	36 000	12 000	12 000	12 000
Outros recursos internos (**).	21 600	7 200	7 200	7 200
Recursos externos (**).	64 000	—	32 000	32 000
TOTAL.....	142 600	25 200	51 493	59 200

(*) Inclusive os já realizados.

(**) (Recursos internos: participação das cooperativas) (Recursos externos: BID).

Cronograma de Aplicações: (Em NCr\$ mil de 1968)

USOS	TOTAL (*)	1968	1969	1970
Pessoal.....	—	—	—	—
Outros custeios.....	—	—	—	—
Obras.....	—	—	—	—
Equipamentos e instalações (**).	—	—	—	—
Inversões financeiras.....	—	—	—	—
TOTAL.....	142 600	25 200	51 493	59 200

Composição segundo a moeda (Em NCr\$ mil de 1968) (Em US\$ mil)

Moeda nacional.....	78 600	25 200	26 200	27 200
Moeda estrangeira.....	US\$ 20 000	—	10 000	10 000

(*) Valor global do investimento.

(**) Inclusive material permanente.

IV.9 — Desenvolvimento da Extensão Rural

A extensão rural constitui um dos principais instrumentos de elevação dos níveis de produtividade no setor agropecuário. É o meio utilizado para levar aos agricultores as técnicas modernas, as mais recentes descobertas da pesquisa; difundir as mais adequadas práticas agrícolas e ensinamentos sobre sistemas de armazenamento e aspectos da comercialização.

As tarefas a cargo da extensão rural são, assim, múltiplas e variadas, não se limitando aos aspectos relacionados com a produção e produtividade agrícolas. Estendem-se aos aspectos referentes à saúde, educação, alimentação, vida familiar e comunitária e mobilização da juventude rural.

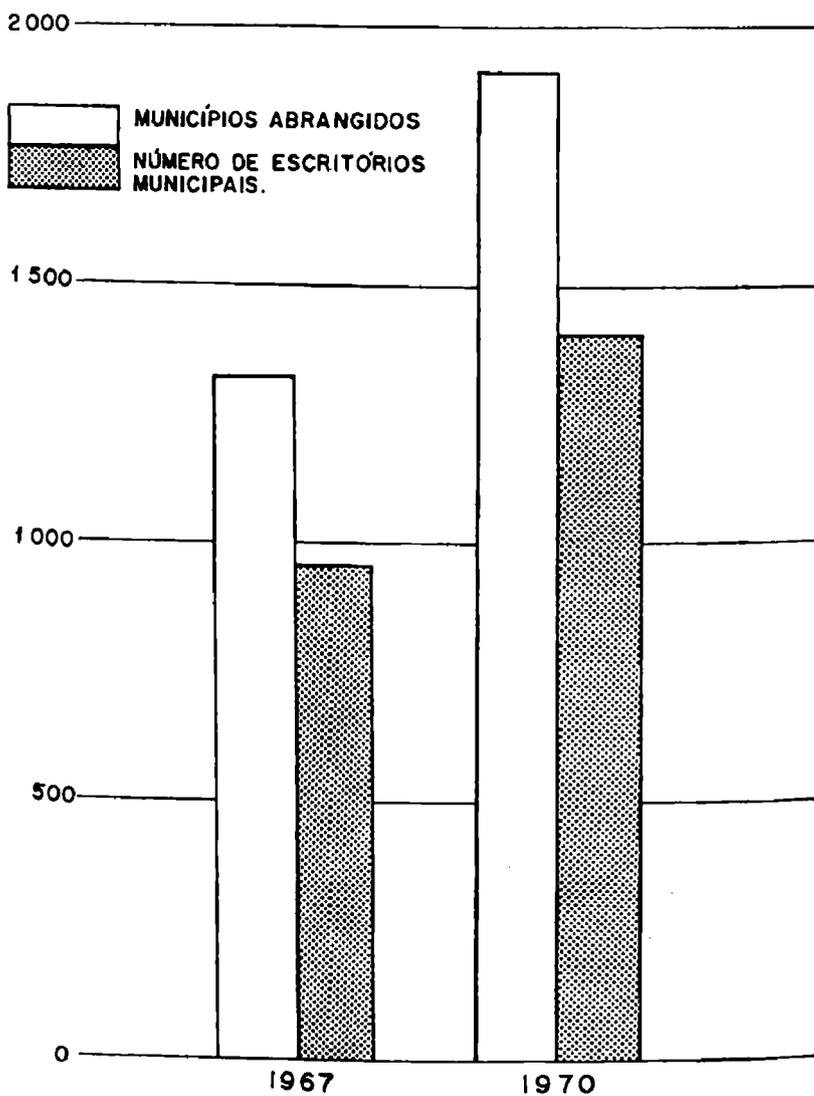
O sistema de extensão rural deve trabalhar em estreito contato com a rede de pesquisa agrícola federal e com os órgãos de fomento nos Estados; deve participar dos programas de crédito vinculados à assistência técnica, a fim de assegurar a difusão, em maior escala, de conhecimentos tecnológicos e a disseminação do crédito associado à utilização de práticas modernas.

O trabalho de extensão rural integra-se, assim, no conjunto de ações que visam ao aumento da produção e da produtividade agrícolas e aos programas de elevação dos níveis de educação e saúde no meio rural.

As atividades de extensão rural são coordenadas, em todo o País, pelo Ministério da Agricultura, através do Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário — INDA, e executadas pela Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural — ABCAR e associações estaduais a ela filiadas, órgãos de colaboração com o Governo Federal (Decreto n.º 58 382, de 10 de maio de 1966). Cobrem 20 Unidades da Federação, com 139 escritórios regionais e 951 escritórios locais, abrangendo 1 281 municípios e mobilizando 2 180 técnicos no campo (Gráfico n.º 6 e Mapa n.º 8).

PROGRAMA ESTRATÉGICO
AGRICULTURA

METAS PARA A EXTENSÃO RURAL



MAPA 8
MUNICÍPIOS ATINGIDOS
PELA ABCAR.



CADA PONTO REPRESENTA
1 MUNICÍPIO

Os trabalhos de extensão rural se encontram nas culturas prioritárias e nas criações que interessam ao conjunto do País e aos Estados, em face da contribuição local à manutenção do Sistema de Extensão Rural.

O "Programa Estratégico" do Governo inclui a mobilização do sistema de extensão rural nos planos prioritários de âmbito nacional que visam à elevação dos níveis de produtividade das culturas básicas e melhoria dos de produtividade da pecuária de corte e leiteira. Prevê, ainda, a utilização do sistema na identificação dos principais problemas relacionados com a comercialização, com o objetivo básico de elevar e estabilizar os níveis de renda agrícola, fator essencial à transformação tecnológica.

Será, ainda, mobilizada a extensão rural nos programas de reforma agrária, nos projetos integrados de colonização e irrigação e nas ações que visam à melhoria dos níveis de educação, saúde, alimentação e habitação das famílias rurais.

É importante, todavia, salientar que a ação da extensão rural não se limitará ao trabalho com pequenos produtores, desde que se integra nos programas de aumento da produção e produtividade que deverão mobilizar propriedades médias e grandes, também carentes de assistência técnica.

A assistência aos pequenos produtores será desenvolvida com sentido econômico e social. Ampliando sua ação nos médios e grandes estabelecimentos agrícolas, em programas de assistência técnica com associação de linhas especiais de crédito, obter-se-á resposta mais rápida à meta fundamental de transformação tecnológica e modernização da agricultura.

O Sistema, durante o triênio 1968/70, deverá orientar-se de acôrdo com as seguintes linhas básicas de ação:

a) integração com os órgãos federais e estaduais, participando dos projetos de desenvolvimento econômico e social do setor agrícola;

b) conjugação de esforços com o IBRA, nas áreas prioritárias de reforma agrária;

c) estreita articulação com os órgãos de pesquisa e experimentação agrícolas, visando à máxima difusão de práticas modernas;

d) prosseguimento do esforço tendente à elevação dos níveis de produtividade e à melhoria da comercialização;

e) prosseguimento das atividades visando à melhoria das condições de saúde e alimentação das populações rurais, em articulação com órgãos governamentais e a iniciativa privada;

f) incentivo à criação de indústrias rurais, para melhor aproveitamento da mão-de-obra rural.

As culturas e criações prioritárias a serem trabalhadas pelo Sistema de Extensão Rural, no triênio 1968/70, são apresentadas, a seguir, segundo as regiões geoeconômicas. Tais culturas e criações fazem parte do programa de pesquisa e de crédito e são objeto de especial atenção do Governo, com vista ao atendimento do mercado interno e ao incremento das exportações.

Região Norte (Âmbito de atuação do Sistema: Amazonas e Pará).

Culturas prioritárias: Arroz, principalmente no Pará onde contribui com 12,9% do valor da produção agrícola (1963/65). O nível de rendimento por hectare, 867 kg, é um dos mais reduzidos do País. Procurar-se-á alcançar um aumento para 1 200 kg/ha. *Milho*, principalmente no Pará. O rendimento por hectare deverá elevar-se de 700 para 1 200 kg/ha.

Juta — O Amazonas é o maior produtor dessa fibra no Brasil; em 1963, participou com 40% do valor total de exportações do

Estado. A produção de juta, em 1965, alcançou 35 mil toneladas, resultado do trabalho de 3 745 unidades agrícolas, das quais 90% estavam concentradas em sete municípios do Estado, sendo que quatro destes serão trabalhados pela extensão rural, em 1968. No Pará a juta representa 8,4% do valor da produção agrícola do Estado, devendo ser efetuado intenso trabalho de aumento da produtividade.

Outras culturas prioritárias e criações na região Norte com as quais trabalhará a extensão rural. Pimenta-do-reino; oleaginosas; feijão; mandioca.

Criações — Bovinos de leite e bovinos de corte

Região Nordeste (Âmbito de atuação do Sistema: toda a região).

Culturas prioritárias: Algodão — O Sistema de Extensão Rural trabalhará no sentido de elevar a produtividade do algodão nos seguintes Estados: Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas. No Maranhão e Piauí a semente é, de um modo geral, de má qualidade; o plantio é feito em conjunto com outras culturas; plantio e colheita são manuais. Objetiva-se aumentar a produtividade e obter produto de melhor qualidade, através da introdução de sementes melhoradas, combate a pragas e colheita racional.

O Ceará é o primeiro produtor de algodão do Nordeste, compreendendo sua produção 35 a 40% do total da região e 12% da produção algodoeira do País. Cerca de 95% se originam de plantações de algodão mocó, de fibra longa, de grande aceitação no mercado mundial, oscilando o rendimento médio entre 150 e 220 kg de algodão em caroço, por hectare, um dos mais baixos entre os Estados algodoeiros.

O objetivo fundamental dos trabalhos de extensão rural, quanto ao algodão no Ceará, relaciona-se com a escolha de

solo adequado, uso de sementes selecionados, combate a pragas e métodos adequados de colheita. No Rio Grande do Norte e na Paraíba, cuja produção algodoeira apresenta, também, grande participação na economia estadual, predominando, igualmente, o algodão de fibra longa, a orientação do trabalho extensionista será semelhante à apresentada para o Ceará.

A extensão rural executará, também, trabalhos com os produtores, visando a elevar os níveis de produtividade de algodão nos Estados de Pernambuco e Alagoas.

Arroz — Constituirá um dos principais objetivos da extensão rural no Maranhão, onde o arroz é a cultura básica, empregando cêrca de 80% da mão-de-obra rural do Estado. Em 1965 a área cultivada alcançou 444 mil hectares com uma produção de 615 mil toneladas, resultando um rendimento médio de 1 400 kg por hectare, inferior à média nacional. O Maranhão é um dos seis grandes produtores de arroz do País e encarregado do abastecimento desse cereal no Nordeste. É essencial melhorar a qualidade do produto e elevar o nível do rendimento, no triênio até 1 800 kg por hectare.

A extensão rural ocupar-se-á, também do arroz nos Estados do Piauí e Rio Grande do Norte.

Milho — Cultura disseminada no Nordeste, será objeto da atenção da extensão rural nos sete Estados da região. Um dos objetivos fundamentais é a maior difusão dos milhos híbridos e sintéticos.

Outras culturas alimentares de interesse para a região serão trabalhadas pela extensão rural: mandioca, feijão, batata-inglesa (na Paraíba) e produtos hortícolas nas áreas próximas às capitais.

No tocante à pecuária, a extensão rural dedicará especial atenção ao melhoramento zootécnico de rebanhos bovinos de corte e leiteiro e à suinocultura.

Região Leste (Âmbito de atuação do Sistema: Sergipe, Bahia, Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro).

Culturas prioritárias da região: Algodão — Sergipe, Minas Gerais. *Arroz* — Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro. Especial atenção deverá ser concedida à introdução de sementes melhoradas, elevando o rendimento cultural em Minas Gerais e no norte do Estado do Rio onde, em conjunto com o Instituto de Pesquisas do Centro-Sul, deverão ser introduzidas variedades mais produtivas.

Milho — Sergipe, Bahia, Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro;

Feijão — Sergipe, Bahia, Minas Gerais, Rio de Janeiro. Deverão ser, ainda, objeto de atenção da extensão rural a batata-inglesa, a cana-de-açúcar, a fruticultura, especialmente os citros, o abacaxi e a banana, e outros produtos básicos da região.

No tocante à produção animal, a extensão rural deverá atuar nas criações prioritárias de bovinos de leite, em conjunto com as ações do PLAMAM e de outras entidades; de bovinos de corte, especialmente em Minas Gerais e Bahia. Dedicará, ainda, especial atenção à avicultura e suinocultura.

Região Centro-Oeste (Âmbito de atuação do Sistema: Estados de Goiás, Mato Grosso e Distrito Federal).

Culturas prioritárias: Algodão — Goiás e Mato Grosso; *Arroz* — Goiás, Mato Grosso e Distrito Federal. Especial atenção deverão merecer os trabalhos referentes ao arroz em Goiás, um dos principais produtores do País e abastecedor de grandes centros urbanos: alcançou, em 1965, 1,47 milhões de tonela-

das com um rendimento médio de 1,7 t por hectare. Em decorrência da política a ser adotada para o arroz no “Programa Estratégico”, de maior exportação do produto, principalmente, no Rio Grande do Sul, os Estados centrais deverão ser os principais responsáveis pelo abastecimento interno. Os programas de pesquisa e extensão rural deverão atuar no sentido de adoção de práticas modernas de cultivo, mecanização, sementes selecionadas, adubação e irrigação, a fim de reduzir a dependência de fatores climáticos.

Milho e Feijão — Goiás, Mato Grosso e Distrito Federal.

No tocante à criação, a atuação do Sistema de Extensão Rural se concentrará na bovinocultura de corte, em Goiás e Mato Grosso, e na bovinocultura de leite na região do Distrito Federal, para o abastecimento de Brasília. Serão atendidas igualmente a suinocultura e avicultura.

Região Sul (Âmbito de atuação do Sistema: Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul).

Culturas prioritárias: Arroz — Santa Catarina, Rio Grande do Sul.

O projeto, no tocante a Santa Catarina, visa a melhorar a comercialização e os níveis de produtividade. Os produtores de arroz vêm sendo organizados em cooperativas, devendo ser aumentada a produção por área de cerca de 50% na zona de Laguna e de 30% na zona do Vale de Itajaí. No Rio Grande do Sul, Estado que apresenta o maior nível de rendimento cultural de arroz, cerca de 2 700 kg por hectare, a extensão rural atuará no sentido de aperfeiçoar as práticas agrícolas, tais como o preparo do solo, irrigação, uso de sementes melhoradas, emprego da mecanização, contribuindo para alcançar no mínimo 3 t por hectare de rendimento cultural, a fim

de assegurar a participação de uma quota permanente e crescente de arroz no mercado internacional.

A extensão rural trabalhará, ainda, na região com as seguintes culturas: *Milho* — Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul; *Videira* — especialmente no Rio Grande do Sul onde a extensão rural participará da ação conjunta que visa a eliminar castas americanas e híbridas que originam vinhos de qualidade inferior; *Soja* — Rio Grande do Sul e Paraná. Constitui essa oleaginosa uma das principais culturas de exportação, com amplas possibilidades de maior participação no mercado externo; *Feijão* — Atuará no desenvolvimento dessa cultura principalmente o Serviço de Extensão do Paraná, maior produtor do País, apresentando, porém, baixos níveis de produtividade; *Batata-inglês*a — Estados de Santa Catarina e Paraná.

No tocante à pecuária, a extensão rural participará da ação conjunta que visa à expansão da pecuária de corte e leiteira na região Sul, dos trabalhos referentes à suinocultura, tipo carne, e de avicultura.

PROJETO PRIORITÁRIO DE EXTENSÃO RURAL

PROJETO: EXPANSÃO DO SISTEMA

ÓRGÃO: Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural — ABCAR.

LOCALIZAÇÃO: Todo o País.

DESCRIÇÃO, METAS E FASES DE EXECUÇÃO

Prevê-se a ampliação do Sistema de Extensão Rural no período 1968/70, a fim de alcançar maior número de muni-

cípios e de estabelecimentos agrícolas. Em 1967 o número de escritórios municipais era de 951, devendo chegar a 1 410, em 1970, num total de 1 903 municípios.

Metas

ANOS	Associações Estaduais	NÚMERO DE ESCRITÓRIOS NO FINAL DO ANO			Municípios abrangidos
		Centrais	Regionais	Municipais	
1968.....	21	21	170	1 180	1 593
1969.....	22	22	200	1 255	1 694
1970.....	23	23	230	1 410	1 903

Prevê-se a elevação do número de técnicos, no campo, de 2 180, em 1967, para 3 280, em 1970, devendo os estabelecimentos que recebem orientação técnica diretamente aumentar de 295 mil, em 1968, para 500 mil, em 1970.

Estrutura do Investimento

FONTES E USOS	NCrS mil de 1968		
	1968	1969	1970
Extensão rural, através do sistema ABCAR em todo o país.....	20 000	22 950	30 000
Assistência técnica à agricultura na região Norte — SUDAM — ABCAR.....	900	293	1 500
Extensão rural na fronteira Sudoeste.....	900	153	1 500
TOTAL.....	21 800	23 396	33 000

Estrutura do Investimento

Projeto: **EXPANSÃO DO SISTEMA DE EXTENSÃO RURAL**
Todo o País

Cronograma de Recebimentos: (Em NCr\$ mil de 1968)

FONTES	TOTAL (*)	1968	1969	1970
Orçamentários.....	78 196	21 800	23 396	33 000
Extra-orçamentários.....	—	—	—	—
Recursos próprios.....	—	—	—	—
Outros recursos internos.....	—	—	—	—
Recursos externos.....	—	—	—	—
TOTAL.....	78 196	21 800	23 396	33 000

(*) Inclusive os já realizados.

Cronograma de Aplicações: (Em NCr\$ mil de 1968)

USOS	TOTAL (*)	1968	1969	1970
Pessoal.....	—	—	—	—
Outros custeios.....	—	—	—	—
Obras.....	—	—	—	—
Equipamentos e instalações (**)..	—	—	—	—
Inversões financeiras.....	—	—	—	—
TOTAL.....	78 196	21 800	23 396	33 000

Composição segundo a moeda

(Em NCr\$ mil de 1968)

Moeda nacional.....	78 196	21 800	23 396	33 000
Moeda estrangeira.....	—	—	—	—

(*) Valor global do investimento.

(**) Inclusive material permanente.

IV.10 — Política Florestal

IV.10.1 — Antecedentes

A devastação sistemática e progressiva das matas brasileiras, ao longo dos anos, vinha assumindo proporções tão vastas que constituía grave perda ao valioso patrimônio vegetal brasileiro com reflexos negativos econômicos e sociais.

É natural que o abate das florestas tenha-se verificado em ritmo crescente, em proporção à ampliação das atividades industriais — dada a variedade de manufaturas que têm a madeira como matéria-prima — e ao desenvolvimento da construção civil.

Acresce a circunstância de que elevada parcela de energia consumida se origina, ainda, da lenha e do carvão vegetal. Calcula-se que cerca de 100 milhões de m³ de madeira sejam utilizados para fins menos nobres, qual seja a produção de combustível ou abertura de clareiras que abriguem a agricultura nômade e empírica ou pastagens não circunscritas.

Embora o país ainda apresente alta proporção de cobertura vegetal, 41% do território nacional, 31% se encontram na região Norte (3,5 milhões de km²) enquanto que para as demais áreas do país (5 milhões de km²) restam apenas 10% das florestas. Calcula-se um abate anual numa superfície correspondente a 30 mil km², o que representa um corte de cerca de 300 milhões de árvores sem reposição adequada. Vale, ainda, mencionar que o consumo aparente de papel foi, em 1965, de 691 mil toneladas e o aumento anual é de cerca de 60 mil toneladas, correspondendo a um gasto anual de mais de 1,5 milhão de m³ de madeiras. No que concerne à madeira cerrada, por ano, para diferentes fins: construção, móveis, embalagem, dormentes, etc., a quantidade é superior a 15 milhões de m³, correspondendo a um consumo de 100 m³ por habitante.

O Brasil é, em seguida à União Soviética, o país que apresenta maiores reservas florestais. Dos 200 milhões de m³ reti-

rados anualmente de nossas florestas, 83% destinam-se a emprego menos nobre como carvão e lenha. Isso significa que a devastação de nossas florestas representa condição imprescindível de sobrevivência para o povo brasileiro da mesma maneira que o reflorestamento, em proporções correspondentes, é atividade vital. Estudos recentes realizados pela FAO mostram que aos países em desenvolvimento, dotados de vastos recursos florestais, como é o caso do Brasil, está reservado importante futuro no campo florestal, desde que se demonstra que, por exemplo, a Europa, no fim da década atual, enfrentará grande *deficit* em suprimento de madeira. A própria Ásia, apesar dos esforços que se efetuam no programa de reflorestamento, apresentará em 1975 um *deficit* de 12 milhões de m³ de madeira industrial. No mesmo período as necessidades da América Latina triplicarão.

IV.10.2 — Ação Governamental

A fim de evitar atuação fracionada de diversos órgãos que cuidavam de assuntos florestais, sem adequado entrosamento, o Governo criou, pelo Decreto-lei n.º 289, de 28 de fevereiro de 1967, o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), reunindo em um só órgão, as atividades dos extintos Departamento de Recursos Naturais Renováveis (DRNR), Conselho Florestal Federal, Instituto Nacional do Pinho e Instituto Nacional do Mate. A esse órgão foi conferida a incumbência de formular a política florestal bem como de orientar, coordenar e executar as medidas necessárias à utilização racional, à proteção e conservação dos recursos naturais renováveis e ao desenvolvimento florestal do País.

Entre as medidas de maior alcance destaca-se a constituição da Comissão de Política Florestal com representação de diversos órgãos governamentais.

A instituição de novo Código Florestal, Lei n.º 4771, de 15 de outubro de 1965, substituiu o caráter coercitivo de dispositivos do anterior diploma legal por novos atrativos econô-

micos de vulto para a política florestal. Ao mesmo tempo, o antigo Código de Caça foi substituído pela Lei n.º 5 197, de 3 de janeiro de 1967, que dispõe sobre a proteção à fauna.

IV.10.3 — Incentivos Fiscais

A nova Lei n.º 5 106, de 2 de setembro de 1966, que dispõe sobre incentivos fiscais concedidos a empreendimentos florestais, pela qual 50% das importâncias empregadas em florestamento ou reflorestamento podem ser abatidas ou descontadas nas declarações de rendimentos de pessoas físicas ou jurídicas, residentes ou domiciliadas, no Brasil, constituiu estímulo de maior importância. Até julho de 1968, em função dos incentivos fiscais, o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal aprovou diversos projetos de reflorestamento conforme se apresenta no quadro abaixo.

PROJETOS DE REFLORESTAMENTO APROVADOS PELO IBDF ATÉ JULHO DE 1968

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	Área (hectares)	Número de árvores (1 000)	Investimento (NCr\$ 1 000)
São Paulo..	35 566	77 342	31 067
Paraná.....	26 623	60 916	22 133
Minas Gerais.....	70 362	174 712	64 590
Santa Catarina	25 744	60 803	22 412
Espírito Santo.....	9 251	15 372	11 781
Rio Grande do Sul.....	2 705	6 629	2 429
Rio de Janeiro.....	394	996	452
TOTAL.....	170 644	396 770	154 864

FONTE: Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal.

IV.10.4 — Metas

O programa de reflorestamento que constitui uma das atividades prioritárias no Programa Estratégico da Agricultura e Abastecimento para o atual triênio, com desdobramento nos anos subseqüentes, será consubstanciado em metas a curto prazo e medidas a mais longo alcance. A curto prazo figuram as seguintes medidas:

- a) promoção do reflorestamento, na maior escala possível, dentro das modernas técnicas da silvicultura;
- b) intensificação da produção de sementes e mudas, instalação de novos viveiros;
- c) formação de equipes de técnicos de campo, viveiristas, tratoristas, etc.;
- d) implantação de um sistema de avaliação e controle das aplicações dos incentivos fiscais;
- e) assistência técnica, sempre que possível aos investidores particulares;
- f) realização de inventários florestais;
- g) pesquisas de caráter ecológico.

A longo prazo às metas a serem alcançadas são as seguintes:

- a) garantia de preservação das espécies raras nas áreas nativas de florestas;
- b) estímulo à criação de indústrias que utilizem produtos florestais;
- c) reflorestamento nas áreas mais atingidas pelo processo de erosão, visando a planos de recuperação agrícola.

IV.10.5 — Introdução de Espécies Florestais Exóticas de Valor Econômico

A introdução de coníferas exóticas no Brasil e, ùltima-mente, a instituição da Lei dos Incentivos Fiscais, ampliou sensivelmente, o interêsse pelo plantio dessas essências florestais. Estudos especiais realizados pelo Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal, com a colaboração de técnico das Nações Unidas, facultaram adequado zoneamento das áreas apropriadas aos plantios florestais com coníferas de valor econômico. Dos estudos levados a efeito em 1966 e 1967 foi possível preparar o zoneamento do Estado de São Paulo. Encontram-se em conclusão os trabalhos que estão sendo realizados no Sul do Brasil, abrangendo os Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Os próximos projetos compreenderão:

- a) zoneamento dos Estados do Rio de Janeiro, Espírito Santo e Minas Gerais;
- b) estudo sôbre a ecologia do pinheiro brasileiro;
- c) estudo sôbre as espécies coníferas e latifoliadas potencialmente mais aptas para o repovoamento da área dos cerrados;
- d) estudo das latifoliadas, especialmente eucaliptos, adequados ao repovoamento do polígono das sêcas;
- e) estudo das latifoliadas indígenas e suas possibilidades econômicas de repovoamento.

IV.10.6 — Comercialização

A madeira brasileira, em suas diversas fases desde a sua extração, beneficiamento, manufatura, comércio interno e exportação, tem-se constituído em importante fator na economia do País. A instalação de indústrias madeireiras, em qualidade e número crescentes, o surgimento de fábricas de compensa-

dos e laminados, de celulose, pasta mecânica e aglomerados em decorrência principalmente do intenso e racional aproveitamento do pinho brasileiro (*Araucária angustifolia*) e várias madeiras de lei contribuiu para o maior incremento do comércio interno e desenvolvimento das exportações de madeiras.

Encontram-se cadastradas 13 375 indústrias de madeira no Sul do País, devidamente cobertas com "guias florestais" expedidas pelo IBDF nos termos do artigo 26 do Código Florestal. Nas regiões Norte, Nordeste, Leste e Centro-Oeste, com exceção de parte de Mato Grosso, o IBDF inicia providências para um controle mais efetivo. As pessoas físicas e jurídicas como condição essencial para continuarem operando, ficam obrigadas a realizar o plantio das espécies exploradas, devendo apresentar os projetos de reflorestamento ao IBDF.

Por outro lado, a exportação de madeiras tem-se constituído em apreciável fonte de divisas para o País, cabendo ao IBDF, em colaboração com outros órgãos governamentais, CONCEX e CACEX, a determinação das características dos mercados externos bem como as medidas visando ao estabelecimento de normas e fixação de preços.

A exportação de madeiras proporcionou ao País, nos últimos três anos, os seguintes resultados:

	<i>NCr\$ 1 000</i>
1965	68 765
1966	74 039
1967	67 218

IV.10.7 — Comercialização de Madeiras

A política florestal estabeleceu que as empresas exportadoras de madeiras de pinho, devidamente registradas fôsse obrigadas a realizar o plantio do pinheiro brasileiro e similares. As firmas exportadoras, em número de 293, já apresentaram seus projetos técnicos, próprios ou a serem executados por empresas especializadas em reflorestamento.

Tendo em vista, ainda, a necessidade de harmonizar a exportação da madeira com a política florestal, considerando a necessidade de assegurar o suprimento de matéria-prima à industrialização interna que mais consulta o interesse nacional, incentivando, inclusive, a exportação de produtos manufaturados de madeira, os órgãos governamentais vêm adotando medidas tendentes a coibir as exportações de madeiras em bruto, evitando-se, assim, a escassez ou o desaparecimento de madeiras nobres sujeitas a longo processo de exploração predatória.

A política florestal estabelecida no Programa Estratégico apresenta como uma das principais diretrizes a orientação no sentido da industrialização interna da madeira, evitando-se a exportação da madeira em toros ou outra forma de apresentação que demanda pouco grau de beneficiamento.

O Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal, tendo em vista as novas perspectivas criadas para o reflorestamento no País, em função dos incentivos fiscais, deverá apresentar ao Ministério do Planejamento e Coordenação Geral, até outubro de 1968, plano global de reflorestamento, incluindo o volume de investimentos ora em estudos e as possibilidades de expansão do plano de reflorestamento no período 1968/70.

Capítulo V

PROGRAMAS E PROJETOS PRIORITÁRIOS DE REFORMA AGRÁRIA E COLONIZAÇÃO. EXPANSÃO DA ÁREA AGRÍCOLA

O presente capítulo diz respeito aos aspectos prioritários referentes ao adequado aproveitamento da terra, com a correção de distorções existentes na forma de sua distribuição, dando seqüência aos trabalhos de reforma agrária; ao desenvolvimento de projetos prioritários de colonização em áreas pioneiras, procedendo-se à emancipação de núcleos já desenvolvidos e aos estudos e pesquisas que visam à incorporação de novas terras ao processo produtivo.

V.1 — A Reforma Agrária

O Governo Federal iniciou, em 1965, após o advento da Lei n.º 4 504/65 — Estatuto da Terra, os trabalhos de Reforma Agrária. A definição de Reforma Agrária, contida no Decreto n.º 55 891, de 31 de março de 1965, que regulamentou o Capítulo I do Estatuto da Terra, estabeleceu os princípios básicos que deveriam nortear a ação governamental.

Definiu-se a Reforma Agrária como:

“A melhor distribuição da terra e o estabelecimento de um sistema de relações entre o homem, a propriedade rural e o uso da terra, que atendam aos princípios da justiça social

e ao aumento da produtividade, garantindo o progresso e o bem-estar do trabalhador rural e o desenvolvimento do país, com a gradual extinção do minifúndio e do latifúndio”.

Para execução da Reforma Agrária foi criado o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA), órgão autárquico, subordinado diretamente à Presidência da República (posteriormente, com o advento do Decreto-lei n.º 200, o IBRA foi vinculado ao Ministério da Agricultura).

Cabe ao IBRA atuar nas áreas declaradas prioritárias de Reforma Agrária e, em âmbito nacional, quanto às atividades de cadastramento e tributação.

O exame da estrutura agrária do País, com base nos resultados censitários de 1940, 1950 e 1960, salientou a existência de um alto grau de concentração territorial, ao lado da proliferação de minifúndios, em áreas produtoras, não só decorrentes do sistema de herança como, também, da má distribuição da terra. Em algumas áreas tornava-se evidente a relação entre a defeituosa distribuição da terra e o atraso econômico, sem mencionar os aspectos de tensão social criados em determinadas zonas críticas.

Em 1960 o número de estabelecimentos agrícolas com menos de 10 hectares alcançava 1 499 545 unidades, ou 44,8% do total, compreendendo apenas 2,2% do total da área agrícola. As unidades entre 10 e menos de 100 hectares totalizavam 1 494 548 estabelecimentos, ou 44,6%, que abrangiam 18% da área total.

Por outro lado, apenas 31 175 estabelecimentos, com mais de 1 000 hectares (área média de 2 335 hectares), ou seja, 9,4% do total de propriedades, abrangiam 73 milhões de hectares, ou 32,5% do total da área agrícola. Os estabelecimentos de mais de 10 000 hectares, em número de apenas 1 710, compreendiam 52,7 milhões de hectares, ou 27,4% da área total.

A concentração da área agrícola e a proliferação de minifúndios em diversas áreas, reveladas pelo senso agrícola, foram confirmadas pelo cadastro das propriedades rurais efetuado pelo IBRA em 1965 e 1966.

O cadastro efetuado pelo IBRA constituiu-se elemento básico inicial para conhecimento da estrutura agrária e trabalhos subseqüentes. Na realidade, a estrutura agrária revelada pelo Censo Agrícola, embora confirmasse os defeitos básicos da distribuição da terra apresentava dois aspectos desfavoráveis à sua devida apreciação:

a) Os dados referiam-se a 1960 e, portanto, era de se presumir certa desatualização, notadamente nos estabelecimentos de menor extensão;

b) O conceito básico da unidade recenseável era o de *estabelecimento* e não de *propriedade*. Na realidade, embora tal conceituação prejudicasse, de certa forma, as finalidades do IBRA, não constituía impedimento maior à utilização dos dados do censo desde que, no total de estabelecimentos, cerca de 70% se compunha de terras próprias, caracterizando-se, pois, nitidamente, a propriedade da terra. O Quadro 72 dá idéia da distribuição das terras, em 1960, segundo a sua condição legal.

QUADRO 72
ESTABELECIMENTOS AGRÍCOLAS E ÁREA SEGUNDO
A CONDIÇÃO LEGAL DAS TERRAS — 1960

CONDIÇÃO LEGAL DAS TERRAS	ANO DE 1960			
	Estabelecimentos		Área total	
	1 000 unidades	%	(1 000 ha)	%
<i>Total</i>	3 338	100,0	249 862	100,0
Próprias.....	2 401	72,0	222 665	89,2
Arrendadas.....	580	17,4	18 110	7,2
Ocupadas.....	357	10,6	9 087	3,6

FONTE: Serviço Nacional de Recenseamento.

Em 1967 o número de propriedades cadastradas pelo IBRA atingiu 3 344 700, com a área total de 307,4 milhões de hec-

tares. O censo de 1960 registrou 3 342 083, com 254,5 milhões de hectares.

Os imóveis cadastrados pelo IBRA estavam assim distribuídos, segundo sua extensão:

QUADRO 73
EXTENSÃO DOS IMÓVEIS RURAIS CADASTRADOS PELO IBRA
TOTAL DO PAÍS — 1967

GRUPOS DE ÁREA (ha)	IMÓVEIS		ÁREA TOTAL		Área média (ha)
	1 000 unidades	% do total	(1 000 ha)	% do total	
Até 10.....	1 203	36,0	5 568	1,8	4,6
10 a 100.....	1 728	51,6	57 101	18,6	33,0
100 a 1 000.....	376	11,2	107 852	34,4	231,6
1 000 a 10 000.....	39	1,2	97 355	31,7	2 478,7
10 000 a 100 000.....	1,6	0,0	35 974	11,7	22 096,8
Acima de 100 000....	0,0	0,0	5 400	1,8	200 004,9
TOTAL.....	334,6	100,0	307 250	100,0	91,8

FONTE: IBRA.

Os trabalhos de zoneamento, cadastro e tributação prosseguem de forma a manter permanentemente atualizados os imóveis cadastrados.

Os dados do IBRA confirmam a concentração territorial com um pequeno número de imóveis detendo elevada fração de terras e um grande número de imóveis apresentando área média insuficiente para a manutenção de uma renda estável e para o simples sustento de uma família. Cerca de 36% dos imóveis possuem menos de 10 hectares, abrangendo apenas 1,8% da área total; mais da metade dos imóveis se situa entre 10 e 100 hectares (51,6%), compreendendo 18,6% da área total. Por outro lado, 1,2% dos imóveis abrangem 45% da área total.

A especial ênfase dos estudos sôbre a extensão dos imóveis rurais não significa, decerto, prévia condenação à maior extensão territorial das propriedades. A grande propriedade, devidamente aproveitada, é tão essencial aos programas de aumento da produção e produtividade agrícola como o são as grandes indústrias que operam em economia de escala.

A Reforma Agrária se desenvolverá de acôrdo com os seguintes princípios básicos:

a) Objetiva-se a criação, no meio rural, de uma classe média estável e próspera, mediante o acesso à terra própria de número crescente de trabalhadores rurais, a melhoria das relações de trabalho e o aumento da produtividade agrícola;

b) A Reforma Agrária não consiste em simples distribuição, redistribuição ou subdivisão da propriedade. É um processo mais amplo, em que a reestruturação do imóvel deve ser acompanhada de outras medidas, visando à elevação dos níveis de produtividade e ao aumento da renda agrícola;

c) A Reforma Agrária se concentrará nas regiões onde os aspectos relacionados com a má distribuição da terra apresentarem questões sociais e econômicas de caráter agudo;

d) A Reforma Agrária abrangerá tanto o aproveitamento de terras devolutas quanto a reagrupamento de minifúndios e a eliminação progressiva de latifúndios improdutivos, notadamente nas áreas mais próximas dos centros de consumo;

e) A Reforma Agrária será realizada, sempre que possível, com o concurso da iniciativa particular, e estimulará a formação de sistemas cooperativos de produção, mecanização, industrialização e comercialização nas áreas por ela beneficiadas;

f) A propriedade familiar, o minifúndio e o latifúndio são definidas em função do *módulo*, área fixada para cada região e tipo de exploração.

Para execução da Reforma Agrária o IBRA programou as seguintes atividades:

- a) Zoneamento, cadastro e tributação;
- b) Distribuição de terras, cooperativismo e associativismo, promoção agrária e assistência financeira nas áreas prioritárias.

Através do zoneamento, o País foi dividido em quatro zonas, as quais apresentam características homogêneas do ponto de vista socio-econômico e de estrutura agrária (Mapa n.º 9):

I — Regiões críticas que estão exigindo reforma agrária com progressiva eliminação dos minifúndios e latifúndios;

II — Regiões em estágio mais avançado de desenvolvimento social e econômico, nas quais não ocorrem tensões nas estruturas demográficas e agrárias;

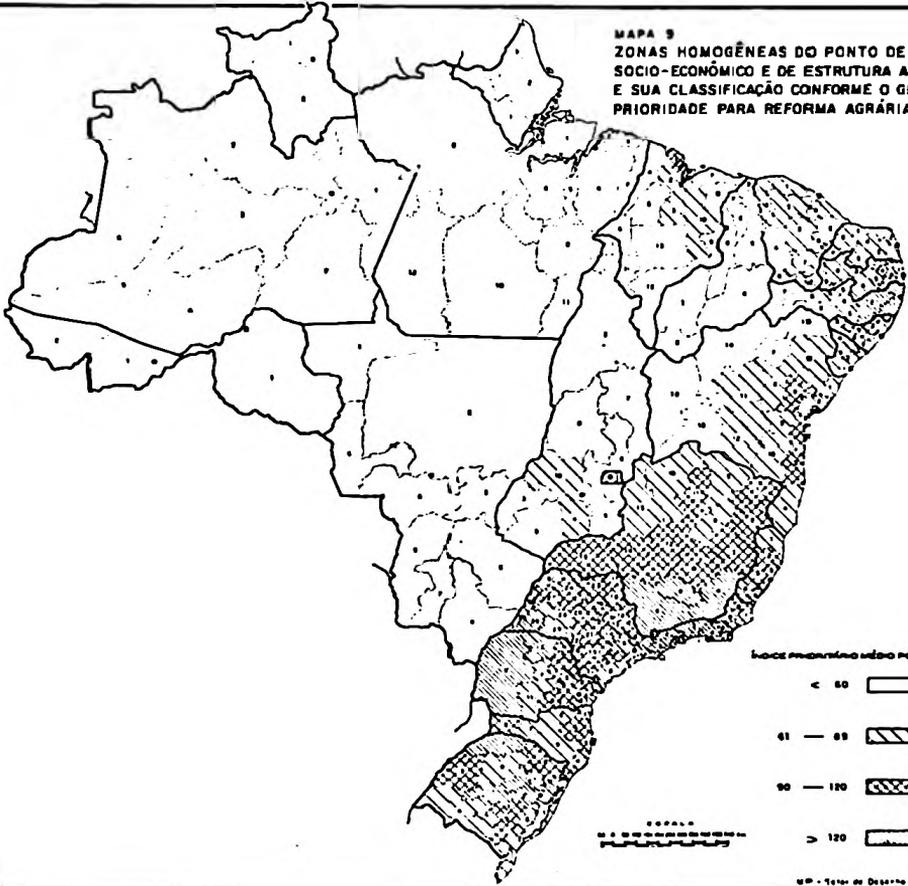
III — Regiões economicamente ocupadas, nas quais predomina a economia de subsistência, carecendo os produtores de adequada assistência técnica;

IV — Regiões em fase de ocupação econômica, carecendo de programas de desbravamento, povoamento e colonização de áreas pioneiras;

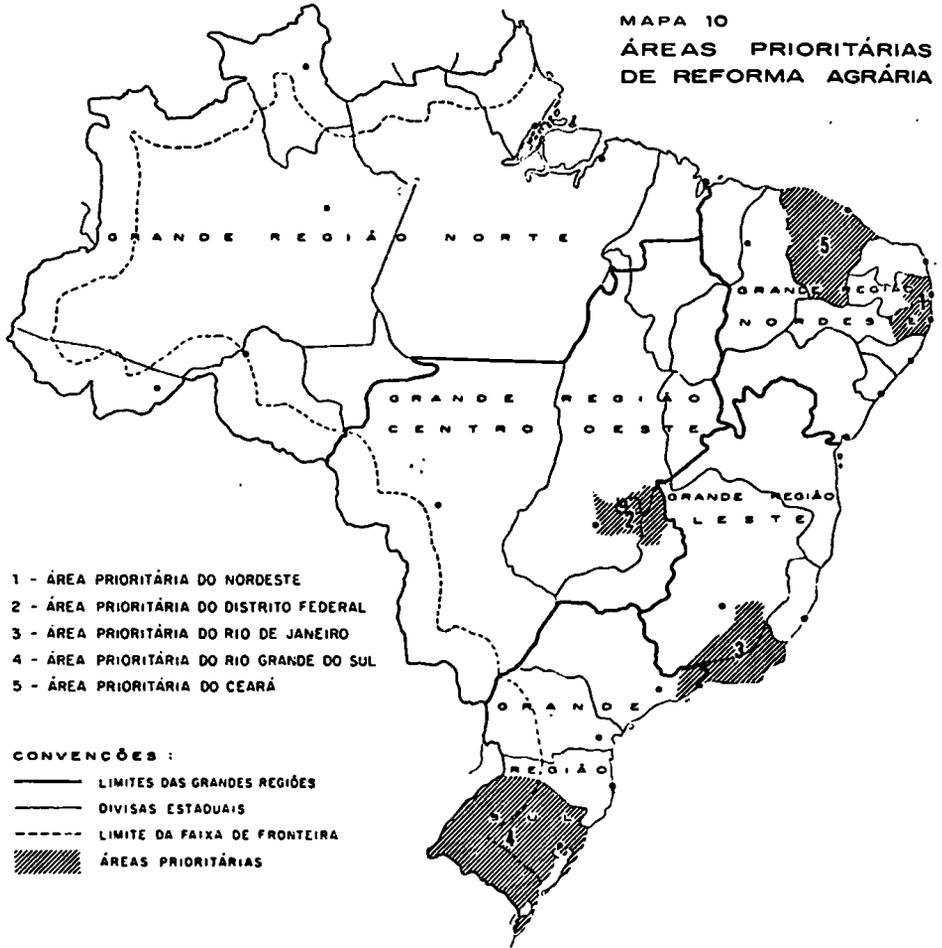
Com base nos estudos efetuados, que definiram as zonas críticas, o Governo criou cinco áreas prioritárias (Mapa número 10).

A primeira área foi criada pelo Decreto n.º 56 583, de 19 de julho de 1965, e abrangeu a região constituída pelas Zonas Litoral-Mata e Agreste do Estado de Pernambuco; o Litoral-Mata, Agreste e Caatinga Litorânea, Borborema Oriental e Brejo do Estado da Paraíba, foi considerada prioritária em razão da existência de latifúndios improdutivos e necessidade de modernizar a agro-indústria canavieira.

MAPA 3
 ZONAS HOMOGÊNEAS DO PONTO DE VISTA
 SOCIO-ECONÔMICO E DE ESTRUTURA AGRÁRIA
 E SUA CLASSIFICAÇÃO CONFORME O GRAU DE
 PRIORIDADE PARA REFORMA AGRÁRIA.



MAPA 10
ÁREAS PRIORITÁRIAS
DE REFORMA AGRÁRIA



A segunda área prioritária, criada pelo Decreto n.º 56 795, de 27 de agosto de 1965, e ampliada pelo Decreto n.º 58 716, de 24 de junho de 1966, apresenta uma superfície de 129 mil km² e abrange todo o Distrito Federal, 29 municípios de Goiás e 10 de Minas Gerais. Foi considerada área prioritária com o objetivo de disciplinar a colonização na região, em face dos intensos fluxos migratórios que se dirigiam para a região da nova capital.

A terceira área prioritária foi criada pelo Decreto número 57 081, de 15 de outubro de 1965, e ampliada pelo Decreto n.º 58 717, de 24 de junho de 1966. Apresenta uma superfície de 104 mil km² e abrange a zona rural da Guanabara, o Estado do Rio, a Zona da Mata e 9 municípios de Minas Gerais e as zonas fisiográficas do Litoral São Sebastião, Mantiqueira, Médio e Alto Paraíba e mais 7 municípios, em São Paulo. Visou a promover o adequado aproveitamento do Vale do Paraíba.

A quarta área prioritária, criada pelo Decreto n.º 58 162, de 6 de abril de 1966, abrange todo o território do Rio Grande do Sul, abrangendo 268 mil km², enquanto que a quinta área prioritária abrange toda a superfície do Estado do Ceará. Foi criada pelo Decreto n.º 60 465, de 14 de março de 1967, apresentando uma superfície de 148 mil km².

Instrumentos

Para executar a Reforma Agrária o IBRA lançará mão, principalmente, da tributação, desapropriação, regulamentação do uso e posse temporária da terra e assistência econômica e financeira.

A tributação constitui, na atual fase, o principal instrumento da Reforma Agrária brasileira pelo seu caráter não discriminatório e sua influência global sobre todos os imóveis rurais existentes. Efetua-se a emissão e cobrança, para cada imóvel cadastrado, do Imposto Territorial Rural, levando em conta basicamente, no cálculo dos tributos, o valor da terra nua declarado pelo proprietário.

Metas nacionais e regionais

As metas nacionais, segundo sua amplitude e alcance foram divididas em dois grupos:

- a) Metas específicas nacionais;
- b) Metas específicas regionais, subordinadas aos Planos Regionais de Reforma Agrária, isto é, relacionadas às áreas prioritárias. As metas estão consubstanciadas em projetos cujas especificações são apresentadas a seguir para os considerados prioritários no "Programa Estratégico" do Governo.

PROJETOS PRIORITÁRIOS DE REFORMA AGRÁRIA

PROJETO: CADASTRAMENTO E TRIBUTAÇÃO DE IMÓVEIS RURAIS

ÓRGÃO: Instituto Brasileiro de Reforma Agrária — IBRA — Ministério da Agricultura.

LOCALIZAÇÃO: O trabalho de cadastramento e tributação se estende a todo o território nacional.

DESCRIÇÃO, METAS E FASES DE EXECUÇÃO (Mapa 11)

No Plano Nacional

- a) *Cadastro de Imóveis Rurais:* manutenção do cadastro de 4 milhões de imóveis rurais, prevendo-se um acréscimo, para 1968, de 200 mil novas unidades e, nos anos seguintes, além da manutenção do cadastro realizado, um cadastramento

MAPA II
ESQUEMA DO PLANO NACIONAL
DE REFORMA AGRÁRIA



de 200 mil novas unidades, motivado por transações (**simples transferências**) desmembramentos, remembramentos e **novos** imóveis resultantes da regularização de títulos;

b) *Cadastro de Arrendatários e Parceiros*: manutenção do Cadastro realizado, em 1967 (750 mil), prevendo-se **um** cadastramento, em 1968, de 750 mil novos arrendatários e parceiros; para o período 1968/71, além da manutenção do realizado, prevêm-se novos cadastramentos de 200 mil **unidades** anuais, e, para cada ano seguinte, o decréscimo de 20% das unidades a cadastrar;

c) *Cadastro de Terras Públicas*: nas faixas de **fronteira** e, também, em terras devolutas estaduais, abrangendo **área total** de 1,1 milhão de km², prevendo-se, para 1968, **ca-**dastramento numa área de 500 mil km² e, para cada **ano** seguinte, numa média de 200 mil km²;

d) *Contrôle de Contratos Agrários*: através do **cadast-**ramento de arrendatários e parceiros e do cadastro de **imó-**veis rurais já realizados; para 1968, prevê-se o **contrôle de** 750 mil contratos agrários; para o período de 1968/71, **um** **contrôle** médio de 200 mil contratos; após êste, o **contrôle** **médio** anual guardará correlação com o cadastro de arrendatários e parceiros;

e) **ITR** de 4 milhões de imóveis rurais: análise, **lança-**mento, **cobrança** e **contrôle** do Impôsto Territorial Rural (ITR), para entrega aos municípios das respectivas arrecadações e cobranças de taxas de cadastro.

No Plano Regional

1. *Cadastro Técnico de Imóveis Rurais*: em **tôdas as** **áreas** prioritárias, com base em fotointerpretação e apoio terrestre para a caracterização dos imóveis rurais (I.R.), visando à **avaliação** do uso potencial e atual dos mesmos. O número de **unidades** a cadastrar, em 1967, está assim distribuído:

Nordeste (PB e PE)	55 000
Brasília	15 000
Rio de Janeiro	80 000
Rio Grande do Sul	150 000
Ceará	30 000
Total	330 000

CRONOGRAMA DE REALIZAÇÃO

(Em milhares de unidades)

INDICAÇÃO DAS METAS FÍSICAS	Unidades	1968	1969	1970	1971	Após 1971	Total
Cadastro de imóveis rurais	1 000	200	200	200	200	200	(1) anuais
Cadastro de arrendatários e parceiros	1 000	750	200	200	200	160	(2)
Cadastro de terras públicas	1 000 km ²	500	200	200	200	200	(/ano)
Controle de contratos agrícolas	1 000	750	200	200	200	160	
Cadastro técnico de imóveis rurais	1 000	350	230	280	230	—	(3)

(1) Após 1971 prevê-se um crescimento vegetativo de 200 000 unidades anuais, sendo que, de 5 em 5 anos, a partir de 1965, deverá ser atualizado o cadastro rol.

(2) Após 1971, o número de unidades anuais a cadastrar decrescerá na ordem de 20%.

(3) Após 1971, este subprojeto deverá ser realizado em outras áreas ainda a determinar.

Estrutura do Investimento

Projeto: CADASTRAMENTO E TRIBUTAÇÃO DE IMÓVEIS RURAIS — Todo o Território Nacional

Cronograma de Recebimentos:

(Em NCr\$ mil de 1968)

FONTE S	TOTAL (*)	1968	1969	1970
Orçamentários	—	—	—	—
Extra-orçamentários	—	—	—	—
Recursos próprios	27 338	13 018	7 160	7 160
Outros recursos internos	—	—	—	—
Recursos externos	—	—	—	—
TOTAL	27 338	13 018	7 160	7 160

(*) Inclusive os já realizados.

Cronograma de Aplicações:

(Em NCr\$ mil de 1968)

USOS	TOTAL (*)	1968	1969	1970
Pessoal.....	5 847	2 785	1 531	1 531
Outros custeios.....	13 046	6 212	3 417	3 417
Obras.....	—	—	—	—
Equipamentos e instalações (**)..	8 455	4 021	2 212	2 212
Inversões financeiras	—	—	—	—
TOTAL.....	27 338	13 018	7 160	7 160

Composição segundo a moeda

(Em NCr\$ mil de 1968)

Moeda nacional.....	27 338	13 018	7 160	7 160
Moeda estrangeira.....	—	—	—	—

(*) Valor global do investimento.

(**) Inclusive material permanente.

**PROJETO: REGULARIZAÇÃO DE TÍTULOS DE DOMÍNIO
E DISCRIMINAÇÃO DE TERRAS**

ÓRGÃO: Instituto Brasileiro de Reforma Agrária — IBRA — Ministério da Agricultura.

LOCALIZAÇÃO: Abrange todo o território nacional.

DESCRIÇÃO, METAS E FASES DE EXECUÇÃO (Ver Mapa n.º 11)

No Plano Nacional

a) *Discriminação de Terras da União:* especialmente na faixa de fronteira e regularização de títulos, numa área

de cêrca de 1 150 000 km². Êste subprojeto está em andamento principalmente na Região Sul do País, na faixa de fronteira do Estado do Paraná; pretende-se inicialmente levantar as terras da União e regularizar títulos de domínio numa área de 50 000 km²;

b) *Discriminao de Terras Devolutas*: em convênios com os Estados, pelos quais o IBRA realizar a discriminao das terras devolutas estaduais, visando a regularizar os títulos de domínio e posse e conhecer as terras disponíveis para colonizao;

c) *Financiamento do Desmembramento de Grandes Imóveis*: com o fim de atender  solicitao espontânea dos atuais proprietários de grandes imóveis, com recursos do Fundo da Dvida Agrária;

d) *Desapropriao de Terras Particulares*: destinadas a desmembramento, pelo próprio IBRA, com o fim de implantar distritos e núcleos com novas unidades agrícolas destinadas a parceleiros.

No Plano Regional

a) *Levantamento e Avaliao de Recursos Naturais*: nas áreas prioritárias, compreendendo fotografia área e sua interpretao, mapeamento e determinao das taxas e formas econmicas de uso dos recursos naturais, culturais e humanos.

INDICAO DAS METAS FÍSICAS	Unidade	1968	1969	1970
Discriminao de terras da União....	1 000 km ²	500	200	200
Discriminao de terras devolutas....	1 000 títulos	24	47	47
Financiamento do desmembramento de grandes imóveis.....	1 000 ha	300	400	490
Desapropriao de terras particulares	1 000 ha	50	60	70
Levantamento de recursos naturais...	1 000 km ²	195	195	195

Estrutura do Investimento

Projeto: **REGULARIZAÇÃO DE TÍTULOS DE DOMÍNIO E DISCRIMINAÇÃO DE TERRAS** — *Todo o Território Nacional.*

Cronograma de Recebimentos:

(Em NCr\$ mil de 1968)

FONTES	TOTAL (*)	1968	1969	1970
Orçamentário.....	12 933	4 000	2 933	6 000
Extra-orçamentários.....	—	—	—	—
Recursos próprios.....	45 000	15 000	15 000	15 000
Outros recursos internos.....	5 149	1 716	1 716	1 717
Recursos externos.....	25 980		12 990	12 990
TOTAL.....	89 062	20 716	32 639	35 707

(*) Inclusive os já realizados.

Cronograma de Aplicações:

(Em NCr\$ mil de 1968)

USOS	TOTAL (*)	1968	1969	1970
Personal.....	—	—	—	—
Outros custeios.....	—	—	—	—
Obras.....	—	—	—	—
Equipamentos e instalações (**)..	—	—	—	—
Inversões financeiras.....	—	—	—	—
TOTAL.....	89 062	20 716	32 639	35 707

Composição segundo a moeda

(Em NCr\$ mil de 1968)

(Em US\$ mil)

Moeda nacional.....	63 082	20 716	19 649	22 717
Moeda estrangeira.....	S 118	—	4 059	4 059

(*) Valor global de investimento.

(**) Inclusive material permanente.

PROJETO: PROMOÇÃO AGRÁRIA NAS ÁREAS PRIORITÁRIAS

ÓRGÃO: Instituto Brasileiro de Reforma Agrária — IBRA — Ministério da Agricultura.

LOCALIZAÇÃO: Áreas prioritárias de Reforma Agrária.

DESCRIÇÃO, METAS E FASES DE EXECUÇÃO (Ver Mapas n.º 12 a 16).

Implantação de escritórios de extensão rural nas áreas prioritárias; participação no capital das Companhias Auxiliares de Produção de Insumos para a Agricultura — CAPIAS, já constituídas, uma para cada área prioritária; fortalecimento do capital das Companhias Auxiliares de Prestação de Serviços para a Agricultura (CAPSES).

METAS FÍSICAS	1968	1969	1970
Centros de comunidade.....	36	41	55
Área de demonstração.....	16	12	9
Escritórios de extensão rural.....	77	78	74

Estrutura do Investimento

Projeto: **PROMOÇÃO NAS ÁREAS PRIORITÁRIAS** —
Áreas Prioritárias de Reforma Agrária

Cronograma de Recebimentos:

(Em NCr\$ mil de 1968)

FONTES	TOTAL (*)	1968	1969	1970
Orçamentários.....	—	—	—	—
Extra-orçamentários.....	—	—	—	—
Recursos próprios.....	4 800	1 500	1 600	1 700
Outros recursos internos.....	9 000	3 000	3 000	3 000
Recursos externos.....	9 082	—	4 541	4 541
TOTAL.....	22 882	4 500	9 141	9 241

(*) Inclusive os já realizados.

Cronograma de Aplicações:

(Em NCr\$ mil de 1968)

USOS	TOTAL (*)	1968	1969	1970
Pessoal.....	—	—	—	—
Outros custeios.....	—	—	—	—
Obras.....	—	—	—	—
Equipamentos e instalações (**)..	—	—	—	—
Inversões financeiras.....	—	—	—	—
TOTAL.....	22 882	4 500	9 141	9 241

Composição segundo a moeda

		Em NCr\$ mil de 1968		
		Em US\$ mil		
Moeda nacional.....	13 800	4 500	4 600	4 700
Moeda estrangeira.....	2 838	—	1 419	1 419

(*) Valor global do investimento.

(**) Inclusive material permanente.

PROJETO: DESENVOLVIMENTO DOS TRABALHOS DOS NÚCLEOS DE COLONIZAÇÃO NAS ÁREAS PRIORITÁRIAS

ÓRGÃO: Instituto Brasileiro de Reforma Agrária — IBRA — Ministério da Agricultura.

LOCALIZAÇÃO: Criação e reorganização de núcleos nas áreas prioritárias e nas faixas de fronteira.

DESCRIÇÃO, METAS E FASES DE EXECUÇÃO (Ver Mapas de 12 a 16).

O projeto, que se desdobra em diversos subprodutos, compreende basicamente a criação de novas unidades: Distrito de Colonização de Caxangá, de Quatis, de Alexandre de Gusmão e outros. Um resumo das principais finalidades do projeto é apresentado a seguir:

- a) Distrito de Colonização de Caxangá, em convênio com a SUDENE;
- b) Distrito de Colonização de Quatis;
- c) 3 Distritos de Colonização na Paraíba, em torno do Rio Tinto;
- d) Distrito de Colonização Alexandre Gusmão;
- e) Distrito de Colonização de Paracatu e de Sapucaia;
- f) Distritos de Colonização dos Vales do Rio São João e de Macaé;
- g) Distritos de Colonização de Santa Cruz e Duque de Caxias;
- h) Distrito de Colonização do Banhado do Colégio;
- i) Distrito de Colonização para excedentes de minifúndios do Alto Uruguai;
- j) Reagrupamento de minifúndios;
- k) Reorganização de núcleos.

Estrutura do Investimento

Projeto: **DESENVOLVIMENTO DOS TRABALHOS DE COLONIZAÇÃO NAS ÁREAS PRIORITÁRIAS DE REFORMA AGRÁRIA E FAIXAS DE FRONTEIRA.**

Cronograma de Recebimentos:

(Em NCr\$ mil de 1968)

FONTES	TOTAL (*)	1968	1969	1970
Orçamentários.....	30 582	10 000	8 582	12 000
Extra-orçamentários.....	—	—	—	—
Recursos próprios.....	24 203	2 821	10 241	11 141
Outros recursos internos.....	340	113	113	114
Recursos externos.....	55 978	—	27 980	27 954
TOTAL.....	111 103	12 934	46 925	51 244

(*) Inclusive os já realizados.

Cronograma de Aplicações:

(Em NCr\$ mil de 1968)

USOS	TOTAL (*)	1968	1969	1970
Pessoal.....	—	—	—	—
Outros custeios.....	—	—	—	—
Obras.....	—	—	—	—
Equipamentos e instalações (**)..	—	—	—	—
Inversões financeiras.....	—	—	—	—
TOTAL.....	111 103	12 934	46 925	51 244

Composição segundo a moeda

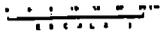
(Em NCr\$ mil de 1968)

(Em US\$ mil)

Moeda nacional.....	55 125	12 934	18 936	23 244
Moeda estrangeira.....	17 494	—	8 747	8 747

(*) Valor global do investimento.

(**) Inclusive material permanente.



MAPA 12

PLANO REGIONAL DE REFORMA AGRÁRIA
(ÁREA PRIORITÁRIA DO NORDESTE)

— CONVENÇÕES —

01 - DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO AGRÁRIA

- 4.12 Δ - Desenvolvimento de Comunidades (40)
- 4.12 O - Extensão Rural, Assistência Técnica, Crédito (60)
- 4.13 O - Áreas de Demarcação (18)

4.14 O - Industrialização e Emplacamento

4.15 □ - Obras de Infra-Estrutura

4.16 □ - Comercialização

04 - DEPARTAMENTO DE ORGANIZAÇÃO DE

NÚCLEOS

- 3.00. Δ - 3.22 - Carta de Conceito - 1000 H.A.
- 3.00. Δ - 3.23 - Projeto de Núcleo - 1.000 H.A.
- 3.00. Δ - 3.24 - Plano de Implantação do Núcleo - 1.000 H.A.
- 3.00. Δ - 3.25 - Plano de Implantação do Núcleo - 500 H.A.
- 3.00. Δ - 3.26 - Plano de Implantação do Núcleo - 250 H.A.
- 3.00. Δ - 3.27 - Plano de Implantação do Núcleo - 100 H.A.

05 - DEPARTAMENTO CADASTRO-TERMINAÇÃO

3.31 Δ - Cadastro Técnico de Imóveis Rurais

02 - DEPARTAMENTO RECURSOS FUNDIÁRIOS

3.31 □ - Levantamento e Avaliação de Recursos Naturais

3.31 □ - Levantamento e Avaliação de Recursos Naturais

3.31 □ - Levantamento e Avaliação de Recursos Naturais

3.31 □ - Levantamento e Avaliação de Recursos Naturais

3.31 □ - Levantamento e Avaliação de Recursos Naturais

3.31 □ - Levantamento e Avaliação de Recursos Naturais

3.31 □ - Levantamento e Avaliação de Recursos Naturais

3.31 □ - Levantamento e Avaliação de Recursos Naturais

3.31 □ - Levantamento e Avaliação de Recursos Naturais

3.31 □ - Levantamento e Avaliação de Recursos Naturais

3.31 □ - Levantamento e Avaliação de Recursos Naturais

3.31 □ - Levantamento e Avaliação de Recursos Naturais

3.31 □ - Levantamento e Avaliação de Recursos Naturais

3.31 □ - Levantamento e Avaliação de Recursos Naturais

3.31 □ - Levantamento e Avaliação de Recursos Naturais

3.31 □ - Levantamento e Avaliação de Recursos Naturais

3.31 □ - Levantamento e Avaliação de Recursos Naturais

3.31 □ - Levantamento e Avaliação de Recursos Naturais

3.31 □ - Levantamento e Avaliação de Recursos Naturais

3.31 □ - Levantamento e Avaliação de Recursos Naturais

3.31 □ - Levantamento e Avaliação de Recursos Naturais

3.31 □ - Levantamento e Avaliação de Recursos Naturais

3.31 □ - Levantamento e Avaliação de Recursos Naturais

3.31 □ - Levantamento e Avaliação de Recursos Naturais

3.31 □ - Levantamento e Avaliação de Recursos Naturais

3.31 □ - Levantamento e Avaliação de Recursos Naturais

3.31 □ - Levantamento e Avaliação de Recursos Naturais

3.31 □ - Levantamento e Avaliação de Recursos Naturais

3.31 □ - Levantamento e Avaliação de Recursos Naturais

3.31 □ - Levantamento e Avaliação de Recursos Naturais

3.31 □ - Levantamento e Avaliação de Recursos Naturais

3.31 □ - Levantamento e Avaliação de Recursos Naturais

3.31 □ - Levantamento e Avaliação de Recursos Naturais

3.31 □ - Levantamento e Avaliação de Recursos Naturais

3.31 □ - Levantamento e Avaliação de Recursos Naturais

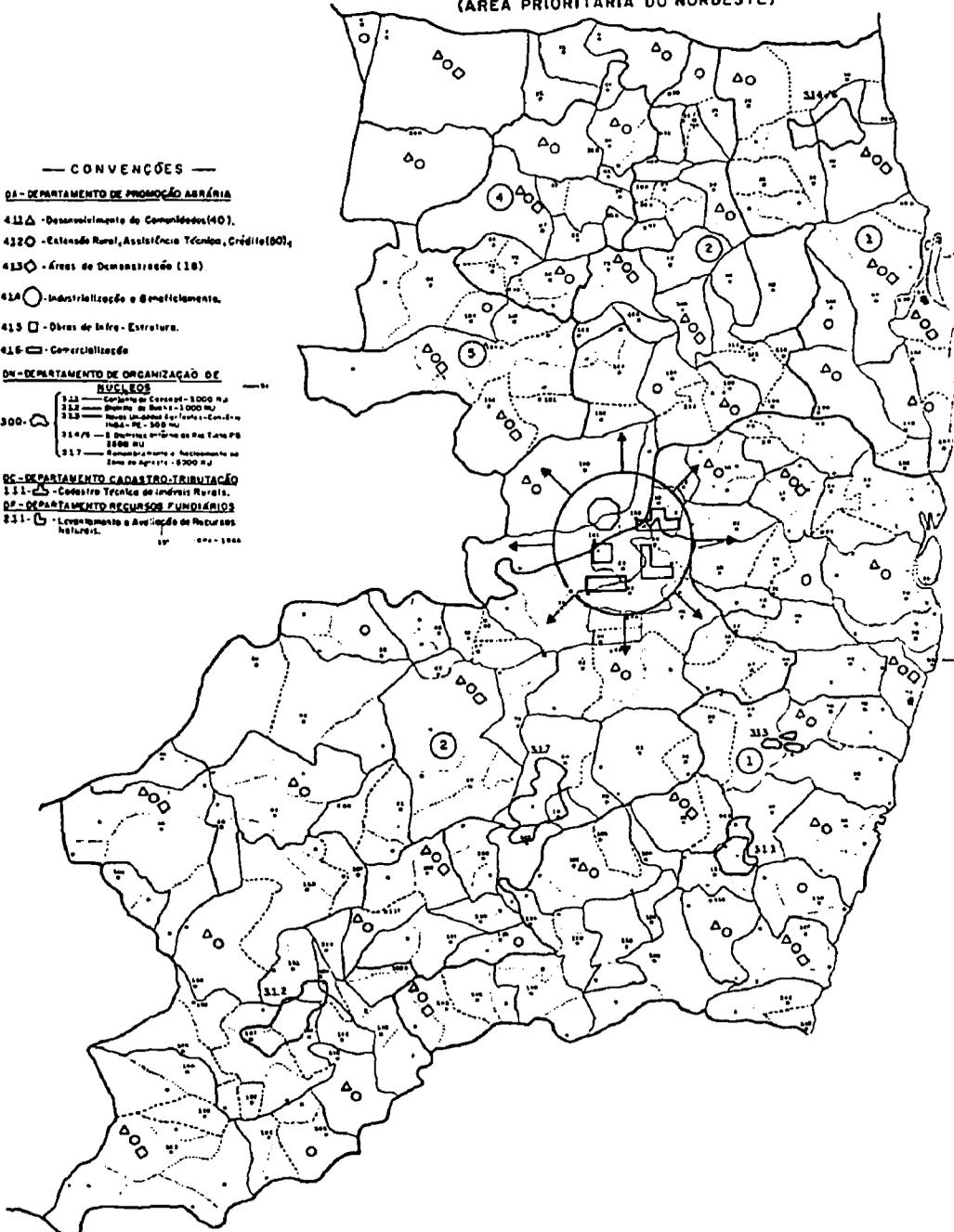
3.31 □ - Levantamento e Avaliação de Recursos Naturais

3.31 □ - Levantamento e Avaliação de Recursos Naturais

3.31 □ - Levantamento e Avaliação de Recursos Naturais

3.31 □ - Levantamento e Avaliação de Recursos Naturais

3.31 □ - Levantamento e Avaliação de Recursos Naturais



PLANO REGIONAL DE REFORMA AGRÁRIA
(ÁREA PRIORITÁRIA DO RIO DE JANEIRO)



— CONVENÇÕES —

DA — DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO AGRÁRIA

4.3.1. Δ — Estabelecimento de Comunidades (20)

4.3.2. \circ — Estação Rural, Associação Técnica, Crédito (30)

4.3.3. \circ — Área de Dominação (32)

4.3.4. \circ — Industrialização e Beneficiamento

4.3.5. \square — Obras de Infra-Estrutura

4.3.6. \square — Comercialização

DO — DEPARTAMENTO DE ORGANIZAÇÃO DE NÚCLEOS

1.3.1. \circ — Núcleo Centro de Páris-1990 ou
1.3.2. \circ — Núcleo de Vale do Rio São João - 1980 ou
1.3.3. \circ — Núcleo do Vale de Itaboraí - 1980 ou
1.3.4. \circ — Núcleo Paraíba
1.3.5. \circ — Núcleo Litoral e F. Marinha Cabanos
para 1.800 ha
1.3.6. \circ — Núcleo Guapimirim

30.0. \circ

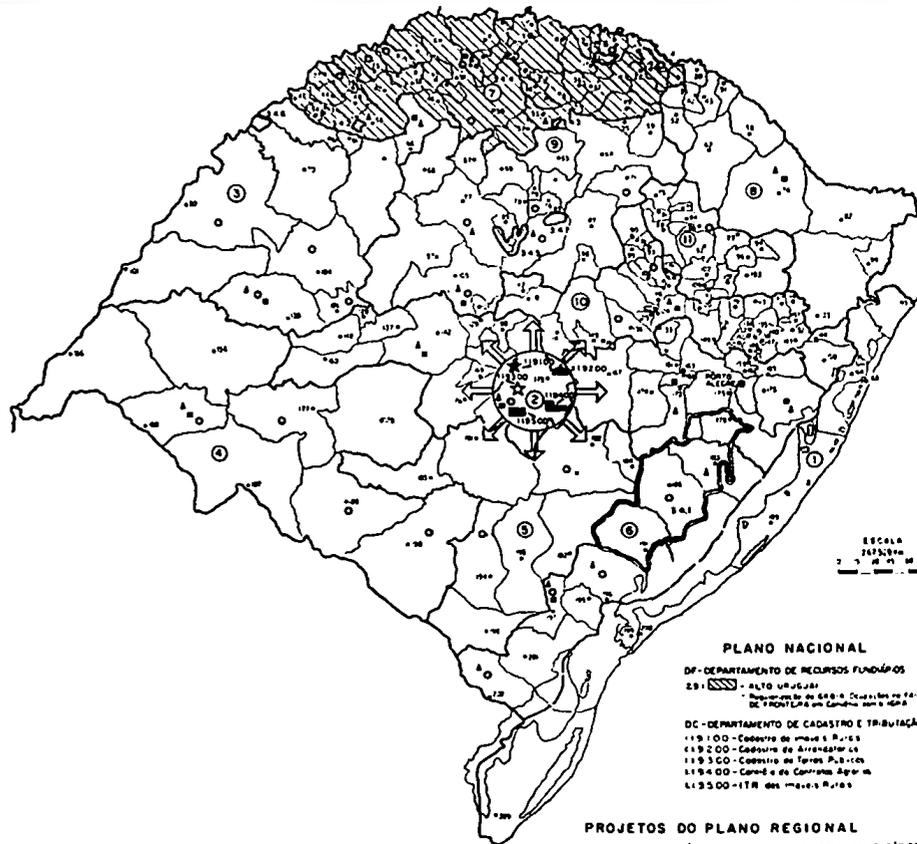
DE — DEPARTAMENTO CADASTRO-TRIBUTAÇÃO

1.3.1. \square — Cadastro Técnico de Imóveis Rurais

OF — DEPARTAMENTO RECLAMOS FUNDIÁRIOS

1.3.1. \square — Alocamento e Ampliação de Recursos
hídricos

MAPA 15
PLANO NACIONAL DE REFORMA AGRÁRIA
 (ÁREA PRIORITÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL)



PLANO NACIONAL

DF - DEPARTAMENTO DE RECURSOS FUNDIÁRIOS

20 - ALTO URUGUAI

Resolução de 689 e Decisão de 44 do Conselho de Governo em 1964

DC - DEPARTAMENTO DE CADASTRO E TRIBUTAÇÃO

11100 - Cadastro de Imóveis Rurais

119200 - Cadastro de Arrendatários

119300 - Cadastro de Terros Públicas

119400 - Cadastro de Terras Agrárias

119500 - ITR dos Imóveis Rurais

PROJETOS DO PLANO REGIONAL

DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO AGRÁRIA

4.4.1 - Desenvolvimento de Comunidades (20)

4.4.2 - Estúdios P.A.M. - Assistência Técnica (Credito 120)

4.4.3 - Áreas de Demonstração (20)

4.4.4 - Industrialização e Beneficiamento

4.4.5 - Obras de Infra-estrutura

4.4.6 - Comercialização

DN - DEPARTAMENTO DE ORGANIZAÇÃO DE NÚCLEOS

3.4.1 - BARRAGEM DO CÉLULOSE E PAPEL SUELOVA

3.4.2 - PÁRQUE DOS VEICULOS - 300 HA

3.4.3 - DISTRITO DE SERRA - 100 HA

3.4.4 - DESMOMBAMENTO E RECONSTRUÇÃO DE

3.4.5 - PESSOAL REAL - 2200 HA

3.4.6 - FAZENDA FLORESTA - 1000 HA

3.4.7 - RECONSTRUÇÃO DE OBRAS DE ÁREAS

3.4.8 - RECONSTRUÇÃO DE OBRAS DE ÁREAS

DC - DEPARTAMENTO DE CADASTRO E TRIBUTAÇÃO

1.4.1 - CADASTRO TÉCNICO DE IMÓVEIS RURAIS

DF - DEPARTAMENTO DE RECURSOS FUNDIÁRIOS

2.4.1 - LEVANTAMENTO E ANÁLISE DE

2.4.2 - REFORMA DE TERROS PÚBLICAS

IDENTIFICAÇÃO DAS ZONAS FISIográficas

1 LITORAL

2 DEPRESSÃO CENTRAL

3 MISSÕES

4 CAMPANHA

5 SERRA DO SUDESTE

6 ENCOSTA DO SUDESTE

7 ALTO URUGUAI

8 CAMPOS DE CIMA DA SERRA

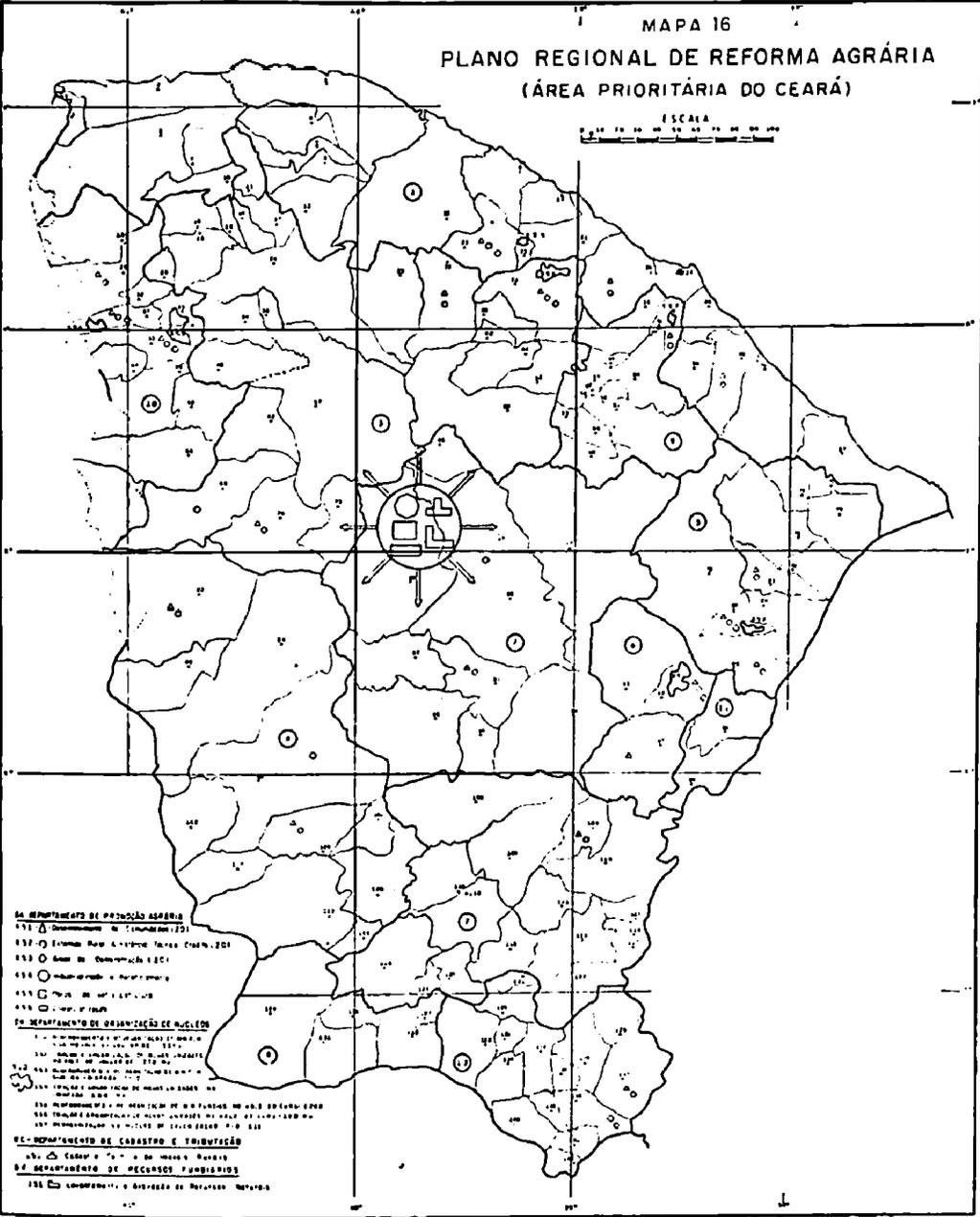
9 PLANALTO MÉDIO

10 ENCOSTA INFERIOR DO NORDESTE

11 ENCOSTA SUPERIOR DO NORDESTE

MAPA 16
PLANO REGIONAL DE REFORMA AGRÁRIA
 (ÁREA PRIORITÁRIA DO CEARÁ)

ESCALA
 0 10 20 30 40 50 60 70 80 90 100 KM



DO DEPARTAMENTO DE PRODUÇÃO AGRÁRIA

- 171 Comunidade de Comunidade (C)
- 172 Estação Rural Agrária (E) (E)
- 173 Sede de Comunidade (C)
- 174 Município e Paróquia
- 175 Zona de Implantação
- 176 Sede de Zona

DO DEPARTAMENTO DE ORGANIZAÇÃO DE UNIDADES

- 177 Sede de Zona
- 178 Sede de Zona
- 179 Sede de Zona
- 180 Sede de Zona
- 181 Sede de Zona
- 182 Sede de Zona
- 183 Sede de Zona
- 184 Sede de Zona
- 185 Sede de Zona
- 186 Sede de Zona
- 187 Sede de Zona
- 188 Sede de Zona
- 189 Sede de Zona
- 190 Sede de Zona
- 191 Sede de Zona
- 192 Sede de Zona
- 193 Sede de Zona
- 194 Sede de Zona
- 195 Sede de Zona
- 196 Sede de Zona
- 197 Sede de Zona
- 198 Sede de Zona
- 199 Sede de Zona
- 200 Sede de Zona

DO DEPARTAMENTO DE CENSO E ESTATÍSTICA

201 Censo e Estatística

DO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

202 Recursos Humanos

V.2 — Os Novos Instrumentos de Aceleração da Reforma Agrária

1) *Síntese do Trabalho do Grupo Interministerial*

Em setembro de 1968 o Governo Federal, dando seqüência às medidas estabelecidas no Programa Estratégico — Setor de Agricultura e Abastecimento, criou Grupo de Trabalho Interministerial com a participação, ainda, de representantes de associações de classe — empresários e trabalhadores rurais — a fim de estudar e propor medidas concretas destinadas a acelerar a reforma agrária no País.

Os termos do Decreto n.º 63 250, de 18 de setembro de 1968, que fixou a composição e definiu a competência do Grupo de Trabalho Interministerial, estabelecendo, ainda, prazo para apresentação de suas conclusões foram bastante explícitos e definiram uma tarefa concreta e objetiva a realizar. Não se tratava de reabrir aspectos de natureza teórica sobre a reforma agrária, mas sim de apontar, de maneira clara, os obstáculos que se antepõem a sua efetiva realização. Teve-se, pois, sempre em mira evitar a tendência para a discussão teórica, justificável em assunto de tal relevância e magnitude, mas prejudicial quando se buscava caracterizar fatos concretos, diante de um programa que constitui expressa determinação legal e que o Governo define como prioritário no Programa Estratégico de Desenvolvimento.

Nos estudos efetuados pelo Grupo de Trabalho Interministerial que se compunha de representantes do Ministério do Planejamento e Coordenação Geral, da Agricultura, do Interior, da Fazenda, da Confederação Nacional da Agricultura e da Confederação Nacional de Trabalhadores de Agricultura, procurou-se atender aos pontos enumerados no próprio decreto governamental, ou sejam:

- a) exame e revisão da legislação vigente;
- b) obstáculos de caráter administrativo e financeiro;

c) reexame das áreas prioritárias para fins de reforma agrária;

d) medidas específicas para maior amparo dos trabalhadores rurais;

e) aspectos relacionados com a tributação para fins de reforma agrária, destinação e aplicação dos recursos arrecadados;

f) revisão dos projetos de reforma agrária em execução ou em estudo;

g) providências no sentido da elaboração, no mais curto prazo possível, do Plano Nacional de Reforma Agrária, previsto na legislação em vigor.

O Grupo de Trabalho Interministerial identificou e analisou diversos obstáculos à realização da reforma agrária, procurando através novos instrumentos de execução contribuir para eliminá-los.

1. Falta de uma clara definição dos objetivos básicos da reforma agrária;

2. Delimitação de áreas prioritárias sem estudos prévios adequados que as justificassem;

3. Elaboração de projetos de elevado custo sem viabilidade econômica definida e localização inadequada;

4. Falta de clara indicação das metas a alcançar no tocante à implantação de novas unidades de exploração;

5. Inexistência de participação dos beneficiários da reforma agrária na elaboração dos projetos;

6. Defeituosa organização do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária, paralelismo de atuação com outras entidades do Governo, desperdício de esforços e recursos, falta de coordenação entre as próprias unidades do IBRA;

7. Ausência de articulação do IBRA com outros órgãos do Governo Federal; com organismos estaduais e entidades privadas, não se tendo alcançado integral solidariedade dos órgãos governamentais no programa de reforma agrária, especialmente com o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário;

8. Falta de recursos financeiros adequados a progressiva redução de dotações orçamentárias; deslocamento para a órbita dos municípios do Imposto Territorial Rural, em decorrência de dispositivo constitucional e do próprio Estatuto da Terra, retirando do IBRA importante fonte de recursos para a execução da reforma agrária, desde que as fontes principais de recursos constantes do Fundo Nacional de Reforma Agrária, previstas no artigo 27 do Estatuto da Terra não foram confirmadas, tais como:

a) 3% da receita tributária da União, tornados indisponíveis pela Constituição Federal de 1967 que impediu a vinculação de receitas;

b) 20% das dotações globais dos organismos regionais para aplicação em projetos de reforma agrária nas respectivas áreas;

c) contribuição de melhoria, para cuja cobrança falta adequada regulamentação.

9. Deficiente legislação sobre desapropriação de terras, provocando acentuada morosidade no andamento dos processos, em virtude, inclusive, da falta de critérios objetivos para a fixação da justa indenização;

10. Limite estabelecido no Estatuto da Terra, quanto à emissão de Títulos de Dívida Agrária (artigo 105) no montante máximo de circulação de NCr\$ 300 milhões, o que recomenda a adoção de critério que permita a correção monetária do limite da mesma forma que é utilizada na relação aos títulos emitidos;

11. Falta de entrosamento dos órgãos do próprio IBRA e dessa autarquia com outros órgãos governamentais;

12. Excessiva despesa com pessoal, verificando-se, também, ausência de um adequado programa de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal técnico, inclusive de treinamento pré-serviço.

No tocante às áreas prioritárias e a metodologia de preparação de projetos a orientação básica foi a de delimitar subáreas, ou sejam, as áreas operacionais nas quais se deverão executar os projetos cuja sistemática de preparação foi simplificada.

No que se refere aos aspectos administrativos previu-se nova organização para o IBRA visando a:

1. simplificar sua estrutura básica, centralizando os trabalhos de planejamento e controle e descentralizando a execução, de forma a alcançar máxima cooperação de outros órgãos do Governo;

2. assegurar ampla integração de todos os Ministérios e das representações de classe, de empresários e de trabalhadores no planejamento e execução da reforma agrária, criando-se, para esse fim o Grupo Executivo de Reforma Agrária, órgão máximo consultivo e deliberativo para a implementação do programa.

No que respeita à legislação sobre desapropriação de terras, não obstante o avanço resultante da Emenda Constitucional n.º 10, de 10 de novembro de 1964, verificou-se que a sistemática ainda vigente estava longe de atender às necessidades para uma ação pronta e eficaz. Apesar de se reconhecer que a desapropriação de terras constitui um dos instrumentos na execução da reforma, a ser aplicado em casos de imperiosa necessidade, tornava-se indispensável dotar o Governo Federal de uma legislação mais apropriada. Esse foi o

objetivo dos novos instrumentos de execução aprovados cujo texto figura a seguir.

Quanto aos aspectos financeiros procurou-se proporcionar ao IBRA recursos próprios de forma a permitir o início de uma efetiva execução de projetos em áreas selecionadas. Procurou-se alcançar uma divisão mais adequada de serviços e atividades entre o IBRA e o INDA, transferindo-se parte dos recursos próprios desta para aquela autarquia, devendo o INDA concentrar mais suas atividades no programa de eletrificação rural.

No relatório do Grupo Interministerial de Reforma Agrária e nos textos correspondentes aos instrumentos de execução procurou-se sempre salientar que na execução do programa de reforma agrária o Governo Federal procuraria preservar e estimular as propriedades rurais, independente de sua extensão, desde que utilizadas de maneira racional, assegurando a função econômica e social da terra.

O objetivo básico do Governo Federal é a elevação da renda rural, o melhor aproveitamento das terras e a elevação dos níveis de produção e produtividade em áreas selecionadas onde a estrutura agrária, aliada a outros fatores, constitui fator limitante ao desenvolvimento econômico e social.

2) *Principais Medidas Adotadas — Instrumentos de Execução*

A fim de atender à necessidade de dotar o Governo Federal de instrumentos hábeis de ação para os casos de desapropriação para fins de reforma agrária na forma prevista na Constituição Federal de 1967, o Governo baixou o Ato Institucional n.º 9, aperfeiçoando a sistemática de desapropriação nesses casos. O Decreto-lei n.º 554, aprovado a seguir disciplinou a matéria, estabelecendo nova processualística para a desapropriação de terra, nos casos assinalados, o que constituiu sensível avanço sobre o sistema então vigente. Os textos do Ato Institucional n.º 9 e do Decreto-lei n.º 554, de 25 de abril de 1969, figuram a seguir:

LEGISLAÇÃO

Ato Institucional n.º 9, de 25 de abril de 1969

Publicado no *D.O.* de 25 de abril de 1969 — Seção I —
Parte I.

O Presidente da República

Considerando a motivação contida nos preâmbulos dos Atos Institucionais números 5 e 6, respectivamente de 13 de dezembro de 1968 e 1.º de fevereiro de 1969;

Considerando, ainda, que a Reforma Agrária, para a sua execução, reclama instrumentos hábeis que implicam alterações de ordem constitucional, resolve editar o seguinte Ato Institucional:

Art. 1.º O § 1.º do artigo 157 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 157.
.....

§ 1.º Para os fins previstos neste artigo, a União poderá promover a desapropriação da propriedade territorial rural, mediante pagamento de justa indenização fixada segundo os critérios que a lei estabelecer, em títulos especiais da dívida pública, com cláusula de exata correção monetária, resgatáveis no prazo máximo de vinte anos, em parcelas anuais sucessivas, assegurada a sua aceitação, a qualquer tempo, como meio de pagamento de até cinquenta por cento do imposto territorial rural e como pagamento do preço de terras públicas.”

Art. 2.º É substituído o § 5.º do artigo 157 da Constituição Federal pelo seguinte:

“§ 5.º O Presidente da República poderá delegar as atribuições para a desapropriação de imóveis rurais, por interesse social, sendo-lhe privativa a declaração de zonas prioritárias.”

Art. 3.º Revoga-se o § 11 do artigo 157 da Constituição Federal.

Art. 4.º Este Ato Institucional entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 25 de abril de 1969; 148.º da Independência e 81.º da República.

A. COSTA E SILVA
Luis Antonio da Gama e Silva
Augusto Hamann Rademaker Grunewald
Aurélio de Lyra Tavares
José de Magalhães Pinto
Antonio Delfim Netto
Mario David Andreazza
Ivo Arzua Pereira
Tarso Dutra
Jarbas G. Passarinho
Marcio de Souza e Mello
Leonel Miranda
Edmundo de Macedo Soares
Antônio Dias Leite Junior
Helio Beltrão
José Costa Cavalcanti
Carlos F. de Simas

Decreto-Lei n.º 554, de 25 de abril de 1969

Publicado no D.O. de 25 de abril de 1969, pág. 3538 —
Seção I — Parte I.

Dispõe sobre desapropriação por interesse social, de imóveis rurais, para fins de reforma agrária, e dá outras providências.

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o § 1.º do artigo 2.º do Ato Institucional número 5,

de 13 de dezembro de 1968, e tendo em vista o disposto no Ato Institucional n.º 9 de 25 de abril de 1969, decreta:

Art. 1.º A União poderá promover a desapropriação, por interesse social, de imóveis rurais situados nas áreas declaradas prioritárias para fins de reforma agrária, nos termos do artigo 157 da Constituição Federal, com a redação que lhe foi dada pelo Ato Institucional n.º 9 de 25 de abril de 1969.

§ 1.º A desapropriação a que se refere este artigo far-se-á por ato do Presidente da República, ou de outra autoridade a quem forem delegados poderes bastantes.

§ 2.º O ato expropriatório deverá conter a descrição e demais características do imóvel.

Art. 2.º Ainda quando situados nas áreas de que trata o artigo 1.º, não serão objeto de desapropriação, na forma prevista neste Decreto-lei os imóveis que satisfizerem os requisitos para classificação como empresa rural, fixados na Lei n.º 4 504, de 30 de novembro de 1964, e sua regulamentação.

Art. 3.º Na desapropriação a que se refere o artigo 1.º, considera-se justa indenização da propriedade:

I — O valor fixado por acordo entre o expropriante e o expropriado;

II — Na falta de acordo, o valor da propriedade, declarado pelo seu titular para fins de pagamento do imposto territorial rural, se aceito pelo expropriante; ou

III — O valor apurado em avaliação, levada a efeito pelo expropriante, quando este não aceitar o valor declarado pelo proprietário, na forma do inciso anterior, e quando inexistir essa declaração.

§ 1.º Se entre a data da declaração a que se refere o inciso II e a do ato expropriatório houver decorrido mais de um ano, o valor da indenização será corrigido monetariamente de acordo com os índices oficiais.

§ 2.º Para a avaliação prevista no inciso III, que será precedida do cadastramento *ex officio*, o expropriante basear-se-á no efetivo rendimento econômico do imóvel, verificado no ano agrícola imediatamente anterior.

§ 3.º Dentro do prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contados da data da publicação deste Decreto-lei, os proprietários de imóveis rurais poderão apresentar, mediante justificação, nova declaração do respectivo valor, em substituição à anteriormente formulada para efeito de pagamento do imposto territorial rural.

Art. 4.º Não havendo acôrdo, o expropriante depositará, em banco oficial, o valor da indenização, fixado nos termos do artigo 3.º e seus parágrafos.

Parágrafo único. O valor da terra nua será depositado em títulos especiais da dívida pública, e o das benfeitorias, em moeda corrente do País.

Art. 5.º A ação da desapropriação será proposta perante o Juiz Federal do Distrito Federal, do Estado ou do Território onde estiver situado o imóvel.

Art. 6.º Na petição inicial, o expropriante, juntando um exemplar da publicação, em órgão oficial do ato de desapropriação, bem como o recibo bancário do depósito feito nos termos do artigo 4.º e seu parágrafo único, requererá seja o depósito convertido em pagamento do preço e ordenadas, em seu favor, a imissão na posse do bem e a respectiva transcrição no registro de imóveis.

Art. 7.º De plano, ou no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, o Juiz deferirá a inicial, declarando efetuado o pagamento do preço e determinando a expedição, dentro de 24 (vinte e quatro) horas, dos competentes mandados, em nome do expropriante.

Parágrafo único. A transcrição da propriedade no registro de imóveis far-se-á no prazo improrrogável de 3 (três) dias, contados da data da apresentação do mandado.

Art. 8.º Certificado nos autos o cumprimento dos mandados de que trata o artigo anterior, o Juiz ordenará a citação do expropriado para responder aos termos da ação.

Art. 9.º A contestação só poderá versar sobre o valor depositado pelo expropriante ou sobre vício do processo judicial.

Art. 10. Contestada a ação, a causa seguirá o rito ordinário.

Art. 11. Na revisão do valor da indenização, deverá ser respeitado, em qualquer caso, como limite máximo, o valor declarado pelo proprietário, para efeito de pagamento do imposto territorial rural, e eventualmente reajustado nos termos do § 3.º do artigo 3.º.

Art. 12. Aplica-se às desapropriações por interesse social de que trata este Decreto-lei, o disposto, relativamente às desapropriações por utilidade pública, no artigo 9.º do Decreto-lei n.º 3 365, de 21 de junho de 1941.

Art. 13. O depósito, que se haverá como feito à disposição do juízo da ação de desapropriação, será levantado mediante prova da propriedade, da quitação de dívidas que recaiam sobre o bem expropriado, e das multas delas decorrentes, e depois de publicados editais, na Capital do Estado e na sede da comarca de situação do bem, com o prazo de 30 (trinta) dias, para conhecimento de terceiros.

Parágrafo único. Havendo dúvida fundada sobre o domínio, o preço ficará em depósito, ressalvada aos interessados a ação própria para disputá-lo.

Art. 14. Os bens expropriados, uma vez transcritos em nome do expropriante, não poderão ser objeto de reivindicação ainda que fundada na nulidade da desapropriação.

Parágrafo único. Qualquer ação, julgada procedente, resolver-se-á em perdas e danos.

Art. 15. O Juiz que descumprir os prazos estabelecidos neste Decreto-lei incorrerá na sanção prevista no artigo 24 do

Código de Processo Civil, aplicada mediante representação de uma das partes ao Conselho da Justiça Federal.

Parágrafo único. Tratando-se de serventuário da Justiça, ou de Oficial do Registro de Imóveis, ficará êle sujeito a multa igual a dois terços do maior salário-mínimo do País, por dia de retardamento.

Art. 16. O presente Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 25 de abril de 1969; 148.º da Independência e 81.º da República.

A. COSTA E SILVA

Luis Antonio da Gama e Silva

Augusto Hamann Rademaker Grunewald

Aurélio de Lyra Tavares

José de Magalhães Pinto

Antonio Delfim Netto

Mario David Andreazza

Ivo Arzua Pereira

Tarso Dutra

Jarbas G. Passarinho

Marcio de Souza e Mello

Leonel Miranda

Edmundo de Macedo Soares

Antônio Dias Leite Junior

Helio Beltrão

José Costa Cavalcanti

Carlos F. de Simas

Nota Remissiva

Decreto-Lei n.º 3.365/41 — Dispõe sobre desapropriação por utilidade pública.

Art. 9.º — Ao Poder Judiciário é vedado, no processo de desapropriação, decidir se se verificam ou não os casos de utilidade pública.

Em seguida, estabelecendo diversas medidas com o fim de acelerar a execução da reforma agrária, o Governo Federal baixou o Decreto-Lei n.º 582, de 15 de maio de 1969, cujo texto se apresenta a seguir:

Decreto-Lei n.º 582, de 15 de maio de 1969

Publicado no D.O. de 16 de maio de 1969 — pág. 4.169

Estabelece medidas para acelerar a Reforma Agrária, dispõe sobre a organização e funcionamento do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária e dá outras providências.

O Presidente da República no uso da atribuição que lhe confere o § 1.º do Art. 2.º do Ato Institucional n.º 5, de 13 de dezembro de 1968, e tendo em vista o disposto no Ato Institucional n.º 9, de 25 de abril de 1969, e no Decreto-Lei número 554 de igual data, decreta:

Art. 1.º A execução da Reforma Agrária será intensificada, a partir da vigência do presente Decreto-Lei, através de programas intensivos de implantação de novas unidades de exploração agrícola, em áreas prioritárias selecionadas pelo Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA) aprovadas pelo Grupo Executivo de Reforma Agrária (GERA) e definidas por decreto do poder executivo, de acôrdo com as metas a serem fixadas.

Parágrafo único. Constituirão requisitos básicos para identificação das áreas onde se executarão os projetos de Reforma Agrária, entre outros, os seguintes:

a) existência de inversões públicas em projetos de desenvolvimento, tais como obras de irrigação, de eletrificação rural, de estradas e outras;

b) existência de latifúndios por exploração ou por extensão;

- c) manifesta tensão social;
- d) concentração de minifúndios;
- e) elevada incidência de não proprietários;
- f) áreas mal exploradas, próximas aos centros consumidores.

Art. 2.º A Reforma Agrária preservará e estimulará, por todos os meios, a propriedade de extensão compatível com a exploração existente, desde que utilizada de maneira racional, assegurando a função econômica e social da terra.

Art. 3.º A Reforma Agrária será desenvolvida e intensificada com a co-participação e a co-responsabilidade dos diversos órgãos federais, procurando-se assegurar, sempre, a participação dos Estados, Municípios e iniciativa privada.

Parágrafo único. Os representantes sindicais rurais, de trabalhadores e de empresários, participação do planejamento e execução da Reforma Agrária.

Art. 4.º O Poder Executivo acompanhará a efetivação da Reforma Agrária, adotando as providências que se tornarem necessárias, atendida a alta prioridade conferida ao programa, a fim de assegurar, com a devida oportunidade, recursos financeiros para sua efetiva implantação.

Art. 5.º Fica criado o Grupo Executivo da Reforma Agrária (GERA), órgão colegiado, vinculado ao Ministério da Agricultura, com o encargo de orientar, coordenar, supervisionar e promover a execução da Reforma Agrária.

§ 1.º O GERA, órgão máximo consultivo e deliberativo para assuntos da Reforma Agrária, será constituído por onze membros, representando os seguintes órgãos: Ministério da Justiça, Ministério da Agricultura, Ministério do Planejamento e Coordenação Geral, Ministério do Interior, Ministério da Fazenda, Ministério do Trabalho e Previdência Social, Banco Central, Confederação Nacional de Agricultura, Instituto Brasileiro de Reforma Agrária, Instituto Nacional de

Desenvolvimento Agrário e Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura.

§ 2.º Os membros do GERA serão nomeados pelo Presidente da República, por indicação dos respectivos Ministros de Estado e das Representações Sindicais.

§ 3.º A Presidência do GERA será exercida pelo Ministro da Agricultura, cabendo ao representante do Ministério do Planejamento e Coordenação Geral coordenar as medidas de caráter interministerial.

Art. 6.º As contribuições criadas pela Lei n.º 2.613, de 23 de setembro de 1955, com as modificações introduzidas pela Lei n.º 4.863, de 29 de novembro de 1965, serão devidas ao IBRA, ao FUNRURAL e ao INDA nas seguintes proporções:

I — Ao Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA) :

1) as contribuições a que se refere a Lei 2.613, de 23 de setembro de 1955, no “CAPUT” de seus artigos 6.º e 7.º, cuja arrecadação será feita pelo próprio IBRA;

2) 25% (vinte e cinco por cento) da receita resultante da arrecadação pelo INPS da contribuição fixada na Lei número 4.863, de 29 de novembro de 1965, em seu artigo 35, § 2.º, item VIII.

II — Ao Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (FUNRURAL): 50% (cinquenta por cento) da receita resultante da arrecadação, pelo INPS, da contribuição fixada no artigo 35, § 2.º, item VIII da Lei n.º 4.863, de 29 de novembro de 1965;

III — Ao Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA) caberão 25% (vinte e cinco por cento) da receita resultante da arrecadação, pelo INPS, da contribuição estipulada na Lei n.º 4.863, de 29 de novembro de 1965, em seu artigo 35, § 2.º, item VIII.

Art. 7.º Ficam transferidas para o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária as atribuições referentes à colonização, buscando-se ampliar a participação da iniciativa privada na execução do respectivo programa.

Parágrafo único. O IBRA terá sob sua jurisdição os Núcleos de Colonização que vinham sendo desenvolvidos pelo INDA e, de comum acôrdo com o Ministério da Agricultura, estudará a conveniência da emancipação dos mesmos a curto prazo com a conseqüente incorporação do acervo remanescente ao patrimônio de outros órgãos federais, estaduais e municipais, mediante decreto do Poder Executivo.

Art. 8.º O IBRA, no prazo de 30 (trinta) dias, promoverá a extinção das Companhias de Prestação de Serviços (CAPSES) e Companhias de Produção de Insumos (CAPIAS), criadas com base no art. 17 da Lei 4.947, de 6 de abril de 1966, ou estimulará a sua transformação em empresas privadas.

Art. 9.º O Fundo Nacional de Reforma Agrária de que trata o art. 27 da Lei n.º 4.504, de 30 de novembro de 1964, será constituído das seguintes fontes de recursos:

I — Recursos orçamentários, programados, sempre que possível, em caráter plurianual;

II — Contribuições criadas pela Lei n.º 2.613, de 23 de setembro de 1955, com as modificações introduzidas pela Lei n.º 5.097, de 2 de setembro de 1966, e pelo Decreto-Lei número 58, de 21 de novembro de 1966, na forma estabelecida no presente decreto-lei.

III — Recursos das superintendências regionais de desenvolvimento a serem estabelecidos em caráter plurianual na forma do art. 29 da Lei n.º 4.504, de 30 de novembro de 1964.

IV — Produto da contribuição da melhoria cobrada pela União, de acôrdo com a legislação vigente.

V — Parcela do imposto territorial rural atribuída à União para execução de projetos de Reforma Agrária.

VI — Outros recursos de origem orçamentária ou de natureza diversa, destinados à execução da Reforma Agrária.

VII — Outras receitas próprias do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária.

Art. 10. O limite máximo de circulação referente aos títulos de dívida agrária, de que trata o artigo 105, da Lei n.º 4.504, de 30 de novembro de 1964, será corrigido anualmente de acordo com os índices oficiais de correção monetária.

Parágrafo único. A atualização de que trata este artigo será efetuada a partir da vigência da Lei n.º 4.504, de 30 de novembro de 1964.

Art. 11. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir um crédito especial ao Ministério da Agricultura, até a importância de NCrS 32.000.000,00 (trinta e dois milhões de cruzeiros novos) destinado ao IBRA para aplicação em despesas de qualquer natureza referentes à execução de Reforma Agrária, inclusive com os Escritórios de Extensão Rural, podendo compreender despesas realizadas em exercícios anteriores.

Parágrafo único. Na forma da alínea C do § 1.º do artigo 64, da Constituição, os recursos para a cobertura das despesas abrangidas pelo crédito especial autorizado neste artigo serão indicados por ocasião de sua abertura, podendo ter origem em cancelamento de dotações orçamentárias constantes da Lei n.º 5.546, de 29 de novembro de 1968.

Art. 12. Os artigos 37 e 38 e seus parágrafos, da Lei n.º 4.504, de 30 de novembro de 1964, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 37. São órgãos específicos para a execução da Reforma Agrária:

I — O Grupo Executivo da Reforma Agrária (GERA);

II — O Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA) diretamente, ou através de suas Delegacias Regionais;

III — As Comissões Agrárias.

Art. 38. O IBRA será dirigido por um Presidente nomeado pelo Presidente da República.

§ 1.º O Presidente do IBRA terá a remuneração correspondente a 75% (setenta e cinco por cento) do que percebem os Ministros de Estado.

§ 2.º Integrarão, ainda, a Administração superior do IBRA, Diretores, até o máximo de seis, de nomeação do Presidente do IBRA, mediante aprovação do "GERA".

Parágrafo único. Os atuais cargos de direção do IBRA serão considerados extintos tão logo composta sua nova Diretoria, na forma deste artigo.

Art. 13. O GERA deverá ser instalado no prazo máximo de 15 (quinze) dias após a publicação do presente decreto-lei, devendo os respectivos órgãos que o integram indicar ao Presidente da República os seus representantes.

Art. 14. O Poder Executivo promoverá a criação de um grupo especial de trabalho para, no prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias propor medidas para a reformulação dos objetivos, organização e funcionamento do INDA, com o propósito de evitar a duplicação de serviços e a dispersão de recursos e assegurar a adequada coordenação de suas atividades com as do IBRA e dos demais órgãos do Ministério da Agricultura.

§ 1.º Enquanto esses estudos não forem concluídos, o INDA aplicará no máximo 30% (trinta por cento) dos recursos próprios que lhe são atribuídos por este decreto-lei na execução de programas de Eletrificação Rural.

§ 2.º Dos recursos próprios de que trata o art. 6.º, item I do presente decreto-lei, ora transferidos para o IBRA, serão detacadas no corrente exercício, se necessário, parcelas para suplementar a verba do INDA destinada ao pagamento de seu pessoal regido pela CLT, atualmente existente.

Art. 15. O presente decreto-lei será regulamentado dentro de 60 (sessenta) dias, devendo o ato dispor, inclusive, sobre as atribuições e competência dos dirigentes do IBRA e o regime de seu pessoal.

Art. 16. Este Decreto-Lei entra em vigor da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 15 de maio de 1969; 148.º da Independência e 81.º da República.

A. COSTA E SILVA
Ivo Arzua Pereira
Helio Beltrão

Notas Remissivas

Lei n.º 2.613/66 — Autoriza a União a criar uma Fundação denominada Serviço Social Rural.

Art. 6.º É devida ao S.S.R. a contribuição de 3% (três por cento) sobre a soma paga mensalmente aos seus empregados pelas pessoas naturais ou jurídicas que exerçam as atividades industriais enumeradas:

1 — Indústria do açúcar; 2 — Indústria de laticínios; 3 — Charqueados; 4 — Indústria do mate; 5 — Extração de fibras vegetais e descaroçamento de algodão; 6 — Indústria de beneficiamento de café; 7 — Indústria de beneficiamento de arroz; 8 — Extração do sal; 9 — Extração de madeira, resina e lenha; 10 — Matadouros; 11 — Frigoríficos rurais; 12 — Curtumes rurais; 13 — Olarias.

Art. 7.º As empresas de atividades rurais não enquadradas no Art. 6.º desta lei contribuirão para o Serviço Social Rural com 1% (um por cento) do montante e da remuneração mensal para os seus empregados.

Lei n.º 4.504/64 — Estatuto da Terra

Art. 27. É criado o Fundo Nacional de Reforma Agrária, destinado a fornecer os meios necessários para o financiamento da Reforma Agrária e dos órgãos incumbidos da sua execução.

Art. 29. Além dos recursos do Fundo Nacional de Reforma Agrária, a execução dos projetos regionais contava com as contribuições financeiras dos órgãos e entidades vinculadas por convênios ao Instituto Brasileiro de Reforma Agrária, notadamente os de valorização regional, como a Superintendência do Desenvolvimento Econômico do Nordeste (SUDENE), a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), a Comissão do Vale do São Francisco (CVSF) e a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Região da Fronteira Sudoeste do País (SUDOESTE), os quais deverão destinar, para este fim, vinte por cento, no mínimo, de suas dotações globais.

Art. 37. São órgãos específicos para a execução da Reforma Agrária:

- I — o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (I.B.R.A.);
- II — as Delegacias Regionais do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (I.B.R.A.R.);
- III — as Comissões Agrárias.

Art. 38. O Instituto Brasileiro de Reforma Agrária, será dirigido por uma Diretoria composta de cinco membros, nomeados pelo Presidente da República, dentre brasileiros de notável saber e idoneidade, depois de aprovada a escolha pelo Senado Federal.

Art. 105. É o Poder Executivo autorizado a emitir títulos, denominados de Títulos da Dívida Agrária, distribuídos em séries autônomas, respeitado o limite máximo de circulação de
NCR\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de cruzeiros novos).

Lei n.º 4.863/65 — Reajusta os vencimentos dos servidores civis e militares; altera as alíquotas dos impostos de renda, importação, consumo e sêlc e dá outras providências.

Art. 35 — § 2.º — VIII — Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA) — Contribuições das empresas 0,4%.

Lei n.º 4.947/66 — Fixa normas de Direito Agrário, dispõe sobre o sistema de organização e funcionamento do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária e dá outras providências.

Art. 17. Fica o IBRA autorizado a promover a criação, organização, incorporação, fusão e a aquisição de sociedade de economia mista, para execução de empreendimentos e serviços de natureza agro-industrial ou comercial que se enquadrem nos objetivos da Reforma Agrária ou da Política Agrícola a seu cargo, e especialmente, que visem à execução de projetos dos Planos Nacionais e Regionais de Reforma Agrária.

Decreto-Lei n.º 58/66 — Delimita os efeitos do artigo 2.º da Lei n.º 5.097, de 2 de setembro de 1966, estabelece novo critério para contribuição e dá outras providências.

Lei n.º 5.097/66 — Extingue débitos fiscais decorrentes da aplicação dos arts. 6.º e 7.º da Lei n.º 2.613, de 23 de setembro de 1955, e dá outras providências.

Art. 2.º O contribuinte que houver recolhido os tributos a que se referem os arts. 6.º e 7.º da Lei n.º 2.613, de 23 de setembro de 1955, receberá da repartição competente, certificado de crédito correspondente às importâncias recolhidas, podendo utilizá-lo no pagamento dos mesmos tributos quando devidos nos exercícios posteriores.

Novos atos complementares regulamentaram o Decreto-Lei n.º 582, na parte referente ao Grupo Executivo de Reforma Agrária (GERA) e ao Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA) dotando-o de uma estrutura mais flexível de ação e estabelecendo outras medidas de aceleração da reforma agrária.

V.3 — Colonização

A ação colonizadora do Governo tem como objetivo básico estimular e orientar o movimento migratório, visando a ampliar a fronteira econômica do País, ocupando as terras ao

longo dos eixos viários, aproveitando o potencial de terras disponível e incorporando-as ao processo produtivo.

Durante cerca de 30 anos a colonização oficial se orientou para a formação de núcleos coloniais em diversos pontos do território nacional, sem que tal política apresentasse resultados positivos.

A falta de recursos financeiros e de assistência técnica, a par da descontinuidade administrativa, e, basicamente, a ausência de uma política definida de colonização, transformou os núcleos, via de regra, em áreas desassistidas, com produtores carentes de assistência técnica e financeira, sem regularização jurídica das glebas e ausência de adequada infraestrutura.

A legislação atual atribui ao Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário a atividade de colonização, salvo nas áreas definidas como prioritárias de Reforma Agrária, onde a atividade colonizadora cabe ao IBRA. A colonização oficial foi definida no capítulo II, da Lei n.º 4.504, de 30 de novembro de 1964 — Estatuto da Terra. Será efetuada, preferencialmente, nas áreas:

I — Ociosas ou de aproveitamento inadequado;

II — próximas a grandes centros urbanos e de mercados de fácil acesso, tendo em vista os problemas de abastecimento;

III — de êxodo, em locais de fácil acesso e comunicação, de acordo com os planos nacionais e regionais de vias de transporte;

IV — de colonização predominantemente estrangeira, tendo em mira facilitar o processo de interculturação;

V — de desbravamento ao longo dos eixos viários, para ampliar a fronteira econômica do País.

Os núcleos atualmente existentes estão distribuídos no território nacional conforme o Quadro 74.

QUADRO 74

NÚCLEOS COLONIAIS EXISTENTES EM 1967 SOB RESPONSABILIDADE DO IBRA E DO INDA

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	Núcleos Coloniais
Amazonas.....	Bela Vista
Pará.....	Guamá e Monte Alegre
Maranhão.....	Barra do Corda
Piauí.....	Gurguéia e David Caldas
Ceará.....	Pio XII
Rio Grande do Norte.....	Pium, Marcolino Dantas
Pernambuco.....	Rio Bonito, Petrolândia
Bahia.....	Geremoabo, Queimadas, Andaraí, Pôrto Seguro, Jaguaquara, Una, Itaberá, Juscelino Kubitschek
Rio de Janeiro.....	Santa Alice, Santa Cruz, Duque de Caxias, Papucaia, Tinguá, Macaé, São Bento.
Minas Gerais.....	Jafba
Mato Grosso.....	Dourados
Goiás.....	Bernardo Sayão, Ceres
Distrito Federal.....	Alexandre Gusmão
São Paulo.....	Senador Vergueiro
Paraná.....	Marquês de Abrantes, Andradas, General Osório.
Santa Catarina.....	Anitópolis, Estêves Junior, Pupuã
Rio Grande do Sul.....	Passo Nôvo

De acôrdo com a legislação em vigor, a colonização oficial será efetuada com a seleção e recrutamento, pelo Poder Público, de pessoas e famílias, dentro ou fora do território nacional, reunindo-a em núcleos agrícolas ou agro-industriais, podendo encarregar-se de seu transporte, recepção, hospedagem e encaminhamento até sua colocação nos respectivos núcleos.

A atividade colonizadora oficial visando à ocupação de áreas de baixa densidade demográfica, quer para fins de segurança nacional, quer para o desenvolvimento econômico e social e expansão da fronteira agrícola, obedecerá a uma

nova concepção básica, que ora se estabelece e que tem como princípios fundamentais:

a) Será efetuada a emancipação progressiva dos núcleos atualmente existentes, de forma a titular os seus atuais ocupantes, dentro da legislação em vigor, desde que tenham demonstrado capacitação para o trabalho agrícola. Todo o empenho será desenvolvido para, em curto prazo, emancipar o maior número possível de núcleos e titular os seus ocupantes;

b) a emancipação não significará o abandono, pelo Poder Público, dos atuais ocupantes dos núcleos. O INDA providenciará no sentido de que sejam instalados Escritórios de Extensão Rural próximos aos núcleos e serão mantidos entendimentos com agências financiadoras para facilitar linhas de crédito;

c) o INDA deverá estimular o sistema cooperativista nas áreas emancipadas;

d) o INDA providenciará no sentido da realização de obras de infra-estrutura: estradas, canais de irrigação, trabalhos de conservação do solo e outros, proporcionando, inclusive, maiores oportunidades de emprego no meio rural.

No triênio 1968/70 deverão ser emancipados os núcleos de Dourados, Jaguaquara, Queimados e Una, além de outros cuja emancipação o INDA venha a julgar viável.

O orientação básica acima formulada deverá estender-se à colonização nas áreas prioritárias, através do IBRA, reservando-se sempre o Poder Público a promover uma ação indireta, de estímulo à posse da terra, acompanhada de assistência técnica e financeira pelos órgãos próprios.

A criação de novos núcleos, dentro da política de ocupação nacional do território, será concebida de acordo com as diretrizes básicas ora formuladas, evitando-se a existência de

núcleos de tipo tradicional, sob direção permanente do Governo, sistema que não se revelou satisfatório no curso dos últimos trinta anos.

Será estimulada a colonização particular de acôrdo com o que preceitua o Estatuto da Terra.

Atribui-se excepcional importância à organização de colônias agrícolas militares de fronteira, visando a segurança nacional.

PROJETOS PRIORITÁRIOS DE COLONIZAÇÃO

PROJETO: CONSOLIDAÇÃO E EMANCIPAÇÃO DE NÚCLEOS COLONIAIS

ÓRGÃO: Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário — INDA

LOCALIZAÇÃO: Amazonas, Pará, Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Bahia, Goiás, Mato Grosso, Minas Gerais, São Paulo, Paraná e Santa Catarina.

DESCRIÇÃO, METAS E FASES DE EXECUÇÃO

O projeto visa à execução dos trabalhos indispensáveis para alcançar a emancipação do maior número possível de núcleos coloniais, no período 1968/1970; a construção da infra-estrutura necessária; a planificação dos núcleos destinados a elevar o nível de produção e produtividade. Serão abertas novas estradas, introduzidas máquinas e equipamentos e proporcionada assistência técnica educacional e sanitária.

Estrutura do Investimento

Projeto: *CONSOLIDAÇÃO E EMANCIPAÇÃO DE NÚCLEOS COLONIAIS — Amazonas, Pará, Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Bahia, Goiás, Mato Grosso, Minas Gerais, São Paulo, Paraná, Santa Catarina.*

Cronograma de Recebimentos:

(Em NCr\$ mil de 1968)

FONTES	TOTAL (*)	1968	1969	1970
Orçamentários.....	1 500	—	—	1 500
Extra-orçamentários.....	—	—	—	—
Recursos próprios.....	23 679	7 470	9 759	6 450
Outros recursos internos.....	—	—	—	—
Recursos externos.....	—	—	—	—
TOTAL.....	25 179	7 470	9 759	7 950

(*) Inclusive os já realizados.

Cronograma de Aplicações:

(Em NCr\$ mil de 1968)

USOS	TOTAL (*)	1968	1969	1970
Pessoal.....	693	443	150	100
Outros custeios.....	—	—	—	—
Obras.....	23 159	6 000	9 459	7 700
Equipamentos e instalações (**)..	1 327	1 027	150	150
Inversões financeiras.....	—	—	—	—
TOTAL.....	25 179	7 470	9 759	7 950

Composição segundo a moeda

(Em NCr\$ mil de 1968)

Moeda nacional.....	25 179	7 470	9 759	7 950
Moeda estrangeira.....	—	—	—	—

(*) Valor global do investimento.

(**) Inclusive material permanente.

PROJETO: IMPLANTAÇÃO DE NOVOS NÚCLEOS DE COLONIZAÇÃO

ÓRGÃO: Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário — INDA

LOCALIZAÇÃO: Pará e Minas Gerais

DESCRIÇÃO, METAS E FASES DE EXECUÇÃO

Ao longo da estrada Belém-Brasília serão implantados dois núcleos colonias com 2000 famílias. Em Minas Gerais será implantado um núcleo colonial, na região dos "cerrados", objetivando-se a execução de uma experiência prática de colonização nessa área, com acompanhamento pela pesquisa agrícola e extensão rural, tendo-se em mira o exame das possibilidades de incorporação da região dos "cerrados", no mais curto prazo possível, ao processo produtivo.

Estrutura do Investimento

Projeto: *IMPLANTAÇÃO DE NOVOS NÚCLEOS DE COLONIZAÇÃO — Pará e Minas Gerais.*

Cronograma de Recebimentos:

(Em NCr\$ mil de 1968)

F O N T E S	TOTAL (*)	1968	1969	1970
Orçamentários.....	—	—	—	—
Extra-orçamentários.....	—	—	—	—
Recursos próprios.....	23 695	1 267	9 095	13 333
Outros recursos internos.....	—	—	—	—
Recursos externos.....	—	—	—	—
TOTAL.....	23 695	1 265	9 095	13 333

(*) Inclusive os já realizados.

Cronograma de Aplicações:

(Em NCr\$ mil de 1968)

U S O S	TOTAL (*)	1968	1969	1970
Pessoal.....	—	—	—	—
Outros custeios.....	3 663	535	795	2 333
Obras.....	16 465	565	7 500	8 400
Equipamentos e instalações (**)	3 567	167	800	2 600
Inversões financeiras.....	—	—	—	—
TOTAL.....	23 695	1 267	9 095	13 333

Composição segundo a moeda

(Em NCr\$ mil de 1968)

Moeda nacional.....	23 695	1 267	9 095	13 333
Moeda estrangeira.....	—	—	—	—

(*) Valor global do investimento.

(**) Inclusive material permanente.

V.4 — Incorporação dos “Cerrados” ao Processo Produtivo

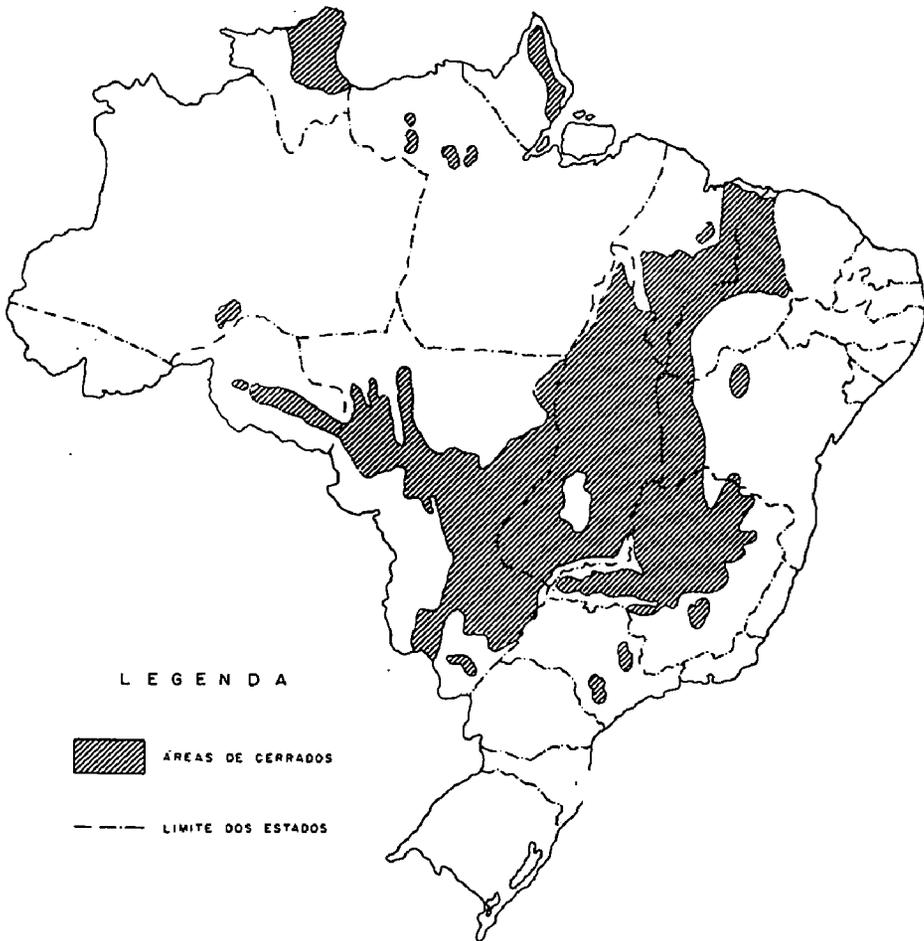
Os “cerrados” estão situados em extensas áreas compreendendo, especialmente, grande parte do Planalto Central e da Região Meio-Norte do País (Mapa n.º 17). Ocupam aproximadamente 2 milhões de km², o que significa a quarta parte do território brasileiro.

Apesar da topografia dos “cerrados” ser relativamente plana, o que lhes atribui características próprias à agricultura mecanizada, constituem um grande vazio agrícola. Tal fato deriva da impossibilidade de seus solos serem utilizados para culturas ou pastagens sem prévia correção de acidez e adição de nutrientes, conforme revelam pesquisas já realizadas.

No entanto, as mesmas pesquisas e experimentos demonstraram que os “cerrados” apresentam perspectivas promissoras para a agricultura.

Foram realizados testes com diferentes combinações de adubos e calcários para o milho, soja e algodão, em três tipos

MAPA 17
LOCALIZAÇÃO DAS ÁREAS
DE CERRADOS NO BRASIL



FONTE: ZONEAMENTO AGRÍCOLA E PECUÁRIO DO BRASIL — IPEA, COORDENAÇÃO
DOS ESTUDOS DAS ÁREAS DE CERRADOS E CONSELHO NACIONAL DE GEOGRAFIA

de solos de cerrados em três localidades de São Paulo: Orlandia, Matão e Pirassununga. * Observou-se a variação do solo, do clima e, por cerca de quatro anos, foram colhidas informações que revelam uma produção bem superior à própria média do Estado (Gráfico 7).

Outra experiência com adubação e "calagem" foi conduzida em Orlandia no período de 1960 a 1964. Seus bons resultados podem ser observados no Quadro 76.

O Quadro 75 apresenta as conclusões a que chegou a pesquisa realizada no IPEACO.

A "American International Association For Economic and Social Development" (AIA) ** promoveu pesquisas no Planalto Central, chegando às seguintes conclusões:

- a) O clima é salubre;
- b) as chuvas são favoráveis a uma agricultura racional;

QUADRO 75
PRODUÇÃO EM TERRAS DE "CERRADOS" EM ORLANDIA — SP
1960/64

TRATAMENTO	ALGODÃO		MILHO		SOJA	
	kg/ha	%	kg/ha	%	kg/ha	%
Testemunha.....	40	2	1 335	20	885	30
Calcário (1).....	450	18	3 335	56	1 460	49
Calcário + Potássio (2).....	1 825	75	5 925	98	2 825	95
Calcário + Adubo (3).....	1 840	75	5 930	99	2 900	99
Calcário + adubo completo...	2 440	100	5 995	100	2 990	100

FONTE: Freitas, L.M.M. In: O Dirigente Rural, março 1965.

(1) Ca + Mg

(2) K

(3) N + P + K + S

(4) N + P + K + S + Zn + B

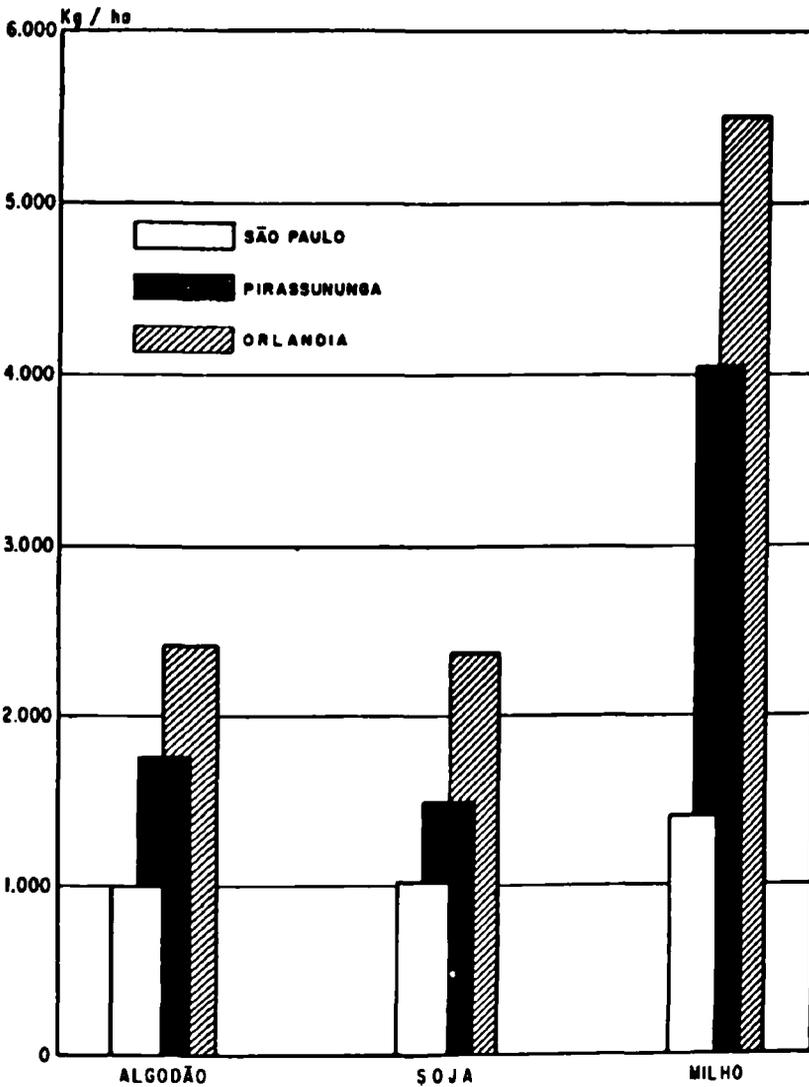
* Dirigente Rural, março de 1965, pág. 55.

** AIA — Reconhecimento de Potencial Agrícola do Planalto Central 1963.

PROGRAMA ESTRATÉGICO
AGRICULTURA

GRÁFICO 7

PRODUÇÕES DE ALGODÃO, SOJA E MILHO OBTIDOS
EM ÁREAS DE CERRADOS DAS LOCALIDADES DE
PIRASSUNUNGA E ORLÂNDIA, ESTADO DE SÃO PAULO,
COMPARADAS COM A MÉDIA DO ESTADO



QUADRO 76

COMPETIÇÃO DE 6 VARIEDADES DE CEBOLA EM ÁREAS DE "CERRADO", SEMEADAS DIRETAMENTE NO CAMPO — PRODUÇÃO EM kg/ha¹

TRATAMENTOS	REPETIÇÕES								Média
	A		B		C		D		
	Stand	kg	Stand	kg	Stand	kg	Stand	kg	
1.....	95	11 891,29	161	15 717,37	133	9 013,03	190	22 013,01	15 108,55
2.....	266	38 782,56	264	30 608,65	288	31 478,22	281	37 301,30	31 043,45
3.....	297	32 521,69	253	38 260,82	275	39 012,99	290	31 130,39	35 458,47
4.....	245	46 012,98	267	33 782,56	238	11 952,12	270	40 869,50	43 129,29
5.....	271	28 347,70	263	32 826,04	268	35 043,13	255	36 652,12	33 217,35
6.....	225	27 391,27	259	35 869,52	260	60 304,26	254	38 012,99	40 619,51

FORNTE: IPEACO.

(1) Cálculo baseado na produção da área útil.

c) as reservas de água subterrânea para o consumo do homem e dos animais não parecem oferecer problemas;

d) vinte por cento da área possui solos de boa fertilidade natural, permitindo programas imediatos de desenvolvimento;

e) oitenta por cento da área são formados por solos de estrutura física e topografia excelente, mas que requerem pesquisas adicionais sobre a sua fertilidade;

f) trinta e cinco por cento da área total (265 mil km²) têm potencial para a produção intensiva de culturas e de rebanhos, e outros trinta por cento (235 mil km²) têm potencial para a criação de gado de corte, uma vez haja um sistema extensivo bem administrado.

O constante deslocamento das fronteiras agrícolas do Brasil recomenda maior atenção ao aproveitamento das áreas de "cerrados".

O "Programa Estratégico" 1968/70 desenvolverá um plano que objetive a gradativa utilização dessas áreas, incorporando-as ao processo produtivo.

Clima, Vegetação e Solos dos "Cerrados"

As áreas dos "cerrados" possuem índice hídrico climático positivo, sem deficiências hídricas ou com deficiências moderadas. Apresentam-se, conforme Mapa 18, em faixas subúmidas e até superúmidas, com índice hídrico acima de 100 e campo limpo superior a 20, de úmido para superúmido. *

A vegetação é xeromorfa, com algumas espécies típicas e outras acessórias, comuns a outras regiões fitogeográficas, dentre as quais se salienta o angico e a aroeira. Essa vegetação é de pequeno porte, tortuosa, com caules de espessas camadas, folhas coriáceas, brilhantes e revestidas por densos pêlos, além de incluir elevada proporção de gramíneas. **

Os trabalhos de pesquisa demonstram que a causa desta vegetação típica não é decorrência da aparente falta de água, como se imaginava, já que as espécies aí existentes possuem sistemas radiculares penetrantes que lhes permitem o necessário suprimento de água de lençóis mais profundos.

Os solos dos "cerrados" são derivados de quase todos os tipos de rocha existentes e distribuídas por grande parte do território nacional. No presente plano, são feitas considerações de caráter geral, de vez que um levantamento específico dos solos dos "cerrados" é ainda objeto de preocupação do Ministério da Agricultura (DPEA). No entanto, vários autores chegaram à conclusão de que a geologia é um dos fatores que influenciam a vegetação dos "cerrados", sendo comumente os seus solos pobres em elementos nutritivos e com deficiências básicas.

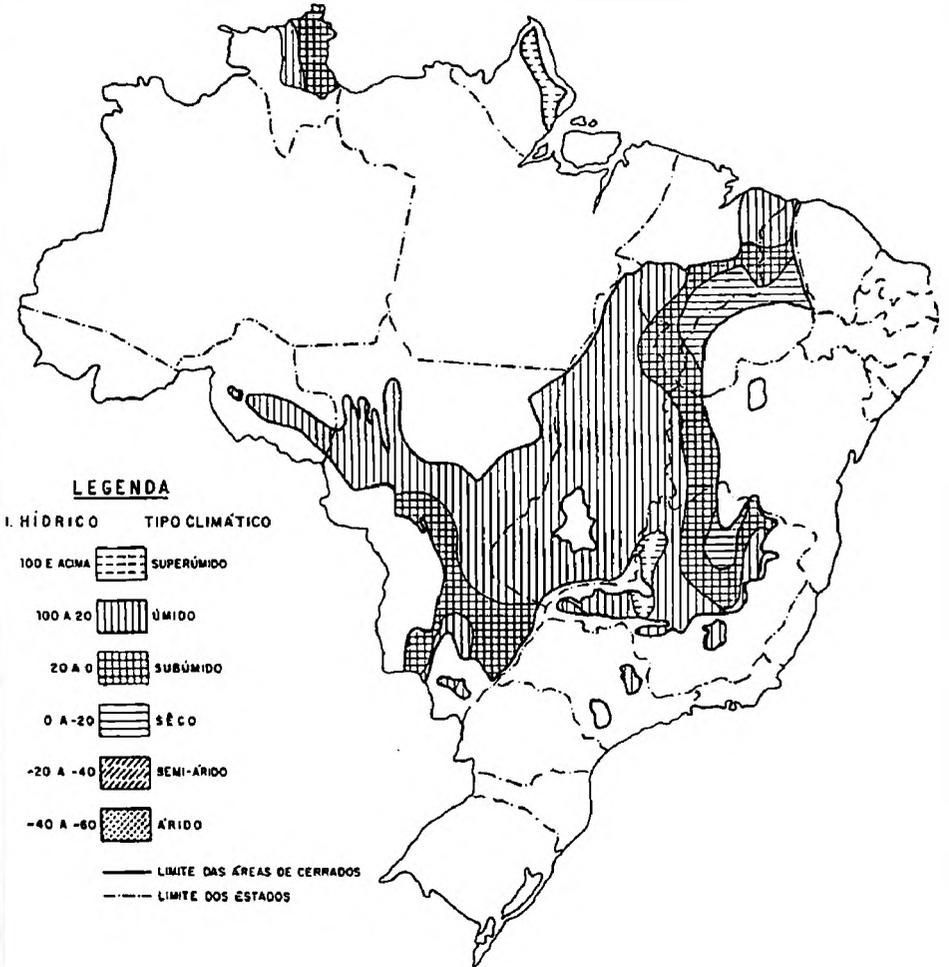
Como estudo especial anexo ao "Programa Estratégico", no trabalho "Zoneamento Agrícola e Pecuário do Brasil", ela-

* IPEA "Zoneamento Agrícola e Pecuário do Brasil", Rio de Janeiro, 1966.

** FERRI, M. G. "Informações sobre a Ecologia dos Cerrados e sobre a possibilidade do seu aproveitamento, São Paulo". In *Silvicultura em São Paulo*, Ano 3, n.º 3, 1964.

MAPA 18

TIPOS CLIMÁTICOS DOS
CERRADOS BRASILEIROS



FONTE: Mapa 9 e Zonamento Agrícola e Pecuário de Brasil - IPEA

Obs: nos cerrados não se verificou a ocorrência do clima semi-árido e árido.

borado para o IPEA, figuram indicações a respeito dos grandes grupos de solo existentes no Brasil. Boa parte da Região Norte está coberta por latossolos, caracterizados por uma lixiviação intensa e pequena reserva de minerais meteorizáveis. A topografia é plana a ondulada e com solos profundos, bem drenados e elevada percentagem de permeabilidade. Nessa região também se encontram os litossolos e regossolos.

Na região Meio-Norte mais comumente se encontram os litossolos, o mesmo se dando com a Região Leste e com a Região Sul.

Programa de Ação

Prevê-se o prosseguimento de projetos de pesquisa com a participação do Ministério da Agricultura, através do DPEA, da USAID, do IRI e da Comissão Executiva sobre os "cerrados", do Conselho Nacional de Pesquisas, com o objetivo de alcançar, no mais curto prazo possível, efetivo aproveitamento das áreas em questão.

Para cobrir um dos objetivos do plano, prevê-se a instalação de campos de demonstração localizados nas seguintes regiões:

- a) Cinco na Região Centro-Oeste;
- b) dois na Região Sul;
- c) quatro na Região Leste;
- d) dois na Região Norte;
- e) dois na Região Nordeste.

As próprias unidades do Ministério da Agricultura, já distribuídas em grande parte do Brasil, servirão de campos-piloto, aproveitando-se os dados já existentes e instalando-se alguns em outras áreas.

Descrição de projetos básicos de pesquisa nos "cerrados"

Projeto 1 — Análise econômica das pesquisas realizadas nos "cerrados", relativas à produção de culturas e criações consideradas prioritárias. Testes comparativos com relação à produção em diferentes áreas.

A preocupação com os problemas de produção em "cerrados" tem levado certos organismos nacionais e estrangeiros a desenvolver trabalhos de pesquisa em diferentes áreas brasileiras cobertas com este tipo de vegetação. Tais trabalhos estão mais relacionados com problemas de produção agropecuária e envolvem principalmente:

1. Caracterização dos solos;
2. fertilidade do solo;
3. pH — calagem;
4. água no solo;
5. clima;
6. vegetação;
7. defensivos.

No entanto, até o presente momento, não foram realizados estudos analíticos a respeito da produção nos "cerrados", pelo menos sobre aqueles trabalhos que pudessem oferecer elementos de natureza econômica e que permitissem uma análise de custos comparativos.

Assim sendo, dentro deste projeto as análises versarão mormente sobre: produção nos "cerrados"; produção em áreas de boa fertilidade natural e condições climáticas favoráveis; água; produção em áreas já abandonadas ao uso agrícola, mas passíveis de serem recuperadas.

Tais análises podem oferecer as necessárias bases para melhor planejamento da produção nos "cerrados", de vez que um dos aspectos importantes relacionados com a produção nessas áreas diz respeito aos custos de produção. As pesquisas

até agora realizadas mostram que, pelo menos em certas faixas, os “cerrados” apresentam grandes possibilidades de produção, tanto de culturas quanto de criações, respondendo bem à aplicação de fertilizantes e corretivos.

Projeto 2 — Instalação de campos de demonstração de resultados de pesquisas.

Deverão ser instalados campos de demonstração de resultados usando-se, entre outras, as facilidades de que o DPEA e IRI já dispõem, a fim de que os trabalhos possam ser acelerados.

A colaboração da ABCAR e dos órgãos das Secretarias de Agricultura nesse trabalho será de grande valor, pela introdução da moderna agricultura, valendo-se dos métodos de trabalhos extensionistas, dos quais a “demonstração de resultados” se tem apresentado como dos principais para a adoção de práticas na agricultura e na pecuária.

Projeto 3 — Culturas de valor econômico em “cerrados”:

- a) Melhoramento de plantas cultivadas;
- b) emprêgo de fertilizantes, corretivos e defensivos.

Este projeto surgiu da necessidade de avaliar os efeitos de determinados insumos para a produção nos “cerrados”. Serão medidas sôbre: melhoramento de plantas na área dos “cerrados”; determinação das deficiências minerais associadas com os principais tipos de solo de campo e “cerrado”; determinação das curvas de respostas aos vários nutrientes nos diferentes tipos de solo de campo e “cerrado”; comparação da eficiência relativa dos diferentes métodos de aplicação de adubos; comparação entre as várias fontes de adubos disponíveis; estudo da superfície de resposta a um mínimo de 2 variações com pelo menos 5 pontos; serão estudados ainda outros fatores que influam na boa utilização dos corretivos e adubos necessários à produção agrícola; a reação comparativa entre diversas culturas prioritárias; os sistemas de rotação que levem ao me-

lhor aproveitamento de corretivos e adubos e os métodos de análise de solo dos vegetais que permitam definir o estado nutricional das plantas cultivadas, de modo a servir de base para as recomendações a serem levadas aos agricultores.

Projeto 4 — Criação de valor econômico.

Na pecuária reside uma das excelentes possibilidades de aproveitamento dos “cerrados”. Grande parte da área atualmente em uso está ocupada com bovinos, em regime de criação extensiva. Dentro deste projeto os estudos mais importantes a serem desenvolvidos abrangem: os efeitos de misturas minerais na alimentação de animais, nos “cerrados”; de doenças carenciais e tóxicas dos animais dos “cerrados”; os efeitos de diferentes combinações de lotação e manejo de animais sobre a vegetação natural dos “cerrados”; as plantas forrageiras para a formação de pastagens em “cerrados”; estacionalização da reprodução e de outros recursos de manejo nos “cerrados”; suplementação, durante as secas, da alimentação de animais em reprodução, crescimento e engorda nos “cerrados”.

Projeto 5 — Suprimento e economia de água.

Os estudos sobre as necessidades de água nos solos dos “cerrados” abrangerão: produção, sob condições normais nos “cerrados”, sem suprimento de água; produção com suprimento de água, de acordo com as exigências do tipo de exploração levada a efeito.

Projeto 6 — Determinação do custo de produção.

As pesquisas sobre o custo de produção nos “cerrados” abrangerão a determinação dos custos fixos e variáveis da exploração agrícola; dos custos fixos e variáveis da exploração pecuária; do menor custo para a exploração agrícola (custo de combinação ótima); do menor custo para a exploração pecuária (custo de combinação ótima); custo da combinação ótima numa empresa agrícola diversificada, em termos de agricultura e pecuária.

Projeto 7 — Tamanho ótimo da empresa agrícola.

Este projeto prevê as considerações relativas ao tamanho ideal da empresa agrícola, à luz de suas diferentes limitações em capital-terra, mão-de-obra e administração. Os estudos deverão abranger: determinação do tamanho ótimo, consideradas as limitações da empresa voltada para a produção agrícola; determinação do tamanho ótimo, consideradas as limitações da empresa voltada para a produção pecuária; tamanho ótimo e grau de associação, consideradas as limitações, para a empresa diversificada — agricultura e pecuária.

Projeto 8 — Treinamento de administradores de empresa agrícola e mão-de-obra especializada.

Este projeto tem como finalidade principal oferecer condições para que o administrador possa tomar as decisões de forma mais racional possível, de acordo com a economia e a administração rurais.

Projeto 9 — Criação de infra-estrutura.

O plano prevê maior ênfase na área do Planalto Central, onde já se conta com maiores informações a respeito de “cerrados”, sob certos aspectos, e onde recentemente foi realizado um estudo pela AID — The American International Association for Economic and Social Development, sob o título: “Reconhecimento do Potencial Agrícola do Planalto Central do Brasil”.

A área dos “cerrados” do Planalto conta, inclusive, com modernas rodovias asfaltadas, como a que liga Belo Horizonte a Brasília, e uma série de outras que podem ser usadas no escoamento da produção para grandes centros de consumo.

Entretanto, haverá necessidade de fortalecer a infra-estrutura, tornando-a capaz de sustentar o desenvolvimento do programa de incorporação dos “cerrados”, através da criação de estradas para deslocar a produção, da eletrificação rural e adequados meios para facilitar a entrada de insumos e a comercialização da produção.

Projeto 10 — Crédito Agrícola.

Será mobilizada a Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural, através de suas filiadas, no sentido de que os objetivos do Governo sejam postos em prática, inclusive na introdução das inovações técnicas que se fizerem necessárias, de acôrdo com o andamento do plano.

O plano prevê que, em 3 ou 4 anos, os resultados dos diversos estudos a serem desenvolvidos possam fornecer suficientes informações para o desenvolvimento de um programa de colonização.

PARTE III

**Sistema de Apoio Econômico-
Financeiro ao Setor Agrícola**

Capítulo VI

SISTEMA DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA: INCENTIVOS CREDITÍCIOS E INFRA-ESTRUTURA DE ABASTECIMENTO

O sistema de apoio econômico e financeiro ao desenvolvimento agrícola, no “Programa Estratégico”, visa a incentivar os produtores a realizar os investimentos necessários à transformação tecnológica do setor. Objetiva, também, aperfeiçoar os mecanismos de comercialização e distribuição de produtos agrícolas, que compõem o sistema de abastecimento, carente de substancial modernização.

As políticas específicas que formam esse sistema de apoio compreendem a política de crédito agrícola; de preços mínimos e estoques de segurança; de modernização da estrutura de distribuição e dos serviços auxiliares de comercialização.

A nova orientação para o crédito agrícola, dentro do que preceitua a legislação em vigor (Lei n.º 4 829/65, que institucionalizou o crédito rural, e respectivo regulamento, aprovado pelo Decreto n.º 58 380/66), busca, basicamente, transformar esse crédito em instrumento para consecução dos objetivos do “Programa Estratégico”. Novas linhas de financiamentos serão concedidas, prioritariamente, para investimentos que busquem a melhoria tecnológica e o aumento da produtividade agrícola.

No tocante aos preços mínimos, objetiva-se, sobretudo, evitar as flutuações de preços agrícolas, fator de desestímulo

às inversões e limitativo da própria elevação dos níveis de oferta.

A modernização da estrutura de abastecimento será alcançada com a construção de centrais de abastecimento e mercados regionais, em centros de maior expressão demográfica, a serem operados, de preferência, pela iniciativa privada.

Através do aperfeiçoamento dos serviços auxiliares de comercialização será estimulada a implantação de supermercados e auto-serviços, modernizando o sistema de distribuição de alimentos.

A maior parte dos recursos consignados aos diversos programas de apoio ao setor agrícola se origina basicamente do orçamento monetário, e constitui, em alguns casos, apenas previsão sem objetivo de rígida fixação de montantes.

VI.1 — Política de Crédito Rural

A Lei n.º 4 829/65, e o Decreto que a regulamentou (Decreto n.º 58 380/66) representaram sensível avanço na formulação da política de crédito rural no País.

Partindo do pressuposto de que o crédito é um instrumento de política agrícola, fêz-se sua vinculação técnica à programação a ser estabelecida pelo Ministério da Agricultura. Mesmo no tocante às operações de custeio, a política de crédito rural deverá, progressivamente, estabelecer linhas preferenciais, em função das zonas agrícolas mais adequadas sob o ponto de vista ecológico e econômico. Esse trabalho, que deverá ser continuamente aperfeiçoado pelo Ministério da Agricultura, possibilitará a caracterização de um zoneamento agrícola, estabelecendo zonas homogêneas de produção segundo critérios técnicos.

O objetivo básico, porém, é o incremento ordenado dos financiamentos voltados para inversões nos estabelecimentos agrícolas e incentivos à introdução de métodos racionais de produção, de forma a melhorar os níveis de produtividade.

Diversas linhas de crédito serão estabelecidas para ampliar o volume de recursos destinados a investimentos, de acôrdo com projetos específicos, acompanhados de assistência técnica às emprêsas rurais. Para êsse fim, os programas de crédito agrícola deverão mobilizar os agrônomos do Banco do Brasil, o Sistema de Extensão Rural (ABCAR e Filiadas) e outros órgãos técnicos federais e estaduais.

Apesar da ampliação dos volumes globais de financiamentos concedidos pelas agências oficiais de crédito, especialmente pela CREA, nos dois últimos anos, o total de recursos vinha-se mostrando insuficiente para um atendimento adequado à agricultura e à pecuária. Daí a necessidade de racionalizar a aplicação do crédito e de vinculá-lo às atividades prioritárias.

As diretrizes estabelecidas a seguir fundamentam as prioridades básicas fixadas no "Programa Estratégico". Tais diretrizes deverão ser detalhadas na programação do crédito agrícola, dentro do que preceitua a legislação em vigor.

O crédito agrícola deverá:

a) Favorecer o custeio oportuno e adequado da produção e da comercialização de produtos agropecuários, orientando-se, também, para a constante melhoria técnica das lavouras e das criações;

b) estimular o incremento ordenado dos investimentos rurais ao nível dos produtores, objetivando a introdução de métodos racionais de produção. Incluem-se nesse item os financiamentos a emprêsas rurais, para aquisição de máquinas e implementos agrícolas, correção do solo, irrigação, práticas conservacionistas, eletrificação rural, armazenagem ao nível das fazendas e outros investimentos com vista à modernização tecnológica;

c) estimular os investimentos das explorações da pecuária de corte e leiteira, de suínos tipo carne, associadas à assistência técnica, visando a elevar o nível de produtividade das criações e a expressão numérica dos rebanhos;

d) ampliar os investimentos nos setores de distribuição e comercialização, por parte de cooperativas e empresas privadas. Os investimentos nessa área abrangerão a armazenagem intermediária, meios de transporte, frigorificação, eletrificação, industrialização de produtos agrícolas, implantação de centrais de abastecimento e supermercados;

e) estimular o desenvolvimento comunitário no meio rural através de obras de infra-estrutura, mediante projetos específicos.

Recursos para o crédito rural

Os financiamentos ao setor agrícola têm-se originado, em grande parte, da carteira especializada do Banco do Brasil. A razão fundamental da ausência das instituições privadas, no crédito rural, advinha do maior interesse dos bancos particulares em empréstimos ao comércio e à indústria, de prazos reduzidos, a taxas de juros mais elevadas, o que tornava desinteressante a aplicação de recursos na agricultura, a juros inferiores aos do mercado.

Por outro lado, as taxas de juros mais baixas para a agricultura constituíam forte incentivo para que os produtores rurais substituíssem poupanças próprias por recursos bancários oficiais. Revelou-se certa tendência de se operar com recursos para financiamentos, a juros baixos, e reinverter poupanças geradas na agricultura em atividades urbanas.

Tal tendência constitui, também, uma das principais causas da maior concentração de financiamentos em operações de custeio, em detrimento do crédito destinado a investimentos, resultando na reduzida taxa de formação de capital verificada no setor.

Ressalte-se que uma das linhas fundamentais no setor de crédito agrícola é a de procurar alcançar crescente participação de recursos próprios das empresas rurais em sua atividade.

A gradual tendência para o nivelamento das taxas de juros de operações de crédito agrícola com as vigentes nos setores industrial e comercial, alcançada, também, uma redução geral das taxas em vigor, possibilitará a aplicação de maior volume de recursos no crédito agrícola pelas instituições financeiras privadas. Tais recursos poderão ir além da parcela mínima de 10% do total dos depósitos a que estão obrigadas por dispositivo legal, recentemente regulamentado pela Resolução n.º 69, de 22 de setembro de 1967, do Conselho Monetário Nacional, e pela Circular n.º 100, de 24 de outubro de 1967, do Banco Central, disciplinando as aplicações de recursos na agricultura pelos bancos privados, diretamente ou através do Banco Central.

Recursos oficiais

O crédito agrícola conta, atualmente, com as seguintes fontes principais de recursos: Carteira de Crédito Agrícola e Industrial (CREAI) do Banco do Brasil; recursos canalizados pelo Banco Central, através das subcontas do Fundo Geral para a Agricultura e Indústria (FUNAGRI), ou sejam, o Fundo Nacional de Refinanciamento Rural (FNRR) e o Fundo para Desenvolvimento da Pecuária (FUNDEPE); bancos regionais, tais como o Banco do Nordeste do Brasil e o Banco da Amazônia, além de instituições com fins específicos dentro do setor rural, tais como o Banco Nacional de Crédito Cooperativo, o Grupo Executivo de Racionalização da Cafeicultura (GERCA), a Comissão Executiva do Plano de Recuperação Econômica Rural da Lavoura Cacaueira (CEPLAC), o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA) e o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA).

Carteira de Crédito Agrícola e Industrial (CREAI)

As aplicações da CREAI se condicionam aos níveis estabelecidos periodicamente pelo Conselho Monetário Nacional,

tendo em conta as necessidades de crédito consubstanciadas nas diretrizes estabelecidas na política de desenvolvimento do setor rural, bem como a harmonia com os propósitos das autoridades monetárias de equacionar a expansão geral de crédito aos níveis não considerados prejudiciais à política governamental de redução contínua da taxa inflacionária. Para a execução e controle do orçamento monetário, os quantitativos são estabelecidos em termos de saldos de aplicações em fins de período.

Nas projeções de recursos da CREAM (*) para o triênio 1968/70 (Quadro 77), os empréstimos para a lavoura e a pecuária foram consolidados segundo suas características, ou seja, custeio; insumos tecnológicos e maquinaria (capitais semifixos) e investimentos fixos.

As estimativas para dezembro de 1967 (**), no item agricultura-custeio, basearam-se no crescimento dos preços mínimos fixados para a safra de 1967/68, em relação a de 1966/67, e no aumento médio ocorrido na área cultivada dos produtos, no período 1957/65, consoante os seguintes critérios:

- a) Elevação dos preços mínimos, para os produtos amparados pela Lei de Preços Mínimos (atual Decreto-Lei número 79);
- b) aumentos admitidos, oficialmente, nos preços do cacau, café, cana-de-açúcar e trigo;
- c) média ponderada dos aumentos para as outras culturas;
- d) crescimento médio ocorrido na área cultivada, segundo levantamento efetuado sobre série de áreas cultivadas, no período 1957/65, divulgadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

(*) Boletim Trimestral do Banco do Brasil "Diretrizes para uma Política de Desenvolvimento Rural".

(**) Os dados efetivos ainda não foram divulgados.

Para o período 1968/70 o cálculo para a estimativa de agricultura-custeio fundamentou-se na projeção feita para o aumento provável da superfície plantada, a partir da série histórica mencionada acima.

A estimativa dos empréstimos da Carteira para custeio da pecuária, em dezembro de 1967, foi realizada com base no aumento do preço da carne, na safra de 1967, em relação à de 1966, e no crescimento médio do rebanho.

Para os períodos subseqüentes — 1968/70 — utilizou-se apenas a taxa projetada de crescimento dos rebanhos, calculada sobre levantamento efetuado no período 1957/65, a partir de dados do Serviço de Estatística da Produção (SEP), do Ministério da Agricultura.

Para os empréstimos da CREAM destinados ao suprimento de capitais semifixos, como aquisição de insumos tecnológicos e maquinaria (sementes certificadas, fertilizantes e defensivos, produtos veterinários, máquinas e implementos agrícolas), tanto para a agricultura como para a pecuária, foi mantida uma relação constante com o total de aplicações no setor rural, beneficiando-se, portanto, da elevação ocorrida no item investimentos.

A projeção dos investimentos fixos, para 1967, baseou-se na expansão da área cultivada e no aumento dos preços mínimos, a exemplo das estimativas do custeio, de modo a permitir crescimento paralelo.

O Banco do Brasil propôs uma elevação de NCr\$ 200 milhões anuais para reforço dos investimentos fixos, proposição a ser examinada pelo Conselho Monetário Nacional. Na formulação do "Programa Estratégico" propõe-se um crescimento, na taxa de crédito para investimentos, de 8% ao ano, em termos reais, um pouco acima da taxa de crescimento do produto nacional e do produto agrícola, a fim de estimular os investimentos no setor agropecuário, conforme se expõe na apresentação da estratégia para o desenvolvimento do setor agrícola — Capítulo II.

QUADRO 77

EMPRÉSTIMO A AGRICULTURA E PECUÁRIA PELA CREA
SALDOS EM FINS DE PERÍODOS — NCr\$ 1 000

ESPECIFICAÇÃO	1967		1968	1969	1970
	(1)	(2)	(3)	(3)	(3)
Custeio.....	529 448	560 241	595 410	627 327	660 043
<i>Agricultura</i>	481 590	520 881	548 236	578 266	609 020
Algodão.....	69 185	73 070	77 162	81 483	86 046
Arroz.....	114 238	122 120	130 516	138 553	146 182
Cacau.....	7 882	8 118	8 369	8 628	8 895
Café.....	19 618	19 618	19 618	19 618	19 618
Cana-de-açúcar.....	33 600	35 515	37 539	39 078	41 939
Feijão.....	14 552	15 294	16 073	16 893	17 755
Mandioca.....	12 246	12 956	13 707	14 502	15 343
Milho.....	117 068	133 507	140 850	148 597	156 770
Amendoim.....	18 668	19 265	19 881	20 617	21 174
Soja.....	11 862	12 306	12 954	13 537	14 146
Trigo.....	0 848	0 531	0 131	8 747	8 380
Outros.....	56 712	58 401	62 406	66 513	69 772
<i>Pecuária</i>	43 858	45 360	47 174	49 061	51 023
Investimentos Semifixos.....	—	397 102	501 902	607 958	714 379
Tratores e implementos — fabricação nacional.....	—	261 131	330 051	399 793	469 776
Outras máquinas e imple- mentos.....	—	15 746	57 819	70 037	82 298
Veículos e animais de serviço.....	—	41 100	51 947	62 924	73 938
Fertilizantes inseticidas, corretivos e semelhantes.....	—	49 122	62 085	75 204	88 369
<i>Intervenções-fixas</i>	—	302 120	502 120	702 120	902 120
TOTAL.....	—	1 265 463	1 599 432	1 937 405	2 276 512

- (1) Estimativas com base no aumento dos preços mínimos.
 (2) Estimativas com base no aumento dos preços mínimos e aumento na área cultivada.
 (3) Saldos projetados. Para Agricultura-custeio: baseia-se na projeção de aumento da área plantada.
 Pecuária-custeio: baseia-se na taxa projetada de crescimento do rebanho.
 Investimento semifixo: foi mantida uma relação constante com o total de aplicação no setor rural.

Calculando as projeções para 1968/70, a preços de 1968, a estimativa de recursos para o crédito agrícola, através da CREA, alcança os montantes indicados no Quadro 78.

QUADRO 78
EMPRÉSTIMOS AO SETOR AGRÍCOLA PELA CREAM
(SALDOS EM FIM DE PERÍODO)

NCr\$ milhões de 1968

ESPECIFICAÇÃO	1968	1969	1970
<i>Custeio</i>	706	740	776
Agricultura.....	650	682	716
Pecuária.....	56	58	60
<i>Investimentos</i>	896	968	1 046
Semifixos.....	508	549	593
Fixos.....	388	419	453
TOTAL	1 602	1 708	1 822

NOTA: Estimativa baseada no Quadro 77 apresentado pelo Banco de Brasil. Sobre os quantitativos e preços de 1967 acrescentou-se 20% (para conversão a preços de 1968). Para o custeio da agricultura a previsão foi baseada em um aumento da área cultivada de 5%; para o custeio da pecuária, numa taxa de crescimento do rebanho de 4%; para os investimentos fixos e semifixos, além do acréscimo de 20%, admitiu-se uma expansão à taxa de 8%, um pouco acima da taxa de crescimento do produto total, a fim de estimular os investimentos na agricultura.

Banco Central

Através do Decreto n.º 56 835, de 3 de setembro de 1965, o Governo Federal instituiu o FUNAGRI — Fundo Geral para a Agricultura e Indústria, do Banco Central, com a finalidade de incorporar os fundos providos com recursos de origem externa e interna, destinados a suprir os setores rural e industrial. No que se refere à agricultura, constam, como subconta do FUNAGRI os seguintes fundos: FNRR — Fundo Nacional de Refinanciamento Rural e, recentemente, o FUNDEPE — Fundo de Desenvolvimento da Pecuária de Corte.

Fundo Nacional de Refinanciamento Rural — FNRR

As fontes de recursos do FNRR constituem-se de recursos externos (contravalor em cruzeiros) provenientes de acordos de financiamentos com agências internacionais e recursos internos, oriundos das seguintes fontes:

- a) Diferença de preço do trigo e petróleo;
- b) resultados operacionais do Fundo;
- c) colocação de Bônus Agrícolas — Resolução n.º 5;
- d) parcela recolhida ao Banco Central pelos bancos privados — Resolução n.º 69;
- e) contribuição do Governo Federal aos programas específicos, como contrapartida de alguns acordos de financiamento com agências internacionais;
- f) adiantamentos do Banco Central ou do GERCA e provisões governamentais, por conta de receitas futuras.

O Quadro n.º 79 mostra o volume de recursos já postos à disposição do FNRR, até 1967, e os previstos ou programados para o triênio próximo.

QUADRO 79
RECURSOS DE ORIGEM EXTERNA E INTERNA CONSIGNADOS
AO FUNDO NACIONAL DE REFINANCIAMENTO RURAL

RECURSOS	RECURSOS RECEBIDOS			RECURSOS EFETIVOS A SEREM RECEBIDOS (NCRs mil de 1968)		
	1964/65	1966	1967	1968	1969	1970
Externos.....	34 895	10 300	33 525	197 935	25 915	—
Internos.....	2 958	52 819	75 127	126 075	82 387	94 000
TOTAL.....	37 853	63 119	108 652	324 010	108 302	94 000

FCNTE: Banco Central

Nos anos 1964/65, quando existente a Comissão Nacional de Crédito Rural (julho de 1964 a setembro de 1965) o total de recursos consignados ao Fundo foi de 37,8 milhões de cruzeiros novos, elevando-se êsse montante para 63,1 e 108,6 milhões de cruzeiros novos em 1966 e 1967, respectivamente.

Para o triênio 1968/70 destaca-se o ano de 1968 como o de maior volume de recursos, previsto na ordem de 324 milhões

de cruzeiros novos. Resultam de acórdos de financiamentos, já firmados com a Aliança para o Progresso (acôrdo AID-512-L-061), com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (acôrdo BID-71-SF-BR), no VII Acôrdo do Trigo (assinado em 5 de outubro de 1967), e, por fim, de um acôrdo programado e em fase de negociações com a Aliança para o Progresso.

Cabe destacar, em 1968, os recursos gerados pelo VII Acôrdo do Trigo a serem aplicados no setor agrícola, cuja programação figura no Quadro 80

QUADRO 80
PROGRAMAÇÃO DO VII ACÔRDO DO TRIGO
(Em NCr\$ mil de 1968)

ESPECIFICAÇÃO	NCr\$ 1 000
Centrais de abastecimento.....	10 150,00
Estradas Vicinais.....	8 000,00
Programa de Sementes.....	5 000,00
Cooperativas.....	16 800,00
Crédito Agrícola.....	21 500,00
Fertilizantes.....	17 636,90
FUNFERTIL.....	4 000,00
Extensão Rural.....	3 000,00
Pesquisa Agrícola.....	5 000,00
SUNAB.....	3 000,00
Modernização e reequipamento de usinas de leite.....	270,00
SUVALE.....	2 700,00
TOTAL.....	97 056,90

NOTA: Programação aprovada pelo Ministério do Planejamento em conjunto com outros Ministérios.

Ainda como recursos internos figura a previsão de entrada de NCr\$ 100 milhões, relativos aos recolhimentos compulsórios a serem efetuados pelos bancos privados no Banco Central — FNRR, de acôrdo com o que estabelece a Resolução n.º 69, anteriormente mencionada.

Para o ano de 1969 a entrada de recursos externos (cêrca de 25,9 milhões de cruzeiros novos) refere-se a parcelas de acôrdos já firmados, não se prevendo nenhuma entrada dessa natureza em 1970. Tal fato evidencia a necessidade de acelerar a programação e preparação de projetos de reforço ao volume de recursos para o crédito agrícola.

Aplicação dos recursos do FNRR

Os recursos do FNRR, decorrentes de acôrdos internacionais, foram, de modo geral, contratados com as agências externas de financiamento a prazos de carência relativamente longos.

Tais recursos, no entanto, são insuficientes em face do volume da demanda dos produtos rurais, circunstância que conduz a operações de curto prazo, tais como as de custeio, em prejuízo das de investimento. Os financiamentos do BID (Acôrdos BID 71 e BID 87) e o empréstimo que vem sendo negociado com a Aliança para o Progresso devem ser destinados, sobretudo, a investimentos, a prazos médio e longo, o que acarretará menor rotatividade do capital.

QUADRO 81

DISPONIBILIDADE DO FUNDO NACIONAL DE REFINANCIAMENTO RURAL (VALOR ACUMULADO EM FIM DE PERÍODO)

ORIGEM DOS RECURSOS	RECURSOS EFETIVOS			PREVISÃO DE RECURSOS A PREÇOS DE 1968 (NCr\$ mil)		
	1964/65	1966	1967 (*)	1968	1969	1970
Externos.....	34 895	45 195	78 556	270 574	322 485	322 485
Internos.....	2 958	55 777	131 008	102 075	239 309	333 309
TOTAL.....	37 853	100 972	209 024	430 240	561 794	655 794

FONTE: Banco Central.

(*) Estimativa.

As previsões de recursos do FNRR (saldos acumulados em fim de período, que constituem as disponibilidades do fundo) para o triênio 1968/70 (Quadro 81) foram obtidas com base nas entradas de recursos expressos no Quadro 79 e em suas acumulações, mantendo-se a tendência de operações anuais.

O volume crescente de recursos: 439,2, 561,8 e 655,8 milhões de cruzeiros novos, respectivamente, somente será alcançado, entretanto, se destinados, na maior parte, à operação de custeio, ou seja, de rápido giro. Na hipótese, porém, de ampliação das linhas de crédito para investimentos, os volumes acima indicados ficariam substancialmente reduzidos. O Programa Estratégico prevê o aumento dos volumes de crédito para investimentos que visem à modernização da agricultura, devendo-se, assim, estudar novos esquemas e fontes de recursos para essa linha de financiamento.

Fundo de Desenvolvimento da Pecuária de Corte — FUNDEPE

O FUNDEPE foi instituído pelo Decreto n.º 61 105, de 28-7-67, com base no acôrdo de empréstimo com o Banco Mundial (Projeto de Desenvolvimento da Pecuária de Corte) destinando-se especificamente a oferecer crédito para investimento no Setor (incluindo bovinos, ovinos e produção de lã), com o objetivo de aumentar a produtividade dessas atividades e conseqüente aumento da produção para consumo interno e para a exportação.

Pelo mesmo Decreto foi criado o Conselho Nacional de Desenvolvimento da Pecuária — CONDEPE, órgão que tem por finalidade estabelecer a política de desenvolvimento da pecuária e supervisionar a assistência técnica especializada a ser prestada aos mutuários.

O projeto terá início em 1968, vigência de vinte anos, prazo de carência de 6 anos, sendo que seu volume global, em termos de recursos externos e internos, tem as seguintes origens.

QUADRO 82

FONTES DE RECURSOS INTERNOS E EXTERNOS — FUNDEPE

FONTE DE RECURSOS	FINANCIAMENTO DO PROJETO			ASSISTÊNCIA TÉCNICA			CUSTO TOTAL		
	US\$ milhões	NCr\$ milhões	%	US\$ milhões	NCr\$ milhões	%	US\$ milhões	NCr\$ milhões	%
a) Governo Brasileiro	22,4	71,7	30,0	2,7	8,6	50,0	25,1	80,3	31,0
b) Fazendeiros.....	14,9	47,7	20,0	—	—	—	14,9	47,7	19,0
c) Banco mundial..	37,3	118,4	50,0	2,7	8,6	50,0	40,0	128,0	50,0
TOTAL.....	74,6	238,8	100,0	5,4	17,2	100,0	80,0	266,0	100,0

VI.2 — Política de Mercados Agrícolas

Introdução

Caracteriza-se a atividade agrícola por uma natural instabilidade e um risco mais elevado decorrente de sua dependência de fatores naturais aleatórios. Essa instabilidade se traduz, para o empresário agrícola, em contínuas flutuações nos preços de seus produtos, na variação da amplitude dos mercados e na impossibilidade de controlar, *a priori*, o resultado de sua atividade produtiva. No entanto, êsses empresários tomam suas decisões fundamentados na previsão dos preços relativos de seus produtos. Assim, é o sistema de preços que, em geral, orienta a alocação dos fatores produtivos e a decisão de investimento (*).

O "Programa Estratégico" prevê um conjunto de medidas que propiciem a redução nas flutuações dos preços e mantenham a amplitude dos mercados. Tais medidas se encontram

(*) A propósito da reação da Agricultura aos estímulos de preços, veja-se Delfim Netto em "Agricultura e Desenvolvimento Econômico".

Estudos ANPES n.º 5 — São Paulo — 1966.

consubstanciadas nas políticas de preços mínimos; de estoques de segurança e de compensação de exportação.

A política de preços mínimos agirá como instrumento de sustentação dos preços nos mercados agrícolas dos produtos de origem vegetal, ao nível dos preços de equilíbrio, ampliando o volume de recursos para estocagem nos períodos de safras excedentes, através do sistema de crédito e absorvendo parte desses excedentes para a formação de estoques de reserva.

A política de estoques de segurança visará a manutenção de estoques de reserva provenientes de parte dos excedentes exportáveis, permitindo a ampliação de uma oferta periodicamente contraída, satisfazendo as necessidades da demanda interna e externa e evitando que as excessivas flutuações nos preços condicionem a redistribuição dos fatores produtivos, no caso das culturas alternativas.

A política de exportação, para alguns produtos, será o principal instrumento complementar de ajustamento entre os preços do mercado externo e os vigentes no mercado interno.

a) *Política de Preços Mínimos*

A política de preços mínimos visa, sobretudo, a reduzir as flutuações dos preços agrícolas, concorrendo para o desenvolvimento do setor agropecuário na medida em que reduz os riscos e a incerteza da atividade agrícola, favorecendo maior volume de inversões no setor.

Até 1964 a política de preços mínimos praticada pelo Governo Federal teve como objetivo principal evitar as baixas estacionais nos preços agrícolas que se supunha resultarem de práticas oligopsônicas de mercado. Atribuía-se ênfase especial ao programa de aquisições, como meio de concorrência ao sistema privado e de obter melhor remuneração para os produtores.

O estudo aprofundado dos mercados agrícolas levou à formulação de substanciais alterações na política anterior-

mente vigente. Verificou-se que a amplitude das oscilações anuais, decorrentes basicamente da flutuação da oferta agrícola, condicionada por fatores climáticos aleatórios, determinava os principais problemas de mercado.

Quando as condições climáticas propiciavam a obtenção de maiores rendimentos por área surgiam excedentes que encontrando, por vezes, dificuldades de escoamento no mercado externo, pressionavam o mercado interno, provocando baixas excessivas nos preços e redistribuição dos fatores de produção, em função dos preços relativos, entre os diversos produtos de culturas alternativas.

Por outro lado, as flutuações nos preços, decorrentes das variações nos níveis da oferta, constituíam fator negativo para realização de investimentos necessários à modernização da atividade.

A política anterior não logrou diminuir estas flutuações, mantendo-se a incerteza dos produtores (Ver Gráficos 8 a 13). As descontinuidades na aplicação de recursos e o volume relativamente reduzido dos montantes utilizados resultaram numa certa inoperância da política governamental. Acresce que as principais distorções nos mercados decorriam basicamente da insuficiência da infra-estrutura de transportes e comunicações ou de reduções no volume de crédito à comercialização.

Não havendo, por outro lado, um critério adequado para fixação dos preços mínimos, verificava-se relativa ineficácia do programa no sentido de sustentar os mercados agrícolas. O mecanismo adotado proporcionava uma única alternativa prática aos produtores, que, nos períodos de baixa excessiva dos preços nos mercados, vendiam parcela de sua produção ao Governo, aos preços fixados, que acompanhavam, no geral, as flutuações dos mercados.

O Quadro 83 mostra as diferenças entre os preços de mercado e os preços mínimos:

QUADRO 83

DIFERENÇAS PERCENTUAIS ENTRE PREÇOS MÉDIOS PAGOS AOS
AGRICULTORES EM SÃO PAULO E PREÇOS MÍNIMOS NOS
CENTROS DE CONSUMO — 1952/1966

PRODUTOS	Diferença entre preço de mercado e preço mínimo bruto em %	Diferença entre preço de mercado e preço mínimo líquido (1) em %
Arroz.....	15,7	45,7
Milho.....	46,5	76,5
Feijão.....	123,0	153,0
Algodão (2).....	32,9	32,9
Ameioim.....	27,0	99,0
Soja.....	69,0	99,0

FONTE: Programação da Política de Abastecimento IPEA/CFP—Vol. I pág. 92-1967.

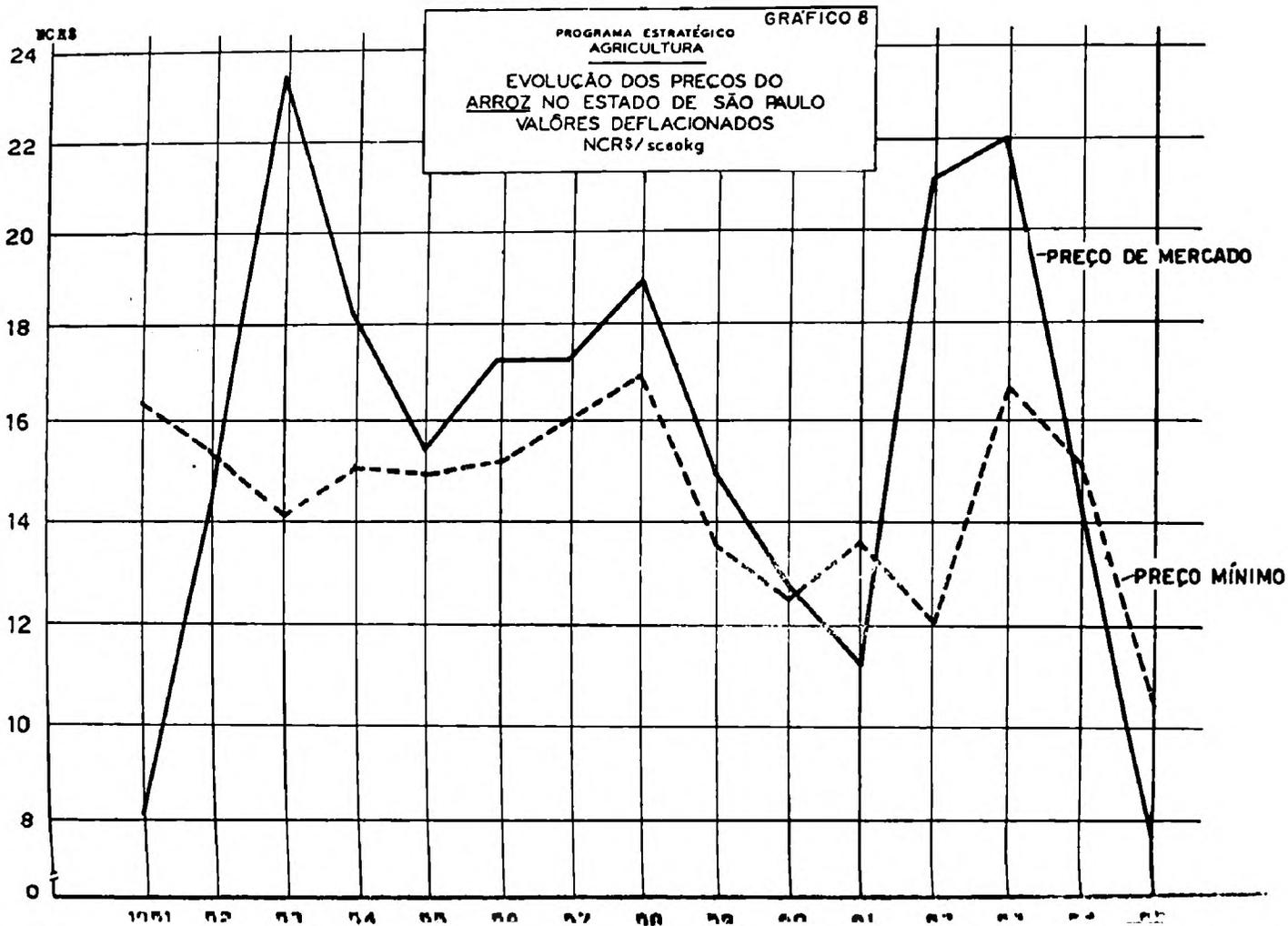
(1) Média de 12 anos; o preço mínimo é fixado no interior.

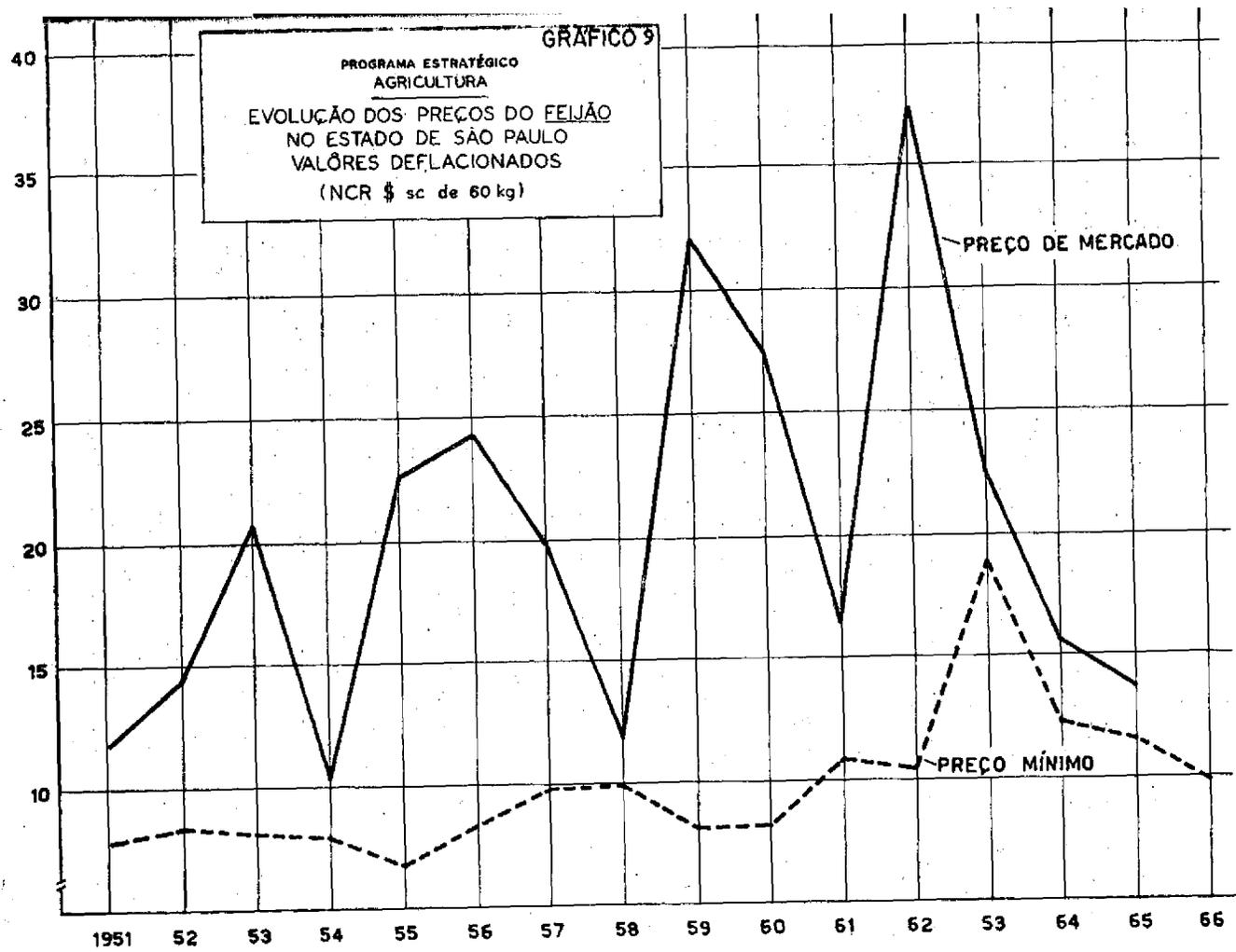
(2) Considerou-se o preço mínimo líquido no interior como média 70% do preço bruto, conforme amostras calculadas na CFP.

A nova orientação para a política de preços mínimos baseia-se no pressuposto de que a sustentação de preços deve ser promovida, basicamente, através da concessão de financiamentos à estocagem e à comercialização, no quadro de um programa institucional de crédito para regularização dos mercados agrícolas.

Os estudos realizados e a experiência do Governo Federal na condução dessa política levaram à adoção de normas operacionais, quanto a prazos, títulos representativos das operações, agentes e áreas de fixação dos preços que permitirão sensível incremento na eficiência operacional e melhoria nos resultados.

Prazos — Para o arroz, milho, soja, amendoim, girassol e farinha de mandioca o prazo de financiamento não deve ser inferior a 180 dias nem ultrapassar 210 dias. Para o algodão esse prazo deve conter implicitamente a possibilidade de renovação por mais 180 dias, dependendo das condições de mercado.





NCES

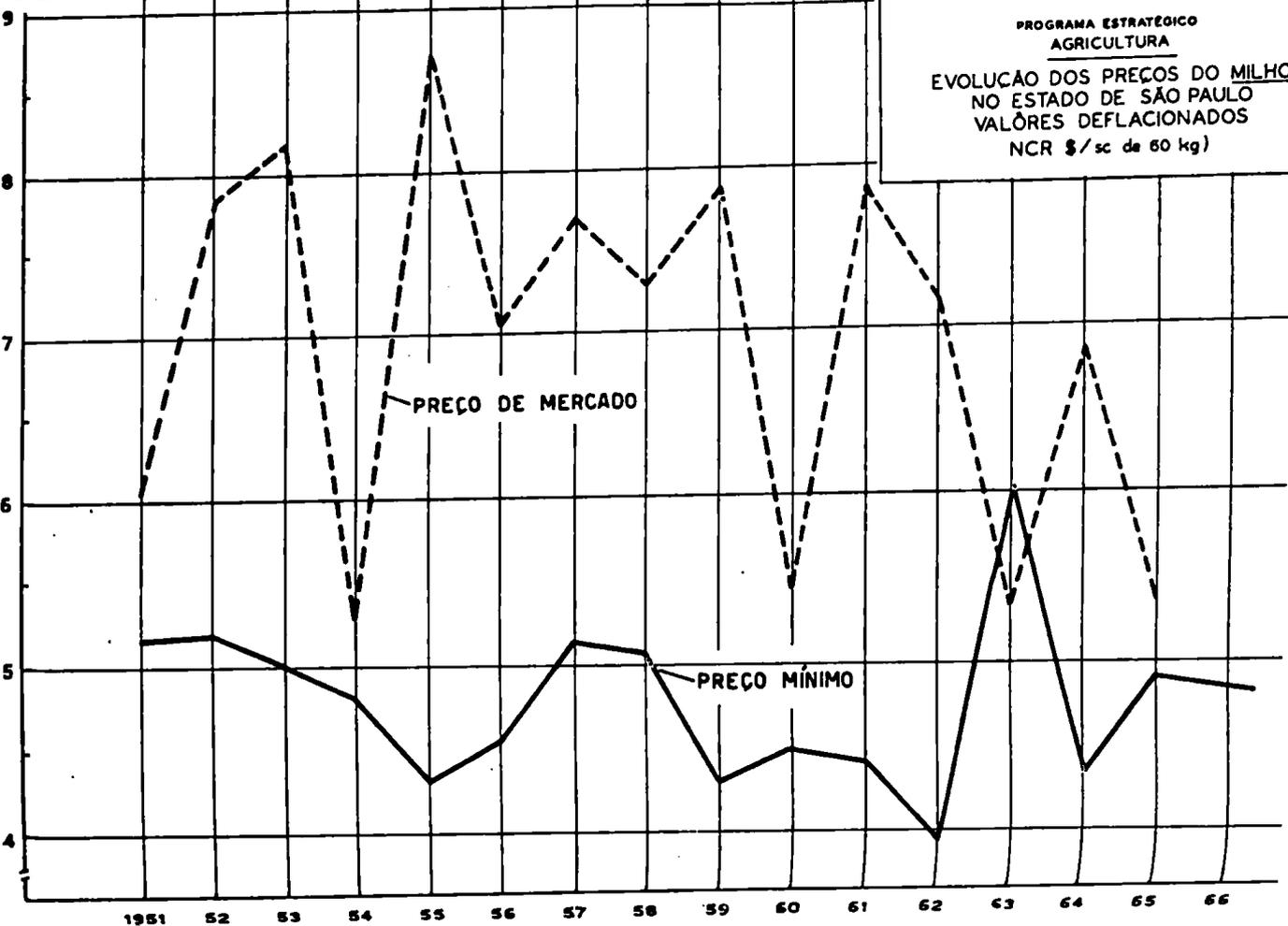


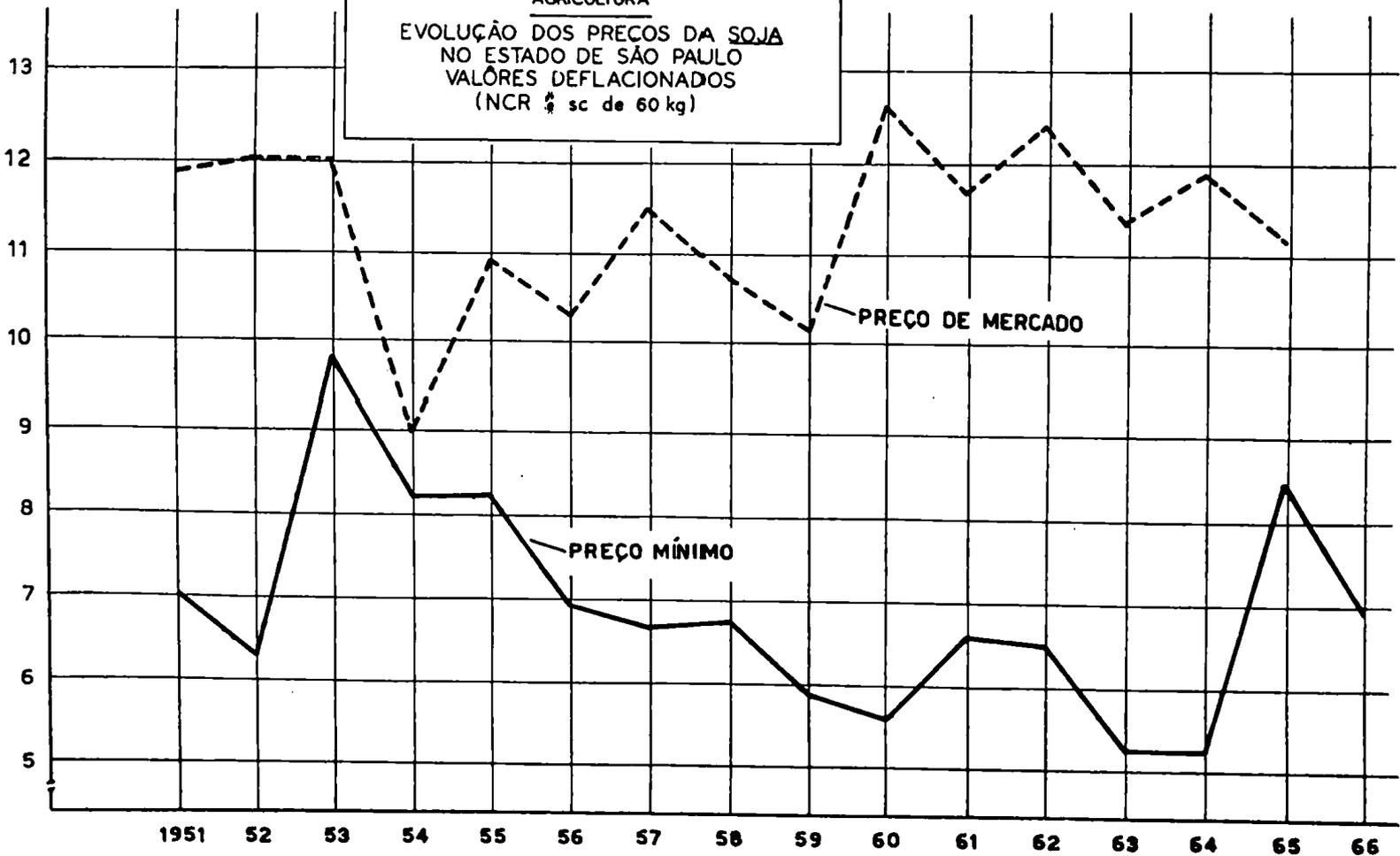
GRÁFICO 10

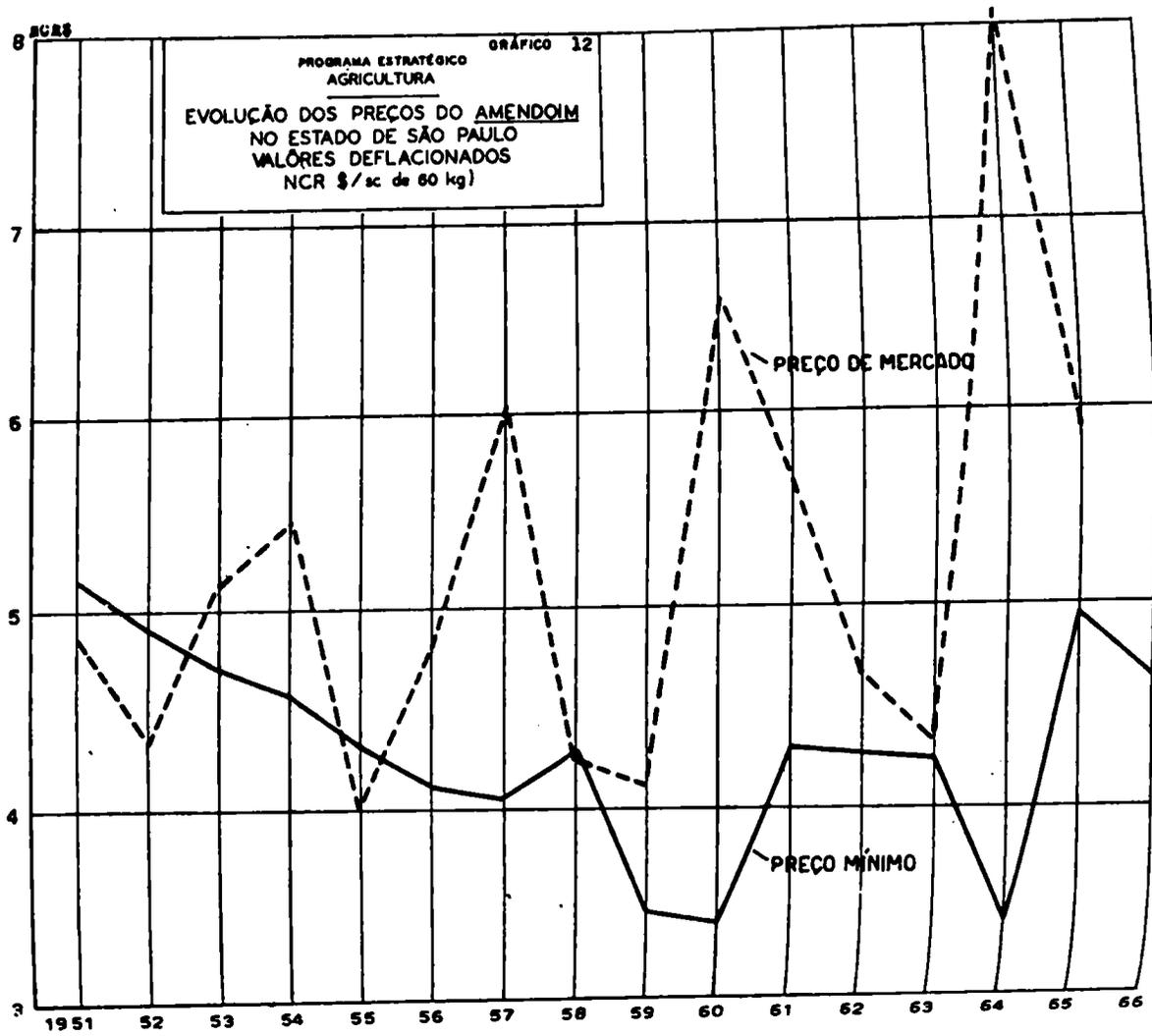
NCR\$

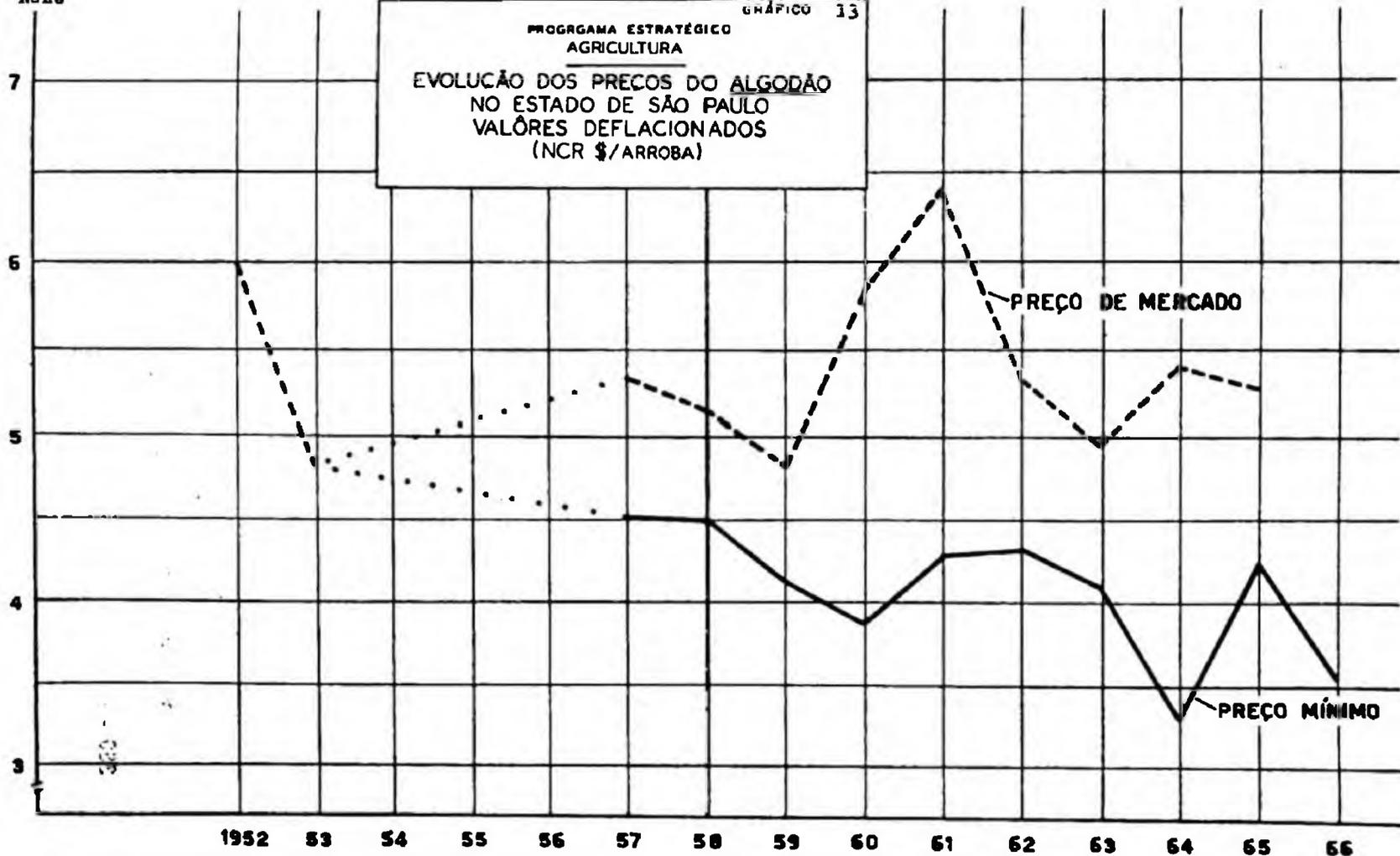
GRÁFICO 11

PROGRAMA ESTRATÉGICO
AGRICULTURA

EVOLUÇÃO DOS PREÇOS DA SOJA
NO ESTADO DE SÃO PAULO
VALORES DEFLACIONADOS
(NCR \$ sc de 60 kg)





PROGRAMA ESTRATÉGICO
AGRICULTURAEVOLUÇÃO DOS PREÇOS DO ALGODÃO
NO ESTADO DE SÃO PAULO
VALORES DEFLACIONADOS
(NCR \$/ARROBA)

O feijão, em face da existência de duas safras na maior parte da região Centro-Sul, deve ter um prazo máximo de 120 dias, devendo-se considerar, no entanto, no caso de safras volumosas, a possibilidade de prorrogação por mais 60 dias.

Títulos — Os títulos representativos das operações de financiamento à estocagem serão: contratos de penhor mercantil, *warrants*, contratos de alienação fiduciária em garantia, no caso de produtos classificados e contratos de penhor rural, e cédula rural pignoratícia para os produtos não classificados depositados nas propriedades agrícolas. Os títulos representativos das operações de financiamento à comercialização são as promissórias rurais e duplicatas rurais.

No caso dos produtos que sejam matérias-primas industriais, os contratos de penhor mercantil poderão permitir a substituição da garantia da matéria-prima pelo produto elaborado e serem substituídos pela caução de duplicatas representativas da venda da mercadoria penhorada, dando cobertura creditícia às operações de industrialização de produtos primários.

Agentes das operações — Para maior flexibilidade nas operações de financiamento e maior dispersão territorial dos agentes a política deverá ser executada através de todo o sistema bancário, tanto oficial como privado, na posição de agentes financeiros do Banco Central, permitindo maior facilidade de coordenação e controle da execução da política.

Fixação dos preços mínimos — Os preços serão fixados 90 dias antes do início do plantio, como correção dos valores estabelecidos de preferência para o período de 3 anos, e serão função dos preços a serem efetivamente pagos ou dos preços tomados como base para o financiamento aos

agricultores. Para isso, serão determinadas zonas homogêneas dentro das quais vigorarão os preços fixados, livres de qualquer despesa ou imposto.

A fixação dos preços mínimos por 3 anos, em nível aproximado dos preços de equilíbrio — níveis estes que deverão ser compatibilizados com os preços básicos de exportação, demonstrando a real capacidade competitiva da agricultura brasileira — permitirá a sustentação dos mercados agrícolas e redução das flutuações periódicas nos preços. Com a ampliação do mercado externo, pela aplicação da política de compensação das exportações, será possível a realização do programa a custos substancialmente inferiores aos atuais.

As normas de execução dessa política podem ser assim sintetizadas:

a) Fixação de preços, de preferência, por períodos de 3 anos, próximos aos níveis dos preços de equilíbrio;

b) fixação dos preços, calculados líquidos, por zonas homogêneas de produção;

c) correção dos preços anualmente em função das variações no nível geral dos preços;

d) manutenção do sistema de financiamento, sob pehor mercantil, pelo valor do preço mínimo a prazo de 180 dias, prorrogável por 180 dias no caso do algodão; por 120 dias, no caso do feijão;

e) aplicação de índices de correção estacional dos custos, trimestralmente, sobre os preços mínimos fixados;

f) delegação de poderes a todo o sistema bancário, privado e oficial, para execução das operações financeiras da política, através de convênio com o Banco Central;

g) credenciamento das companhias oficiais e privadas de armazenagem para operarem no programa de preços mínimos, segundo contratos de garantia e responsabilidade, na estocagem e movimentação dos estoques oficiais.

Estimativa das Necessidades de Recursos

Para a estimativa preliminar dos recursos necessários aos financiamentos, considerou-se que seriam estocados com recursos de crédito, em média, nos 180 dias, a partir do início da colheita, 30% da produção. Nesse período, é encaminhada ao mercado a quase totalidade da produção de soja, feijão e amendoim, cêrca de 80% da produção de arroz e 40% da produção de milho (Quadros 84 e 85).

Considerando-se, também, que cêrca de 50% do total seria estocado com recursos da demanda comercial, ter-se-ia necessidade de recursos da ordem de 15% do valor da oferta no período para o financiamento da estocagem e para o financiamento da comercialização.

QUADRO 84

ESTIMATIVA DAS NECESSIDADES DE RECURSOS PARA PREÇOS MÍNIMOS EM 1968 — REGIÃO CENTRO-SUL (Preços de 1968)

PRODUTOS	Quantidade a ser financiada (1 000 t)	% do total previsto da produção	Estimativa do valor NCr\$ milhões
Arroz.....	800	15,0	254,5
Feijão.....	480	35,0	169,7
Milho.....	570	7,0	76,0
Soja.....	50	16,0	10,8
Amendoim.....	160	35,0	49,7
Algodão.....	150	15,0	71,6
TOTAL.....	2 210	—	632,6

NOTA: Em virtude do menor volume de aplicações no Norte e Nordeste o, em razão do calendário agrícola, os recursos acima atenderiam também a essas regiões.

Na realidade, as necessidades reais de recursos não atingem NCr\$ 632,6 milhões, desde que se efetua um giro dos recursos no decorrer do ano.

Os preços mínimos devem se aproximar dos de equilíbrio nos mercados, aos níveis de rendimento médios normais por

QUADRO 85

**ESTIMATIVA DOS SALDOS DOS RECURSOS A SEREM APLICADOS
NA POLÍTICA DE PREÇOS MÍNIMOS (A preços de 1968)**

MESES	NCr\$ Milhões	MESES	NCr\$ Milhões
Janeiro.....	77,2	Julho.....	398,5
Fevereiro.....	94,3	Agosto.....	487,7
Março.....	116,4	Setembro.....	482,7
Abril.....	141,7	Outubro.....	442,8
Maió.....	201,2	Novembro.....	394,1
Junho.....	293,5	Dezembro.....	361,8

NOTA: Para efeito de arcamento monetário, tendo em vista o saldo previsto de NCr\$ 263 milhões em dezembro de 1967 e admitindo-se hipóteses de desmobilização de estoques compatíveis com os ocorridos no passado, os saldos estimados das aplicações dos recursos são os seguintes: março — NCr\$ 310 milhões; junho — NCr\$ 436 milhões; setembro — NCr\$ 247 milhões, e dezembro — NCr\$ 456 milhões.

área cultivada. Admite-se que um dos critérios seria utilizar uma série de preços de 6 anos e obter o preço médio como representativo do preço de equilíbrio. Os ganhos de produtividade não teriam sido significativos a ponto de modificar substancialmente o valor real desses preços. Os resultados estão contidos no Quadro 86.

QUADRO 86

PREÇOS MÍNIMOS ESTIMADOS PARA OS TIPOS BÁSICOS

(NCr\$ de 1968/Sacos 60 kg)

PRODUTOS	Região Centro-Sul	Região Norte-Nordeste
Arroz (1).....	18,76	18,76
Milho.....	7,93	9,06
Feijão.....	29,90	24,43
Algodão (2).....	6,94	8,06
Amendoim (3).....	7,72	—
Soja.....	13,16	—

(1) Arroz em casca.

(2) Algodão em carço em arrêta.

(3) Em sacos de 25 kg.

Êstes preços são líquidos e médios anuais e deverão sofrer, ainda, a correção de diferenças de frete entre as diversas regiões. São, portanto, preços mínimos médios, líquidos, para o produto pôsto no interior dos Estados.

b) *Política de Estoques de Segurança*

A política de estoques de segurança visa a elevar o nível dos estoques de passagem de uma safra para outra, de forma a possibilitar redução nas flutuações dos preços, decorrentes das variações cíclicas e aleatórias no nível da oferta, e propiciar, assim, maiores garantias aos investimentos no setor agrícola.

Considerando-se que as variações no nível da oferta não apresentam regionalmente grande amplitude e que o setor privado já detém usualmente estoques de passagem, financiados com seus recursos usuais de giro, torna-se viável a realização de um programa de complementação dêsses estoques a fim de evitar que a redução periódica, no nível da oferta dos produtos agrícolas, determine uma indesejável flutuação nos preços, com a conseqüente instabilidade da atividade agrícola.

No dimensionamento dêsses estoques, levou-se em consideração a oferta total, tanto para os mercados internos como para os mercados externos, de modo a garantir um mínimo de exportações anuais, capazes de justificar os investimentos na infra-estrutura dos serviços ligados a essas operações, cujo aumento de produtividade elevará a possibilidade de competição dos produtos brasileiros no mercado externo.

A formação de estoques deverá ser feita para as regiões Centro-Sul e Norte-Nordeste e, básicamente, para os seguintes produtos: arroz, feijão, milho, soja e amendoim.

A constituição dos estoques de segurança será conseguida através da aquisição pela política de preços mínimos, quando da formação de excedentes periódicos decorrentes das flutuações da oferta. Deverá ser efetuada nas zonas produtoras, em unidades armazenadoras especialmente selecionadas para es-

tocagem, por períodos mais longos, permitindo sensível redução nas perdas.

A comercialização dos estoques, em caso de carência, se fará somente nas zonas produtoras e em mercados regionais organizados, através dos agentes normais de comercialização. Os estoques sofrerão rotação anual, quando de acumulações sucessivas, evitando-se redução na qualidade dos produtos armazenados.

Na perspectiva de carências seguidas, havendo redução nos estoques, poderá ser importado o quantitativo necessário à sua reposição, no caso de alguns produtos que permitam tais operações.

Utilizando-se os desvios médios ocorridos nos volumes de produção dos diversos produtos e as tendências do rendimento por ano e da produção, obtêm-se indicações quantitativas dos volumes de estoques necessários à redução dos efeitos das oscilações das safras, face à hipótese da ocorrência do maior desvio negativo verificado.

O Quadro 87 indica a variação dos rendimentos por área cultivada nas regiões Centro-Sul e Norte-Nordeste, através dos maiores desvios negativos ocorridos no período de 1952/64.

O algodão não foi considerado por ser um produto cuja parcela ponderável da oferta se destina ao mercado interna-

QUADRO 87

**MAIOR DESVIO NEGATIVO OCORRIDO NO PERÍODO 1952/64 —
NOS RENDIMENTOS POR ÁREA NAS REGIÕES CENTRO-SUL
E NORDESTE EM %**

PRODUTOS	Região Centro-Sul	Região Norte-Nordeste	Brasil
Arroz.....	10,9	18,3	14,5
Feijão.....	8,8	37,1	10,3
Milho.....	7,4	36,4	16,9
Soja.....	14,0	—	11,7
Amendoim.....	36,8	—	16,1

cional e apresenta uma estrutura de comercialização organizada, formando-se os estoques de passagem usualmente nas mãos do setor privado, através do financiamento oficial, privado e do próprio setor.

Nos casos do amendoim e da soja, o cálculo, baseado no desvio de cada produto, considerado separadamente, não exprime a realidade, porque os produtos finais industrializados são substituíveis entre si, devendo os estoques de segurança ser calculados conjuntamente, pois seriam formados pelos produtos finais industrializados. O desvio máximo, tomados os dois produtos em conjunto, foi de 11,7. Foram utilizados os coeficientes médios de óleo na matéria-prima de 0,16 para soja e 0,28 para o amendoim em casca, para corrigir os dados de produção. A participação do óleo de soja no estoque seria de 31,7%, sendo o restante de óleo de amendoim.

Os estoques de segurança máximos e médios, discriminados por região, figuram no Quadro 88.

A quantificação dos recursos necessários para a formação dos estoques foi baseada nos preços de equilíbrio calculados e no valor dos estoques de óleos resultante do somatório do valor da matéria-prima mais a média de 20% do valor adi-

QUADRO 88
ESTOQUES DE SEGURANÇA, EM SEU LIMITE MÁXIMO E MÉDIO,
NAS REGIÕES CENTRO-SUL E NORTE-NORDESTE — (1 000 t)

PRODUTOS	REGIÃO CENTRO-SUL		REGIÃO NORTE-NORDESTE		BRASIL	
	Máximo	Médio	Máximo	Médio	Máximo	Médio
Arroz em casca.....	604	453	493	370	1 097	823
Feijão.....	144	115	314	185	388	310
Milho.....	787	394	455	228	1 242	621
Soja (óleo).....	10	10	—	—	—	—
Soja (grão).....	21	21	—	—	(*) 84	84
Amendoim (óleo).....	22	22	—	—	(*) 79	79
TOTAL.....	1 588	—	1 192	—	2 760	—

(*) Componente em grãos.

NOTA: O estoque médio foi considerado como 75% do estoque máximo para o arroz, 100% para o milho e de 100% para os óleos de soja e amendoim.

QUADRO 89

MONTANTE DE RECURSOS A SEREM APLICADOS NO PROGRAMA DE ESTOQUES DE SEGURANÇA

Em NCr\$ de 1968

PRODUTOS	Região		Brasil	%
	Centro-Sul	Norte-Nordeste		
Arroz.....	188 925	154 204	343 129	46,5
Feijão.....	71 775	99 380	171 155	23,2
Milho.....	104 083	68 697	172 780	23,4
Soja (óleo).....	16 432	—	21 040	2,9
Soja (grão).....	4 608	—	—	—
Amendoim.....	29 265	—	29 265	4,0
TOTAL.....	415 088	322 281	737 369	100,0

cionado industrial. O Quadro 89 sintetiza o montante de recursos a serem aplicados na execução do programa. Deve-se considerar que êstes recursos já foram computados na política de preços mínimos. Considerando, por outro lado, que somente 30% dos recursos alocados no programa de preços mínimos venham a ser aplicados em aquisições, devem ser previstos praticamente 4 anos para que os estoques atinjam

QUADRO 90

CUSTO ANUAL DE MANUTENÇÃO DOS ESTOQUES DE SEGURANÇA

Em NCr\$ de 1968

ESTRUTURAÇÃO	Milho	Arroz, feijão, soja (em grão)	Óleo de soja e de amendoim	TOTAL	
				NCr\$	%
Armazenagem.....	11 178	21 906	1 002	34 686	22,8
Conservação.....	6 210	12 170	892	19 272	12,7
Seguro.....	2 077	6 271	518	8 866	5,9
Juros.....	20 770	62 710	6 483	88 963	58,6
TOTAL.....	40 235	103 057	8 425	151 817	100,00

NOTA: Para o cálculo do custo médio anual foram tomadas as seguintes coeficientes de custo: Armazenagem NCr\$ 18,00 t/ano, conservação NCr\$ 10,00 t/ano, seguro 1,2% ao ano, juros 12% ao ano. Admitiu-se que os estoques médios seriam de 50% do estoque máximo para o milho, de 57% para o arroz, feijão e soja em grão e de 100% para o óleo de soja e amendoim. Nos custos de armazenagem e conservação estão incluídas as perdas de responsabilidade dos armazenadores.

seu nível máximo. A conjuntura anual dos mercados agrícolas deverá definir aquele coeficiente e, assim, os prazos de formação dos estoques.

O custo médio anual de manutenção dos estoques é demonstrado no Quadro 90.

Os custos operacionais diretos da execução do programa de estoques reguladores representam 23% do montante total aplicado, no caso do milho, valor bem inferior às diferenças estacionais de preços ao produtor, que atingem cerca de 33%. Para o arroz, feijão e soja em grão o custo representa 20% do valor aplicado e para os óleos de soja e amendoim cerca de 17%.

A formulação mais concreta e a definição das aplicações e fontes de recursos para o triênio serão objeto da recomendação do Grupo de Trabalho especialmente criado.

c) *Política de Compensação das Exportações*

Com exceção de alguns produtos tradicionais de exportação, como o café, cacau, algodão e fumo, a exportação de produtos agrícolas no Brasil tem tido um caráter residual de consumo interno, em face da política de contingenciamento das exportações executada até 1964. Dêsses produtos, sobretudo o arroz, o milho e a soja vêm apresentando saldos com possibilidades de competir no mercado internacional desde o início da década de 60.

Arroz

O arroz tem participado, com maior freqüência, na pauta das exportações brasileiras graças à produção do Rio Grande do Sul, que apresenta as características exigidas pelo mercado internacional. A participação, no entanto, é de pequeno significado se comparada com o total das exportações mundiais, além de apresentar grandes oscilações. O arroz gaúcho, em grande parte produzido em lavouras irrigadas, teria condições para uma presença constante mais expressiva nas exportações, não fôra as necessidades de atender, ocasionalmente,

o mercado interno, sobretudo, na região Centro-Sul, onde a maior parte do arroz provém de "sequeiro", que registra grandes variações no rendimento por área, com conseqüentes reduções na produção.

O Brasil apresenta condições favoráveis para a exportação de arroz desde que os períodos de colheita coincidem com a elevação estacional dos preços no mercado internacional. As exportações, todavia, estão praticamente limitadas ao Rio Grande do Sul, em face do rendimento e custos de produção em outras áreas e à qualidade do cereal produzido. O Quadro 91 indica a posição do Brasil no mercado internacional no período 1934/65.

QUADRO 91
EXPORTAÇÕES MUNDIAIS DE ARROZ POR REGIÕES
(Em 1 000 t de arroz beneficiado)

REGIÕES	Média 1934/38	Média 1952/56	Média 1961/63	1962	1963	1964	1965
Extremo Oriente.....	7 671	3 650	4 303	4 035	4 692	4 973	4 912
Hemisfério Ocidental (*)...	120	846	1 236	1 315	1 376	1 400	1 261
Oriente Próximo e África...	149	169	297	261	418	573	358
Europa.....	166	341	246	238	165	177	107
Oceânia.....	13	33	60	67	57	63	66
Brasil.....	54	54	65	44	—	12	237
TOTAL.....	8 473	5 123	6 212	5 903	6 738	7 286	7 472

FONTE: FAO — Informe sobre el Arroz — 1960.

(*) Exclusive Brasil.

As exportações brasileiras de arroz, no período 1960/66, atingiram um valor médio anual de US\$ 11,912,830, e a média dos três anos de maiores exportações chegou a US\$ 33,734,660, ao passo que a dos três anos de menores exportações (sem serem nulos) alcançou US\$ 77,000. Nos últimos vinte anos, realizaram-se exportações em 10 anos, tendo sido nulas em 2 anos. Em dez anos as quantidades exportadas não atingiram a média encontrada para o período e, em seis anos a ultrapassaram.

Milho

A exportação de milho apresenta características semelhante às do arroz, porém, com maior irregularidade. Mesmo nos anos em que a sua exportação foi significativa, a percentagem de produção exportada mostrou-se inferior a 10% (1963 = 6,7%).

A participação da produção brasileira na produção mundial não se alterou substancialmente desde 1947, tendo permanecido próxima de 5%. Nesse período as exportações atingiram um valor médio anual de US\$ 8,203,000, sendo que a média dos 3 anos de maiores exportações atingiu US\$ 26,162,000, representando cêrca de 550 mil toneladas.

A média dos 3 anos de menores exportações chegou a US\$ 394,000, equivalendo a 8,6 mil toneladas. Nos últimos 20 anos, realizaram-se exportações em 13 anos, tendo sido nulas em 6 anos. Em 4 anos as exportações excederam a média do período. Somente em 1953, a taxa de câmbio apresentou condições para a exportação na década de 1950 e, posteriormente, nos anos de 1964, 1965 e 1966, tendo a exportação sido realizada pelo Govêrno, em 1963, aparentemente com prejuízo. * De 1947 a 1950 as condições cambiais permitiram as exportações, tendo havido movimento em todos êsses anos.

Para participação mais ativa no comércio internacional será preciso reduzir substancialmente o custo atual da exportação, pelo transporte e manipulação do produto a granel e padronização de sua qualidade, de vez que o comprador externo prefere a aquisição em têrmos CIF, quantidades unitárias elevadas e garantia de qualidade.

Soja

A soja é um produto que vem sendo tradicionalmente exportado pelo Rio Grande do Sul e apresenta amplas possibilidades no comércio exterior. A colheita brasileira se rea-

* Diagnóstico Preliminar do Setor de Comércio Internacional IPEA (Mimeo.).

liza quando os principais exportadores já comercializaram sua produção, obtendo, assim, melhores cotações. O principal importador de soja é o Japão, que vem aumentando rapidamente as suas compras. As exportações, todavia, oscilaram, passando de 29 mil toneladas em 1952 para 51,4 mil toneladas em 1955, decrescendo, até 1957, com 17,4 mil toneladas, tornando a aumentar até 1962, com 96,7 mil toneladas, para decair novamente em 63 e 64, tendo subido ao volume de 105 mil toneladas, em 1965; em 1966, atingiu 121 mil toneladas. A evolução positiva das vendas ao exterior, depois de 1964, parece estar ligada às condições favoráveis oferecidas pelas taxas cambiais vigariantes e aos estímulos às exportações adotados a partir desse ano.

O estímulo às exportações é uma medida condizente com o esforço de desenvolvimento do setor primário. Até 1964, os Governos praticaram políticas que restringiram as exportações, ou por medidas diretas ou através da política cambial. Os Quadros 92 e 93 permitem a visualização dos preços comparativos e das exportações realizadas.

QUADRO 92
EVOLUÇÃO DE PREÇOS INTERNOS E EXTERNOS DO ARROZ,
MILHO E SOJA — 1960/1966

Preços em DSS/t¹

ANOS	Taxa câmbio	ARROZ		MILHO		SOJA	
		Preço externo	Preço interno	Preço externo	Preço interno	Preço externo	Preço interno
60.....	176,14	61,50	115,70	41,10	42,30	—	—
61.....	257,68	87,30	97,80	-0,50	46,50	93,80	—
62.....	257,00	108,70	112,90	—	72,90	80,60	—
63.....	557,00	—	—	42,10	42,60	92,10	—
64.....	1 203,42	69,20	126,70	47,00	42,80	—	—
65.....	1 616,60	100,4	86,13	49,90	40,50	100,00	67,47
66.....	2 220,00	115,20	120,26	50,71	48,55	107,47	70,84

FONTES: Taxa de câmbio, até 1963 — Diagnóstico Preliminar de Comércio Exterior — IPEA (Mimeo.) — Depois de 1963 — Anuário Estatístico do Brasil-IBGE — Preços de Atacado — FGV.

NOTA: O arroz e grãos médios, na Bolsa de Porto Alegre; o milho e variedade amarelinha, na Bolsa de São Paulo.

(1) Deve-se considerar que as comparações, com as médias anuais não permitem uma visualização clara, tanto em função das oscilações anuais dos preços como em relação à taxa de câmbio real que vigora para os diversos meses.

QUADRO 93
EVOLUÇÃO DAS EXPORTAÇÕES DE ARROZ, MILHO E SOJA
1960/66 — (em 1 000 toneladas)

ANOS	Arroz	Milho	Soja
1960.....	434	927	—
1961.....	150 763	4 448	73 267
1962.....	43 678	6	96 771
1963.....	—	700 155	33 448
1964.....	12 424	62 315	—
1965.....	236 788	559 675	75 286
1966.....	289 252	627 063	121 241
1967 (*).....	14 062	357 894	280 391

FONTE: Anuário Estatístico do Brasil — IBGE.

(*) CACEX dados até setembro de 1967.

As flutuações dos preços no mercado internacional tenderão a provocar influências nos preços internos, tanto no sentido de alta como no de paralisar as exportações, ou, mesmo, prejudicar a comercialização da produção quando houver queda súbita. Por outro lado, as flutuações levam à necessidade de manter-se tarifas aduaneiras elevadas para importação, de forma a defender o mercado interno contra baixas eventuais, atuando, porém, como fator negativo quando aos períodos de alta no mercado internacional correspondem frustrações na produção interna, resultando num protecionismo excessivo, que determina um nível de preços de equilíbrio entre a oferta carente e a demanda no mercado interno muito superior ao admissível.

Além das oscilações anuais, há flutuações a curto prazo que desorganizam o funcionamento do sistema de preços para o setor primário. Como se trata de produção cujo processo produtivo leva normalmente vários meses para se realizar, as flutuações anuais e de curto prazo no mercado internacional, influenciando o mercado interno, determinam condições totalmente aleatórias de mercado para essas produções, elevando o risco, agravando ou ocasionando ciclos de produção

e desestimulando as inversões, sem se considerar o aspecto negativo das flutuações nos preços para o consumidor.

Enquanto êsses produtos tiverem uma pequena participação na estrutura das exportações não haverá grandes pressões sôbre a taxa cambial. No entanto, na medida em que aumentar essa participação, as pressões sôbre a taxa cambial poderão exigir reservas cambiais superiores às desejadas. Assim, os objetivos desta política visariam a criar um sistema de compensação que permitiria diminuir as oscilações e suas interferências, no mercado interno e no nível das exportações.

Esta política foi expressa na exposição de motivos para a emenda constitucional, dispondo sôbre o sistema tributário nacional, encaminhada pelo Ministério da Fazenda, onde se lê: "Mostra a experiência a inegável vantagem de uma reserva monetária oriunda de aumento de preços internacionais dos produtos de exportação, como meio de compensar essa exportação em fase subsequente de baixa dos preços" (*).

Por outro lado, o Artigo 60 da Lei n.º 5 025, de 10 de junho de 1966, prevê o mecanismo desta política das alíneas "b", "c" e "e":

Artigo 60: "É criado, no Banco Central da República do Brasil, o "Fundo de Financiamento à Exportação" FINEX, destinado a suprir recursos ao Banco do Brasil S/A, para a realização, por intermédio da Carteira de Comércio Exterior, em congregação com os demais setores especializados, das seguintes operações:

a)

b) aquisição e financiamento dos excedentes de consumo doméstico da produção nacional, quando tais providências se fizerem indispensáveis à regularização do escoamento das safras;

(*) O Programa de Ação e as Reformas de Base — Vol. 1, página 224. EPEA/MINIPLAN — Documento n.º 3.

c) complementação da remuneração em cruzeiros de produtos de exportação que encontrem dificuldades temporárias de colocação no exterior, devido a baixa cotação dos mercados internacionais;

d)

e) assistência à produção agrícola de exportação bem como financiamento de estocagem desses produtos, quando sujeitos a oscilações de entre-safra.”

Deve-se observar que as medidas previstas nas alíneas “b” e “e” se constituem no objetivo básico das políticas de preços mínimos e de estoques de segurança.

A rapidez e o dinamismo necessário dos negócios de exportação, sobretudo no que tange aos produtos agrícolas, dificultaria sobremodo ao FINEX avaliar, no momento em que ocorressem as flutuações, os critérios e parâmetros para complementação em cruzeiros prevista na alínea “c”, para evitar conseqüências como a paralisação da comercialização, baixas excessivas dos preços e redução das oportunidades de venda no exterior.

Essa situação poderia ser evitada com a manutenção de um complexo sistema de informações sobre preços e mercados ou mediante a fixação, *a priori*, de critérios e parâmetros. Esses parâmetros seriam os preços básicos de exportação fixados em função das cotações médias internacionais e dos preços internos de equilíbrio no mercado.

Os objetivos desta política podem ser assim sintetizados:

a) Obter aumento sensível e estabilidade nos volumes exportados anualmente dos produtos agrícolas básicos;

b) Evitar colapsos internos na comercialização dos produtos básicos em virtude de quedas repentinas dos preços no mercado internacional;

c) Evitar que as variações no comércio exterior desses produtos venham, pela flutuação dos preços no mercado in-

ternacional, determinar flutuações correspondentes nos preços internos;

d) Possibilitar a execução da política de preços mínimos e da política de estoques de segurança sem que isso implique em absorver estoques provenientes de variações na amplitude dos mercados;

e) Reduzir o risco dos investimentos na infra-estrutura de exportação e na produção agropecuária.

As diretrizes básicas de implantação da política de compensação das exportações, que deverão ser objeto de estudos específicos, podem assim ser sintetizadas:

a) Fixação de preços básicos de exportação e importação em moeda internacional para os principais produtos agrícolas;

b) Determinação de taxas aduaneiras em escala progressiva, incidentes sobre os preços de exportação, limitando as flutuações;

c) Determinação de uma escala regressiva de compensação incidente sobre o preço básico da exportação, limitando a amplitude das compensações em cruzeiros;

d) As tarifas e as taxas de compensações seriam recursos e débitos do FINEX (Fundo de Financiamento das Exportações), sendo os preços básicos fixados pelo CONCEX, cada 3 anos, por proposição do Conselho Nacional do Abastecimento, podendo em casos especiais ser estendido o prazo.

VI.3 — Política de Comercialização e Distribuição

Introdução

Os métodos de comercialização dos produtos agropecuários sofreram sensível evolução no período de pós-guerra, acompanhando, até certo ponto, o desenvolvimento econômico do país. Não encontrou, entretanto, o sistema comercial condi-

ções institucionais que permitissem mais ampla modernização dos processos utilizados. Por um lado, a expansão da infra-estrutura de transportes rodoviários permitiu maior dinamismo e dispersão da rede comercial e maior racionalidade na cadeia de comercialização; por outro, o atraso na expansão do sistema de telecomunicações, a inexistência de mercados institucionais e a baixa produtividade dos serviços de armazenagem e beneficiamento, impediram modernização mais rápida do sistema e maior produtividade dos processos que permitiriam a redução dos custos da comercialização.

Na fase de distribuição, a estrutura empresarial ainda se caracteriza por um grande número de pequenas empresas que utilizam, sobretudo, mão-de-obra familiar e possuem reduzido volume de vendas em relação ao trabalho ocupado e às instalações utilizadas.

Nos fins da década de 50 e início dos anos 60, nos grandes centros consumidores como São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte, acentuou-se um processo de concentração horizontal que deverá, até o fim da década de 60, atingir expressiva significação. Trata-se, entretanto, de um processo que evolui ainda lentamente, situação responsável pelos custos elevados de distribuição encontrados.

No que concerne aos gêneros perecíveis, como frutas, legumes, hortaliças e pescado, a distribuição ainda é realizada, em sua quase totalidade, pelas feiras livres, sistema anacrônico e de baixa produtividade.

A importância relativa do sistema de feiras livres não permitiu, até o momento, a formulação de soluções substitutivas. A institucionalização do sistema de feiras livres, através da implantação de mercados distritais, em locais próprios para esse comércio de varejo, apresenta inconvenientes, tais como:

a) A mobilidade dos feirantes lhes permite maior volume de venda e menores perdas e, em consequência, a apresentação de produtos em melhores condições de consumo;

b) A construção de um mercado distrital fixaria esses feirantes ou resultaria numa baixa utilização das instalações

e impediria a possibilidade de amortização desses investimentos, sendo ambas as alternativas indesejáveis;

c) Com a modernização do comércio varejista e o aparecimento de rês integradas de supermercados, comercializando diversos produtos, esse sistema de distribuição tenderá a ser marginalizado tornando possivelmente obsoletos os mercados distritais.

Parece preferível estimular a aceleração do processo de modernização do comércio de varejo utilizando, inclusive, recursos até agora destinados à construção de mercados distritais.

Os consideráveis volumes de mercadorias que entram diariamente nos grandes centros consumidores devem ser comercializados em mercados institucionais, especialmente construídos, onde se reúnem os agentes vendedores atacadistas e os agentes compradores varejistas encarregados da distribuição dos produtos aos consumidores.

Esses mercados institucionais, conhecidos no país como centrais de abastecimento, permitem modernização sensível dos processos comerciais, redução nas perdas e ganhos de produtividade pela manipulação e conservação das mercadorias por processos modernos e de alto rendimento.

Os centros urbanos de concentração populacional em torno de 100 mil habitantes necessitam de um mercado institucional para as operações de recebimento, conservação e distribuição de gêneros alimentícios. Em pequenos centros urbanos, os simples locais preparados, sobretudo, para um comércio misto, onde se vende tanto por atacado como diretamente ao consumidor, satisfazem em geral as necessidades. Se esses mercados são bem localizados, com área suficiente, acesso fácil, com plataformas de carga e descarga, circulação e disposições internas bem projetadas, já satisfazem integralmente às necessidades locais.

Muitas vezes, entretanto, cidades de pequena expressão populacional centralizam todo o comércio de uma zona produtora, constituindo-se em local para onde convergem volu-

mes ponderáveis de mercadorias destinadas aos grandes centros ou a outras regiões.

Nesses locais a necessidade de mercados institucionais, que satisfaçam as condições tanto de mercados expedidores, como de mercados de abastecimento local, justifica a implantação de mercados regionais.

A tendência de evolução dos sistemas de comercialização e distribuição tem demonstrado que êsses mercados continuam sendo necessários para um grande número de produtos, sobretudo as frutas, legumes, hortaliças e flôres.

Os produtos não perecíveis, ou aquêles que tendem cada vez mais a ser consumidos de forma já industrializada, apresentam tendência à integração vertical e à distribuição direta, com a responsabilidade de marcas comerciais, pré-embalados, classificados e preparados. Não é lícito, portanto, esperar que êsses produtos venham a passar pelos mercados institucionais prevendo-se investimentos nesse sentido. Deve-se acentuar a tendência ao desenvolvimento dos processos que prevêem a integração vertical do comércio de distribuição nessa área.

É digna de realce a situação que se verifica no país, no que concerne à comercialização e distribuição de carnes frescas. O grande número, por exemplo, de açougues, onde a carne é retalhada e vendida ao consumidor, mostra, ainda, o estágio intermediário de evolução em que se encontra o sistema.

Estima-se que, em S. Paulo, existam cêrca de 3 000 açougues e 2 200 na Guanabara. Nota-se, entretanto, nos últimos anos, tendência nítida à integração horizontal, já existindo numerosas cadeias de açougues. A necessária integração vertical, no entanto, não apresenta perspectiva imediata de se concretizar, pois ainda não surgiu no país nenhuma indústria de retalhamento, preparação e pré-embalagem de carnes, ligada ao sistema de distribuição ou à indústria de abate e frigorificação.

Quatro problemas principais, na política de comercialização e distribuição, serão examinados de forma prioritária no "Programa Estratégico":

a) Coordenação e estímulos financeiros à implantação de centrais de abastecimento e mercados terminais;

b) Coordenação e implantação de mercados expedidores mistos;

c) Orientação de estímulos fiscais e financeiros para a modernização da estrutura comercial de distribuição, através da formação de empresas que concentrem maior volume de vendas e reduzam seus custos pelo sistema de auto-serviço;

d) Orientação de estímulos financeiros à realização de investimentos em indústrias de preparação, elaboração e pré-embalagem de carnes e outros produtos sujeitos à distribuição direta.

Por outro lado, a necessidade de estimular o desenvolvimento, o aumento da produtividade e a modernização dos setores de prestação de serviços auxiliares de comercialização, como armazenagem, padronização, classificação e informação de mercados, conduziu à formulação de uma política específica que levasse em conta a situação atual desses setores e suas necessidades para o atendimento das metas estabelecidas. Essa política compreende os Serviços Auxiliares de Comercialização e engloba as metas e diretrizes de ação do Governo na parte de armazenagem, padronização e classificação.

VI.3.1 — Modernização da Estrutura de Comercialização

A formulação dessa política tem por objetivo determinar as metas, diretrizes e normas de operação a serem adotadas pelo Governo Federal para a modernização do sistema de comercialização dos produtos agropecuários, que constitui pedra angular no desenvolvimento do setor agrícola.

A modernização do sistema depende do planejamento e implementação de quatro ações básicas:

a) Implantação de centrais de abastecimento nos centros consumidores com mais de 500 mil habitantes;

b) Implantação de mercados terminais nos centros urbanos com mais de 100 mil habitantes e menos de 500 mil, não integrados numa área metropolitana;

c) Implantação de mercados expedidores regionais nos principais centros de comercialização em que se realiza a concentração da produção da região tributária daquele centro;

d) Estímulos financeiros e fiscais para a implantação de unidades industriais específicas de elaboração secundária, preparação, pré-embalagem etc., de produtos de origem animal, assim como unidades de industrialização de alimentos em geral.

Não foram, nesta etapa, considerados outros centros que poderão ser atendidos ao nível das administrações estaduais e locais, na planificação de comunidades com menos de 100 mil habitantes. As necessidades de mercados que centralizem o comércio de distribuição se fazem sentir ao nível de centros urbanos menores. Apresentam, no entanto, êsses mercados, características típicas de mercados mistos, onde a presença do próprio produtor ainda é freqüente, vendendo sua produção aos próprios consumidores. As áreas urbanas nesses centros não justificam a implantação de unidades de organização mais ampla e complexa, cujo investimento ultrapassa a capacidade financeira da maioria das administrações locais e estaduais.

A) *Centrais de Abastecimento*

A medida que aumenta a renda da população urbana, as exigências quanto a alimentos, mesmo não aumentando em idêntica proporção, voltam-se para maior diversificação de produtos, melhor qualidade e apresentação e maiores facilidades e comodidades na sua aquisição.

A entrada e distribuição de elevados volumes de alimentos frescos exigem, para a manutenção da qualidade e alta produtividade na movimentação e manipulação dessas merca-

dorias, locais especialmente construídos para o comércio desses produtos e as transferências entre vendedores e compradores. Na medida em que esses locais sejam construídos levando em consideração o volume de mercadorias, o número de agentes, as necessidades de movimentação, armazenagem e conservação, o trânsito e acesso dos meios de transporte e um amplo sistema de comunicações e informações, podem ser obtidas substanciais reduções nos custos. Resultam também desses investimentos melhor qualidade dos produtos, um fluxo mais rápido e, conseqüentemente, menores perdas. Ao mesmo tempo, o comércio de varejo se beneficia dessas reduções de custo que se transferem, em parte, ao consumidor final.

O cálculo da dimensão dessas centrais demanda detido exame, de vez que o crescimento rápido das cidades exige volumes crescentes de mercadorias. Para que a amortização do investimento permita saldos favoráveis de ganhos, pela redução dos custos, deve ser estendida por um prazo longo, condizente com a depreciação do investimento.

Ao longo prazo de amortização se contrapõe o rápido crescimento da população urbana e a modificação nos seus hábitos de consumo resultante da elevação da renda, que exigem quantidades cada vez maiores de frutas, legumes e hortaliças. Daí a necessidade de estudos aprofundados para que esses investimentos não se tornem obsoletos em prazos inferiores a sua possibilidade de amortização.

Segundo critério anteriormente estabelecido, os seguintes centros consumidores terão prioridade para a implantação, complementação ou modernização dos já existentes:

- a) Grande São Paulo
- b) Grande Rio de Janeiro
- c) Recife
- d) Belo Horizonte
- e) Salvador

- f) Pôrto Alegre
- g) Fortaleza
- h) Belém.

A situação atual das medidas para implantação desses centros pode ser assim sintetizada:

a) *Grande São Paulo*

A central de abastecimento é de construção recente, tendo sido inaugurada em 1966. Está situada em Jaguaré, junto ao futuro anel rodoviário da cidade. É administrada por uma empresa de economia mista, o CEASA — Centro Estadual de Abastecimento S/A., sendo conhecida como Entrepasto Terminal de Jaguaré. O CEASA pleiteou recentemente recursos do BID e do BNDE, para ampliação das atuais instalações, já insuficientes, e para complementação das obras, da capacidade do frigorífico de pescado, da construção de armazenagem para batata e cebola, e de armazenagem frigorífica para frutas, legumes e hortaliças. O projeto para ampliação das atuais instalações já foi encaminhado ao BID-BNDE para solicitação de recursos de financiamento para os investimentos. Em face da importância do crescimento populacional do Grande São Paulo, 5,5% ao ano, a necessidade de expansão do Entrepasto Terminal de Jaguaré adquire substancial importância na fixação de prioridades para a distribuição dos recursos existentes. Para uma área metropolitana com 6,3 milhões de habitantes, cuja necessidade de alimentos cresce à taxa de 7% ao ano, um grande esforço de investimento deve ser realizado a fim de que o abastecimento alimentar possa se efetuar a custos e produtividade satisfatórios.

Os investimentos necessários atingem, para os próximos 4 anos, aproximadamente NCr\$ 96 milhões a preços de 1968. Estão incluídos nesse valor os investimentos em mercados distritais que deverão ser substituídos por mercados subterminais, junto aos centros secundários do Grande São Paulo. Esses

investimentos deverão ser administrados pelo CEASA a fim de assegurar que os mercados subterminais venham a suplementar o Entrepasto Terminal de Jaguaré.

b) *Grande Rio de Janeiro*

Possui o Estado da Guanabara três mercados com características de mercados terminais, dois dos quais do tipo misto onde predomina o sistema de varejo.

Estima-se que o Grande Rio possua atualmente 6,6 milhões de habitantes, incluindo as cidades vizinhas de Niterói, Duque de Caxias, Magé, Nilópolis, Nova Iguaçu, São Gonçalo e São João de Meriti. Os três mercados existentes não atendem adequadamente às suas finalidades por descentralizarem, territorialmente, a atividade, sem qualquer especialização, assim como por não terem levado em conta a integração social e econômica existente na área metropolitana do Grande Rio.

Apesar das atuais dificuldades de comunicação entre as cidades vizinhas do Estado do Rio de Janeiro e a Guanabara, deve-se considerar, numa solução de longo prazo, a perspectiva de superação desse problema e a integração que resultaria. Não parecem existir soluções isoladas para os centros urbanos vizinhos, de um e de outro Estado, que constituam uma só área metropolitana. Dessa forma, uma Central de Abastecimento que atendesse ao Grande Rio, e seu crescimento futuro, deve ter sua viabilidade examinada e estudada tendo em vista esse aspecto.

A COCEA — Companhia Central de Abastecimento, do Estado da Guanabara, prepara-se para a realização desse estudo. Por outro lado, a Secretaria de Agricultura do Estado do Rio de Janeiro examina a viabilidade da construção de 2 mercados terminais nas proximidades de Niterói e São Gonçalo.

Já há estimativas de recursos para os investimentos, possuindo a Secretaria de Agricultura do Estado do Rio de Ja-

neiro parte dos recursos necessários à elaboração dos estudos sôbre os 2 mercados terminais. A necessidade de uma colaboração estreita entre os dois Estados é evidenciada pelo fato de que o mercado da Guanabara é abastecido, em grande parte, por produtos oriundos do próprio Estado do Rio de Janeiro.

As previsões de investimento da COCEA, incluídos os mercados distritais, vão a NCr\$ 86 milhões, a preços de 1968. Admite-se que os recursos previstos para os mercados distritais se destinem à construção de um mercado terminal em Niterói. Haveria necessidade, por outro lado, de prover os recursos necessários à realização dos estudos e do projeto, em complementação aos recursos disponíveis pelos Estados.

c) Recife

A Central de Abastecimento de Recife, em fase de construção, é de responsabilidade da CANESA — Centrais de Abastecimento do Nordeste S/A, subsidiária da SUDENE.

Está situada numa área de 25 hectares, junto ao cruzamento das rodovias BR-25 e BR-101, nas proximidades de Recife. O projeto prevê, em duas etapas, a construção de duas alas para atacadistas hortigranjeiros, três para produtores, 20 unidades de silos para 140 toneladas e tôdas as obras complementares. Na segunda etapa, o edifício de Administração de Serviço, Pavilhão Sanitário, Hotel dos Motoristas, mais cinco alas para produtores, três para atacadistas hortigranjeiros, um armazém atacadista de cereais, um bloco técnico e serviços complementares. O frigorífico será localizado no bloco técnico, com capacidade estática de 1 500 toneladas, dividida em 12 câmaras.

Os investimentos estão estimados em NCr\$ 32 milhões a preços de 1968, para as duas etapas. Os recursos deverão provir da SUDENE, do Acôrdo do Trigo, e de outras fontes a serem negociadas.

Alguns aspectos técnicos do projeto deveriam ser definidos, sobretudo no que concerne às instalações para cereais, silos etc., e diversos problemas técnicos e financeiros devem ser, ainda, estudados.

d) *Belo Horizonte*

O Centro de Abastecimento encontra-se, ainda, em fase de projeto. Um primeiro projeto foi encaminhado ao BID com solicitação de financiamento de US\$ 5 milhões, em 1961. O empréstimo ainda não foi concedido. Em 1966, uma comissão especialmente designada para propor medidas e estudar a construção da Central de Abastecimento de Belo Horizonte, concluiu pela necessidade de ser adquirido outro terreno, já que o atual, de propriedade da CASEMG, tem área reduzida bem como pela constituição de uma empresa de economia mista, especialmente criada para administração daquele mercado.

e) *Salvador*

Foi solicitado financiamento à FINEP para elaboração do projeto da Central de Abastecimento de Salvador, de responsabilidade, até recentemente, da CANESA, estando, portanto, em fase inicial.

f) *Pôrto Alegre*

A Central de Abastecimento de Pôrto Alegre encontra-se na fase de estudos preliminares, sob a responsabilidade da Secretaria da Produção e do Abastecimento da Prefeitura. Esses estudos levaram à delimitação de um terreno com 45 hectares e à organização de um concurso para a execução do projeto. Os recursos iniciais deverão provir do Fundo do Plano Diretor que deverão ser complementados com financiamento externo para a construção.

g) *Fortaleza*

A Central de Abastecimento de Fortaleza deverá ser construída e administrada pela CANESA. Os estudos básicos de comercialização foram efetuados pelo Escritório Técnico do Nordeste-ETENE, do Banco do Nordeste do Brasil S/A. Não foram iniciados os estudos do projeto, havendo recursos previstos pela SUDENE, no montante de NCr\$ 8,7 milhões para toda a região no período 1968/70. Devendo a Central de Recife absorver parcela ponderável desse total que se destina, também, a projetos de comercialização e defesa de preços, os recursos são insuficientes para a implantação da Central de Fortaleza.

h) *Belém*

Ainda não há em Belém previsão, por parte da Prefeitura local, do Governo do Estado ou da SUDAM, para a construção de uma Central de Abastecimento. O Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social do Estado do Pará-IDESP tem programas formulados para a construção de um frigorífico portuário para armazenagem de batata, cebola, carnes, peixes e frutas, com capacidade para 2 500 toneladas e possibilidade de ampliação para 5 000 a 6 300 toneladas.

O Quadro 94 sintetiza a situação atual das medidas para implantação das Centrais de Abastecimento nas cidades mencionadas.

Os anteprojetos e estudos preliminares devem prever a tendência de o comércio atacadista de cereais operar em integração vertical e venda de produtos pré-embalados, devendo a participação de cereais nos mercados institucionais limitar-se às bôlsas de cereais, aparecendo os produtos apenas em forma de amostras.

O produto é usualmente depositado em armazéns ou silos, sendo sua negociação realizada à parte, no comércio entre atacadistas, e sua distribuição tende a admitir as formas

QUADRO 94

SITUAÇÃO ATUAL DOS PROJETOS DE CENTRAIS DE ABASTECIMENTO — 1967

CENTROS URBANOS	Pesquisa básica	Local e terreno	Anteprojeto	Projeto	Financiamento dos investimentos	Administração	Em funcionamento	Implantação ou complementação
Grande São Paulo	Existente	Disponível	—	Realizado	Pleiteado (PID)	CEASA	Desde 1966	Complementação
Grande Rio de Janeiro	Em andamento	Disponível somente em Niterói	Não realizado	—	—	COCEA e Secretaria de Agr. do RJ.	S. Sebastião CADEG e Macaé	Nova implantação
Recife	Existente	Disponível	—	Realizado	SUDENE III Plano Diretor	CANESA	1967 parcial	Complementação
Belo Horizonte	Existente	Insuficiente	—	Realizado	Pleiteado (PID)	CASEMG	—	Implantação
Salvador	Existente	Disponível	Em realização	—	—	CANESA	—	Implantação
Foz de Iguaçu	Não existente	Disponível	Não realizado	—	—	CETRAFIA	—	Implantação
Foz de Iguazú	Existente	Não disponível	Não realizado	—	—	CANESA	—	Implantação
Bahia	Não existente	Não disponível	Não realizado	—	—	DESP/CI/PAR	—	Implantação

usadas para os produtos industrializados, vendidos sob a responsabilidade de marcas comerciais.

Os abatedouros avícolas apresentam cada vez mais características de indústrias específicas e dificilmente serão implantados nos centros consumidores e sim junto à fonte de produção, dada a diferença entre o custo de transporte de aves vivas e o de aves frigorificadas. É pouco provável que os serviços de um abatedouro avícola sejam utilizados, no futuro, mesmo pelas emprêsas de criação mais próximas dos centros consumidores.

Os investimentos em centrais de abastecimento e mercados terminais devem ser calculados de forma a assegurar adequada rentabilidade, permitindo as tarifas cobradas tanto o pagamento dos serviços prestados como a amortização das obras civis e dos equipamentos.

As previsões de crescimento populacional da área metropolitana onde será implantada a central de abastecimento devem ser feitas considerando um prazo de utilização em torno de 30 anos, quando provavelmente estará obsoleta e totalmente depreciada. Considerando um prazo de 5 anos para implantação de um sistema substitutivo, ter-se-á 25 anos, período em que a Central, com tôdas as ampliações possíveis, deverá atender a população. O projeto da Central de Pôrto Alegre, por exemplo, está previsto para uma população de até 2 milhões de habitantes. Considerando a constância da taxa média geométrica de incremento anual verificada de 1950 a 60, dentro de 25 anos, ou seja, em 1993, Pôrto Alegre teria, em seu município, 2 830 mil habitantes. Assim a Central, em 1985, já não teria possibilidade de se expandir para atender o volume de mercadorias comercializadas.

O CEASA já providenciou a desapropriação do terreno vizinho ao Entreposto Terminal de Jaguaré, junto ao Govêrno do Estado, para futura expansão. O projeto da Central de Abastecimento de Belo Horizonte com um terreno previsto de 115 000 m² apresentará em futuro próximo sérias dificuldades, pois já é insuficiente para as condições atuais da área metropolitana de Belo Horizonte.

São fundamentais as previsões não só de crescimento da população, como da evolução do consumo alimentar, levando em consideração a tendência de evolução do sistema de comercialização. Exemplos de rápido obsolescimento e superação das instalações, por falta de previsão, são conhecidos em todo o mundo, sendo por vezes necessário o abandono de obras custosas ainda mesmo não amortizadas.

No Quadro 95 figura uma estimativa dos investimentos totais para as Centrais de Abastecimento e Mercados Terminais, em função dos projetos existentes ou em estudo.

QUADRO 95
INVESTIMENTOS TOTAIS ESTIMADOS PARA CENTRAIS DE ABASTECIMENTO E PRINCIPAIS MERCADOS TERMINAIS

NCr\$ mil de 1968

LOCAL	Organismo	Valor do investimento	Etapas do investimento	Fontes prováveis dos recursos
Grande São Paulo.....	CEASA	90 000	2.ª	BNDE BID
Grande Rio de Janeiro	COCEA Gov. do Est. do R. Janeiro	86 000	1.ª	BNDE BID
Recife.....	CANESA	32 000	1.ª e 2.ª	SUDENE BID
Belo Horizonte.....	CASEMG	24 000	1.ª	ESTADO BNDE
Porto Alegre.....	CETRAPA	24 000	1.ª	BNDE BID
Salvador.....	CANESA Gov. do Est. da Bahia	21 000	1.ª	ESTADO BNDE BID
Fortaleza.....	CANESA	18 000	1.ª	SUDENE
Belém.....	CIPAB IDESP	15 000	1.ª	SUDAM
Niterói.....	Secretaria de Agri- cultura	15 000	1.ª	ESTADO BNDE BID
Curitiba.....	Secretaria de Agri- cultura	15 000	1.ª	ESTADO BNDE BID
TOTAL.....	—	349 000	—	—

Estimativa de IFFEA.

B) Mercados Terminais

Os mercados terminais têm a mesma função das centrais de abastecimento, diferenciando-se, exclusivamente, em função de sua importância e tamanho, para a determinação das prioridades de investimento.

Prevê-se que todas as cidades, que, pelo Censo de 1960, possuem mais de 100 mil e menos de 500 mil habitantes, tenham necessidade de implantar mercados terminais. Esses investimentos teriam, no entanto, menor participação do Governo Federal e maior das administrações locais.

O Quadro 96 relaciona esses centros segundo sua população de acordo com o Censo de 1960.

QUADRO 96
CENTROS URBANOS COM MAIS DE 100 MIL HABITANTES PARA LOCALIZAÇÃO DE MERCADOS TERMINAIS

CIDADES	População	População no município	Característica	Taxa média geométrica anual de crescimento
Curitiba.....	344 560	361 309	T	7,1
Santos.....	262 048	265 753	T	2,7
Campinas.....	179 797	219 303	T	3,7
Natal.....	154 276	162 537	T	5,1
Manaus.....	154 040	175 343	T	4,8
Maceió.....	153 305	170 134	T	3,4
João Pessoa.....	135 820	155 117	T	2,8
Goiania.....	132 577	153 505	EXT.	10,8
Juiz de Fora.....	124 979	182 481	EXT.	3,7
São Luís.....	124 606	159 628	T	4,3
Pelotas.....	121 280	178 265	EXT.	3,4
Campo Grande.....	116 226	207 445	EXT.	1,8
Ribeirão Preto.....	116 153	147 361	EXT.	4,8
Aracaju.....	112 516	115 713	T	3,9
Sorocaba.....	109 258	138 323	EXT.	3,9
Terezina.....	100 006	144 799	T	3,8
Brasília.....	89 698	141 742	T	12,8

FONTE: Anuário Estatístico do Brasil — IBGE — 1962.

NOTAS: (1) T = Terminal EXT. = Expedidor e Terminal.

(2) Considerou-se o coeficiente usado pela FAO — 100 m² 1 000 hab.

Os mercados terminais em centros urbanos, caracterizados como pólos de comercialização da produção, deverão ser construídos com características de dupla finalidade, atendendo tanto ao consumo local como à expedição ou reexpedição para outros centros.

Admitindo-se, num cálculo meramente indicativo, o coeficiente de capital de NCr\$ 120,00 por metro quadrado de área de terreno (a preços de 1968) e considerando o coeficiente da FAO de 100 m² para cada mil habitantes, seriam necessários recursos, para implantação desses mercados, no prazo de 4 anos, da ordem de NCr\$ 78 milhões, considerada como a primeira das três etapas a serem realizadas até 1992.

É evidente que o vulto das obras e o diferente grau de necessidade das diversas cidades recomenda um escalonamento de execução do programa em prazo longo.

C) *Mercados Regionais*

Os mercados regionais serão implantados nos principais centros de comercialização da produção, nas regiões produtoras, com funções de mercados expedidores.

Tendo em vista que, numa primeira fase, iriam funcionar mais como bolsas de mercadorias para cereais e produtos não perecíveis e, em pequena escala, para frutas, legumes e hortigranjeiros, seu custo de implantação não seria muito elevado.

Para a realização dessas inversões faz-se necessária a realização de estudos e pesquisas sobre as peculiaridades dos principais centros de comercialização, visando à realização dos respectivos projetos e à regulamentação do funcionamento e da institucionalização desses mercados.

A comercialização dos principais produtos agrícolas apresenta características especiais de acordo com o produto considerado e com as regiões de produção. O amendoim, por exemplo, é em geral comercializado diretamente dos produtores para as indústrias de extração de óleo, sendo reduzida a par-

cela destinada ao consumo *in natura* pela rede comercial ou que chega a ser exportada como tipo selecionado à mão. O trigo é integralmente vendido ao Banco do Brasil. A soja é vendida diretamente às indústrias de óleo e aos exportadores.

O arroz, o milho e o feijão apresentam certas características comuns quanto à sua forma de comercialização. A distribuição territorial dessa comercialização determina sua concentração nesses centros urbanos, onde se agregam, numa primeira fase, parcelas importantes da produção regional. Esses centros podem não significar o pólo urbano mais importante de uma região produtora, caracterizando-se, todavia, como o centro comercial, por onde circula um volume elevado de mercadorias, mesmo procedentes de outras regiões produtoras.

Essa circulação se faz, em geral, em condições pouco satisfatórias, criando dificuldades a um comércio mais eficiente e à manutenção de uma integração inter-regional desses diversos mercados.

A institucionalização de mercados regionais atende às necessidades do local e serviços para as entidades comerciais desses centros de comercialização.

A escolha exata dos locais de inversão, assim como os atrativos para a centralização do comércio, não só pelos menores custos dos serviços realizados em comum, como pela possibilidade de prestação de serviços, até agora não disponíveis garantirão a vigência de uma taxa mínima de manutenção que possa proporcionar rentabilidade satisfatória aos serviços prestados.

Foram identificados para a região Centro-Sul do país (Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Mato Grosso e Goiás) 70 centros primários de comercialização. As inversões programadas deverão cobrir, no prazo de 4 anos, 45 desses centros hierarquicamente selecionados. *

* Relatório Técnico n.º 7 do Programa Global de Armazenagem Intermediária/CIBRAZEM.

Dependendo das características dos centros de comercialização, o mercado regional poderá ser desde um simples local de comércio com facilidades de comunicação, classificação, serviços bancários e de informações de mercado, até unidades agregadas de mercados mistos de grãos, frutas e legumes, servindo tanto para o comércio de atacado de cereais como para a venda e abastecimento de centro urbano onde se localiza.

Admitindo-se que, em 1970, êsses centros possam comercializar, localmente e para outras regiões, 9 milhões de toneladas de gêneros anualmente (arroz, feijão, milho, banana, laranja) e utilizando-se dados de consumo *per capita*, projetados para 1970, assim como cálculos da população urbana nessa região, e considerando-se que êsses centros hoje comercializam mais de 85% de toda a produção que entra no mercado nestes Estados, ter-se-á em média, para cada centro, 120 mil toneladas de produtos diversos.

Adotando-se coeficientes técnicos utilizados para mercados terminais* e considerando que os mercados regionais, apesar de sua função mista eventual, terão funções básicas de negócios de atacado, ter-se-á a necessidade estimada de 1 m² por 20 toneladas comercializadas, perfazendo, em média, um total de 6 000 m² de área construída, para cada um dos mercados, excluindo-se outras facilidades como armazenagem, silos, etc. As necessidades totais se elevam a 270 mil metros quadrados de área construída, sendo essencial prever-se terrenos com área de 60 mil m² para cada mercado.

Tomando-se o custo médio, por m², de NCr\$ 120,00, para êste tipo de construção, e um custo de terreno, para efeito de avaliação das inversões, de NCr\$ 5,00 por metro quadrado, ter-se-ia, a preços de 1968, NCr\$ 32,4 milhões e NCr\$ 13,5 milhões. Deve-se considerar que as obras viárias de acesso atingem, em média, 25% dêsse total, ou seja, aproximadamente, NCr\$ 9,6 milhões. Estimando-se que os estudos e pesquisas preliminares representem 3% do valor do investimento e que os projetos venham a exigir 3,5% daquele valor, teria-

* Estudos do IPEA.

mos o montante de inversões de NCr\$ 72,5 milhões, a preços de 1968. Esses recursos só teriam início de aplicação após os estudos preliminares e a realização dos projetos.

Os recursos a serem obtidos para a realização dos estudos e projetos deverão provir do Fundo de Financiamento e Modernização da Comercialização de Produtos Agropecuários — FIMAPE, a ser criado como fundo contábil, com recursos provenientes do Acôrdo do Trigo, no programa PL-480, empréstimos a serem negociados junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e dotações orçamentárias no montante anual de NCr\$ 10 milhões, para os anos de 1969 e 1970. A responsabilidade dos investimentos deverá ficar a cargo das empresas de economia mista já existentes, fundadas com êsses objetivos, como a CEASA, CANESA, etc, e empresas privadas.

O Quadro 97 sintetiza o montante de recursos a serem aplicados no programa de mercados regionais no período de 1968/70.

QUADRO 97
RECURSOS A SEREM APLICADOS NA CONSTRUÇÃO DE 45
MERCADOS REGIONAIS

DISCRIMINAÇÃO	Custo Unitário	Custo Total
Estudos Preliminares.....	22,4	1 008,0
Projetos.....	31,4	1 413,0
Construção.....	720,0	32 400,0
Terreno.....	300,0	13 500,0
Equipamentos.....	324,0	14 580,0
Sistema viário.....	213,6	9 612,0
TOTAL GERAL.....	1 611,4	72 513,0

D) *Feiras Livres e Mercados Distritais*

Na maior parte dos centros urbanos no Brasil a venda a varejo de frutas, legumes, hortaliças e pescado, é feita através do sistema de feiras livres, e algumas vezes, em pequenos mercados distritais. Nos centros menores há uma certa tendência à construção, pelas próprias municipalidades, desses tipos de mercado, que passam a abrigar feiras permanentes, em face da facilidade de encontrar-se áreas urbanas livres, a custos acessíveis.

O problema, nos grandes centros urbanos, agrava-se substancialmente, pelo alto custo dos terrenos e dificuldades na obtenção de áreas livres. Por outro lado, é exatamente nesses centros onde o sistema de feiras livres apresenta graves inconvenientes sob os pontos de vista sanitário, econômico e urbanístico.

Na fase atual de evolução do problema, os diversos Estados e Municípios, onde se situam centros consumidores importantes, têm admitido a construção de mercados distritais (*) como solução para a substituição das feiras livres.

O investimento nesses mercados distritais tem sido admitido como a fundo perdido, adquirindo um caráter social.

Dois fatores principais têm dado às feiras livres condições de concorrer com o comércio estabelecido: a facilidade de acesso dos consumidores à operação de compra de alimentos e o fato de comprarem produtos em melhores condições de consumo.

A construção de mercados distritais determina uma ociosidade excessiva do investimento ou a fixação do feirante, tirando sua principal arma que lhe dá a preferência dos consumidores. De qualquer forma, diversos mercados distritais teriam que ser construídos, não havendo disponibilidade de terrenos e de recursos para esse fim.

* Conceituou-se mercados distritais, também chamados zonais, as vezes regionais, como mercados de varejo dispostos pelos bairros dos grandes centros consumidores.

A amplitude desse sistema de distribuição, nas principais cidades do país, demonstra as dificuldades que envolvem uma solução de modernização da distribuição de frutas, legumes, produtos hortigranjeiros e, mesmo, do pescado (Quadro 98).

QUADRO 98
NÚMERO DE FEIRAS LIVRES E FEIRANTES EM CENTROS SELECIONADOS — 1966

CIDADES	Número de feiras semanais	Número de feirantes
Rio de Janeiro ⁽¹⁾	153	6 372
Belo Horizonte ⁽²⁾	38	852 (*)
Pôrto Alegre ⁽³⁾	75 (*)	400
São Paulo (**).....	299	19 500 (*)

FONTES: (1) SUNAB/DEPLAN, (2) CASEMG, (3) Prefeitura de Pôrto Alegre.
(*) Cálculo.

(**) Segundo Meyer Stilman em "O Comércio Varejista e os Supermercados na cidade de São Paulo" Vol. I — Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas — USP. Boletim n.º 25 1962, em setembro de 1962 existiam em São Paulo 260 feiras livres semanais e estavam inscritos 25 mil feirantes.

Estimativas realizadas (*) em São Paulo admitem que as feiras nessa cidade ocupam 1,4 milhões de m². Admitindo-se a solução de investimentos, em mercados distritais de capital baixo, de NCr\$ 50,00/m², o montante se elevaria a NCr\$ 70 milhões. Atingindo o valor dos terrenos algumas vezes o valor do investimento, sua realização é uma solução pouco viável.

Assim, a solução para modernização do sistema de distribuição de frutas, legumes e hortigranjeiros deverá ser considerada a médio e longo prazo, como resultado da própria modernização de todo o comércio varejista.

Algumas medidas, no entanto, devem ser tomadas tanto no sentido de incentivar aquela modernização como no senti-

(*) Veja-se "Diagnóstico Preliminar de Abastecimento da cidade de São Paulo" — Comissão Interestadual da Bacia Paraná—Uruguai — (1.ª versão).

do de desestimular progressivamente o sistema de feiras livres. A principal medida será a proibição da venda de produtos industrializados, cereais e grãos nas feiras livres, e a segunda a limitação do registro de novos feirantes e da permissão de formação de novas feiras livres.

Instrumentos de Execução

Considerando-se os aspectos examinados quanto a Centrais de Abastecimento, Mercados Terminais, Mercados Regionais e Mercados Distritais, o “Programa Estratégico” prevê as seguintes medidas:

a) Criação do Fundo de Financiamento para a modernização da Comercialização de Produtos Agrícolas, para efeito da cooperação financeira do Governo Federal nos diversos programas apresentados; os recursos proviriam do Acôrdio do Trigo, empréstimos externos e orçamento federal; sua definição operacional será objetivo da segunda fase de funcionamento do Grupo de Trabalho das Centrais de Abastecimento que elaborou estas conclusões preliminares.

Definição importante, em nova etapa de trabalho, será o exame da forma de operação, principalmente das Centrais de Abastecimento, entregando-se sua operação, de preferência, à iniciativa privada;

b) Criação de um Grupo Executivo de Modernização do Sistema de Abastecimento, para exame e aprovação dos projetos de implantação de Centrais de Abastecimento, Mercados Terminais, Mercados Regionais e de investimentos em Supermercados e Auto-Serviços que pretendam colaboração financeira do referido Fundo de Modernização;

c) Negociação de empréstimos externos, a prazo longo, para complementação dos recursos do FIMAP;

d) Entendimento para que os governos estaduais e municipais, responsáveis pelo investimento, aprovem legislação incluindo nos respectivos orçamentos, durante 4 anos, recur-

tos anuais que somem, no mínimo, 20% do valor total de cada projeto;

e) Concessão de prioridade para que o FINEP possa financiar os estudos de projetos, conforme a escala determinada para os diversos centros urbanos.

VI.3.2 — Política de Modernização e Produtividade da Distribuição

A tendência à integração vertical e horizontal no setor de distribuição de gêneros alimentícios é um fenômeno comum a grande número de países, quando a renda por habitante atinge um certo nível, procurando os consumidores alimentos de melhor qualidade, de maior variedade, cuja compra exija menor esforço, deslocamentos mais fáceis e permitindo adquirir o maior número de produtos no mesmo local.

As condições de produtividade desse setor no Brasil estão muito aquém de um nível que se poderia considerar razoável. O Quadro 99 apresenta indicações referentes a nível de produtividade.

QUADRO 99
RELAÇÕES DE VENDA POR ESTABELECIMENTO E POR PESSOA
— 1960

ESTADOS	Em NCr\$ de 1959	
	Vendas por estabelecimento	Vendas por pessoas ocupadas
São Paulo.....	1 432,0	0,81
Guanabara.....	2 494,0	0,93
Pernambuco.....	460,0	0,30
Rio Grande do Sul.....	871,0	0,49
Brasil.....	812,1	0,48
França (*).....	3 129,0	1,82
Bélgica (**).	2 719,0	—

FONTES: Censo Comercial de 1960 — IBGE/SNR.

"Revue d'Economie Politique — Juillet/Octobre 1964".

(*) Os dados para a França são de 1961, ao câmbio médio vigente em 1960.

(**) Dados de 1963 — "Le Ravitaillement des Grandes Villes" — "Cahiers du Centre" n.º especial 1965, ao câmbio médio de 1959.

O esquema simplificado do modelo de evolução deste tipo de comércio observado em outros países permite a identificação de três fases distintas. A primeira em que, face à elevada taxa de organização, o crescimento do número de lojas é relativamente insuficiente; segue-se um período de expansão do número de lojas de baixa produtividade, e que vêm a ser substituídas, na terceira fase, pelos sistemas de lojas em cadeia que evoluem para implantação de supermercados e auto-serviços. Nos Estados Unidos, em 1900, cerca de 8% do total das vendas de produtos alimentícios era feito em lojas em cadeia; em 1930, essa participação evoluía para 37%; nesta época surgiram os supermercados que, em 1960, representavam, de acordo com a região, até cerca de 70% do total de vendas — inclusive os supermercados em cadeia e os independentes. *

O sistema de lojas em cadeia tende a evoluir para o sistema de auto-serviço e de supermercados em cadeia, pois os ganhos de produtividade da mão-de-obra nestes sistemas permitem a redução de, praticamente, 50% da empregada no sistema tradicional. Entretanto, é provável que as maiores reduções de custo tenham origem no aumento do volume de vendas, decorrente da atração que exerce sobre o consumidor o sistema de auto-serviço, que se configura como importante incentivo à concentração de vendas. As reduções dos custos de comercialização, provenientes da modernização dos sistemas de distribuição, atingiram, nos Estados Unidos, mais de 40% dos custos totais. *

Mesmo que se admita, com as devidas reservas, os elementos do Quadro 97 como indicadores de produtividade desse setor, os resultados parecem demonstrar uma ineficácia relativa do sistema de distribuição de gêneros alimentícios, trabalhando provavelmente a custos elevados e baixa produtividade no Brasil.

No período pós-censitário (1960/67), nos principais centros urbanos no Brasil já se pode constatar a evolução do co-

* USDA — Departamento de Agricultura dos Estados Unidos.

mércio distribuidor, com características diferentes do modelo clássico observado em outros países. Apesar do número relativamente pequeno de lojas, surgem simultaneamente, com rápida expansão, cadeias de lojas de vendas de gêneros alimentícios, e são implantados sistemas de supermercados e auto-serviços. Esta modernização, aparentemente espontânea, tem como obstáculo as deficiências estruturais e institucionais resultantes da inexistência de uma política governamental de incentivo à integração horizontal e vertical; tal fato vem retardando o surgimento de novos empreendimentos privados, que têm poucas possibilidades de sobrevivência nas atuais condições dos mercados.

É interessante observar que a tendência de integração horizontal dos anos 60, registradas pela observação empírica, confrontada com os dados de 1950/60, indica a inversão da tendência observada no período intercensitário.

Os únicos dados disponíveis, para efeito de análise do sistema de distribuição, são os dos Censos Comerciais de 1950 e 1960, que, embora provavelmente já superados pela evolução deste tipo de comércio nos últimos anos, são razoáveis indicadores da estrutura brasileira de distribuição de gêneros alimentícios.

No setor de distribuição de gêneros alimentícios (inclusive bebidas) no varejo, o número de estabelecimentos cresceu, no período 1950/1960, a uma taxa média geométrica de cerca de 2%, inferior à taxa de crescimento da população total, de 3%, e muito abaixo da taxa de urbanização. O porte de cada estabelecimento era muito pequeno, pois o número médio de pessoas ocupadas por estabelecimento foi de 1,59, em 1950, aumentando para 1,68, em 1960 (taxa de acréscimo igual a 0,5% ao ano). Por outro lado, do total de pessoal ocupado, em 1950, cerca de 61% era de não empregados, que, em 1960, atingia aproximadamente 78%, o que evidencia a tendência para unidades familiares.

Tal fato, provavelmente, ocorreu por terem as vendas por estabelecimento aumentado de somente 6,7% no período.

enquanto o salário médio pago aos empregados cresceu em 147,7% no mesmo período. É importante notar que o aumento do custo de mão-de-obra não resultou numa tendência à melhoria da produtividade. Isto ocorreu, em parte, pelo pequeno significado do custo de mão-de-obra, em relação ao valor das vendas; em 1950, os salários pagos representavam 2% do valor das vendas, e, em 1960, a participação aumentava para 2,75%.

Esse fato vem reforçar a hipótese de que os ganhos de produtividade da mão-de-obra, decorrentes do sistema de auto-serviços e supermercados, são menores do que os ganhos decorrentes do aumento do volume de transações. É provável que a economia de mão-de-obra só venha a se tornar importante, na formação dos custos de comercialização, na medida em que as condições de competição do mercado equilibrem os ganhos decorrentes de economias de escala. Entretanto, o sistema de auto-serviço (supermercados) poderá operar em condições vantajosas, na medida em que sirva de estímulo à concentração das vendas por estabelecimento.

O Quadro 100 resume os principais indicadores econômicos da evolução do comércio varejista no período 1950/60.

QUADRO 100

EVOLUÇÃO DO COMÉRCIO DE VAREJO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS NO BRASIL — 1950/60

DISCRIMINAÇÃO	Censo de 1950	Censo de 1960	Valor em %
Número de estabelecimento.....	179 414	218 701	21,9
Pessoal ocupado (Total).....	286 146	367 805	28,5
Pessoal ocupado não empregado.....	176 299	288 942	63,9
Empregados.....	109 847	78 863	28,2
Salários (*) NCr\$ 1 000.....	2 743	4 879	77,8
Vendas (*) NCr\$ 1 000.....	136 529	177 605	30,0

FONTE: Anuário Estatístico do Brasil 1965 — IBGE.

NOTAS: Produtos Alimentícios, bebidas e estimulantes, mercadorias em geral, incluindo produtos alimentícios.

(*) Dados em Cr\$ 1 000 de 1959, Índice 2 da Conjuntura Econômica.

Dado o período a que se referem os dados, não é possível a visualização da expansão do sistema de lojas em cadeia que ocorreu a partir de 1958. O fato de os dados agregarem gêneros alimentícios e bebidas introduz distorções, mas permanecem válidos os resultados como indicadores relativos da evolução ocorrida.

Deve ainda ser destacado o surgimento de cooperativas de consumo ligadas aos grandes empreendimentos industriais (indústria automobilística, por exemplo), que compram diretamente e distribuem aos seus associados. De 1950 para 1960, o número de cooperativas de consumo aumentou de 50%, abrangendo cerca de 2,5% da população urbana.

No setor de distribuição de gêneros alimentícios no comércio misto (atacado e varejo), o número de estabelecimentos aumentou no último período censitário a uma taxa média geométrica de cerca de 5,8%, bem superior à do varejo. A estrutura dos estabelecimentos tem características empresariais: o número de pessoas, por estabelecimento, variou de 4,92% em 1950 para 4,25% em 1960; o pessoal ocupado não empregado representou apenas 28% em 1950 e 31% do consumo em 1960 (substancialmente inferior ao varejo com 78%).

QUADRO 101

EVOLUÇÃO DO COMÉRCIO MISTO (ATAcado E VAREJO) DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS NO BRASIL — 1950/1960

N.º Ordem	DISCRIMINAÇÃO	Censo de 1950	Censo de 1960	Varição em %
1	Número de estabelecimentos . . .	4 030	7 104	76,3
2	Pessoal ocupado total	19 863	30 183	51,9
3	Pessoal ocupado não empregado	5 669	9 266	63,4
4	Pessoal empregado	14 194	20 917	47,3
5	Salários (*)	698,7	1 605,6	129,7
6	Vendas (*)	36 418,2	59 866,2	64,4

FONTE: Censo Comercial de 1950 e 1960 — IBGE/SNR.

(*) Em Cr\$ 1 000 de 1959 inflacionados pelo índice 2 da Conjuntura Econômica — inclui o comércio de mercadorias em geral com gêneros alimentícios.

As vendas totais aumentaram de 64,4% no período. Entretanto, as vendas por estabelecimento caíram 6,8%. O salário médio do pessoal empregado cresceu em termos reais de 55%, sendo que o custo do pessoal empregado representava 1,92% das vendas em 1950 e 2,8% em 1960.

O Quadro 101 resume a evolução das atividades deste setor do sistema de distribuição, no período de 1950/60.

O exame da evolução da relação entre índices de preços no atacado e no varejo, de gêneros alimentícios, tende a indicar uma provável diminuição na produtividade desses serviços, pelos aumentos mais rápidos dos preços ao consumidor que dos preços de venda por atacado, tendo em vista as condições concorrenciais dos mercados (Quadro 102).

QUADRO 102

RELAÇÃO ENTRE ÍNDICES DE PREÇO DE VENDA NO VAREJO E NO ATACADO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS

1949/51 = 100

ANOS	Guanabara	São Paulo	Pôrto Alegre
1949-51.....	100	100	100
1952-54.....	96	108	86
1955-57.....	102	102	105
1958-60.....	109	118	112
1961-64.....	106	121	196

FONTES: Diagnóstico de Comercialização — IPEA.

NOTA: Preços no atacado: Índice 52 da Conjuntura Econômica. Preços de varejo dos itens componentes de custo de vida da Fundação Getúlio Vargas.

A tendência de evolução do sistema de distribuição no varejo, através dos dados censitários (1950/60), indica a baixa produtividade deste comércio e sua expansão através do aumento do número de unidades, ainda em taxa inferior às necessidades geradas pelo processo de urbanização e com maior número de unidades de venda de estrutura familiar. As

observações empíricas sobre a evolução após 1960 indicam que esta tendência vem-se reorientando com o surgimento de lojas em cadeia, auto-serviços e supermercados; é provável que o antigo sistema de tributação (IVC) tenha favorecido o surgimento destas organizações.

Essa evolução assume significação a partir de 1958; contudo, a falta de uma política governamental definida tem impedido uma expansão mais rápida deste tipo de comércio. O desenvolvimento do sistema encontra obstáculos que tendem a reduzir, a curto prazo, os possíveis ganhos de produtividade e as condições de concorrência.

A integração horizontal na formação de cadeias de lojas, de supermercados e auto-serviços, deverá ser estimulada de modo a permitir a redução dos atuais custos de comercialização. A integração vertical, assumindo o sistema de lojas em cadeia, supermercados e auto-serviços a função de atacadistas, aumenta os ganhos de economia de escala nesta atividade.

Os principais problemas que tendem a limitar a expansão mais rápida da integração nestas atividades, podem assim ser resumidos:

- a) a inexistência de uma política coerente de ação do poder público de incentivo a estas atividades;
- b) a instabilidade nos preços dos produtos alimentícios;
- c) os riscos decorrentes das dificuldades de comunicação e transporte, face às distâncias das zonas produtoras, fator esse que diminuiu de importância na última década;
- d) a existência de disposições legais estaduais e municipais, dificultando a introdução de novos processos de venda de diversos produtos (carne pré-embalada, pescado congelado);
- e) a distorção do sistema de feiras livres, que foi criado para apenas uma variedade limitada de produtos e em época na qual não existia outra alternativa de comercialização.

O início da evolução da tendência de integração vertical e horizontal do sistema da distribuição teve, como fator fundamental, o crescimento da indústria de alimentação que, embora tenha apresentado taxas inferiores às do restante do setor industrial, possibilitou a introdução de novos produtos junto ao consumidor urbano.

A integração vertical ou horizontal do sistema de distribuição veio a se tornar um dos fatores de melhoria das condições concorrenciais dos mercados agrícolas.

Pesquisas recentemente realizadas * permitiram a identificação das principais modificações na estrutura de comercialização, dentre as quais se destaca o surgimento de novos compradores nos mercados primários ligados a estabelecimentos que realizam vendas no atacado e no varejo, através de sistema de cadeias e de supermercados; o enfraquecimento da figura do atacadista tradicional surgindo e ocupando forte posição nos mercados terminais os "representantes" vinculados às indústrias e supermercados. O fortalecimento destes agentes de comercialização decorre de diversos fatores, dentre eles as economias de custo resultantes da integração vertical ou da obtenção de escalas de produção mais adequadas, bem como a redução do ônus fiscal, do antigo IVC.

Os objetivos básicos de execução da política de modernização e produtividade da distribuição, em que pèse às restrições decorrentes de agregação dos dados utilizados e a caracterização por métodos empíricos da provável tendência de desenvolvimento do comércio, podem, contudo, ser determinadas da seguinte forma:

a) inverter a tendência de evolução do setor de comércio varejista de gêneros alimentícios, verificada no período de 1950/60, de maneira a proporcionar aumento sensível da produtividade dos serviços, pela integração vertical e horizontal das empresas;

* Plano Decenal, IPEA, "Diagnóstico de Comercialização" op. cit.; CIBRAZEM, Programa Global de Armazenagem Intermediária.

b) alcançar a modernização dos serviços prestados e da organização das empresas, através do estímulo à formação de “auto-serviços” e “supermercados” e pelo fornecimento de assistência técnica para essas transformações.

Para se atingir tais objetivos deverão ser adotadas as seguintes diretrizes:

a) implantação e execução das recomendações do relatório final do Grupo de Trabalho, criado pelo Decreto n.º 61 391, de 20 de setembro de 1967, encarregado de propor medidas de incentivos fiscais, financeiros e institucionais para o aumento da produtividade da distribuição;

b) criação do Fundo de Financiamento para a Modernização da Comercialização de Alimentos — fundo de natureza contábil, para financiamento de inversões em supermercados e auto-serviços vinculados a empresas de cadeias, associações de empresas independentes, e concessão de estímulos financeiros e integração vertical e horizontal das empresas de distribuição;

c) execução, de comum acordo com as autoridades estaduais, de campanhas permanentes contra a sonegação fiscal no setor de distribuição;

d) fixação, em conjunto com as autoridades estaduais, de um programa de eliminação gradativa das feiras livres;

e) gestões junto às autoridades estaduais e municipais para a revisão da legislação restritiva à introdução de novas técnicas de distribuição e ao desenvolvimento de empresas integradas ou de cooperativas de comercialização e consumo;

f) execução, de comum acordo com as autoridades estaduais, de campanhas permanentes de combate à fraude contra o consumidor, tais como de pesos e medidas, qualidades e marcas, através do Instituto Nacional de Pesos e Medidas e do SIPAMA, do Ministério da Agricultura.

A quantificação dos recursos necessários à implementação da Política de Modernização e Produtividade da Distribuição é feita de modo indicativo, tendo em vista que sua execução cabe ao setor privado. Os recursos governamentais necessários à execução do programa são estimados em 20% do total, os recursos próprios do setor privado em 50% e os 30% restantes deverão ser captados de organismos internacionais de financiamento.

Tomando-se como base a meta de 4 500 supermercados para 1985 e avaliando-se em torno de 500 as unidades existentes, ter-se-á para 1971 a meta de 600 unidades. Admitindo-se como meta a transformação de 8% dos estabelecimentos em auto-serviços integrados em cadeia, pode-se estimar as necessidades de recursos para o financiamento destas inversões em NCr\$ 575 milhões. Estimou-se como coeficiente de capital NCr\$ 1,5 milhões para um supermercado e NCr\$ 50 mil para um auto-serviço, nas quantidades de 600 supermercados e 5 000 auto-serviços.

As possibilidades de capitalização para essas inversões parecem existir de vez que os lucros, reservas e provisões das sociedades anônimas de comércio varejista atingiram, em 1964, aproximadamente NCr\$ 217 milhões a preços de 1968. Considerando-se que, pelo Censo de 1960, o comércio varejista de gêneros alimentícios representava 35,4% do valor total das vendas, ter-se-á, como ordem de grandeza, NCr\$ 76,8 milhões como a capitalização nessa área, anualmente.

Os recursos necessários ao financiamento de assistência técnica na elaboração de projetos de novos empreendimentos ou modernização de estabelecimentos existentes serão destacados dos recursos do FINEP ou do FUNDEPRO, de acordo com as disponibilidades existentes, e são orçados em cerca de 0,7% do investimento total. A parcela de recursos da União será destinada à formação do Fundo de Financiamento que será o apoio financeiro à implementação desta política.

VI.3.3 — Política de Serviços Auxiliares de Comercialização

a) Armazenagem

A atuação do poder público tem sido de crescente intervenção governamental no armazenamento, através de investimentos federais diretos e estímulos à constituição de companhias estaduais de prestação de serviços de armazenagem.

QUADRO 103
PROGRAMAS DE CONSTRUÇÃO DE ARMAZÉNS E SILOS
FINANCIADOS PELO BNDE — 1952/64

ESPECIFICAÇÃO	CAPACIDADE ESTÁTICA (t)			
	Armazéns	Silos	Total	
			Total	%
TOTAL	268 656	354 150	622 806	100,0
FINALIDADE				
Rêdes estaduais de armazenagem	268 656	290 650	559 306	89,8
Unidades isoladas para o trigo...	—	63 500	63 500	10,2
REGIME DE PROPRIEDADE				
Empresas Estatais.....	268 656	290 650	559 306	89,8
Do Governo Federal.....	35 000	105 000	140 000	22,5
Dos Governos Estatais.....	233 656	185 650	419 306	67,3
Empresas Privadas.....	—	63 500	63 500	10,2
LOCALIZAÇÃO REGIONAL				
Nordeste.....	54 656	78 370	133 026	21,4
Centro-Oeste.....	42 500	14 520	57 020	9,2
Sudeste.....	86 500	66 260	152 760	24,5
Sul.....	85 000	195 000	280 000	44,9

FONTE: Revista do BNDE — N.º 2/66.

Nesse sentido, o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico financiou a instalação de diversas companhias de armazéns gerais, sob a forma de empresas de economia mista (Quadro 103).

As pesquisas que fundamentaram a orientação governamental careciam de análise mais detida, e basearam-se nos seguintes pontos:

a) Existia uma demanda de armazenagem não atendida pelo setor privado;

b) A iniciativa privada não tinha interesse na realização de investimentos em armazenagem;

c) A armazenagem governamental seria capaz de liberar o agricultor dos agentes normais de comercialização, responsáveis por aviltamentos nos preços;

d) Os produtores, em face da inexistência de unidades armazenadoras, tinham o seu poder de troca reduzido, nas transações com os intermediários.

As estimativas da demanda da capacidade armazenadora admitem que as necessidades, em 1964, seriam da ordem de 13,3 milhões de toneladas, enquanto a capacidade estática existente era de 15,3 milhões de toneladas.

Embora a demanda efetiva da capacidade armazenadora só possa ser qualificada ao nível de microrregiões, o balanceamento regional indica *deficits* potenciais para as regiões Nordeste, Leste e Centro-Oeste e excesso de capacidade nas regiões Sul e Norte.

Estes balanceamentos só devem ser tomados como indicadores globais, pois a distribuição regional da produção, dos fluxos de comercialização e da capacidade armazenadora poderia vir a causar *deficits* em algumas áreas e a visualização global não permite este nível de análise. A modernização das técnicas de armazenagem, com a introdução de métodos de manipulação a granel de determinados fluxos, poderia, tam-

bém, criar novas necessidades de armazenagem, apesar da existência de disponibilidades de estocagem em sacaria.

No balanceamento realizado foram considerados os principais produtos geralmente armazenados (arroz, feijão, milho, trigo, café, soja, algodão) e a capacidade armazenadora total existente, sem levar em conta a especialização de estocagem de determinados produtos. Dêsse modo, os resultados apresentados são preliminares, mas permitem a avaliação indicativa da situação atual, nas grandes regiões geo-econômicas.

O Quadro 104 sintetiza os resultados desta avaliação preliminar.

QUADRO 104
DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DA CAPACIDADE ARMAZENADORA
EM 1964

REGIÕES	Em toneladas	Distribuição (%)	Excesso ou deficit %
Norte.....	95 252	0,62	+ 31,0
Nordeste.....	1 164 345	7,61	— 30,0
Leste.....	2 248 979	14,70	— 20,0
Sul.....	11 373 123	74,30	+ 47,0
Centro-Oeste.....	422 951	2,77	— 60,0
BRASIL.....	15 304 650	100,00	+ 13,0

FORNTE: IPEA — Dados primários da CIBRAZEM e do Serviço de Estatística da Produção.
NOTA: Foi considerado um giro normal dos estoques igual a 1,5

O confronto destes indicadores com a distribuição regional dos investimentos permite constatar a ocorrência de alocação de recursos, em áreas não prioritárias, acarretando provavelmente, ampliação da capacidade ociosa.

O nível de utilização das companhias de armazéns gerais, na sua maior parte emprêsas pertencentes aos Governos Fe-

deral e Estadual, é de cêrca de 35% de sua capacidade dinâmica *, isto é, muito abaixo dos níveis planejados, que permitiram o seu financiamento.

O ponto máximo de estoques nas companhias estaduais e federais varia entre 40 e 75% da capacidade total. É importante salientar a importância dos estoques do Governo no total de estoques destas emprêsas. A posição da iniciativa privada com relação à capacidade existente é sintetizada no Quadro 105.

QUADRO 105

CAPACIDADE ARMAZENADORA SEGUNDO A POSSE — 1964

POSSE	Toneladas	Percentual
Federal.....	2 390 704	15,62
Estadual e Municipal.....	1 755 566	11,47
Cooperativas e Produtores.....	1 268 136	8,29
Emprêsas privadas.....	9 890 244	64,62
TOTAL.....	15 304 650	100,00

FONTE: CIBRAZEM.

É evidente que, apesar de os estímulos e a orientação governamental favorecerem os investimentos diretos, cabe ao setor privado a responsabilidade da maior parcela da capacidade armazenadora disponível, isto é, 72,91%.

O setor privado tem sido o responsável pela maior parte da movimentação e armazenagem dos produtos agrícolas. Considerando-se os principais produtos estocados, exclusive café, que possui um sistema armazenador especializado, nas unidades armazenadoras do setor privado, situadas nas zonas de produção da região Centro-Sul, foram movimentados

* "Diagnóstico de Comercialização" — IPEA — Mimeo.

79,5% do total de mercadorias, cabendo ao setor oficial a responsabilidade de, apenas, 20,5% do total.

O Quadro 106 sintetiza as entradas por produto na região Centro-Sul no ano de 1965. O total de entradas considerado na amostra significa 60% do volume realmente comercializado no ano selecionado.

QUADRO 106

DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DA MOVIMENTAÇÃO OPERACIONAL NAS ZONAS DE PRODUÇÃO — (RS — SC — SP — PR — MG — GO — MT) — 1965

PRODUTOS	Setor Privado	Setor Oficial	Total
Arroz.....	81,6	18,4	100,0
Feijão.....	93,6	6,4	100,0
Milho.....	65,8	34,2	100,0
Soja.....	74,6	25,4	100,0
TOTAL.....	79,5	20,5	100,0

FONTE: Programa Global de Armazenagem — CIBRAZEM.

NOTA: A movimentação refere-se às entradas de mercadorias nos armazéns e silos cadastrados no Serviço de Estatística da Produção, de capacidade superior no 100 toneladas.

Outro aspecto a ser levado em conta é o de que o mercado de prestação de serviços de armazenagem, pelas características da oferta existentes, é extremamente concorrencial.

A predominância da integração da atividade comercial de empresas privadas com as instalações armazenadoras é demonstrada no Quadro 107 representando a capacidade de utilização de particulares 55,69% do total, sendo que 82,27% desse total estavam na posse de empresas comerciais, cooperativas e produtores. A tendência de integração pode ser explicada pela possibilidade de executar operações de armazenagem e manipulação de grãos, a custos mais baixos, pelo fato das técnicas de armazenagem de prestadores de serviços não

garantirem perfeita conservação da mercadoria e pelas características do crédito comercial para produtos agrícolas.

QUADRO 107

CAPACIDADE ARMAZENADORA DO BRASIL SEGUNDO A POSSE E A UTILIZAÇÃO — 1964

(a)

POSSE	UTILIZAÇÃO	ARMAZÉM GERAL	OUTROS PÚBLICOS	PRIVATIVO	NÃO CLASSIFICADOS	TOTAL
		Toneladas	Toneladas	Toneladas	Toneladas	Toneladas
Federal.....		608 105	225 570	1 259 028	1	2 390 704
Estadual e Municipal.....		1 367 732	127 228	287 530	70	1 755 566
Cooperativas e produtores.....		—	9 000	1 258 070	1 057	1 263 138
Empresas privadas.....		3 583 684	543 131	5 751 695	8 732	9 890 244
TOTAL.....		5 557 521	913 941	8 523 323	9 859	15 304 650

(b)

POSSE	UTILIZAÇÃO		ARMAZÉM GERAL		OUTROS PÚBLICOS		PRIVATIVO		NÃO CLASSIFICADOS		TOTAL	
	x%	y%	x%	y%	x%	y%	x%	y%	x%	y%	x%	y%
Federal.....	15,47	37,50	24,67	9,81	14,67	52,20	0,01	0	15,63	100		
Estadual e Municipal.....	25,35	77,61	13,62	7,25	3,06	14,51	0,71	0	11,47	100		
Cooperativas e produtores.....	—	—	0,55	0,71	14,76	96,51	10,72	0,05	5,22	100		
Empresas privadas.....	61,18	36,23	55,42	5,46	67,51	55,16	85,26	0,04	64,02	100		
TOTAL.....	100	39,27	100	5,97	100	55,65	100	0,67	100	100		

FORNTE: CIBRAZEM — Departamento Econômico.

NOTAS: 1) Dados primários do serviço de estatística da produção (SPE).

2) Convenções utilizadas: x — Distribuição percentual segundo a posse.

y — Distribuição percentual segundo a utilização.

A integração da capacidade armazenadora com a atividade comercial é evidenciada pelo Quadro 108; num total de 132,8 milhões de sacos, em 4 360 unidades armazenadoras, 61% foram movimentados em armazéns de utilização privativa.

QUADRO 108
INDICADORES DE MOVIMENTAÇÃO OPERACIONAL POR AGENTE
ARMAZENADOR — EM PORCENTAGEM

AGENTE	ESTADO	SC (1)	SP (1)	MG (1)	GO (2)	MT (2)	Média dos Estados
Armazém Geral.....		1	20	7	8	3	17
Armazém Público.....		27	18	42	35	16	22
Armazém Privativo.....		72	61	51	57	81	61
TOTAL.....		100	100	100	100	100	100

FONTE: Departamento Econômico da CIBRAZEM.

NOTAS: 1) Distribuição das entradas de mercadorias no ano de 65, para os armazéns registrados no SEP/IBGE;

2) Dados sujeitos a retificação;

3) Não estavam disponíveis dados para Rio Grande do Sul e Paraná.

A distribuição da capacidade armazenadora, de utilização pública, por Estado, evidencia a sua concentração nas áreas em que o financiamento da mercadoria estocada é assegurado por um sistema creditício. Nota-se a predominância dos Estados cafeeiros no total do país e a importância do crédito vinculada à mercadoria estocada como fator de incentivo à formação de companhias de prestação de serviços de armazenagem (Quadro 109).

QUADRO 109
CAPACIDADE ARMAZENADORA DE UTILIZAÇÃO PÚBLICA
(ARMAZÉNS GERAIS) NOS ESTADOS DO PARANÁ
E SÃO PAULO — ANO 1964

ESTADOS	Toneladas	% do total do País	De posse do setor privado (%)
Paraná.....	2 644 747	45,2	78,1
São Paulo.....	1 888 180	32,2	56,4
BRASIL.....	5 837 521	100,0	61,8

FONTE: CIBRAZEM — Departamento Econômico.

A rentabilidade das companhias de prestação de serviços de armazenagem tem decrescido constantemente, em consequência do excesso global da oferta e da tendência à integração operacional. O Quadro 110 sintetiza o valor real das tarifas.

QUADRO 110
ÍNDICES DE EVOLUÇÃO DO VALOR REAL DAS TARIFAS
DE ARMAZENAGEM

PRODUTOS	1960	1961	1962	1963	1964	1965	1966
Algodão.....	100	84	67	66	57	37	41
Cereais.....	100	90	72	62	25	21	21

FONTES: CFP -- Serviço de Pesquisas Econômicas.

Nas atuais condições de mercado, a capacidade de armazenagem não se apresenta como fator limitante à formação de estoques e ao aumento de competitividade das transações. Entretanto, a baixa produtividade do sistema armazenador dificulta a redução dos custos de comercialização e, conseqüentemente, do preço dos produtos aos consumidores.

Sob o prisma qualitativo, a adequação da oferta existente para atendimento da demanda, a um nível de produtividade compatível com o atual estágio dos serviços auxiliares de comercialização indica ser, ainda, incipiente a introdução de melhorias tecnológicas no sistema de manipulação de mercadorias no país.

Alguns dados estatísticos indicam que o nível de produtividade é reduzido. No total da capacidade armazenadora disponível 87% destinam-se a produtos ensacados, e apenas 13% à manipulação de mercadorias a granel.

O Quadro 111 apresenta a distribuição da estocagem a granel segundo as regiões, verificando-se que a participação percentual deste tipo de armazenagem se situa em torno da média brasileira, com exceção das regiões leste e centro-oeste que são inferiores à média observada.

QUADRO 111

COMPOSIÇÃO QUALITATIVA DA DISTRIBUIÇÃO REGIONAL
DA CAPACIDADE ARMAZENADORA NO BRASIL — 1964

REGIÕES	EM SACARIA		A GRANEL		TOTAL	
	Toneladas	%	Toneladas	%	Toneladas	%
Norte.....	83 102	87,24	12 150	12,76	95 252	100
Nordeste.....	1 015 712	87,23	148 633	12,77	1 164 345	100
Leste.....	1 091 530	88,55	257 449	11,45	2 248 979	100
Sul.....	0 915 028	87,18	1 458 065	12,82	11 373 123	100
Centro-Oeste.....	382 609	90,46	40 342	9,54	422 951	100
BRASIL.....	13 387 981	87,47	1 916 609	12,53	15 304 650	100

FONTE: CIBRAZEM — Departamento Econômico. Dados primários do Serviço de Estatística da Produção (SEP).

Outro indicador do nível incipiente de produtividade das instalações existentes é a percentagem das que possuem equipamentos mecânicos e que usam sistemas de expurgo das mercadorias. Na região Centro-Sul somente 18% das unidades pesquisadas do setor público possuíam equipamento mecânico e cerca de 43% utilizavam o sistema de expurgo para preservação dos produtos. As unidades do setor privado apresentam pior condição tecnológica, pois somente 10% possuíam equipamento mecânico e 22% utilizavam o sistema de expurgo.*

Estimativas da Comissão de Financiamento da Produção indicam que deficiências técnicas na prestação desses serviços ocasionaram perdas físicas e qualitativas da ordem de 5 a 8% do total dos estoques. As perdas decorrem da armazenagem de produtos com excesso de umidade, pelo ataque de insetos, perdas em peso, manipulação inadequada e outras causas.

A melhoria da tecnologia utilizada constitui um dos objetivos básicos da política de armazenagem e está vinculada à disponibilidade mínima de equipamentos de conservação, como secadores, câmaras ou material de expurgo e preservação, medidores e controladores de umidade. Por outro lado, a melhoria dos serviços prestados poderia ser obtida com a utilização

* Programa Global de Armazenagem Intermediária —
CIBRAZEM.

de equipamentos mecânicos que aumentassem sensivelmente a produtividade da mão-de-obra.

A situação do mercado de serviços de armazenagem, onde ocorre globalmente excesso de oferta, com baixos níveis de produtividade e eficiência dos serviços, deverá ser modificada através da introdução de estímulos à modernização e especialização do sistema de armazenamento.

O aumento da produtividade dos serviços de armazenagem será obtido através da adaptação de armazéns convencionais para movimentação a granel, do reequipamento de unidades armazenadoras, ou da implantação de novas unidades de movimentação a granel.

Os principais fatores que têm retardado a expansão do sistema de manipulação a granel são os seguintes: baixo nível tecnológico; repercussões do processo inflacionário, diluindo a importância dos aspectos relativos a custos e produtividade, inexistência de uma política governamental de estímulo; necessidade de investimentos complementares no sistema de transporte.

Não existem no Brasil limitações tecnológicas à manipulação a granel do milho, trigo, arroz, soja. Esses produtos possuem fluxos cujas características recomendam sua granelização.

Os prováveis agentes de movimentação dos fluxos a granel, em face das suas características próprias, deverão ser: a Comissão de Financiamento da Produção, os exportadores, as grandes indústrias, as cooperativas e os supermercados.

Os fluxos a serem granelizados na região Centro-Sul, com seus dimensionamentos previstos para 1970, podem ser visualizados nos Quadros 112 a 115.

Os fluxos granelizáveis de milho, em 1970, destinam-se principalmente à exportação (867 300 toneladas), à indústria em São Paulo e no Estado da Guanabara (490 mil toneladas) e, ainda, a consumos não diferenciados nos centros urbanos: Rio de Janeiro, Porto Alegre, Curitiba, São Paulo, Belo Horizonte, estimados em 387 mil toneladas. Os fluxos de arroz correspondem, principalmente, ao abastecimento das zonas de

QUADRO 112
ESTIMATIVA DOS FLUXOS GRANELIZÁVEIS DE MILHO EM 1970¹

Em 1 000 t

ORIGEM (2)	DESTINO Rio Grande RS	Pozosnegú PR	Foz de Iguaçu FR	Santos SP	Féris Alegre RS	Curitiba PR	São Paulo Indústrias SP	Rio de Janeiro RJ	Pelo Horizonte MG	São Paulo Diversos SP
SP — Cachoeiras de Sul...	47,5	—	—	—	7,1	—	—	—	—	—
RS — Carazinho/Ererim	200,1	—	—	—	47,3	—	—	—	—	—
PR — Sudoeste	—	—	33,0	—	20,8	12,5	—	—	—	—
PR — Oeste	—	—	17,0	—	—	12,4	—	15,5	—	—
PR — Norte Novo e Novíssimo	—	02,0	—	—	—	—	122,6	45,7	—	05,2
PR — Norte Velho	—	108,0	—	66,0	—	—	61,7	—	—	34,7
SP — Sul	—	—	—	66,7	—	—	87,0	—	—	49,4
SP — Ribeirão Preto	—	—	—	82,0	—	—	62,0	—	—	35,6
SP — S. José do Rio Preto	—	—	—	12,0	—	—	43,5	—	—	21,5
MG — Uberlândia/Ituiutaba	—	—	—	76,0	—	—	22,3	—	12,6	—
MG — Alto Paraíso	—	—	—	—	—	—	—	28,8	16,3	—
MT — Donrados	—	—	—	—	—	—	—	—	—	18,6

FONTE: Programa Global de Armazenagem Intermediária — CIBRAZEM

(1) Dados arredondados.

(2) A origem refere-se à zona de produção agrícola.

QUADRO 113

ESTIMATIVA DOS FLUXOS GRANELIZÁVEIS DE ARROZ EM 1970¹

Em 1 000 t

ORIGEM (2)	DESTINO	Rio Grande	Curitiba	São Paulo	RIO DE JANEIRO GB		Belo Horizonte
		RS	PR	SP	(3)	(4)	MG
RS — Pelotas.....		90,7	—	—	23,7	44,7	—
RS — Camaquã.....		41,2	—	—	10,7	20,3	—
RS — Cachoeira do Sul.....		93,9	9,2	—	15,2	40,2	—
RS — Santa Maria.....		101,5	—	—	61,8	74,0	—
RS — Porto Alegre.....		58,3	15,2	—	—	28,8	—
SP — São José do Rio Preto.....		—	—	33,0	—	—	—
MG — Frutal.....		—	—	23,6	—	—	—
MG — Uberlândia/Ituiutaba.....		—	—	44,1	—	—	—
GO — Jataí/Rio Verde.....		—	—	21,9	—	—	—
GO — Itumbiara.....		—	—	—	—	—	53,8
GO — Crixás.....		—	—	—	—	—	29,4

FONTE: Programa Global de Armazenagem Intermediária — CIBRAZEM.

(1) Dados arredondados.

(2) A origem refere-se a zona de mercado agrícola.

(3) Remessas não discriminadas.

(4) Remessas por cooperativas.

QUADRO 114

ESTIMATIVA DOS FLUXOS GRANELIZÁVEIS DE SOJA EM 1970¹

Em 1 000 t

ORIGEM (2)	DESTINO	Rio Grande	Para-naguá	Porto Alegre	Norte Velho	Zonas de Indústrias
		RS	PR	RS	PR	SP
RS — Santa Rosa/Cruz Alta.....		171,5	—	93,4	—	—
PR — Sudoeste.....		—	10,4	—	59,9	10,8

FONTE: Programa Global de Armazenagem Intermediária — CIBRAZEM.

(1) Dados arredondados.

(2) A origem refere-se a zona de mercado agrícola.

QUADRO 115

ESTIMATIVA DO FLUXO GRANELIZÁVEL DE TRIGO EM 1970

ORIGEM (2) E DESTINO	Em 1 000 T. (1)
RS — Cachoeira do Sul.....	25,3
RS — Santa Maria.....	31,9
RS — Carazinho/Erechim.....	115,9
RS — Santa Rosa/Cruz Alta.....	64,8
PR — Sudoeste.....	12,2

FONTE: Programa Global de Armazenagem Intermediária — CIBRAZEM.

(1) Dados arredondados.

(2) Fluxos Intrazonais.

consumo concentrado (Rio de Janeiro, Curitiba, Belo Horizonte, São Paulo) totalizando 643 400 toneladas, das quais 214 000 toneladas relativas a remessas para a Guanabara por Cooperativas. O fluxo de exportação previsto é de 385 600 toneladas. A soja possui fluxos típicos para indústria e exportação, originários de apenas duas regiões: zona de influência de Santa Rosa e Cruz Alta, no Estado do Rio Grande do Sul, e o Sudoeste do Estado do Paraná. Os fluxos granelizáveis de trigo são intrazonais, tendo em vista que a produção interna normalmente abastece a sua zona de influência.

Os investimentos para introduzir processos tecnológicos modernos nos fluxos prioritários selecionados deverão proporcionar sensível redução nos custos de manipulação e estocagem.

As economias decorrentes do processo de manipulação a granel podem ser avaliadas através de modelos de custos comparativos dos diferentes tipos de movimentação. Os custos de armazenagem incluem as despesas de movimentação, que compreendem os serviços de entrada, pesagem, saída, expurgo, limpeza e secagem e os de armazenagem que abrangem estocagem propriamente dita, seguro e *ad valorem*.

QUADRO 116
CUSTO MÉDIO DE ARMAZENAGEM

NCR\$/t

ÍNDICE DE ROTAÇÃO	EM SACARIA			A GRANEL		
	Nível de Ocupação			Nível de Ocupação		
	0,25	0,50	0,75	0,25	0,50	0,75
1,0.....	19,49	21,68	23,81	23,52	23,88	24,24
1,5.....	15,48	16,94	18,36	16,06	16,30	16,54
2,0.....	13,48	14,57	15,64	12,32	12,50	12,68
3,0.....	11,48	12,21	12,92	8,59	8,71	8,83
4,0.....	10,48	11,03	11,56	6,73	6,82	6,91
5,0.....	9,88	10,31	10,74	5,60	5,68	5,75
6,0.....	9,48	9,84	10,20	4,86	4,92	4,98

FONTE: Programa Global de Armazenagem — CIBRAZEM.

O Quadro 116 sintetiza os principais indicadores de custos médios de armazenagem, na hipótese de execução dos serviços citados anteriormente, para uma unidade de 5 000 toneladas no período de 12 meses, tomando-se a alternativa mais desfavorável do estoque inicial e final igual a zero, e com níveis de ocupação média variando de 0,25 a 0,75.

Pode-se constatar que, a partir de um índice de rotação igual a 2, a um nível de ocupação de 0,25, os custos de manipulação a granel já são inferiores aos de sacaria. Se o nível de ocupação média for elevado para 0,75 a manipulação a granel passa a ser mais econômica, com um índice de rotação de 1,5.

A redução dos custos, com a introdução da movimentação a granel, varia em função do nível de ocupação e da rotação prevista, podendo alcançar até cerca de 50% do custo de estocagem em sacaria. O Quadro 117 sintetiza as possibilidades de obtenção de ganhos de economicidade até um índice de ro-

QUADRO 117
CUSTOS DE ARMAZENAGEM A GRANEL EM FUNÇÃO
DOS DE ARMAZENAGEM EM SACOS
 -- (CUSTO EM SACARIA = 100)

ROTAÇÃO	OCUPAÇÃO MÉDIA		
	0,25	0,50	0,75
1,0.....	120	110	101
1,5.....	104	96	90
2,0.....	91	86	81
3,0.....	74	71	68
4,0.....	64	62	60
5,0.....	57	55	53
6,0.....	51	50	48

tação 6; a partir dêste índice as economias são ainda maiores. Ressalte-se que não foram consideradas as hipóteses de redução de custos decorrentes de economias de escala, que aumentariam as reduções dos custos.

A adaptação dos custos calculados a fluxos selecionados permite a indicação das economias de custos obtidas em cada fluxo a ser granelizado. As remessas de milho a granel da região Norte Novíssimo do Paraná para São Paulo permitem uma redução do custo de manipulação em sacaria de 46%; no fluxo de arroz da região de Santa Maria (RS) para a Guanabara a redução será de 24%; no de soja da zona de Santa Rosa e Cruz Alta (RS) para Pôrto Alegre permitirá uma economia de 14%.

O aumento da produtividade a ser obtido com a introdução da movimentação e estocagem a granel, em face das atuais condições da oferta, poderá ser parcialmente obtido através da adaptação de armazéns convencionais para manipulação a granel.

A transformação de armazéns, convencionais em silos horizontais ou *flat-storage* * é técnica pouco difundida no Brasil. Entretanto, essa variedade de silo teve seu desenvolvimento ligado ao aperfeiçoamento da técnica de aeração, levada a efeito nos Estados Unidos a partir de 1945; no Estado de Kansas, a capacidade armazenadora deste tipo de unidade evoluiu de 174 milhões de *bushels* em 1950, para 836 milhões de *bushels* em 1962. **

A difusão desta técnica é registrada em diversos países, referindo-se as informações disponíveis aos seguintes: a Bulgária, com cerca de 800 mil toneladas; *** a Índia, em 1963, realizou concorrência internacional para construção de 400 mil toneladas de armazéns *flat-storage*; **** na Argentina existem em construção cerca de 14 unidades deste tipo. *****

A possibilidade de aproveitamento de imóveis já existentes reduz o volume de investimentos necessários à mobilidade das instalações que poderão estocar eventualmente produtos ensacados ou ser utilizadas para outras finalidades.

O baixo custo de investimento do *flat-storage*, confrontado com o do silo vertical e o do armazém convencional, indica a possibilidade de que se possa obter uma vantagem relativa maior nos países em desenvolvimento e subdesenvolvidos, pelo baixo custo da mão-de-obra nacional. O Quadro 118 sintetiza os custos de investimento por tonelada para os diferentes tipos de *flat-storage*.

As diretrizes básicas de estímulos à granelização podem ser assim sintetizadas:

a) Orientação do plantio com vista ao aumento dos rendimentos e limitação de variedades, através de: estímulo à

* Conceitua-se *flat-storage* toda unidade armazenadora a granel cuja altura seja menor do que a maior medida da base.

** "Marketing Research Report 685" — USDA — 1 *bushel* equivale a cerca de 27 kg.

*** "Grain Storage News Letter" — Janeiro 1961.

**** "Grain Storage News Letter" — Junho 1964.

***** "Programa Global de Armazenagem" — CIBRAZEM, 1967.

QUADRO 118
CUSTOS DE INVESTIMENTOS PARA OS DIVERSOS TIPOS
DE UNIDADES ARMAZENADORAS

TIPO DE UNIDADE ARMAZENADORA	NCr\$/t
Armazém Convencional.....	43,6
Silo de Concreto.....	145,9
<i>Flat-storage</i> — piso plano conjugado com silo de pequena capacidade	107,0
<i>Flat-storage</i> — piso taluado — conjugado com silo de pequena capacidade.....	106,5
<i>Flat-storage</i> — piso plano — funcionando independentemente....	62,2
Armazém Convencional Adaptado (<i>Flat-storage</i>) conjugado com silo de pequena capacidade.....	95,7
Armazém Convencional Adaptado (<i>Flat-storage</i>) funcionando independentemente.....	48,4

FONTE: Programa Global de Armazenagem — CIBRAZEM.

produção de sementes selecionadas, política de padronização dos produtos, tendo em vista as preferências dos mercados e o zoneamento da produção;

b) Aumentar a eficiência do sistema de classificação e tornar obrigatória a classificação nas transações sob controle ou interferência do Poder Público;

c) Estabelecer preços diferenciados que beneficiem os produtos recebidos a granel nas operações de financiamento e aquisição de produtos agrícolas, nas regiões em que seja economicamente viável;

d) Ampliar a manipulação a granel dos produtos adquiridos ou financiados pelo Governo;

lhorar a tecnologia das unidades armazenadoras nos quais se demonstre a viabilidade econômica do empreendimento; de influência das origens dos fluxos granalizáveis;

f) Concessão de estímulos especiais de financiamento à mecanização das colheitas;

g) Ampliação e melhoria das estradas vicinais, nas áreas de influência das origens dos fluxos granelizáveis;

h) Concessão de estímulos creditícios à aquisição ou adaptação de veículos para transporte a granel;

i) Aparelhamento das ferrovias para atendimento dos fluxos granelizáveis;

j) Transferência parcial aos usuários dos benefícios da redução do custo de transporte ferroviário, ou por aquavias, provenientes de granelização, através de tarifa diferenciada para produtos a granel e em sacaria.

A reorientação da ação governamental no campo da armazenagem possibilitará a melhoria da produtividade destes serviços. A ação do Governo se concentrará na tarefa de coordenação do desenvolvimento da armazenagem, deixando preferencialmente ao setor privado a realização de novos investimentos.

A principal tarefa do Estado na Armazenagem será de definição da política setorial específica que estimule o aumento da produtividade e a melhoria da tecnologia utilizada.

A fiscalização, a concessão de estímulos financeiros para inversões (novas ou de modernização), o incentivo e patrocínio da pesquisa tecnológica e do treinamento de pessoal, bem como a coordenação das inversões são tarefas de grande envergadura a serem cumpridas pelo setor público.

O Governo deverá criar o Grupo Executivo de Modernização e Tecnificação dos Serviços de Armazenagem, entidade que estudará as modificações a serem introduzidas na legislação atual, efetuará a coordenação dos investimentos setoriais, das pesquisas tecnológicas e econômicas, do treinamento de pessoal e de administração dos recursos destinados ao financiamento de projetos específicos de modernização ou instalação de unidades armazenadoras, a serem financiadas por organismos oficiais.

A mudança da diretriz do Governo no campo da armazenagem deverá ser implantada gradativamente, de modo a per-

mitir o aproveitamento racional do acérco e da estrutura técnico-administrativa existentes.

A ampliação dos objetivos do órgão executor da política de armazenagem e a reformulação dos métodos de gestão dos estoques adquiridos ou financiados pelo Governo possibilitará a evolução progressiva do atual papel do Estado no campo da armazenagem. A médio prazo, na medida em que se ampliam suas novas tarefas e se reduzirem as de intervenção direta, será procedida a reformulação da estrutura do órgão responsável pela política governamental de armazenagem.

A intervenção direta se limitará à operação de unidades armazenadoras nas áreas onde ocorram graves problemas de transporte ou nas áreas estratégicas de manipulação de fluxos de exportação.

A criação de incentivos especiais para ampliação e modernização das unidades armazenadoras de prestação de serviços, organizadas sob a forma de Companhias de Armazéns Gerais, deverá ser prioritária, de modo a assegurar a competição dessas empresas no atendimento da demanda de estocagem.

As diretrizes de reorientação da ação governamental podem ser sintetizadas da seguinte forma:

- a) Implementar a criação do Grupo Executivo de Modernização e Tecnificação dos Serviços de Armazenagem;
- b) Regulamentar o redesconto de "warrant" sobre cereais e outros produtos agrícolas com os recursos previstos para a execução da política de preços mínimos;
- c) Regulamentar e incentivar o desconto de "warrant" sobre os produtos armazenados através do sistema bancário, público e privado.

Deverão ser intensificados os trabalhos que visam à conclusão do Programa Global de Armazenagem, coordenado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, em sua parte financeira.

O Programa Global de Armazenagem divide-se em três estágios independentes:

a) Programa de Armazenagem nas Fazendas, sob a coordenação do BNDE;

b) Programa de Armazenagem Intermediária, sob a coordenação da CIBRAZEM;

c) Projeto de silo portuário para Santos/SP, sob a coordenação do BNDE.

O Programa Global de Armazenagem vem sendo negociado com o Banco Mundial e será objeto de entendimentos finais no primeiro semestre de 1968. A primeira etapa a ser implementada é o Programa Global de Armazenagem Intermediária, cujo relatório vem sendo objeto de exame pelos setores técnicos do BIRD.

O projeto do silo portuário de Santos encontra-se em término de elaboração e a pesquisa básica para fundamentação

QUADRO 119

INVESTIMENTOS ESTIMADOS PARA ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DE ARMAZENAMENTO PREVISTA PARA 1970

ESTADOS	Demanda Total (1 000 t)	Capacidade Adicional Fluxos Prioritários (1 000 t)	Investimentos Necessários (NCr\$ 1 000)
Rio Grande do Sul.....	2 301	413	44 191
Santa Catarina (1).....	277	108	4 708
Paraná.....	1 357	289	30 923
São Paulo.....	1 035	274	29 318
Minas Gerais.....	795	152	16 264
Goiás (2).....	1 045	594	39 783
Mato Grosso (3).....	296	180	8 418
Região Centro-Sul.....	7 106	2 010	173 605

FONTE: Programa Global de Armazenagem — CIBRAZEM.

(1) Foi considerada a capacidade adicional necessária por não comportar a granelização os fluxos regionais.

(2) Foi considerada cerca de 50% da capacidade adicional necessária em açúcar além da em granel.

(3) Idem nota 1, inclusive pequeno fluxo a granel.

do Programa de Armazenagem nas Fazendas será executado em 1968.

A quantificação das inversões necessárias no setor de armazenagem baseou-se nas previsões de investimentos consubstanciados no Programa Global de Armazenagem, elaborado sob responsabilidade da CIBRAZEM.

O Quadro 119 apresenta a distribuição das necessidades globais de investimento previstas para o ano de 1970. Nesse quadro foram considerados, para elaboração das estimativas de recursos necessários, os fluxos prioritários e preferencialmente os granelizáveis.

Tendo em vista a possibilidade de captação de recursos externos e a participação de recursos próprios de cada empresa em projetos específicos, a estimativa de recursos orçamentários para implantação do Programa Global de Armazenagem e para execução das diretrizes recomendadas é sintetizada no Quadro 120. Os recursos de outros organismos destinados à armazenagem deverão ter suas aplicações compatibilizadas com as prioridades globais estabelecidas no Programa de Armazenagem Intermediária.

QUADRO 120

RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS NECESSÁRIOS À EXECUÇÃO DA POLÍTICA DE ARMAZENAGEM PELA CIBRAZEM

(NCr\$ mil de 1968)

ESPECIFICAÇÕES	1968	1969	1970
Programa Global de Armazenagem.....	3 000	3 500	4 000
Implantação do Grupo Executivo de Modernização e Tecnologia de Armazenagem.....	—	800	1 000
Recuperação de unidades armazenadoras (aumento de capital da CIBRAZEM).....	—	5 000	5 000
Programa de Pesquisas Técnicas e Econômicas e de Treinamento de Pessoal.....	—	500	500
TOTAL.....	3 000	9 800	10 500

NOTA: Em 1968 foram destinadas apenas aplicações específicas da proposta orçamentária

PROJETOS PRIORITÁRIOS DE ABASTECIMENTO

PROJETO: PROGRAMA GLOBAL DE ARMAZENAGEM INTERMEDIÁRIA

ÓRGÃO: CIBRAZEM

LOCALIZAÇÃO: Região Centro-Sul (Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Goiás, Mato Grosso e Minas Gerais).

DESCRIÇÃO, METAS E FASES DE EXECUÇÃO

O objetivo do Programa Global de Armazenagem Intermediária é a melhoria da produtividade e ampliação dos serviços de armazenagem, de modo a permitir reduções no custo de comercialização dos produtos agrícolas.

O Programa Global de Armazenagem Intermediária é parte do Programa Global de Armazenagem e deverá ser financiado pelo Banco Mundial, com o qual vêm sendo mantidos entendimentos finais.

Estrutura do Investimento

(NCrS mil de 1968)			
FONTES	1968	1969	1970
Recursos orçamentários.....	3 000	3 421	4 000
Recursos Externos (1).....	—	10 000	16 000
Outros recursos (2).....	—	3 000	6 000
TOTAL.....	3 000	16 421	29 000

(1) Os recursos externos dependem das negociações com o Banco Mundial.

(2) Compreendem os recursos de terceiros, correspondendo à participação de 25% do capital próprio de projetos financiados.

Estrutura do Investimento

Projeto: *PLANO GLOBAL DE ARMAZENAGEM INTERMEDIÁRIA — Região Centro-Sul.*

Cronograma de Recebimentos:

(Em NCr\$ mil de 1968)

FONTES	TOTAL	1968	1969	1970
Orçamentários.....	10 421	3 000	3 421	4 000
Extra-orçamentários.....	—	—	—	—
Recursos próprios.....	—	—	—	—
Outros recursos internos.....	—	—	—	—
Recursos externos.....	—	—	—	—
TOTAL.....	10 421	3 000	3 421	4 000

Cronograma de Aplicações:

(Em NCr\$ mil de 1968)

USOS	TOTAL (*)	1968	1969	1970
Pessoal.....	—	—	—	—
Outros custeios.....	—	—	—	—
Obras.....	—	—	—	—
Equipamentos e instalações (**)..	—	—	—	—
Inversões financeiras.....	—	—	—	—
TOTAL.....	10 421	3 000	3 421	4 000

Composição segundo a moeda

(Em NCr\$ mil de 1968)

Moeda nacional.....	10 421	3 000	3 421	4 000
Moeda estrangeira.....	—	—	—	—

(*) Valor global do investimento.

(**) Inclusive material permanente.

b) *Padronização e Classificação*

A padronização e classificação de produtos agrícolas são fundamentais à melhoria da produtividade do sistema de comercialização agrícola. O desenvolvimento destes serviços e sua adaptação à evolução dos hábitos dos consumidores e à introdução de novas variedades de produtos, com características diversas, são aspectos importantes no funcionamento dos mercados agrícolas.

A inadequação dos padrões de classificação oficial às necessidades dos mercados internacionais e do mercado interno cria sérios problemas de desorganização das transações.

Tal fato acarreta a aceitação limitada dos certificados oficiais como plena garantia de identificação da mercadoria, determinando o surgimento de normas simultâneas de classificação adotadas pelo sistema comercial e exportações sujeitas a pendência e julgamento de entidades internacionais.

Os problemas de padronização, a disponibilidade de serviços oficiais de classificação e a garantia da identificação realizada condiciona o desenvolvimento do sistema e a evolução das técnicas de comercialização dos produtos agrícolas.

O objetivo básico a ser alcançado é a atualização dos critérios de classificação e sua adequação às condições do mercado interno e externo de modo a permitir a disseminação de produtos de alto padrão de qualidade.

As diretrizes básicas de ação podem ser assim sintetizadas:

a) Aperfeiçoar os serviços de padronização do Ministério da Agricultura visando a assegurar sua adequação aos mercados interno e externo;

b) Estimular a criação de empresas privadas para classificação, sob coordenação geral do Ministério da Agricultura e Secretarias de Agricultura Estaduais;

c) Aperfeiçoar o sistema de fiscalização pelo Ministério da Agricultura;

d) Institucionalizar um sistema de garantia dos certificados oficiais de classificação;

e) Constituir juntas de julgamento de pendência sobre classificação de produtos.

c) *Informação de Mercados*

O serviço de informação de mercado é fator básico para o melhor funcionamento do sistema de preços e a maior eficiência da comercialização de produtos agropecuários.

Dêste serviço depende a orientação e eficiência do sistema de mercado, isto é, o aumento do nível de concorrência decorrente do conhecimento, pelos agentes de comercialização e produtores das perspectivas e tendências, de forma a ajudá-los a planejar e conduzir suas decisões.

As condições ideais de concorrência de mercado exigem o conhecimento, pelos que transacionam, de informações corretas sobre todos os fatores que definem e influenciam a formação dos preços.

Os produtores necessitam saber a tempo os preços e condições dos diferentes mercados e as condições de compra dos diversos compradores a fim de aumentar seu poder de barganha. As informações sobre oferta e demanda em mercados institucionais, isto é, as possibilidades reais de vendas e preços, permitem ao produtor receber orientação antecipada sobre a natureza e volume do seu cultivo.

Os agentes normais da comercialização (compradores e vendedores), através das cotações em diferentes regiões e do conhecimento das expectativas do mercado, podem melhor planejar suas compras e reduzir os riscos decorrentes de flutuações imprevistas nos preços, que se refletem algumas vezes na fixação de elevadas margens compensatórias do nível de risco do mercado, com conseqüentes prejuízos para produtores e consumidores.

No caso dos produtos perecíveis o seu envio para mercados saturados tem determinado elevados prejuízos ou mesmo aumento de custos que oneram os produtos. Muitas vezes

existem excedentes e *deficits* simultâneos em diferentes regiões do país. Não havendo problemas de transporte, estas situações decorrem freqüentemente da ineficiência e imprecisão de informações.

Atualmente, a evolução acelerada dos meios de comunicação permite que se possa dispor de um sistema amplo e eficiente de divulgação de informações de mercado.

Estas informações devem servir para fundamentar as decisões das políticas oficiais de importação e exportação, de modo a evitar importações inoportunas que venham a concorrer com os produtos nacionais e desestimular a produção.

Um sistema de informações agrícolas deve proporcionar os seguintes resultados:

- a) Orientar as decisões dos produtores no que concerne à lavoura;
- b) Melhorar as condições de venda dos produtos agrícolas, pelo conhecimento das cotações vigentes;
- c) Fundamentar as decisões governamentais da política de importação ou exportação de produtos agropecuários.

O sistema de informações de mercado deve, portanto, abranger dados sobre safras, preços, níveis de consumo, e não se limitar ao registro das flutuações de mercados terminais, nos grandes centros urbanos.

A coordenação e integração dos sistemas de informação de mercado do setor público num sistema único possibilitará maior difusão das informações disponíveis, junto às zonas de produção, de modo a permitir o conhecimento, pelos agricultores, das cotações de preços e expectativa de safras no momento da decisão das vendas.

Os objetivos da política de informação de mercados podem ser sintetizados nas seguintes proposições:

- a) Estender o sistema de informação de mercados agrícolas aos mercados produtores nas principais áreas produtoras e comerciais do país;

b) Ampliar o sistema de informações para a coleta e divulgação das informações relativas a cotações e possibilidades de transações no mercado internacional dos produtos exportáveis.

As diretrizes de ação para o atendimento dos objetivos propostos são as seguintes:

a) Coordenar, padronizar e unificar os serviços de coleta de informações de mercado agrícola, de modo a evitar duplicação de esforços de órgãos públicos, e integrar o sistema privado (bolsas de mercadorias e órgãos de estudos e pesquisas);

b) Integrar, nos sistemas de coleta e difusão de informações, os serviços de classificação, de extensão rural, companhias de armazenagem e cooperativas;

c) Estudar a transformação do Serviço de Previsão de Safras, do Serviço de Estatística da Produção e do Serviço de Informação do Mercado Agrícola num único organismo, como órgão autônomo do Ministério da Agricultura, com recursos próprios para seu funcionamento e financiamento parcial de outras entidades na execução destas tarefas;

d) Introduzir, no sistema de estatística agrícola, métodos modernos de amostragem, coleta e apuração.

A quantificação final de recursos para aperfeiçoamento do programa de informação de mercados deverá ser feita pelo Ministério da Agricultura, através da elaboração de projeto específico para consecução das diretrizes e objetivos propostos.

VI.4 — Nova Política de Seguro Agrícola

As características da atividade agrícola, de elevada dependência dos fenômenos naturais, acarretam oscilações na produção e na renda do setor. Estas oscilações tendem a se reduzir em função do nível de produtividade e da existência de políticas governamentais que diminuam a amplitude destas variações.

A expectativa dos resultados das colheitas e o nível de risco do empresário agrícola limitam a realização de novas inversões visando ao aumento da produtividade.

Entre os instrumentos de atuação governamental, para obtenção de maior estabilidade da renda agrícola, destaca-se o seguro agrícola no seu sentido moderno — seguro de colheita, de aplicação relativamente recente e, em razão disto, ainda em estágio experimental na maioria dos países que o adotam.

Dentre estes países, conseguiu o sistema de seguro-colheita maior destaque nos EUA, URSS e Japão, países nos quais a ajuda do Estado tem sido indispensável à manutenção do sistema, dado seu caráter essencialmente assistencial e promocional do setor agrícola.

As dificuldades de implantação do sistema, com estabelecimento da cobertura de todos os riscos da produção agropecuária, têm sido objeto de orientações diversas. O seguro agropecuário não tem condições de competir com outros tipos de seguro, em que o risco não é tão desfavorável; as tabelas atuariais para cálculo do prêmio o determinam em níveis tão elevados, que se torna difícil para o agricultor pagá-lo e o governo é obrigado a manter taxas abaixo do nível real, o que torna a atividade deficitária.

Nos EUA o Governo arca com as despesas de administração, que se elevam a cerca de 30% do prêmio, ou seja, aproximadamente 1,8% do valor da produção segurada. No Japão, além da parte das despesas de administração, é o poder público que, através de critérios anuais extraordinários, provê a cobertura de *deficits* periódicos decorrentes das perdas das colheitas.

A implantação efetiva do sistema encontra alguns obstáculos a serem removidos, entre os quais se destacam: a elevada complexidade de seu funcionamento; o alto custo de administração; a falta de dados fidedignos sobre perdas agrícolas e de produtividade, por cultura e por zona, que permitam sua avaliação atuarial; a reduzida capacidade de suportar os prêmios reais por parte dos agricultores; a falta de pessoal especializado; a necessidade de que o sistema abranja volume signifi-

cativo da produção, de modo a reduzir a incidência dos riscos; as dificuldades na qualificação e mensuração dos riscos devido a circunstâncias inevitáveis.

As características da atividade agrícola, sujeita a interferência de fatores imponderáveis e aos riscos naturais de qualquer atividade econômica, fazem com que o seguro agrícola, ao procurar manter, ao nível do produtor, rendimentos mais estáveis da produção, não se torne atividade capaz de oferecer rentabilidade capaz de atrair as inversões privadas.

No Brasil, a primeira experiência realizou-se em 1964, com a criação da Companhia Nacional de Seguro Agrícola, que não conseguiu obter êxito, mesmo após a Lei n.º 4 430, de 20 de outubro de 1964, que elevou seu capital e reforçou o Fundo de Estabilidade do Seguro Agrário. O fracasso da experiência passada parece conduzir à conclusão de que o seguro agrícola não deva ficar na dependência de um só organismo, que, obrigado a assumir a totalidade dos encargos, não conseguiu expandir-se, apesar de subvencionado pelo Estado.

A reforma geral introduzida na legislação brasileira de seguros, através do Decreto-lei n.º 73, de 21 de novembro de 1966, inspirada na necessidade de promover o fortalecimento do mercado privado de seguros, dotou o país de instrumentos adequados à execução da política de seguros privados, em todas as modalidades de cobertura, criando o sistema nacional de seguros privados, em cujo contexto se insere o seguro agrícola. A regulamentação do Fundo de Estabilidade, no tocante às responsabilidades por sinistros no seguro agrícola, equiparou-o às demais categorias de seguros, dado que ao Fundo cabe o papel de suplementar a margem de riscos acima da que, atualmente, fôr considerada normal, retirando do seguro agrícola o caráter deficitário que sempre afastou o interesse das companhias privadas.

A reforma da legislação brasileira de seguros manteve o princípio da necessidade de concessão do Governo Federal para operação no ramo, reconhecendo, assim, a predominância do interesse público na orientação das atividades do setor.

O estágio de desenvolvimento alcançado pela agricultura no Brasil recomenda a adoção de medidas básicas e o equacio-

ramento do problema, de modo a reduzir a incerteza e as flutuações de renda e alcançar maior estabilidade do setor, com a conseqüente canalização de poupanças que se traduziriam em aumento efetivo dos investimentos e da produtividade no setor.

Neste sentido, conhecendo-se os obstáculos a serem vencidos e o prazo relativamente longo necessário à implantação definitiva do seguro agrícola, cabe iniciar os trabalhos necessários à reformulação do sistema vigente, de acôrdo com as seguintes diretrizes:

a) regulamentar os dispositivos do Decreto-lei n.º 73, possibilitando o aproveitamento da rede privada de seguros;

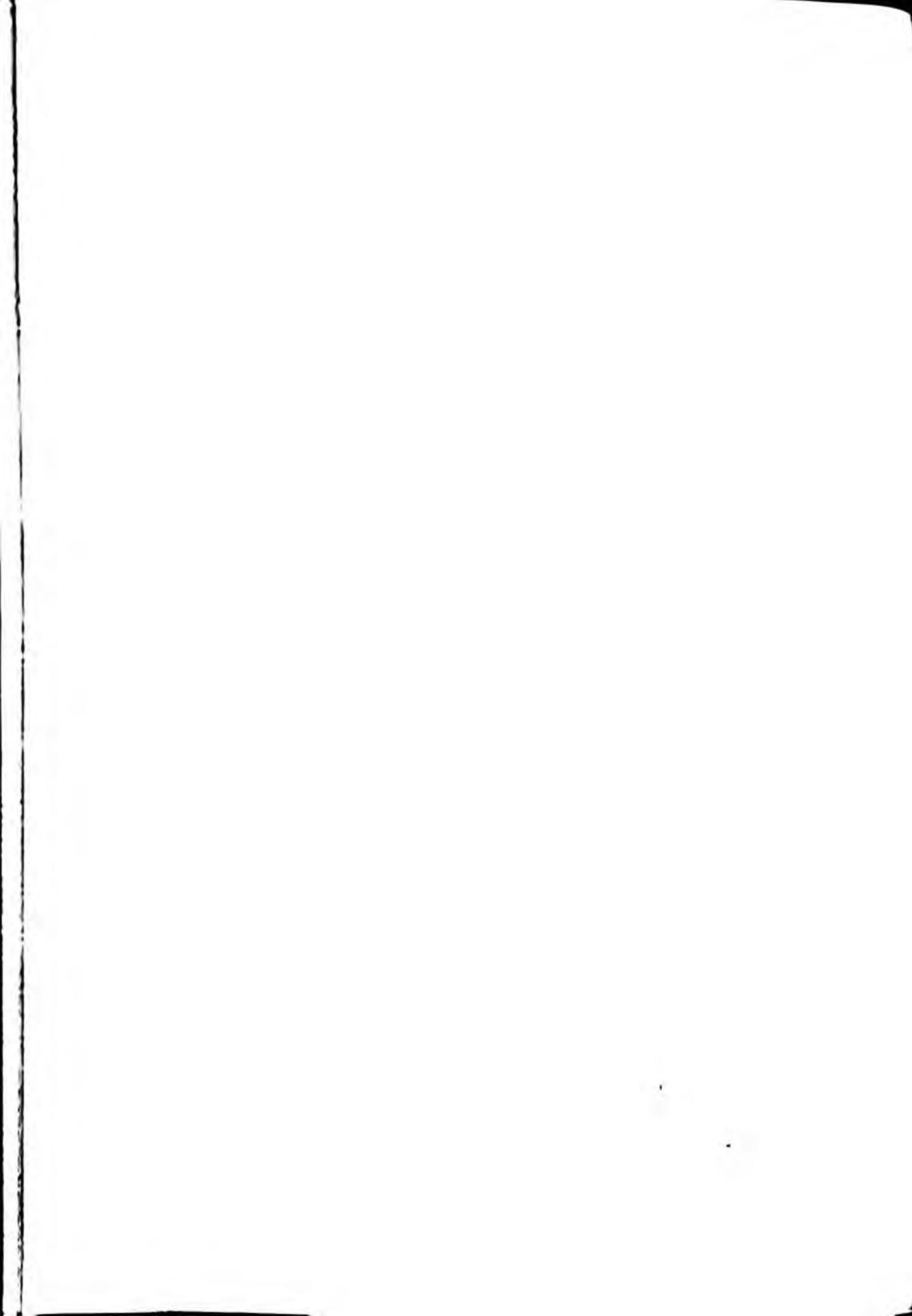
b) estabelecer critérios para que o seguro agrícola, a ser colocado no mercado segurador nacional, de acôrdo com critério técnico, atenda às peculiaridades regionais do país e do crédito rural;

c) assegurar o entrosamento das instituições financeiras públicas estaduais e das instituições financeiras privadas com a nova sistemática de seguro rural;

d) estabelecer a extensão gradativa do seguro, por zonas e culturas, de modo a atender, no menor prazo possível, a maior parte da produção agrícola, através da realização de projetos regionais, a serem implantados em etapas;

e) conceder prioridades à elaboração de projetos tendo em vista atender prioritariamente as culturas mais suscetíveis à modernização e as que maiores oscilações evidenciam nos rendimentos.

O Ministério da Agricultura deverá concluir, no menor prazo possível, os estudos que vem procedendo sobre a reformulação do seguro agrícola, consoante recomendação básica da Carta de Produção e Abastecimento, recomendação essa que é incorporada ao "Programa Estratégico".



GRUPO DE TRABALHO DO PROGRAMA ESTRATÉ

João Paulo dos Reis Velloso — Coordenador Geral dos Grupos de Trabalho

Agricultura e Abastecimento

Raimundo Marussig — Ministério da Agricultura

Maurício Rangel Reis — Ministério do Planejamento e Coordenação Geral

COMPOSTO E IMPRESSO NAS OFICINAS
DO SERVIÇO GRÁFICO DA FUNDAÇÃO
IBGE — LUCAS — GB — 2 836

